

Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**Nas Fileiras do Sigma: os integralistas na Bahia e a política  
brasileira na década de 30**

Salvador, 2013

Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**Nas Fileiras do Sigma: os integralistas na Bahia e a política  
brasileira na década de 30**

Tese de doutorado apresentada para  
obtenção de grau de doutor em história  
social da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 2013

## **Resumo**

Este trabalho busca analisar as possibilidades existentes no contexto político da década de 1930 e 1940 para a Ação Integralista Brasileira se tornar uma alternativa de poder ao governo Vargas a partir do estudo das ondas repressivas por que passou a AIB, sobretudo na Bahia, nas décadas supracitadas. São eventos locais, mas que trazem em seu bojo questões da política nacional. Ademais, o trabalho analisa a experiência dos integralistas que se mantiveram nas fileiras do sigma, resistindo e enfrentando a repressão desencadeada contra eles.

Palavras-chaves: Governo Vargas, integralismo, política baiana.

## **Abstract**

This paper seeks to examine the possibilities in the political context of the 1930s and 1940s for the Brazilian Action Integralista become an alternative power to the Vargas government from the study of the repressive wave experienced by Brazilian Action Integralista, especially in Bahia, in the above decades . Are local, but they bring in its wake questions of national policy. Furthermore, the paper analyzes the experience of fundamentalists who remained in the ranks of sigma, resisting and facing a crackdown against them.

Keywords: Government Vargas, Integralism, Bahian politics.

Jacira Cristina Santos Primo

**Nas Fileiras do Sigma: os integralistas na Bahia e a política brasileira na década de 30**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção de título de doutor em Historia Social pela Universidade Federal da Bahia.  
Salvador, \_\_/\_\_/2013

**Banca Examinadora**

---

Márcia Carolina de Oliveira Cury  
Universidade Estadual de Campinas

---

Paulo Santos Silva  
Universidade do Estado da Bahia

---

José Sacchetta Ramos Mendes  
Universidade Federal da Bahia

---

Calos Zacarias de Sena junior  
Universidade Federal da Bahia

---

Antonio Luigi Negro - Orientador  
Universidade Federal da Bahia

## Agradecimentos

Nesta longa e difícil jornada pude contar com apoio e colaboração de muitos, que gentilmente cederam tempo e energia no auxílio a este trabalho acadêmico. Início agradecendo a minha família (Jandira Primo, Bárbara Primo, Judite Primo e Rubem Primo) pelo apoio incondicional, e a minha tia (Judice Santos) e primos (Heloísa Santos, Wilson Santos e Sidnei Braga) pela boa acolhida nos períodos de pesquisa nos arquivos cariocas.

Ao professor Antonio Luigi Negro, agradeço pela atenção a mim dispensada durante a orientação, que teve início no mestrado, em 2004, e se manteve firme e segura até a conclusão da tese. Carrego com desvelo as lições do ofício de historiador e os conselhos das trilhas acadêmicas que me salvaguardaram de tropeços. Agradeço aos professores Sueann Caulfield e Carlos Zacarias de Sena Junior pela leitura e crítica a dois dos capítulos dessa tese, quando do exame de qualificação.

Abençoada sou por ter amigos sem os pedir e muitos deles participaram dessa caminhada, seja compartilhando das desventuras, seja na torcida de bem-aventuranças ou mesmo na lembrança da defesa. Meus agradecimentos a Edlene Marback e Vitor Almeida, que transcreveu parte das fontes; Fabrício Lyrio, Carlos da Silva Júnior e Camila Amaral, por partilharem das trilhas de Barão Geraldo, quando do intercâmbio acadêmico na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Kátia Lorena Almeida e Alane Fraga, pelo carinho de sempre.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, o qual estive vinculada em 2009.1, através do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad), aos funcionários que me atenderam no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Arquivo Nacional (AN), Arquivo Público do Estado da Bahia (APB), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Biblioteca Isaías Alves – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH/UFBa), Biblioteca Nacional (BN), Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Centro de Documentação e Informação (CEDI) – Câmara dos Deputados, Centro de Memória da Bahia (CMB) – Fundação Pedro Calmon (FPC), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC). Para a elaboração da

tese, contei com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível superior (CAPES) e auxílio do Procad, que foram importantes para a dedicação quase exclusiva a este trabalho.

Aos coordenadores do Centro de Memória da Bahia, Luis Henrique Sant'ana e Walter Silva, pelo apoio cotidiano nas atividades do CMB, o que me propiciou tempo e energia para o término da tese, o meu muito obrigada! A Paulo de Jesus, agradeço pelos primeiros passos na FPC, e ao saudoso professor Ubiratan Castro de Araújo, que acreditou no meu trabalho, confiando o cargo de direção do CMB, que encaro como desafio e, atualmente, como missão pela difusão da História da Bahia, registro meus agradecimentos e saudades!

# Índice

Introdução.....	01
Capítulo 1: O embate entre o governador da Bahia e os integralistas.....	09
Antecedentes criminais.....	10
Integralismo sob pressão.....	22
Intervenções jurídicas.....	27
O Calcanhar de Aquiles.....	41
Capítulo 2: Fechando portas, abrindo processos: o caso do fechamento da AIB-Ba.....	58
Militares em cena.....	71
Autos de convencimento.....	84
A carta do governador da Bahia.....	86
O Relatório do delegado Matos.....	92
A defesa de Mariani.....	99
Abrindo portas, fechando processos.....	107
As forças se dissipam.....	113
Sucessão presidencial.....	117
Capítulo 3: entre conspirações e denúncias.....	128
Águas de março, enchentes de maio.....	129
Depois da euforia, a repressão.....	134
Jogos da contravenção.....	141
O desafinar da orquestra varguista.....	145
Pelas ondas do rádio, pelas vozes nas ruas.....	149
Na teia do jogo político.....	160
Denúncias.....	165
A Lógica vermelha.....	169

Epílogo.....	174
Arquivos e instituições.....	181
Referências bibliográficas.....	182

# Introdução

Em agosto de 1933, Plínio Salgado esteve na Bahia pela primeira vez como chefe nacional do integralismo, com o fito de divulgar a propaganda da Ação Integralista Brasileira (AIB), agremiação política por ele criada em São Paulo, em 1932, e difundida em outros estados do país. Escolheu o meio acadêmico – Escola Politécnica e Faculdade de Medicina da Bahia e Associação Universitária da Bahia – para proferir seus discursos conclamando a mocidade a se responsabilizar pela defesa da pátria, indicando que o movimento integralista na Bahia havia iniciado seu florescimento entre os estudantes. Sua visita e seu discurso disciplinador tiveram por objetivo contribuir para a expansão do movimento que propagava no estado da Bahia.<sup>1</sup> A AIB defendia a adoção de um Estado forte, centralizador e autoritário, pela bandeira do antiliberalismo, anticomunismo e antiimperialismo e primava pelos rituais, desfiles e uniformes paramilitares; e ainda pela rigorosa disciplina destinada ao militante. Da importância dada aos símbolos pela AIB, aquele que se tornou mais significativo foi a letra grega sigma, que sugere a ideia de soma, integração, que além de estar no centro de sua bandeira azul, figurava na braçadeira que se destacava no uniforme verde e preto.<sup>2</sup>

Instalado dois meses antes da vinda de Salgado, o núcleo provincial baiano da Ação Integralista tinha sede na ladeira de São Bento, tendo conseguido boa inserção na capital Salvador, principalmente no meio acadêmico, formando, progressivamente, núcleos em faculdades (medicina e direito) e nos institutos de ensino (Ginásio da Bahia, Carneiro Ribeiro e Ginásio Ypiranga); fundando núcleos distritais (Nazaré, Mares, São Bento, Sé, Largo da Saúde, Caixa d'água, Cidade Nova, Santo Antonio, Penha, Paço, Garcia, Liberdade, Brotas, Calçada, Itapagipe, Paripe e Rio Vermelho). Além do semanário *A Província*, periódico integralista oficial, foi angariado o apoio de dois grandes jornais de circulação diária (*O Imparcial e o Diário de Notícias*), que cederam

---

<sup>1</sup> Reis, Laís. *Integralismo na Bahia*. Salvador: Edufba, 2009, pp. 23-24.

<sup>2</sup> Cytrynowicz. Roney. O fascismo brasileiro entre as oligarquias e a modernidade. In Sombra, Henrique; Guerra, Luiz. *Imagens do Sigma*. Rio de Janeiro. Arquivo Público do Rio de Janeiro. 1998. Trindade, Héliogio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Editora da URGs. Vasconcelos, Gilberto. *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979. Chasin, José. *O integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

suas páginas para difusão das informações e preceitos integralista, transformando-se em fontes privilegiadas sobre a AIB-Ba.<sup>3</sup>

Apesar da boa acolhida na capital baiana, foi no interior que a AIB-Ba floresceu e adquiriu força e densidade. A ideia de formar bandeiras, excursões responsáveis por levar a doutrina “aos lugares mais distantes da capital”, acelerou a fundação de núcleos integralistas em diferentes municípios interioranos. As bandeiras que percorreram as regiões do sul e recôncavo do estado buscavam promover comícios, desfiles em via pública, conferências e batismos de neófitos. A necessidade, num primeiro momento, de chamar atenção através da simbologia e do espetáculo público se transformava, posteriormente, no alcance do objetivo de criar núcleos e inscrever novos partidários para o sigma.<sup>4</sup>

Data do início de 1935 a fundação dos núcleos na região sul, nos municípios de Pirangi, Água Preta, Canavieiras, Santa Luzia, Alcobaça e Valença; na região sudoeste, nos municípios de Jequié e Encruzilhada; na região noroeste, nos municípios de Bonfim, Miguel Calmon e Jacobina; na região nordeste, nos municípios de Jequié, Catú e Coité.<sup>5</sup> Das regiões da Bahia, a sul parece ter se entusiasmado sobremaneira com os ideais do sigma, não por acaso Ilhéus recebeu o título de “Cidade Integralista” no segundo congresso da AIB, realizado em Petrópolis, em março de 1935, por ter realizado uma grande mobilização, a maior registrada em território baiano até aquela data, quiçá do norte e nordeste do Brasil, pois foi a única cidade dessas regiões a ser agraciada com tal título.<sup>6</sup>

É notável o rápido crescimento que a AIB-Ba demonstrou, desde o seu aparecimento em 1933, em especial no interior do estado, abandonando a feição marcadamente urbana que possuía em outras regiões do Brasil.<sup>7</sup> Segundo dados da própria AIB, em 1936, a agremiação já tinha conseguido cerca de “46.000 integralistas na Bahia, distribuídos em 300 núcleos municipais e distritais”.<sup>8</sup> Provavelmente, os números que os periódicos integralistas divulgavam eram exagerados, talvez uma

---

<sup>3</sup> Reis, Laís. *Integralismo na Bahia*, op. cit., pp. 24, 26.

<sup>4</sup> *Diário de Notícias*, 22/02/1935, 15/06/1935.

<sup>5</sup> *O Imparcial*, janeiro-junho, 1935.

<sup>6</sup> Lins, Marcelo. Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936). *Dissertação de mestrado*. Salvador. Universidade Federal da Bahia, 2007, p. 146.

<sup>7</sup> Levine, Robert. *O Regime Vargas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 133. Reis, *integralismo na Bahia*, op. cit., p. 27.

<sup>8</sup> *O Imparcial*, 21/05/1936.

estratégia para conseguir outras adesões ao demonstrar a força e o êxito do movimento. Mas nem por isso tais dados merecem ser descartados, pois o crescimento das adesões que se divulgava nas páginas de *O Imparcial*, se revelou, posteriormente, em ganhos eleitorais.

Antes de se tornar partido político, em março de 1935, a AIB mostrava sua intenção em eleger seus próceres a cargos públicos, disputando a cena pública e política, no intuito de influir nos rumos do país. Atenta aos trabalhos da constituinte, a AIB enviou seu programa contendo uma análise da situação brasileira, seus problemas e possíveis soluções. Buscando posicionar-se no debate das duas alternativas políticas que se apresentavam para o futuro do regime, que deram a tônica dos debates na Assembléia Constituinte, o sigma defendeu a proposta de centralização em detrimento do federalismo, e, conseqüentemente, do maior controle do executivo sobre os demais poderes da República.<sup>9</sup> Indo na contramão do código eleitoral de 24 de janeiro de 1932, a AIB advogou contra o voto universal secreto e direto, resultado há muito almejado pelas campanhas realizadas na Primeira República, pois, a seu ver, o alto índice de analfabetismo e de fraudes eleitorais traria sérios males à sociedade brasileira. Defendeu igualmente a extinção de partidos estaduais, para diminuir o poder das lideranças políticas regionais, advogando a criação de partidos nacionais.<sup>10</sup>

O Primeiro Congresso Integralista, realizado em Vitória (ES), em fevereiro de 1934, discutiu a questão de transformar a AIB de movimento cívico e cultural em partido político, tendo como resultado, apenas, um estatuto que previa a necessidade de se implantar o Estado integral no Brasil, sem, contudo, informar os caminhos que deviam ser trilhados para a concretização deste.<sup>11</sup> De todo modo, em 1934, os integralistas participaram das eleições para os poderes legislativos em âmbito federal e estadual. No nordeste, o Ceará parece ter alcançado os melhores resultados, pois além de eleger Jeová Mota para deputado federal, em 1933, elegeu também dois deputados estaduais (Ubirajara Índio e Carlitos Benevides), em 1934.<sup>12</sup> No Maranhão, três mulheres concorreram pela AIB, entretanto nenhuma delas conseguiu uma votação

---

<sup>9</sup> Gomes, Ângela. “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização”. In Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume 3. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1991, p. 25.

<sup>10</sup> Folheto da AIB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), JT dpf. 1932.01.00/1.

<sup>11</sup> Trindade, *integralismo*, op. cit., p. 170.

<sup>12</sup> Parente, Josênio. *Anauê. Os camisas-verdes no poder*. Fortaleza: Editora da UFC, 1986, p. 13.

expressiva.<sup>13</sup> Pouco mais de um ano após a fundação do primeiro núcleo na Bahia, a agremiação concorreu também para a Assembléia Estadual Constituinte de outubro de 1934, obtendo apenas 302 votos.<sup>14</sup>

Mesmo sem nenhum representante parlamentar na câmara estadual, a AIB-Ba contou com o apoio e a solidariedade de alguns deputados autonomistas, como Rafael Jambeiro e Álvaro Catarino, opositores do Partido Social Democrático (PSD), organizado pelo governador da Bahia, Juraci Magalhães. Jambeiro em diferentes momentos se pronunciou a favor da agremiação, como por exemplo, quando requisitou que se consignasse na ata da assembléia legislativa de 28 de novembro de 1935 “um voto de louvor à Ação Integralista pelo gesto do seu chefe colocando a disposição do governo cem mil camisas verdes para combater a revolução comunista”. Seu pedido gerou apartes e confusão na Câmara estadual, na medida em que a maioria dos parlamentares via a AIB como uma entidade extremista, conseguindo apenas o apoio de Álvaro Catarino. Tempos depois sua voz foi ouvida novamente em protesto contra o fechamento da AIB-Ba.<sup>15</sup>

Os primeiros resultados eleitorais não diminuíram o ânimo dos integralistas. Não por acaso, as ações educacionais empreendidas pela AIB foram aumentando em importância e investimento. O combate ao analfabetismo tornou-se uma porta aberta para a conquista de potenciais eleitores, direcionando o papel das mulheres, condutoras das ações assistencialistas, à formação de sufragistas para o integralismo, elas também potenciais eleitoras, desde a constituinte de 1934. Assim, apesar dos ataques do sigma ao código eleitoral de 1932, este terminou por beneficiá-lo.<sup>16</sup>

Segundo Cavalari, o analfabetismo passou a ser encarado pela AIB sob nova perspectiva à medida que a entidade se lançava em disputas eleitorais, afastando-se, progressivamente, do “discurso que preconizava a elevação do nível intelectual das massas” e aproximando-se da idéia e necessidade de “formação de uma massa

---

<sup>13</sup> Caldeira, João Ricardo. A Ação Feminina Integralista no estado do Maranhão. In Dotta, Renato Alencar; Cavalari, Rosa Maria Feitero; Possas, Lídia Maria Vianna. (Org.). *Integralismo: Novos Estudos e Reinterpretações*. Rio Claro: Cruzeiro editora e artes gráficas, 2004.

<sup>14</sup> Sampaio, Consuelo. *Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República (1930-1937)*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992, p. 117.

<sup>15</sup> *O Imparcial*, 29/11/1935, 01/12/1935. Laís Reis aponta em sua obra para uma proximidade entre integralistas e antijuracistas. Reis, *integralismo na Bahia*, op. cit., p. 31.

<sup>16</sup> Cavalari, Rosa. *Integralismo: ideologia e organização de partido de massas (1932-1937)*. São Paulo: Edusc, 1999, pp. 62-65.

eleitoral”.<sup>17</sup> No estado da Bahia em que o analfabetismo se mostrava expressivo, atingindo 80% da população, havia um terreno fértil para as ações educacionais, que foram iniciadas pela Legião Baiana contra o Analfabetismo e passaram a ser encampadas pela AIB-Ba. Pertencentes a agremiação foram registradas escolas em São Felipe, Pontal, Jequiçá, Itabuna, Rio Novo e Jequié.<sup>18</sup>

Com a proximidade do pleito para prefeito e vereador ocorrida no início de 1936, a AIB não demorou a apresentar seus candidatos ao “sufrágio” a “todos os simpatizantes e todos os brasileiros”. O departamento eleitoral organizado pela agremiação colocou-se a disposição para “atender aos integralistas e a quantos desejam instruções sobre o pleito”. Nesse sentido o congresso provincial integralista que teve lugar na Bahia chegou em tempo oportuno. Realizado no início de novembro de 1935, a vinda de Plínio Salgado para participar do evento motivou as fileiras dos camisas-verdes a comparecerem às urnas. Sua passagem por Salvador fazia parte de um conjunto de viagens ao norte para presidir congressos provinciais que tinham por fim tratar da eleição municipal e presidencial, entre outros assuntos. Ao chegar, Salgado sentiu um clima tenso, ventilado por violentos boletins, paralisações de trabalhadores e ameaças contra os integralistas.<sup>19</sup>

Enquanto os antifascistas fizeram frente à realização do congresso integralista na capital Salvador, as autoridades municipais já haviam iniciado o cerceamento das atividades integralistas no interior do estado, provocando vários choques entre os camisas-verdes e os agentes policiais. A disputa eleitoral, se não estava no centro do embate, certamente motivou violências e arbitrariedades.

Contra um movimento que se mostrava autoritário havia um governador de hábitos militares que não perdeu a oportunidade para fechar os núcleos da AIB-Ba dois anos antes que o governo federal o fizesse, em 1938. Militar de carreira e tenente participante da revolução de 30, Juraci Magalhães havia sido escolhido para interventor do estado baiano pelo então chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, a partir de uma lista tríplice, apresentada pelo então delegado Militar do Governo Provisório e seu representante nos Estados do Norte, Juarez Távora, em 1931.<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> Cavalari, *integralismo*, op. cit., p. 62.

<sup>18</sup> *Diário de Notícias*, 28/05/1935.

<sup>19</sup> *O Imparcial*, 05/12/1935

<sup>20</sup> Verbete Juraci Magalhães. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Cd-rom. FGV-CPDOC.

Juraci Magalhães enfrentava o descontentamento e os ataques dos políticos alijados pela revolução de 30, os autonomistas. Dois deles, J.J. Seabra e Otávio Mangabeira, que eram rivais na Primeira República, formaram uma unidade contra Juraci ao se unirem na legenda denominada Concentração Autonomista. Para combater a animosidade contra sua interventoria, Magalhães angariou apoio entre líderes políticos municipais, que dominavam os processos políticos no interior do estado formando com eles uma poderosa máquina eleitoral. Ademais, organizou o Partido Social Democrático (PSD), que se tornou um dos mais influentes na política nacional. A habilidade político-administrativa de Juraci, que reverteu a hostilidade que recaía sobre si, mantendo-se no cargo de chefe executivo, conquistara o prestígio e influência junto ao presidente Vargas.<sup>21</sup>

Em 1934, isto é, quatro anos depois de chegar à Bahia, Juraci Magalhães havia ascendido ao cargo de governador da Bahia, pelo PSD. Após sobressair-se aos autonomistas, Juraci Magalhães voltou suas forças, em 1936, contra o crescimento da AIB-Ba, que se apresentou como mais um competidor do seu PSD. Se, para o sigma, conquistar cargos na administração pública era importante para a aquisição de verbas e aprovação de suas propostas, influenciando nos rumos do país, para o governador da Bahia, era necessário proteger seu capital político eleitoral conquistado durante sua interventoria.

### *Sobre os capítulos*

Os dois primeiros capítulos apresentados na tese têm por fim investigar e analisar o dissídio entre os integralistas e as autoridades municipais e estaduais na Bahia. Uma contenda local que ganhou repercussão nacional ao ser discutida por outras autoridades estaduais, como também federais nas esferas do legislativo, executivo e judiciário. Esse acontecimento foi digno de nota na história do integralismo, da Bahia republicana como também do governo Vargas, sendo citado por estudiosos desses temas. Apesar dos comentários pontuais que podem ser encontrados em diferentes obras, essa história carecia de densidade de análise, para que questões pertinentes fossem desveladas.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Sampaio, *poder e representação*, op.cit., pp. 86-93.

<sup>22</sup> Sampaio, *poder e representação*, op.cit., Tavares, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: Edufba, 2001. Reis, Laís. *Integralismo na Bahia*, op. cit. Brito, Giselda. A lógica da suspeição contra a

O primeiro capítulo aqui apresentado tem por objetivo investigar e analisar os diversos choques entre integralistas e as autoridades baianas que tiveram início nas ruas, mas logo passaram a ser discutidos e decididos na instância jurídica, na medida em que os camisas-verdes enxergaram no arbítrio das leis uma possibilidade de escapar da repressão policial. As diferentes estratégias utilizadas pelos correligionários do sigma para sobreviverem as arbitrariedades impetradas por Juraci Magalhães e a campanha difamatória que os camisas-verdes iniciaram contra o referido governador da Bahia, acirrando o embate entre as duas forças e provocando intensos debates na câmara federal também serão discutidos neste capítulo.

A publicidade que o cerceamento das atividades integralistas ganhou nas páginas dos periódicos que envidavam seu apoio aos camisas-verdes forneceu material substancial para a elaboração deste capítulo. Ademais, o livro *O governo da Bahia e a defesa da República*, publicado no ano de 1936, que reúne os discursos do deputado federal pelo PSD, Clemente Mariani, em favor do governo da Bahia, foi essencial para nortear parte dos debates ocorridos na Câmara Federal que girou em torno do dissídio entre o governador da Bahia e seus opositores políticos (autonomistas e integralistas).<sup>23</sup>

Inspirado pela microhistória, o capítulo II inicia com uma história miúda sobre o fechamento dos núcleos da AIB-Ba, que ganhou repercussão nacional. A fase mais agressiva da agremiação em sua tentativa de articular um movimento armado para resolver a contenda que havia se instaurado contra autoridades baianas, assim como a decisão do governo da Bahia em se utilizar desse movimento para forçar o governo federal a emitir uma medida que caracterizasse a AIB como uma agremiação subversiva, ilegalizando-a, reprimindo-a e retirando-a do cenário político da década de 30 será analisado.

O processo do fechamento da AIB-Ba, rico em detalhes sobre os integralistas baianos e seus procedimentos contra as violências que recaíram sobre si, foi documento base para averiguar a experiência dos camisas-verdes que enfrentaram a repressão. Os documentos formulados pelo governo da Bahia, entrelaçado às correspondências trocadas entre autoridades estaduais e federais possibilitou compreender as diferentes

---

força do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco. *Tese de doutorado*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002. Levine, *o regime de Vargas*, op. cit. Camargo, Aspásia. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio fundo editora, 1989.

<sup>23</sup> Mariani, Clemente. *O governo da Bahia e a defesa da República: contra as agitações extremistas*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989.

estratégias entre as autoridades estaduais e federais em relação ao integralismo e contribuiu para contar, de forma encadeada, os meandros desse dissídio político.

O terceiro capítulo trata da retirada da AIB da cena política realizada pelo Presidente da República e a repressão que sofreu após o levante protagonizado no Rio de Janeiro em resposta ao fechamento dos partidos políticos. Na Bahia, os integralistas conseguiram uma sobrevida pelas vagas abertas pelos interventores federais, que simpáticos aos camisas-verdes permitiram que alçassem postos no governo.

Para a elaboração deste capítulo foram utilizados processos do Tribunal de Segurança Nacional que evidencia a relação pouco harmônica entre a vigilância policial e os atos do judiciário em relação à AIB. Além das denúncias políticas, que não era prática nova, sendo largamente utilizada de alto a baixo na sociedade e que se voltou para a direita política enredando seus militantes.

Afinal, a AIB que surgiu e floresceu nas frestas do pensamento autoritário que permeava a política brasileira, desejava tornar-se uma alternativa de poder ao governo Vargas, através de seu crescimento eleitoral que ameaçava a instabilidade de poderosas autoridades estaduais. Mas quais as possibilidades de escapar da vigilância e violências policiais, que foram apoiadas pela agremiação contra outros grupos políticos, para concretizar suas ambições políticas?

## Capítulo 1: O embate entre o Governador da Bahia e os integralistas

“Sabe Vossa Excelência que, pessoalmente, minha orientação doutrinária é pela adoção do integralismo no Brasil.”<sup>24</sup>

Quando Jeová Mota,<sup>25</sup> deputado federal pela Liga Eleitoral Católica (LEC), subiu na tribuna da Câmara Federal para discursar aos seus colegas parlamentares, em 10 de setembro de 1936, o clima era tenso e o momento delicado. Em vista disso, informou que ia “tecer comentários serenos”, pois o seu “feitio” lhe indicava que suas palavras tivessem “comedimento e meditação”. Na semana anterior, estivera na Bahia a pedido do líder nacional do integralismo, Plínio Salgado, para acompanhar as ocorrências em torno do fechamento dos núcleos baianos da Ação Integralista Brasileira (AIB), ocorridos na madrugada de dois de setembro de 1936. Na ocasião, o governador da Bahia, Juraci Magalhães, lhe informara (assim como fez à imprensa), estar de posse de documentos que comprovariam as “atividades conspiratórias do integralismo no Brasil”.<sup>26</sup> Estes documentos, segundo Magalhães, evidenciavam que os camisas-verdes estavam entregues ao “trabalho de urdidura de um plano que, mais hoje mais amanhã, rebentaria sob forma de atentados pessoais, eliminações de autoridades e terrorismo”.

Após informar que os integralistas não temiam a divulgação dessas provas por combater e condenar, em seu programa, as conspiratas e motins, Mota pediu aos “diversos deputados representantes dos diferentes governos estaduais” testemunhos de

---

<sup>24</sup> Carta de Juraci Magalhães para Getúlio Vargas, em 01/06/1933. CPDOC. GV 1933.06.01/2.

<sup>25</sup> Jeová Mota nasceu em Maranguape (CE), em 1907, cursou a Escola Militar do Realengo (RJ), em 1920 e participou da fundação da Legião Cearense do Trabalho, em 1931, juntamente com o tenente Severiano Sombra e o padre D. Helder Câmara, também simpatizantes da AIB. Em 1933, tornou-se o primeiro deputado federal eleito pelo integralismo, com o apoio da LEC. Manteve-se no cargo até 1937, quando renunciou o mandato e abandonou o integralismo, antes do anúncio do Estado Novo. Em 1945, já militando pela esquerda, candidatou-se ao senado pelo Partido Comunista Brasileiro. Dados retirados de Parente, Josênio. *Anauê: os camisas-verdes no poder*. Fortaleza, Edições UFC. 1986, p. 13. DBHB. Cd-rom. FGV-CPDOC.

<sup>26</sup> Juraci Magalhães nasceu em Fortaleza (CE), em 1905. Militar de carreira, cursou a Escola Militar do Realengo (RJ) em 1923, saindo aspirante a oficial em 1927. Participou da Revolução de 1930, ajudando a derrubar os governos constituídos no Nordeste. Foi indicado numa lista tríplice pelo Delegado Militar junto às interventorias do Norte e Nordeste, Juarez Távora, e escolhido pelo presidente Vargas à interventor da Bahia, em 1931. Participou da criação do Partido Social Democrático (PSD), em 1933, agremiação que elegeu a maioria dos deputados e vereadores do estado na década de 1930. Instalada a constituinte baiana, em 1935, Juraci foi eleito indiretamente governador do estado da Bahia, permanecendo no cargo até 1937, quando é decretado o Estado Novo. Em 1945, voltou a ser eleito pelo estado da Bahia ao cargo de deputado federal. DBHB. Cd-rom. FGV-CPDOC.

que a AIB não dava indícios de conspiração, “em todas as demais circunscrições da República”. Aproveitou o ensejo para comentar também que tais acontecimentos surpreenderam a AIB, pois esta se encontrava dedicada a “um proselitismo pacífico, a uma propaganda de idéias pela imprensa, pela tribuna”, estendo, “inteiramente afastada de qualquer preocupação mediata ou imediata de subversão da ordem”.<sup>27</sup>

Essa não foi a primeira nem última vez que Jeová Mota subiu à tribuna para defender a AIB. Outras vezes o fez, em sua determinação de provar que, na Bahia, havia “uma perseguição sistemática” levada a cabo contra o integralismo, “desencadeada principalmente em alguns municípios do interior”, e que, em contrapartida, as autoridades do estado baiano não estavam se empenhando “com o devido zelo e a devida vigilância ao trabalho de observação das atividades comunistas”.<sup>28</sup>

Essa não foi a primeira vez que estes argumentos apareceram em cena, e tampouco a primeira repressão que o movimento integralista sofreu dentro ou fora da Bahia, mas a forma como ressoou tornou esse evento significativo, principalmente pelas questões que trouxe em seu bojo.

## **Antecedentes criminais**

O fechamento dos núcleos da AIB-Ba, em 1936, foi a consequência de uma disputa política entre o governador da Bahia e os integralistas, iniciada no ano anterior, período marcado por conquistas importantes para ambas as forças políticas. Se de um lado, Juraci Magalhães ascendeu ao cargo de governador da Bahia, pelo Partido Social Democrático (PSD), após enfrentar o descontentamento e os ataques dos políticos aliados pela revolução de 30. A AIB cresceu e redefiniu seu movimento, passando a se apresentar como partido político.<sup>29</sup>

Atentando para as notícias dos jornais e as informações dos documentos da Secretaria do Governo da Bahia, é possível afirmar que o dissídio entre integralistas e

---

<sup>27</sup> Informações deste parágrafo e do anterior retiradas do jornal *O Imparcial*, 11/09/1936.

<sup>28</sup> *O Imparcial*, 26/09/1936.

<sup>29</sup> Sampaio, *poder e representação*, op. cit. Tavares, Luis Henrique. *História da Bahia*. Salvador: Edufba, 2001. Caribé, Ana Luiza. De forasteiro a unanimidade: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934). *Dissertação de Mestrado em História*, política e bens culturais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. pp. 116-117. Cavalari, Rosa. *Integralismo: ideologia e organização de partido de massas (1932-1937)*, op. cit., p. 16.

políticos situacionistas baianos se intensificou em fins de 1935.<sup>30</sup> De forma mais precisa, Plínio Salgado informou que a contenção ao movimento iniciou em novembro de 1935. Na entrevista cedida aos jornais, após o fechamento dos núcleos integralistas baianos, em quatro de setembro de 1936, Salgado disse que “desde novembro passado, o integralismo vem sofrendo perseguições inexplicáveis”. Talvez ele estivesse se referindo a perseguição sistemática comentada por Mota em seu discurso, pois, meses antes, notícias de conflitos envolvendo os camisas-verdes e a polícia já eram publicadas. Sem explicar o motivo, o *Diário de Notícias*, em 15 de junho de 1936, publicou uma nota informando que Pirangi, no sul do estado, “estava vivendo horas de grande agitação”, em vista do choque armado ocorrido entre integralistas e soldados da polícia.<sup>31</sup>

No mesmo mês de julho de 1936, o advogado Mario da Fonseca de Barros impetrou *habeas corpus* preventivo a favor de José Cardoso Magnavita, secretário do núcleo distrital da AIB de Queimadas, no nordeste da Bahia, por ter recebido ordem de prisão do delegado local, Celson Lantier. Magnavita não chegou a ser preso, porque escapou para a casa do chefe da AIB em Queimadas, Irene Marques Silva, mas via-se “coagido na sua liberdade de locomoção”. Consta na exposição de motivos do *habeas corpus* que os integralistas de Queimadas haviam recebido, anteriormente, intimação do prefeito e do delegado de polícia daquela cidade para cessarem a propaganda doutrinária, mas os adeptos do sigma não se “intimidaram com as ameaças e continuaram sua pregação”. Esta passou a ser considerada, pelo advogado, a possível causa da ordem de prisão que recebeu Magnavita, já que o motivo não havia sido declarado pela polícia. Argumentando que houve abuso de autoridade por parte do delegado, atentando contra a constituição e leis em vigor que garantiam a livre propaganda, Barros consolidou seu pedido de garantia de liberdade ao seu cliente.<sup>32</sup>

Os juízes da corte de apelação concederam o pedido de *habeas corpus* por considerarem “evidente o constrangimento ilegal”, aceitando os documentos anexados pelo impetrante que consistia em telegramas ao chefe provincial da AIB, informando a situação de cerceamento e pedindo auxílio e orientação sobre as medidas cabíveis no

---

<sup>30</sup> Os papéis do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) da Bahia não foram encontrados apensados às peças jurídicas para maiores informações sobre vigilância e repressão ao movimento integralista.

<sup>31</sup> *O Imparcial*, 05/09/1936. *Diário da Bahia*, 15/06/1935.

<sup>32</sup> As fontes usadas neste parágrafo e o posterior foram retirados do *habeas corpus* de José Cardoso Magnavita, 1936. Arquivo Público do Estado da Bahia (APB), seção Judiciária, série auto-crime, 220/182/39.

caso. A decisão foi de encontro ao despacho do delegado, que informava que não havia coação de sua parte aos integralistas, em especial a Magnavita, apesar de este induzir os “companheiros a promoverem desrespeito às autoridades constituídas no estado, perturbando a ordem pública”.

Embora o dissídio entre os integralistas e as autoridades municipais já houvesse iniciado, de fato, foi em fins de 1935 que as informações sobre conflitos surgiram com mais vigor, deixando a decisão dos juízes, expressa nos *habeas corpus*, de beneficiar os integralistas. O período coincide com o momento em que os partidos se preparavam para as eleições de vereadores que ocorreriam no início de 1936, época em que as notícias sobre as agressões físicas tornaram-se mais freqüentes e não apenas contra os integralistas. Era relativamente comum que nos períodos eleitorais os corpos dos adversários fossem marcados com mais firmeza pelos políticos situacionistas. Em 27 de dezembro, o líder da minoria, deputado Nestor Duarte, subiu a tribuna da câmara estadual para protestar contra a série de agressões praticadas às vésperas do pleito.<sup>33</sup> Após elogiar a política de ordem e paz que o governador vinha mantendo na capital, comentou as arbitrariedades cometidas no interior contra “elementos de orientação independente e oposicionistas”. Essas eram informações que lhe chegavam de vários pontos do estado, inclusive de Santa Maria e adjacências, onde o “coronel Clemente espalha que são comunistas os elementos adversários ao seu domínio com o fito de persegui-los e afastá-los do pleito eleitoral que se aproxima”.<sup>34</sup>

Com o estado de sítio em vigor, a denúncia de comunista passou a ser a pecha que se jogava no adversário, por ser o expediente mais fácil para enredá-lo nas malhas policiais, eliminando a concorrência. Expediente este aberto pelo governo, que não aceitou o registro do Partido Comunista do Brasil (PCB), ilegalizando-o, assim como procedeu com Aliança Nacional Libertadora (ANL), relegando-os ao arbítrio policial, ao tempo que incentivava que denúncias fossem efetivadas junto às autoridades. Sob

---

<sup>33</sup> Nestor Duarte Guimarães nasceu em Caitité (BA). Bacharelou-se na Faculdade de Direito da Bahia em 1924, e logo foi nomeado delegado do combate ao banditismo na Bahia, Alagoas e Sergipe. Candidato a Assembléia Constituinte baiana no pleito de 1934, na legenda Governador Otávio Mangabeira. Como líder da bancada oposicionista, participou dos trabalhos até 1937, quando o golpe do Estado Novo suprimiu os órgãos do legislativo baiano. *DHBB pós-1930*. Cd-rom. FGV-CPDOC.

<sup>34</sup> *O Imparcial*, 29/12/1935.

“rótulo de comunistas” foram presos indistintamente partidários da esquerda e elementos que nada tinham de comunista, detidos apenas por ousarem ter desafetos.<sup>35</sup>

Ignorado em seus primeiros protestos, Duarte voltou a comentar os telegramas que recebia sobre as violências que estavam ocorrendo no interior. Desta feita,

tais fatos se verificam, principalmente, em Barreiras, em Bonfim e Santo Antônio de Jesus. De Santa Maria da Vitória chegam telegramas de vários cidadãos que protestam contra a política de tropelias chefiadas pelo sr. Clemente de Araújo Castro. Guanambi se encontra às voltas com um delegado de polícia que, a mando do chefe local, deputado Francisco Fernandes ou quem o representa, percorre, com o destacamento embalado os distritos, intimando o eleitorado e dizendo que aqueles que não votarem com a situação serão processados como comunistas.<sup>36</sup>

Preocupado com a reiteração de tais fatos, Duarte comentou que os protestos eram necessários para se criar na “consciência de todos a necessidade inevitável de praticar uma política melhor, de que nos possamos orgulhar, ao invés da mediocridade democrática que até agora temos realizado”. Seu opositor político, o deputado pelo PSD, Aliomar Baleeiro, não ousou argumentar em contrário.<sup>37</sup> Certo de que “não podia negar os fatos porque eles eram evidentes e as suas causas muito profundas”, seria pouco “capaz de defender os opressores”. Por fim resolveu apoiar a atitude de Duarte por dizer acreditar que “o melhor serviço que a oposição pode prestar para a redenção dos costumes políticos da Bahia é apontar estes fatos e prová-los, a fim de que sejam punidos os seus autores”.<sup>38</sup>

Nestor subiu várias vezes à tribuna para informar como a oposição era tratada nos municípios baianos e cobrar que o governador da Bahia resolvesse os problemas herdados da Primeira República, que tinha na questão do voto e do processo eleitoral a crítica mais ferrenha de seus opositores e compunha uma das bandeiras da Aliança Liberal. Bandeira esta há muito deixada para trás por Magalhães, que se aproveitou da força política que as lideranças locais possuíam para se aliar a elas e montar uma

---

<sup>35</sup> Karepovs, Dainis. *Luta Subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Editora Hucitec e Editora UNESP, 2003, p. 59. Sá Mota, Rodrigo. *Em guarda contra o perigo vermelho (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 203.

<sup>36</sup> *O Imparcial*, 15/02/1936.

<sup>37</sup> Aliomar Baleeiro nasceu em Salvador (BA) em 1905. Ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Bahia, imprimindo uma orientação favorável ao situacionismo estadual e ao governo de Getúlio Vargas. Em 1934, aderiu ao PSD e concorreu as eleições para a Assembléia Constituinte da Bahia. Promulgada a constituição de 1935, Baleeiro permaneceu na Assembléia Legislativa como vice-líder da maioria do PSD. Acompanhou Juraci em sua oposição a Vargas e as vésperas do Estado Novo foi preso por 24 horas a mando de Fernando Dantas. *DHBB pós-1930*. Cd-rom. FGV-CPDOC.

<sup>38</sup> *O Imparcial*, 15/02/1936.

máquina eleitoral que o sustentou no poder. Pouco diverso do que acontecia em outras regiões do país, o arbítrio das leis verificado nos períodos eleitorais baianos continuava sendo manchetes nos diferentes jornais. Ademais, desde agosto de 1935, os deputados estaduais da minoria se pronunciavam contra as violências ocorridas em várias cidades do interior sem que medidas fossem tomadas para assegurar plena liberdade ao pleito municipal. Em vista disso, cobraram um posicionamento do governador para que inquéritos fossem abertos e as liberdades constitucionais fossem garantidas, o que não se confirmou.<sup>39</sup>

Enquanto Duarte culpava o corpo policial pelas violências, *O Imparcial* por vezes informava que os policiais do interior seguiam as ordens dos prefeitos, que exerciam mais autoridade no município do que o governador, que precisava encampar todos os atos dos seus prefeitos para evitar dissídios e rompimentos, servindo a polícia como instrumento de vinganças e perseguições. Outras vezes, insinuou que o delegado da 3ª circunscrição policial, Hanequim Dantas, incentivava as violências cometidas contra os opositores do governo no interior do estado.<sup>40</sup>

Nos fios que teciam as alianças entre o governador da Bahia e líderes políticos do interior era tácito que cada apoio incondicional das coligações municipais ao chefe do executivo, resultasse em carta branca deste para que as autoridades locais deliberassem sobre as medidas administrativas nas regiões que comandavam. Considerado o interventor que mais se afastou dos princípios “revolucionários tenentistas”, por tecer alianças com políticos da Primeira República, Juraci também é analisado como bom estrategista político, que o fez conquistar voz no Catete, mas não dispensava métodos autoritários e repressivos contra seus opositores. Sua trajetória entre a interventoria e o governo da Bahia é marcada por muitas cenas de violências praticadas contra políticos, jornalistas, comunistas, operários e estudantes.<sup>41</sup>

Com as arbitrariedades sendo explicitadas, a partir de denúncias veiculadas nos periódicos de grande circulação e na tribuna da câmara estadual, difícil é acreditar que o

---

<sup>39</sup> Sampaio, *poder e representação*, op. cit., pp. 91-92. *O Imparcial*, agosto de 1935.

<sup>40</sup> *O Imparcial*, 03/09/1935.

<sup>41</sup> Pandolfi, Dulce. A trajetória do Norte. In Gomes, Ângela (et al) *Regionalismo e Centralização política: Partidos e constituinte no anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 354. Em suas memórias, Juraci comenta que era consultado pelo presidente Vargas sobre diferentes assuntos políticos. Abreu, Alzira. *Juracy Magalhães: Minhas Memórias Provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. A respeito disso ver também: Sampaio, *Poder e Representação*, op. cit., p. 86. Sampaio, Consuelo Novais. Movimentos sociais na Bahia de 1930: condições de vida do operariado. *Universitas*. Salvador, N. 29, jan/abril, 1982, pp. 95-108.

governador da Bahia e seu secretário de segurança pública, João Facó, não soubessem das ocorrências. Em resposta aos telegramas que chegavam ao gabinete da Secretaria do Governo, informando sobre as violências desenroladas no interior, havia promessas de providências para que as agressões cessassem feitas por Facó ao governador da Bahia. Apesar disso, as queixas continuavam chegando, pois, talvez, não houvesse vontade política para resolvê-las. Sobre isso, Nestor Duarte tinha poucas dúvidas, pois quando Baleeiro requereu que os telegramas das vítimas fossem dirigidos ao governador, ele explicou que votava a favor em respeito ao seu colega, mas não acreditava “na eficiência do executivo”.<sup>42</sup>

Incluídos no grupo das oposições, os integralistas tiveram tratamento semelhante. No município de São Felipe, denúncias comentavam que o prefeito acionou o delegado para exercer “pressão brutal sobre os partidários do integralismo”, com ameaças de morte, espancamento de eleitores e criação de um clima de terror. Em Vila do Conde, os núcleos da AIB foram fechados, assim como uma escola que o mesmo mantinha, sob o pretexto que “os integralistas estavam distribuindo boletins sediciosos”. Para completar as medidas foi proibido o uso de insígnias e das reuniões que tivessem por fim discutir assuntos eleitorais, assim como toda e qualquer propaganda. Vinda de Jequié, uma carta informava que a “perseguição a integralistas e oposicionistas tem sido tenaz”, além dos maus tratos sofridos, foram fechadas oito escolas em Jequié, uma em Santa Inês e outra em Jequiriçá, onde também foi proibido o uso da camisa-verde. Apesar dos telegramas de protesto que foram enviados às autoridades estaduais, as escolas de frequência gratuitas, mantidas pelos integralistas, se mantinham cerradas.<sup>43</sup>

Acreditando que podiam ser atendidos, os integralistas de Jequié resolveram escrever um telegrama e remetê-lo ao governador da Bahia, protestando contra as medidas que estavam enfrentando.

Confiados [no] elevado espírito [de] justiça [e] patriotismo [de] vossencia venho [em] sua presença solicitar ordem [para] reabertura [dos] núcleos integralistas neste município [de] poções. Estamos privados [de] todas [as] garantias inclusive [o] uso [da] camisa-verde, propaganda [da] doutrina [e] funcionamento [das] escolas, ao contrário [de] outros municípios onde estas medidas não foram tomadas. Obedientes ordens acima ainda fomos intimidados "raspar" sigma [do] leteiro [da] Ação Integralista Brasileira [da] fachada [do] núcleo, caso inédito [no] país. sauds -

---

<sup>42</sup> APB. Seção Republicana, Secretaria do Governo da Bahia, pasta 2182. *O Imparcial*, 15/01/1936.

<sup>43</sup> *O Imparcial*, 27/12/1935, 04/02/1936.

Agripino Borges - advogado, Francisco Grangeo - engenheiro, Juvenal Oliveira - advogado, Galdino Vieira - fazendeiro, Vicente Spinelli - artista.<sup>44</sup>

Sem respostas, Agripino Borges, chefe integralista do núcleo de Poções, resolveu telegrafar ao chefe provincial da Bahia, Araújo Lima, para informar que foi preso durante duas horas por ter se recusado a raspar o frontispício do núcleo. Seu companheiro foi cercado por soldados da força policial e obrigado a fazê-lo em meio a testemunhas.<sup>45</sup>

Nas páginas do *Imparcial*, o comedimento demonstrado pelos autores do documento diante do governador, poucas vezes pôde ser notado. Em tom mais elevado, o jornal denunciou que as arbitrariedades ocorridas indicavam a “existência de um plano infernal que se está executando a toda força”, exatamente “nos lugares onde os chefes políticos que antes dominavam, sem contraste, perderam totalmente o prestígio”, como em Ilhéus, Itabuna, Rio Novo e Jequié, onde há espancamentos, prisão, invasões de lares e fechamento de escolas.<sup>46</sup>

Mesmo que a perda total do prestígio não fosse certa, na medida em que os pleitos continuavam apresentando resultados favoráveis aos antigos chefes políticos locais, é possível que a expansão e o crescimento eleitoral apresentado pela AIB-Ba tenham provocado descontentamento entre os políticos baianos situacionistas, ao imaginarem que a manutenção de bons resultados poderiam causar maiores problemas a longo prazo, caso a AIB se transformasse numa perigosa força eleitoral. Em suas memórias, o ex-integralista Rubem Nogueira anotou que partiu dos líderes políticos do interior, que dominavam os processos eleitorais nos municípios, o pedido para que o governador da Bahia ajudasse na contenção do movimento integralista. Esse argumento nos leva a pensar que a pressão e comprometimento das alianças efetuadas com líderes políticos do interior, responsável por fornecer sustentação e manutenção de Juraci Magalhães no governo, levaram-no a combater os integralistas.<sup>47</sup> Questionado em uma das viagens que fez a capital do país, Juraci afirmou ao periódico *O Globo* não perseguir os integralistas.

---

<sup>44</sup> Telegrama 27/01/1936. APB, Seção Republicana, Secretaria do Governo da Bahia, pasta 2182.

<sup>45</sup> Telegrama de 31/01/1936 divulgado no *O Imparcial*, 04/02/1936.

<sup>46</sup> *O Imparcial*, 08/01/1936.

<sup>47</sup> Entre 17/01-03/02/1935 *O Estado da Bahia* divulgou os resultados eleitorais, mostrando a vitória eleitoral do PSD governista na capital e na maioria dos municípios. Nogueira, Rubem. *O Homem e o muro: memórias políticas e outro*. São Paulo: GDR Edições, 1997, p. 121.

Apenas, nos meus discursos, faço a propaganda da democracia. Talvez eles considerem isso uma perseguição. O que é fato é que não há no estado um só integralista preso. E, apesar do “estado de guerra”, reúnem-se livremente. Ainda há pouco tempo, quando estive em Santo Amaro, realizava-se ali uma parada dos partidários do sigma. É boato essa história de perseguição...<sup>48</sup>

Para Plínio Salgado, observador das violências que os integralistas estavam enfrentando e que variam de intensidade nos diferentes estados (Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia), era comum a perseguição ser exercida “através de autoridades municipais, com a declaração sistemática da autoridade estadual de que não determinara nenhuma violência”. Esse comportamento comum dos governos estaduais significava para o chefe nacional da AIB sinal de reconhecimento de estarem transgredindo os “direitos constituídos e legítimos da AIB”.<sup>49</sup>

Mas para Juraci era um problema de alianças políticas. Se no plano nacional, ele buscava não melindrar a relação com Vargas, no plano estadual, não podia desfazer os laços com as autoridades municipais. É possível que tenha havido queixas ou pedido dos chefes políticos do interior para contenção do movimento integralista, pois a impressão dos líderes integralistas era de serem mal quistos pelas autoridades nos municípios do interior. A respeito disso, o chefe municipal do núcleo integralista de Serrinha informou ao chefe provincial da AIB-Ba que a política dominante era forte no município e que não os via com bons olhos.<sup>50</sup>

O certo é que partiu do secretário de segurança pública um telegrama, em 13 de dezembro de 1935, para os delegados dos municípios baianos, ordenando a suspensão do uso da camisa-verde e dos distintivos, em vista do estado de sítio. Aferrados aos ritos e símbolos, a camisa-verde era a peça mais importante do uniforme dos integralistas, e tinha por função “abolir as diferenças, homogeneizar e classificar diferentes segmentos no interior do integralismo”. Ela era considerada símbolo dos ideais da AIB e, por isso, a referida agremiação tornado obrigatório o uso da camisa para aqueles que ocupavam cargos nesta e necessária para os demais afiliados que compareciam aos desfiles e reuniões. As insígnias (distintivos e passadeiras) acompanhavam a camisa-verde e evidenciavam o cargo que o integralista ocupava. Se a camisa uniformiza, as insígnias destacavam a hierarquia dentro do movimento integralista, que era disciplinador. Dessa

---

<sup>48</sup> *O Globo*, 25/03/1936.

<sup>49</sup> *O Imparcial*, 08/07/1936.

<sup>50</sup> Resposta ao questionário E-1, 25/02/1935. Mariani, Clemente. *O governo da Bahia e a defesa da República*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989, p. 33.

forma, a medida terminou por descaracterizar o movimento, minando sua simbologia, considerada extremamente importante para o militante, expressando coesão e unidade, além de ser um chamariz para atrair o público e, quiçá, conquistar novos adeptos.<sup>51</sup>

Se não bastasse a proibição de peças da indumentária integralista, em muitos municípios a medida foi ampliada com proibições de reuniões e fechamento de sedes e escolas em diferentes cidades. Se não houve solicitação por parte dos chefes locais, não houve também protestos contra a medida, que foi colocada em prática, com pedidos de renovação. No início de 1936, a correspondência do prefeito de Poções informou que os integralistas, apesar de estarem a par da ordem, “entenderam [de] não obedecer [as] determinações vestindo [as] aludidas camisas como [realizando a] reabertura [da] sede onde tinha núcleo”. “Não fora [as] providências enérgicas tomada[s] [pelo] delegado seriam registrados graves acontecimentos”, em vista da resistência dos camisas-verdes diante da prisão decretada. Em 25 de março de 1936, o prefeito de Jequiariçá solicitou que o capitão Facó mantivesse a proibição determinada. Pedido este que o secretário de segurança atendeu, reiterando ao delegado daquele município “a proibição anterior para o uso da camisa-verde, em virtude do estado de guerra”.<sup>52</sup>

O governador da Bahia mostrava-se insatisfeito e preocupado com o novo cenário que se configurava, em especial por causa das informações que lhe chegavam. A véspera do pleito, uma carta lhe informava que “cerca de vinte colegas” haviam se transferido para o integralismo, transformando este no “reduto do PSD”, que ainda continuava sendo maioria, tendo assegurado cerca de 50 votos. Mas seu informante avisava que por parte dos integralistas havia “incontestavelmente um trabalho pertinaz de propaganda”, constituindo, “sem a menor dúvida, uma força eleitoral”. Além de seduzir os próceres do seu partido, a AIB, aos olhos de Juraci, parecia reunir seus “adversários mais combativos”, conforme comentou em suas memórias.<sup>53</sup>

Sensível à aproximação que se estabelecia entre integralistas e antijuracistas no estado baiano, Juraci já não se deixava levar pela possível simpatia afirmada em carta enviada ao presidente Vargas, em 1933. Nesta externou que, pessoalmente, sua

---

<sup>51</sup> Cavalari, *integralismo*, op. cit. pp. 193-197. Apesar da camisa-verde não ser tratada especificamente como um símbolo integralista no documento *protocolos e rituais*, que explica sobre os símbolos e ritos da agremiação política, a autora supracitada assim a considera e procedo de igual forma.

<sup>52</sup> Telegrama de Manoel Moreira, prefeito de Poções, ao governador Juraci Magalhães, 30/03/1936. Telegrama de Pedro Veiga, prefeito de Jequiariçá, para o governador Juraci Magalhães, 25/03/1936. APB, série Secretaria do Governo, pasta 2191.

<sup>53</sup> Carta de Abelardo Parentes para Juraci Magalhães, 14/01/1936, s/l. APB, secretaria do governo, pasta 2180. Abreu, *Juracy Magalhães: minhas memórias provisórias*, op. cit., p. 97.

“orientação doutrinária é pela adoção do integralismo no Brasil”.<sup>54</sup> No momento da refrega com os integralistas, Juraci explicou que sua simpatia surgiu da crença que o sigma poderia ser uma força “disciplinadora da mocidade”, mas havia descoberto as características do fascismo e da hipocrisia no movimento, passando a combatê-lo.<sup>55</sup> Mas sem registro de maiores indícios de proximidade com o movimento integralista, é provável que a escrita informe mais sobre as estratégias políticas do governador, que buscava angariar a simpatia de Getúlio, ao demonstrar afinidades eletivas com este, acreditando que no início Vargas “morria de amores pela AIB”.

Apesar de suas impressões, Juraci tinha ciência que o apoio que conservava no interior da Bahia não era suficiente para sustentar um ato mais categórico, pois sua força vinha, precisamente, do presidente da República, que o havia indicado à interventoria da Bahia. Em vista disso, dois anos depois da correspondência, foi ao Catete para uma conversa a portas fechadas com Vargas sobre seu propósito, que somente a posteriori se tornaria público. Após demonstrar suas apreensões em relação ao crescimento da AIB, Juraci ouviu apenas uma estória gaúcha sobre rãs, que pelo barulho que faziam pareciam muitas, embora não fossem, “pois assim são os integralistas”, encerrou Vargas a conversa. Ainda incomodado com essa questão, anos mais tarde, Juraci reafirmou em suas memórias que “na visão de Getúlio os integralistas podiam ser poucos, mas na Bahia eles chegaram a organizar vários núcleos fortes”. Recordando-se comentou que

havia, por exemplo, o de Rio Novo que atuava de maneira muito agressiva. O de Jequié também era forte, pois vivia nesta cidade uma expressiva corrente de descendentes de italianos. Em Ilhéus, no sul do estado, e em Itabuna também conseguiram muitos adeptos. Em Salvador, ganharam o meio universitário, alguns professores e mesmo oficiais da polícia e do Exército.<sup>56</sup>

Mesmo que a relação entre etnicidade e escolha política não fosse direta, Juraci compartilhava da visão de que os integralistas absorviam os imigrantes italianos e seus descendentes por enxergarem no fascismo uma identidade comum, mesmo que, por vezes, a AIB concorresse com partidos fascistas na conquista de adeptos.<sup>57</sup> Em contradição com Magalhães, o ex-militante do sigma, Rubem Nogueira, informa que a

---

<sup>54</sup> Carta de Juraci Magalhães para Getúlio Vargas, em 01/06/1933. CPDOC. GV 1933.06.01/2.

<sup>55</sup> *Estado da Bahia*, 27/04/1936.

<sup>56</sup> Este parágrafo e o anterior retirados de Abreu, Juracy Magalhães: *minhas memórias provisórias*, op. cit., p. 97. Juraci Magalhães contou essa piada na Câmara Federal quando a relação dele com Vargas mostrou-se desgastadas. *O Imparcial*, 18/09/1937.

<sup>57</sup> Bertonha, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o integralismo e o problema de descendente de italianos no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. N. 20.

quantidade de italianos não era sinônimo de crescimento integralista, pois na cidade vizinha a Jequié, chamada Jaguaquara, que tinha um número maior de italianos, o integralismo cresceu pouco. Mas na Cidade de Santa Inês, com poucos residentes de origem italiana, o integralismo floresceu, chegando a eleger um prefeito. De todo modo, os comentários de Magalhães demonstram suas preocupações com as possibilidades de inserção que a AIB poderia conseguir.<sup>58</sup>

Porém, suas inquietações parecem não ter sido consideradas, já que o encontro não foi digno de nota no frio e esquemático *Diário* de Vargas. Mas confiante numa certa proximidade que havia conseguido junto ao presidente, Juraci parece não ter esperado que o tempo se alongasse entre a piada que lhe pareceu de tom duvidoso e a carta que enviou cobrando as atitudes que a Lei de Segurança Nacional (LSN) permitia, desde sua promulgação em quatro de abril de 1935.

Utilizando-se de estratégia diferente, mais alinhada com o direcionamento da política varguista, que ainda não considerava publicamente o integralismo como inimigo do Estado, o governador da Bahia reclamou da progressão do comunismo, que abria brechas para que os descontentes com a diminuta atitude repressiva do governo para com os vermelhos buscassem se inserir na AIB, seduzidos pelo discurso anticomunista que professava, fortalecendo assim o extremismo de direita. Em suas palavras:

estou acompanhando a marcha dos extremismos no Brasil. Apreensivo às vezes. Tranqüilizo-me quando vejo vossa excelência na presidência. Sua visão política resolve tudo. Mas é preciso não encarar com otimismo uma situação que se agrava. O comunismo progride. Doutrina contrária as nossas tendências encontram adversários. Estes, vendo o governo sem dar providências, procuram no integralismo um meio de resistir a bolchevização do país (...) para onde vamos? A Lei de Segurança dorme no esquecimento.<sup>59</sup>

Sabedor da amplitude da Lei de Segurança Nacional (LSN), que podia ser estendida para diferentes agremiações políticas, prevendo transferir para uma legislação especial os crimes contra o Estado e submetendo os “subversivos” a punições rigorosas, Juraci sugeriu enquadrar os integralistas no grupo dos extremismos que, como tais, eram propensos a subversões da ordem. Mesmo que alguns estudos apontem que a LSN

---

<sup>58</sup> Nogueira, *o homem e o muro*, op. cit., p. 114.

<sup>59</sup> Carta de Juraci Magalhães a Getúlio Vargas. CPDOC-FGV, GV C 1935.06.27.

tinha apenas como alvo as esquerdas,<sup>60</sup> no seu projeto havia um dispositivo contra a AIB que Vargas não sabia se sancionava ou vetava porque apesar de entender que a entidade tinha uma “forma orgânica de governo e uma propaganda útil no sentido de disciplinar a opinião”, não confiava muito em seus dirigentes nem eles procuravam “se aproximar do governo de modo a inspirar confiança”.<sup>61</sup>

A defesa que a AIB realizava pela disciplina, ordem, nacionalismo e anticomunismo, certamente encontrava respaldo junto ao governo, apesar deste sofrer críticas do sigma, sendo acusado de manter a pátria em desordem e mostrar-se incapaz de lutar contra a ameaça estrangeira. Após os acontecimentos de novembro de 1935, na análise de Hilton, o governo passou a incentivar “o movimento integralista” como parte de sua “campanha contra a esquerda”, enxergando na AIB uma aliada na propaganda anticomunista e como um instrumento de mobilização da opinião pública, mas as autoridades federais não deixavam de rejeitar as pretensões de um projeto político autônomo que a agremiação alimentava e, aos poucos, foi buscando colocar em prática.<sup>62</sup> Assim, longe de nutrir simpatias extremadas pela AIB no início, Vargas seguia seu movimento linear, carregado de prudência e desconfiança, que confessava ao seu diário e quiçá ao seu ciclo mais íntimo.

Em contrapartida, os opositores declarados do integralismo, assim como Juraci, aproveitaram-se da LSN. Esta tramitou muito tempo no congresso, em vista dos protestos que gerou na sociedade, sendo promulgada sem nenhuma disposição aberta contra a AIB. De todo modo, havia o artigo 30 que “proibia a existência de partido, centro, agremiações ou juntas, de qualquer espécie, que visem a subversão, pela ameaça ou violência, da ordem política ou social.”. Este artigo forneceu muita munição para os rivais da AIB, que não deixaram de exigir sua proscrição, contrariando as expectativas dos integralistas, que não imaginavam enfrentar vigilância e o cerceamento de suas atividades depois do fechamento da ANL.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> Rose, R.S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social (1930-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Carneiro, Maria Luíza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, p. 373.

<sup>61</sup> Anotações, 27/03/1935. Vargas, Getúlio. *Diário*. Volume 1. São Paulo: Siciliano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

<sup>62</sup> Hilton, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986, pp. 70, 119. Camargo, *o golpe silencioso*, op. cit., pp. 198-199.

<sup>63</sup> Brito, a lógica da suspeição contra a força do sigma, op. cit., p. 43. Lei número 38, 04/04/1935. Publicada no *O Imparcial*, 11/04/1935.

## Integralismo sob pressão

O governador da Bahia, que devia ser um leitor dos diferentes jornais que circulavam no país e no estado que governava, logo deve ter percebido que havia outras vozes que se insinuavam contra os integralistas. Os jornais cariocas *A Gazeta* e *Diário Carioca* promoveram uma campanha concitando o governo a fechar o integralismo, que se intensificou após o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, agremiação de esquerda considerada subversiva e enquadrada na LSN, em junho de 1935. A propósito, *A Gazeta* publicou em "manchete" trecho do manifesto integralista que dizia: "pela força conquistaremos o poder da República". Buscando enredar a agremiação no artigo 30 da LSN, o jornal insinuava que havia igualmente intenção de assalto ao poder explicitada no seu programa. O *Diário Carioca* foi um tanto mais enfático ao anunciar que "a imprensa" pedia "ao governo que, terminado o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, inicie combate contra o integralismo".<sup>64</sup>

No afã de nomear a AIB de subversiva, muitos ignoravam as diferenças nos programas da ANL e AIB e insinuavam que elas eram semelhantes em objetivos e fins. Segundo Ribeiro Junior, deputado federal pelo Amazonas, a AIB era como a melancia do novo regime: verde por fora e vermelha por dentro.<sup>65</sup> Já para o *Diário Carioca*, integralismo e ANL tinham finalidades quase idênticas, pois ambos desejavam a transformação do atual regime. Em vista disso requisitavam

Nada mais de tréguas a Ação Integralista. Tome o governo enérgicas providências e todos os males serão sanados porque o sr. Plínio Salgado só espera o momento oportuno para dar o seu golpe. O fechamento da AIB é uma necessidade que se impõe para sossego e tranqüilidade do Brasil.

Se ANL e PCB não podem ser considerados iguais, tão pouco ANL e AIB. Mas se, nessa sopa de siglas, erravam em considerá-las gêmeas siamesas, foram perspicazes quanto à alternativa de poder ao governo Vargas que ambas as entidades aspiravam ser.<sup>66</sup>

Pressionados e cientes de que as diretrizes de seu programa podiam lhes trazer complicações, os integralistas escreveram linhas que justificassem parte de seus artigos.

---

<sup>64</sup> *Diário da Bahia*, 18/07/1935.

<sup>65</sup> Parente, Josênio. *Anauê: os camisas-verdes no poder*. Fortaleza: Editora da UFC, 1986, p. 15.

<sup>66</sup> *A Tarde*, 04/09/1936. *Diário da Bahia*, 29/11/1935.

O chefe do departamento eleitoral da AIB, Orlando Ribeiro, rebateu as acusações explicando que a agremiação não provocava desordem, alimentando ódio de classe, não pretendia a revolução das massas e sim a transformação dos homens. Trazendo a AIB para o lado oposto das ações que os integralistas atribuíam aos comunistas, Ribeiro pretendia enquadrar a entidade no discurso de ordem que o governo professava e requeria dos brasileiros. Exibindo o registro efetuado no Superior Tribunal Eleitoral (STE), declarava que a AIB já havia participado de duas eleições e se preparava para a terceira, evidenciando que a agremiação agia dentro da lei e não pretendia conquistar o poder pela violência, já que comparecia “as urnas para consagrar pelo voto a sua vontade e vai a tribuna expandir a palavra do seu programa”. A AIB se vangloriava de ter conseguido eleger, nos pleitos de 1933/1934 um deputado federal, quatro deputados estaduais, e no pleito de 1936, 20 prefeitos e 300 vereadores. Animados com os resultados, logo Plínio Salgado apresentou o programa político que concorreria às eleições presidenciais.<sup>67</sup>

Procurando se resguardar das medidas repressivas, um dos primeiros atos de Plínio Salgado, como chefe nacional da AIB, foi dissolver as milícias integralistas, uma espécie de esquadrão paramilitar, pela resolução n.19, por considerar que a forma como estava funcionando a milícia poderia ser interpretada como organização passível de enquadramento na LSN. Em seguida, os integralistas procuraram buscar apoio e proteção que acreditavam ter nas altas esferas do poder, entrando em contato com alguns deles. Logo Filinto Müller respondeu a carta do diretor d’A *Ofensiva*, Medeiros de Freitas, que solicitava seu testemunho referente a não restrição que a agremiação sofria no distrito Federal. O chefe de polícia confirmou o pedido e explicou que esta orientação foi adotada por se tratar de um partido legalmente registrado no STE, que vinha fazendo “sua propaganda dentro da ordem legal, nada justificando uma ação repressiva”. O testemunho de Müller tornou-se um trunfo na mão dos integralistas, que além de divulgá-lo em seus principais periódicos, utilizou-o em outros documentos, procurando contestar o cerceamento que vinham sofrendo em alguns estados.<sup>68</sup>

Se era preciso afastar-se do imaginário construído a despeito do comunismo, mostrar proximidade com o governo era fundamental. Estrategicamente, o deputado estadual Fairbaks declarou na câmara dos deputados de São Paulo que o governo havia

---

<sup>67</sup> *O Imparcial*, 08/06/1936.

<sup>68</sup> *O Imparcial*, 30/04/1936.

solicitado auxílio à AIB no início do ano para contenção do movimento comunista e a defesa da ordem legal. Mesmo com o comunicado de Müller afirmando que não havia requerido auxílio dos integralistas durante o último movimento subversivo, Fairbacks não esmoreceu diante da recusa do chefe de polícia da proximidade que a AIB requeria e comentou que Müller não desmentiu que o auxílio houvesse sido prestado em fevereiro, sendo que sua declaração não podia ser invalidada.<sup>69</sup>

A respeito do auxílio, para além do discurso anticomunista que professava, via de regra, os integralistas aproveitaram-se do expediente aberto pelo governo durante a repressão as esquerdas, abrindo as portas do Catete para que as denúncias sobre os militantes da esquerda fossem efetivadas e decidiram fazer dossiês de seus rivais (comunistas, aliancistas, maçons, judeus, democratas e liberais) e listas de pessoas que deveriam ser presas, preparadas pelo Serviço de Informações da AIB e enviá-las à polícia para que providenciasse a respeito.<sup>70</sup> Em matéria publicada no jornal *O Imparcial*, sugeriu-se que a AIB colaborava com a polícia na repressão ao comunismo.

De todos os pontos do território nacional, são remetidos, periodicamente, relatórios das autoridades integralistas da metrópole sobre atividades comunistas, com indicação nominal de todos os adeptos do credo vermelho. *Esse serviço do integralismo tem concorrido eficientemente para orientar a ação repressora dos poderes públicos contra a nociva infiltração marxista.* Ainda agora, fomos informados de que o setor integralista deste estado remeteu ao Rio um volumoso dossiê sobre comunismo e os comunistas da Bahia desdobrados em seções que se referem ao comunismo nas esferas do serviço público, nas classes armadas, no ensino superior, nas escolas e institutos secundários e primários, nos bancos, nos comércios e nas fábricas, nos jornais, nos círculos políticos.<sup>71</sup> (grifo meu)

Em um dos inventários da AIB-Ba continha os nomes dos deputados estaduais autonomistas Aliomar Baleeiro, Nestor Duarte, deputada estadual do PSD Maria Luiza Bittencourt, deputado classista Oscar Noblat e dos pecebistas e aliancistas Edson Carneiro e Aydano do Couto Ferraz.<sup>72</sup> Mesmo sem notícia de como a polícia utilizava essas informações, não estando plenamente comprovada essa estreita ligação entre integralistas e policiais, os opositores da AIB, em especial a ANL, denunciavam certa colaboração entre governo e integralistas, afirmando que o governo protegia os

---

<sup>69</sup> *Diário da Bahia*, 08/01/1936.

<sup>70</sup> Cancelli, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. Rose, *uma das coisas esquecidas*, op. cit., p. 62.

<sup>71</sup> *O Imparcial* 30/11/1935.

<sup>72</sup> Inventário da Bahia. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícia Política do Rio de Janeiro (PPRJ), setor integralismo, pasta 4.

integralistas e em troca os camisas-verdes executavam a “função de espiões da ordem política e social”.<sup>73</sup>

Desconfianças sobre a relação entre governo Vargas e integralismo podiam ser sentidas em outros lugares. Na Câmara federal, os deputados classistas entraram com requerimento pedindo o fechamento dos núcleos integralistas “por serem atentatórios aos princípios da liberal democracia”. Após ser motivo de acalorados debates, o requerimento passou, com o apoio das bancadas mineira e pernambucana. Mesmo com Jeová Mota argumentando que o recurso soaria como uma censura ao executivo, que sabendo haver um partido incurso na lei, deixou de providenciar a respeito, reconhecendo assim que o governo estava sendo negligente com o movimento integralista.<sup>74</sup>

A postura do governo Vargas em utilizar-se da lei de exceção para combater as esquerdas, demonstrando uma suposta leniência quanto às atividades integralistas levantava suspeitas, pois se para o fechamento da ANL havia encontrado amplo respaldo da sociedade, permitindo uma série de arbitrariedades, também havia apoio, mesmo não sendo amplo, para que semelhantes medidas fossem tomadas contra a AIB. Haja vista os telegramas e cartas que o chefe do executivo e seu chefe de polícia recebiam com elogios quanto ao fechamento da ANL. Alguns remetentes dessas correspondências criticavam a “suposta passividade” que o governo relegava aos integralistas e elaboraram sugestões de como esse quadro poderia ser revertido, utilizando dos dispositivos que o governo já havia promulgado. Assim o remetente Jonatan Alves ao escrever para Müller comentou:

Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> e aliás com o governo pelas providências iniciadas contra o comunismo esperando as mesmas se tornem definitivas em todo o país. Ao mesmo peço vênia para lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que o chamado integralismo, apesar das suas manobras inteligentes, não quer outra coisa se não a mudança de regime que é o nosso melhor padrão de glórias liberais, para implantar a ditadura fascista, que virá fazer correr no nosso Brasil (...)

O integralismo está perfeitamente enquadrado no artigo 20º da Lei de Segurança, porque organiza e dirige com o fim de mudar o regime em todo ou em parte (...) também carece de serem fichados [os integralistas], isto, aliás, para não alimentar mais ódios com a suposta passividade do governo.<sup>75</sup>

---

<sup>73</sup> “Contra a Lei Monstro! Contra o Integralismo!”. APERJ, fundo Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desps), panfleto 806.

<sup>74</sup> *Diário da Bahia*, 22/11/1935.

<sup>75</sup> Carta de Jonatan Alves para Filinto Müller, 15/08/1935. CPDOC, FM 35.07.15 chp/ad pasta I.

Se o artigo 30 previa como pena o fechamento das agremiações políticas que tivessem por fim o movimento subversivo, o artigo 20, lembrado por Alves, atingia seus partidários ao buscar punir aquele que “promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer espécie, cuja atividade se exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem política ou social por meios não consentidos em lei”. Com a ampla divulgação que ganhou a LSN, diferentes atores sociais estiveram atentos a ela, não apenas para tentar se resguardar de seus efeitos, como para enquadrar seus adversários nos artigos da severa lei.

Mesmo que a força e dinheiro empregados pelo governo na repressão desequilibrassem a balança para o lado das esquerdas, o integralismo começava a ser monitorado, constando nos relatórios e prontuários das Delegacias de Ordem Política e Social estaduais. Desde 1933, no Rio de Janeiro, as atividades da AIB eram vigiadas. Porém, das 74 reuniões e comícios realizados pelas esquerdas que foram monitorados apenas uma parada integralista foi vigiada. Em São Paulo, os integralistas passaram igualmente a constar nos relatórios dos investigadores do Dops, mas, via de regra, eles não eram responsabilizados pelos conflitos com os antifascistas, envolvendo-se neles apenas por serem provocados. Alguns desses investigadores não deixavam de demonstrar suas simpatias pela extrema direita.<sup>76</sup>

Atentos para o princípio do federalismo, que a constituição manteve, muitos governadores decidiram sua forma de lidar com o integralismo. No Maranhão, o governador Paulo Ramos, que subiu ao poder em 1936, resolveu aliar-se aos integralistas, concedendo-lhes alguns cargos de importância na administração estadual e favoreceu o amplo crescimento da AIB no estado. Em Pernambuco, é justamente em 1936 que os integralistas aparecem de forma mais expressiva nos papéis da polícia política, com vigilância de núcleos e identificação de correligionários do sigma.<sup>77</sup> Antes mesmo do governo da Bahia, o governador do Paraná determinou o fechamento de todos os núcleos integralistas e proibiu “toda e qualquer propaganda integralista, até o uso de distintivos na lapela”, fazendo Plínio Salgado escrever para Vargas em busca de apoio.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> Rose, *uma das coisas esquecidas*, op. cit. pp. 53-54. Florindo, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. São Paulo. Editora UNESP, 2006, pp. 132-133.

<sup>77</sup> Caldeira, João Ricardo. *Integralismo e política regional*. São Paulo: Annablume, 1999, pp. 88-90. Brito, a lógica da suspeição contra a força do sigma, op. cit. pp. 104-105.

<sup>78</sup> *O Imparcial*, 08/06/1936.

Se não havia uma determinação expressa por parte do governo sobre a contenção das atividades integralistas e se cada governador estava lidando com a questão a sua maneira, houve apenas providências isoladas de núcleos estaduais da AIB junto ao poder judiciário, que teve papel importante na conformação da nova República, não apenas pela quantidade de novas leis que promulgou, contribuindo para institucionalizar a repressão, mas também por ter sido chamado a interferir e decidir sobre diferentes dissídios políticos, alguns deles começaram nas ruas e passaram a ser disputados na arena jurídica. Apesar das constantes ingerências que receberam os poderes legislativo e judiciário do chefe do executivo federal, este não desejava ter sua imagem associada à punição dos considerados inimigos do estado, função relegada à polícia e à instância jurídica. Mesmo o judiciário adquirindo essa feição, os juízes que o compunham passaram a ser pressionados a garantir os direitos daqueles que foram presos e reprimidos.<sup>79</sup>

## Intervenções Jurídicas

Atento aos ataques que os integralistas recebiam, o principal periódico da AIB, nomeado sugestivamente de *A Ofensiva*, fez uma espécie de enquete com diversos juristas que respondiam questões comuns tendo como eixo a relação entre o integralismo e o extremismo. Renomados juízes foram procurados para avaliar a AIB frente à LSN e confirmar que o integralismo não podia ser tratado em pé de igualdade com o comunismo. Numa época em que novas leis eram desferidas, os bacharéis de direito ganharam notoriedade, quando seus pareceres tornaram-se relevantes e requisitados e suas defesas estendiam-se às sucessivas colunas nos diferentes jornais. Se muitos dissídios que começavam nas ruas passaram a ser decididos na instância jurídica, aqueles que podiam ferir as instituições da República, sendo previstos na Lei de Segurança Nacional, foram julgados por um tribunal especial.<sup>80</sup>

Com a LSN o governo Vargas mostrava seus incômodos com o texto constitucional de 1934, que foi considerado demasiado democrático. Antes de sua

---

<sup>79</sup> Pinheiro, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>80</sup> Chalhoub, Sidney. *Trabalho lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra*. Campinas: Editora Unicamp, 2000. Duarte, Adriano. *Cidadania e exclusão*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

promulgação, Vargas confessou ao seu diário: “com a constituição que será votada, talvez seja preferível que outro governe. Não tenho dúvidas sobre as dificuldades que vou enfrentar, e talvez seja mesmo preferível que tome outro rumo, pois já começo a acreditar que, com tal instrumento de governo, será perdido o esforço”. O descontentamento do presidente anotado em seu diário não parecia ser apenas de foro reservado, não por acaso o deputado federal pelo PSD, Clemente Mariani, no ato da promulgação da constituição anteviu:

O hábito do exercício do poder discricionário constitui o maior risco da constituição que acaba de ser promulgada. Despojado da função legislativa, cerceado nos seus movimentos pelo rigoroso sistema constitucional, é de recear que o poder executivo descubra na lei magna não um instrumento de governo, mas um obstáculo à administração. Se isto suceder a saída natural do conflito inevitável será o golpe de Estado.<sup>81</sup>

O caminho para o golpe de estado previsto por Mariani foi pavimentado com a montagem de um arcabouço jurídico para ser utilizado contra os assim chamados inimigos do Estado, que passaram a aumentar em número e diversidade num relativo curto período de tempo. O primeiro passo foi a formulação da LSN, em abril de 1935, que previa os crimes contra a segurança nacional e a punição para aqueles que tivessem a intenção de ofender ou atingir a segurança do Estado. A lei surgiu como uma emenda da constituição de 1934 e, depois da promulgação do estado de sítio, em 26 de novembro de 1935, o texto sofreu reformas, porque, segundo Vargas, ele havia saído podado do legislativo na sua primeira versão, não permitindo manter uma ação eficiente. A lei de número 136 modificou vários artigos da LSN, tornando as penas mais severas e definindo novos crimes contra a ordem política e social.<sup>82</sup>

A própria constituição recebeu emendas para possibilitar a decretação do estado de sítio e a punição dos considerados subversivos. Se a emenda dois e três possibilitava cassar patente militar e exonerar funcionários civis, ambos por decreto, a primeira emenda autorizava o presidente a decretar o estado de sítio quando houvesse atividade que atentasse contra a ordem política e social. O artigo abriu frestas para que diversas arbitrariedades fossem cometidas, em vista da suspensão temporária de certas garantias constitucionais.

---

<sup>81</sup> Discurso de Clemente Mariani na Assembléia Nacional Constituinte, 16/07/1934. CPDOC, CMA. pi Mariani, c 1934.04.16.

<sup>82</sup> Anotações, 14-16/05/1934. Vargas, *diário, op. cit.*, p. 302.

Com leis, emendas e decretos sendo promulgados, o ministro da justiça, Vicente Ráo, se movimentava e ganhava destaque, pois havia recebido a incumbência de participar da formulação e implementação das leis e medidas repressivas, apresentadas como contrapeso da Constituição, mostradas num quadro legal, com órgãos de funcionamento independente, para onde seriam lançados os considerados subversivos, com poucos direitos às garantias constitucionais. Nesse ponto consistia igualmente uma preocupação para os integralistas, pois era público que os considerados extremistas não estavam sendo bem sucedidos na utilização dos dispositivos que afiançavam os direitos dos cidadãos previstos nos artigos da carta magna.<sup>83</sup>

Logo após o levante de 1935, vários foram os pedidos de *habeas corpus*, dispositivo que podia ser acionado “quando alguém sofrer, ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade, por ilegalidade ou abuso de poder”. O advogado e deputado federal João Mangabeira impetrou alguns *habeas corpus* em favor de seu filho, Francisco Mangabeira, e demais presos incriminados por envolvimento no levante de 1935, e incentivou seus colegas parlamentares a procederem de forma semelhante, visando forçar o judiciário a aceitar e julgar o dispositivo, pois alegava inconstitucionalidade na prorrogação do estado de sítio.<sup>84</sup> Por vezes fez-se necessário impetrar mais de um *habeas corpus*, com a mesma exposição de motivos, que passava da 1ª vara federal para a 2ª, com juízes que oscilavam entre julgar-se incompetente e indeferir o dispositivo.<sup>85</sup> Cada advogado procurou interpretar o texto constitucional a sua maneira, até que a Corte Suprema sentenciou que, em vista do estado de sítio, apenas em casos excepcionais o *habeas corpus* poderia ser concedido ao detido.<sup>86</sup> A medida foi apreciada com rigor por alguns juízes. Muitos deles se utilizaram da sentença para não se envolver nos delicados dissídios que se apresentavam para que eles decidissem.

---

<sup>83</sup> Estou me referindo a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC), formada em janeiro de 1936, para investigar a vinculação com o comunismo de civis e militares, em especial os funcionários públicos, com atenção ao cumprimento das disposições contidas nas emendas dois e três da constituição e da LSN, conforme instruções do ministro da Justiça, Vicente Rao. O Tribunal de Segurança Nacional (TSN), criado em setembro de 1936, para julgar os implicados na Lei de Segurança Nacional. Verbete. *DHBB pós-1930*. CD-ROM. Rio de Janeiro: FGV.

<sup>84</sup> João Mangabeira foi deputado federal pela Bahia (1935-1937) e formou, junto com vinte outros deputados, e o senador Abel Chermont, um grupo parlamentar pró-liberdade populares para lutar contra a Lei de Segurança Nacional. Eles votaram contra o pedido de estado de sítio feito pelo chefe do executivo ao legislativo. Verbete João Mangabeira. *DHBB pós-1930*. Cd-rom. FGV-CPDOC.

<sup>85</sup> Item 23 do artigo 113 da constituição. Porto, Walter (coord). *As constituições do Brasil – A constituição de 1934*. Fundação Projeto Rondon – Minter, p. 45. *O Imparcial*, 25/04/1936.

<sup>86</sup> Nesse primeiro governo Vargas o Supremo Tribunal Federal foi denominado de Corte Suprema. O termo aparece no capítulo IV da constituição de 1934 que define sobre os órgãos do judiciário. Porto, *as constituições do Brasil*, op. cit., p. 29.

As esquerdas precisaram principiar com a utilização dos dispositivos jurídicos, mas logo os integralistas tiveram que lidar com eles, ambos com certa dificuldade, em vista do estado de sítio e, posteriormente, do de guerra, decretado em março de 1936. Tanto o *habeas corpus* como o mandado de segurança, mesmo suspensos nos estados de emergência, foram reivindicados por aqueles que estavam sendo acusados de infringir a Lei de Segurança Nacional, pois os dispositivos legais podiam garantir a soltura do preso e sua liberdade de locomoção sem cerceamento das autoridades. Pela primeira vez o mandado de segurança entrava numa constituição, estando previsto no artigo 33 do capítulo II, referente aos direitos e garantias individuais da carta magna de 1934.<sup>87</sup>

Se a constituição foi emendada para não ser rasgada, talvez valesse a pena insistir em alguns de seus artigos, considerados liberais pela AIB. Possivelmente foi isso que pensaram os integralistas, pois mesmo que tivesse o antiliberalismo como sua bandeira de luta, a carta magna foi usada para se escudarem das arbitrariedades que recaíam contra si. Em vista das reiteradas violências ocorridas no interior do estado baiano, a AIB-Ba impetrou um mandado de segurança, chamando o juiz federal a conhecer os dissídios ocorridos nos municípios baianos. Correr para a justiça foi um movimento que se tornou comum, na tentativa de escapar da repressão policial, protegendo-se no arbítrio das leis.

Para instruir o mandado de segurança, o juiz federal solicitara, um tanto antes, informações ao secretário de segurança pública da Bahia, João Facó, que requisitado a prestar contas sobre os episódios que se desenrolavam informou<sup>88</sup>

que de há muito vem os adeptos do integralismo pregando doutrina contrária a forma de governo atual, promovendo conflitos com partidários de outros credos políticos, desrespeitando medidas de ordem pública, cometendo desatinos, arrogando-se até o direito de fazer policiamento e instruir xadrez nas sedes dos núcleos como aconteceu em Mucugê. Por isso resolveu tomar medidas que assegurassem a ordem pública, a fim de evitar futuras conseqüências lastimáveis e por cobre a tais violências e abusos cometidos pelo integralismo.<sup>89</sup>

---

<sup>87</sup> O mandado de segurança podia ser usado na “defesa do direito ameaçado ou violado por ato manifestamente inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade”. Porto, *as constituições do Brasil*, op. cit., p. 45.

<sup>88</sup> O mandado de segurança foi impetrado à justiça federal, pois, em vista do estado de emergência, instaurou-se um conflito de jurisdição entre a justiça da União e do estado, a Corte Suprema precisou decidir que no estado de sítio o poder estadual deveria agir como delegado da União, “cabendo competência aos juízes federais para tomarem conhecimento dos atos praticados por autoridades do estado. *O Imparcial*, 11/02/1936.

<sup>89</sup> *O Imparcial*, 11/02/1936.

Assumindo que estava à frente das medidas “preventivas”, João Facó informava que o motivo de sua ação estava assentado no conflito que os integralistas provocavam, não mencionando a questão eleitoral como motivadora, nem o crescimento acelerado que a AIB-Ba vinha conseguindo no interior, por sinal superior ao da capital. Certamente o conjunto de fatores favoreceu a decisão da medida preventiva, que foi expedida apenas para os municípios da Bahia, tendo a autoridade policial efetivado a decretação no bojo da renovação do estado de sítio, mas ele apenas responsabilizou os integralistas por atos desmedidos, apresentando e reforçando, perante os juízes, o discurso de desordem e risco a segurança pública que a agremiação representava. Talvez o secretário de segurança pública não imaginasse que teria que se explicar pelas medidas aplicadas, mas foi obrigado a passar alguns minutos do seu tempo respondendo também ao governador da Bahia. Indagado sobre a situação, Facó replicou o telegrama de Juraci Magalhães declarando que os “núcleos integralistas foram fechados em virtude dos fatos constantes” da sua informação ao “juiz federal neste estado e de referência às escolas já havia permitido o funcionamento das mesmas”.<sup>90</sup>

Para Marcelo Lins, a condição de fazendeiro e negociante das muitas lideranças integralistas do interior, foi o que motivou a imposição de suas convicções políticas pelo uso da força, terminando por provocar alguns choques entre os integralistas e a polícia.<sup>91</sup> De acordo com o subdelegado de Itapuhi (atual Itaporá), os integralistas eram inconvenientes e desrespeitosos, “chegando ao ponto de se arvorarem autoridades e fazerem o policiamento, com grupos armados a cacete!”, e continuou:

a ordem pública que há muito vem ameaçada pelos elementos integralistas locais, os quais, sem o menor respeito às autoridades legalmente constituídas, vinham cometendo uma série de arruaças e desatinos inclusive ataques pessoais as nossas mais altas autoridades e ameaças físicas aos nossos amigos e correligionários pelos simples fatos de não estarem de acordo com a sua doutrina.<sup>92</sup>

No afã de serem polícia, os integralistas tiveram atitudes desmedidas e encontraram reação por parte do corpo policial que beirou ao excesso de violência com espancamentos, ameaças e prisões, precisando os camisas-verdes recorrerem à mesma polícia e a justiça para queixarem-se, colocando-se, estrategicamente, como vítimas das

---

<sup>90</sup> Telegrama, 04/02/1936. APB, Seção Republicana, Secretaria do Governo, pasta 2182.

<sup>91</sup> Lins, os vermelhos nas terras do cacau, op. cit., p. 146.

<sup>92</sup> Este e o parágrafo posterior são informações do processo 171. Ofício enviado pelo subdelegado Silvino Gomes. Arquivo Nacional (AN), fundo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), processo 171.

agressões para que conseguissem proteção. No seu depoimento, o integralista José Pereira Barboza assumiu “ter dado ronda armado a cacete”, mas após a ação da força policial, ele e seu companheiro José Firmino de Lima foram para Itabuna, procuraram a polícia e a justiça para contar sobre os excessos policiais. Relegados à repressão, os integralistas correram da polícia ao tempo que corriam para ela com o fito de reivindicar direitos e denunciar arbitrariedades.

Se as ações foram arbitrárias de ambos os lados, a AIB embasou os atos dos integralistas no argumento da legítima defesa. Ademais, acusaram as autoridades policiais dos municípios de passarem informações incorretas, considerando que “os delegados do interior, os que funcionam nas zonas onde o integralismo é um fato, enchem o juízo do sr. secretário de segurança de notícias tendenciosas”. Segundo *O Imparcial*,

nunca foram desordeiros os integralistas e se alguns tem reagido, em defesa da própria vida, nada mais tem feito do que usar de um direito universalmente conhecidos sendo, entretanto, desconhecido das autoridades do interior baiano: a legítima defesa.

Os integralistas têm departamentos de polícia nos âmbitos nacional, provincial, municipal e distritais perfeitamente organizados para fazer sindicâncias em torno das atividades extremistas, no sentido de inutilizar seus propósitos criminosos.

(...) se algumas sedes integralistas têm xadrez, (..) deve-se ter em mente que, os que para lá vão, disciplinarmente, se submetem de moto próprio a isso, para darem exemplo aos outros. A polícia, acaso, tem alguma coisa a ver com a casa alheia, onde não chegam as disposições das leis que regem suas obrigações?<sup>93</sup>

Na impossibilidade de negar seus atos desmesurados, os integralistas decidiram defender-se chamando outros dispositivos presentes no artigo 113 da constituição, que definia sobre os direitos e garantias individuais. A discrepância entre o espaço público e o privado apresentada pelo periódico, atribuindo a função da polícia apenas a vigilância da rua e não da casa, era uma tentativa de encaixar seus argumentos no artigo da constituição que garantia a inviolabilidade do domicílio, prevendo que a “casa é o asilo inviolável do indivíduo, sendo que nela ninguém poderia penetrar sem o consentimento do morador”. Em acréscimo, explicaram que, se a polícia não tinha meios nem força para manter a ordem e impedir os atentados as suas sedes, os integralistas arrogavam-se o direito de defesa.<sup>94</sup>

---

<sup>93</sup> *O Imparcial*, 11/02/1936.

<sup>94</sup> Item 16 do artigo 113 da constituição de 1934. In Porto, *as constituições do Brasil*, op. cit., pp. 44-45. *O Imparcial*, 11/07/1935.

É patente a tentativa de manipulação dos artigos do texto constitucional e do direito penal, distorcendo-os em proveito próprio. A legítima defesa era aceita como um recurso utilizado na defesa de uma agressão, mas desde que essa não fosse provocada pela vítima e que sua defesa tivesse por fim o encerramento da violência. Um tanto diferente de manter e provocar novos conflitos, como os integralistas estavam procedendo. A inviolabilidade do domicílio era prevista na constituição, porém não era considerado crime o agente que, observando as formalidades legais entrasse para efetuar prisão ou outra diligência. Afora isso, a defesa e a ordem pública, que os integralistas atribuíram para si, eram prerrogativas do Estado, não relegando essas funções a outrem.<sup>95</sup>

A defesa dos integralistas publicada no jornal, de certo, teve o objetivo de informar e ou induzir a opinião pública sobre o caso. A falta do mandado de segurança impede saber a argumentação empregada pelo advogado. Ficamos informados apenas que o dispositivo impetrado pela Ação Integralista, primeiro à justiça federal e depois à Corte de Apelação do estado da Bahia não teve resposta, pois os juízes de ambas as instâncias se julgaram incompetentes para avaliar o dissídio. Mas enquanto o processo se desenrolava, o secretário de segurança pública informou ao juiz federal e à Corte de Apelação que havia restabelecido o direito dos integralistas usarem a camisa-verde e os distintivos do seu partido. Mas a medida parece ter durado pouco tempo, pois em vista da decretação do estado de guerra, João Facó resolveu revogá-la.<sup>96</sup> A frustração com a nova situação que os integralistas da Bahia passaram a enfrentar dá o tom da carta que o chefe provincial Joaquim de Araújo Lima enviou ao chefe municipal de Itabuna, Nelson de Oliveira.

Recebi a sua carta que dizia estar ansioso pelo resultado do famoso mandato de segurança que impetramos aos dois juízes dessa capital. O nosso companheiro Mario Barros que foi advogado impetrante tinha terminado as razões sobre o conflito de jurisdição quando veio o estado de guerra. Como sabe, o estado de guerra implica na suspensão de todas as garantias constitucionais (...). Agora não podemos fazer nada. O Facó que tinha permitido o uso das camisas mandou que os delegados a proibissem novamente. Aqui na capital tudo calmo como de costume. Quanto ao interior temos que manter uma atitude, viver. Se pudermos ir mais adiante e realizarmos inscrições, melhor, se não for possível, o papel do chefe

---

<sup>95</sup> Pirangibe, Vicente. *Consolidação das Leis penais de 1932*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio Rodrigues e C., 1933. pp. 43-44, 99.

<sup>96</sup> *O Imparcial*, 18/03/1936. A competência aqui referida significa a medida da jurisdição na atividade dos órgãos do poder judiciário ou ainda a delimitação da jurisdição. Felipe, Donaldo. *Dicionário Jurídico de bolso*. Campinas: Millennium Editora, 2009.

municipal é manter a coesão das fileiras e sustentar o moral daqueles que querem fraquejar. Sei que é difícil aos próprios chefes permanecerem serenos ante tantos torpes, é covardia.<sup>97</sup>

Se o estado de sítio suspendeu algumas garantias constitucionais, a decretação do estado de guerra suspendeu o artigo 117, que colocava limites na execução do estado de emergência, e do artigo 113, em quase toda sua completude. Considerando a suspensão das muitas alíneas do artigo 113 como a liberdade de associação para fins lícitos, sigilo de correspondência, livre manifestação de pensamento, inviolabilidade de domicílio, publicação de livros e periódicos sem licença, é explícito que houve uma significativa diminuição dos direitos individuais ao tempo que aumentou o poder de polícia. O dito artigo que, via de regra, era utilizado na argumentação dos advogados para a defesa de seus clientes passaram a não ter mais efeito, limitando de forma considerável a defesa do réu. Mas isso não significou, necessariamente, que os advogados deixaram de fazer uso dos artigos suspensos, na medida em que desejavam manter pressão sobre os juízes. Da mesma forma os *habeas corpus* e mandados de segurança foram suspensos, mas a permanência do seu uso obrigou a Corte Suprema rediscutir e definir sobre a questão.<sup>98</sup>

A decisão ocorreu no início de abril de 1936, quando a Corte Suprema deliberou que os pedidos de *habeas corpus* e mandados de segurança, apesar do estado de guerra, seriam submetidos a julgamento, “quer pelos juízes quer pelos tribunais”. Foi sugerido que em ambos os casos fosse ouvido o governo “para dizer da conveniência, do não constrangimento ou da ilegalidade referentes aos pacientes”. A decisão foi importante, pois até então os juízes vinham entendendo não conhecer a matéria, estagnando muitas ações legais.<sup>99</sup>

Adiantando-se a qualquer medida do judiciário, o secretário de segurança pública da Bahia fez com sua medida ganhasse publicidade nos municípios, não por acaso o delegado do sul do estado, Salomão do Nascimento Rehen, lançou edital público, em 29 de março de 1936, para conhecimento de todos que, “tendo em vista o estado de guerra recentemente decretado pelo governo federal para todo o país”, o capitão João Facó “resolveu manter a proibição do uso da camisa-verde e outros distintivos do partido integralista”.<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> Carta de Joaquim de Araújo Lima para Nelson de Oliveira, s/d. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, TSN, processo 202.

<sup>98</sup> *O Imparcial*, 25/03/1936.

<sup>99</sup> *A Tarde*, 09/04/1936.

<sup>100</sup> Medida decretada em 21/03/1936. Edital publicado em *A Ofensiva*, 09/04/1936.

Porém, os telegramas de Poções, Mucugê e outros municípios informavam que mesmo antes da renovação da medida proibitiva, a contenção ao movimento integralista se manteve. Os documentos relatam prisões efetuadas por autoridades policiais aos integralistas que ousaram vestir a camisa-verde. Em Poções foram detidos numerosos adeptos do sigma, entre os quais o chefe integralista local, Agripino Borges.<sup>101</sup> De Jequiçá, Italino Vita informou que sofreu agressão verbal por parte do delegado por ter

vestido minha família [com a] camisa-verde enquanto tirava fotografia [em] frente [a] minha residência fui chamado [a] delegacia sendo estupidamente tratado [pelo] delegado local que apontando [para a] camisa mandou tirar esta porcaria [e] em seguida foi [ao] quartel mandando dois policiais escoltar-me. Como nesse momento já tivesse tirado [a] camisa, voltou provocando-me [em] plena rua, chamando-me [de] canalha e dizendo [que] se não tivesse tirado ele rasgaria [a] camisa no quartel.<sup>102</sup>

O telegrama termina com a indignação de Vita sobre o ocorrido, denunciando o abuso de autoridade ao asseverar que: “arbitrariedades desta natureza não têm precedentes [na] história [de] Jequiçá, causando verdadeira revolta a população”. No mês de abril, um novo dissídio envolvendo os Vita foi parar na justiça, pela pena do advogado Adalberto Lustosa de Aragão, que impetrou um *habeas corpus* preventivo em favor de Italino e seu familiar, Miguel Vita Sobrinho, membros do núcleo integralista e “negociantes conceituados estabelecidos em Jequiçá”. Ambos se achavam homiziados depois que souberam, no dia da chegada do “agente especial, enviado pela secretaria de polícia”, a notícia de que seriam presos, passando a se considerarem ameaçados de sua liberdade pelo delegado. Na exposição de motivos consta que em vista de boletins com trechos do discurso contra os integralistas, proferido pelo governador da Bahia e espalhados na cidade a mando do prefeito, os integralistas resolveram confeccionar boletins, na cidade de Areia, com as opiniões favoráveis de Vargas e Filinto Müller a respeito da AIB, reconhecendo-a como entidade legal. Sabedor da confecção dos tais boletins, o delegado Arquimedes Faria e o prefeito, acompanhados da força policial, dirigiram-se para a estação férrea e apreenderam, sem formalidades legais, os boletins que tinham a sede integralista de Jequiçá seu endereço certo.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup> *O Imparcial*, 18/03/1936.

<sup>102</sup> *O Imparcial*, 05/03/1936.

<sup>103</sup> Informações deste parágrafo e do posterior retirados do *habeas corpus* de Italino Vita e outro, 1936. APB, seção judiciária, auto-crime, 220/200/77.

O delegado confessou ter ficado surpreso com o pedido de informações do juiz da Corte de Apelação, pois na delegacia que comandava não havia nenhuma ordem de prisão contra os Vita, que se encontravam empenhados na “compra de fumo no interior do município”. Afirmou que pela sua mente “nunca passou a idéia de prendê-los, e se isto houvesse pensado, teria posto em prática logo após a apreensão dos boletins”. Depois do seu comunicado sobre o ocorrido ao secretário de segurança pública, este resolveu enviar um investigador para aquela localidade a fim de que se descobrissem “as oficinas onde foram confeccionados os boletins, como medida de prevenção contra o extremismo”. Mas o investigador, afirmara Arquimedes Faria, não trouxera ordem de prisão alguma nem fez ameaças. Diante do despacho do delegado, os juízes da Corte de Apelação julgaram o *habeas corpus* sem efeito, na medida em que não havia ordem de prisão contra os Vita.

Nos *habeas corpus* preventivos evidencia-se o temor e insegurança que os integralistas viviam em diferentes municípios baianos diante das autoridades locais, mesmo porque eles enfrentavam o cerceamento policial tentando manter algumas atividades. Diante da restrição da liberdade que a AIB-Ba enfrentava, seu chefe provincial, Joaquim de Araújo Lima, já havia emitido, desde fevereiro de 1936, uma circular aos chefes municipais orientando sobre como deviam proceder em vista do fechamento das sedes integralistas.

Companheiro chefe municipal

As providências tomadas junto aos poderes competentes não conseguiram ainda o fim almejado. (...) Conquanto dura a situação de vexame de alguns núcleos devem os companheiros reunirem-se em casas particulares, mantendo aceso o fogo sagrado e continuando ativamente o trabalho de propaganda individual com o fichamento de novos companheiros.<sup>104</sup>

A contínua repressão feita aos integralistas no estado da Bahia os levou a realizar diferentes manobras para manter parte de suas atividades e, em alguns documentos, passaram a evidenciar que estavam dispostos a executarem atos mais categóricos, não por acaso Joaquim de Araújo Lima animou seus companheiros afirmando que “o dia não está distante em que a nossa justiça implacável castigará todos os que empregam a violência contra nós”. O revide anunciado pelo chefe provincial certamente não seria efetivado dentro das leis e, para o planejamento deste, possivelmente, as reuniões

---

<sup>104</sup> Circular, 19/02/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB-Ba. AN, fundo TSN, processo 202.

fechadas eram importantes, conforme veremos no próximo capítulo. Alguns integralistas seguiram a orientação de reunirem-se em suas residências, mas a polícia manteve-se atenta se mostrando disposta a lançar mão de outras medidas para levar a diante sua decisão de continuar impedindo as atividades integralistas. Em carta, Júlio Oliveira, do núcleo de Itabuna, queixa-se da dificuldade que passou a ter por fazer reuniões em sua casa.

Companheiro Muniz, ontem à noite chegaram três soldados de polícia mandado pelo subdelegado Antonio Araújo, proibindo em minha casa o ajuntamento de mais de cinco pessoas. Você sabe que nossa casa é onde trata de integralismo, por isso a proibição, e isso eu não obedeço. Eles já começaram com as infâmias de dizer que eu tenho costas largas para aguentar perseguição. Se houver conveniência, caso você veja que é necessário, requeira um *habeas corpus* para poder me manter com liberdade em meu lar. Não me amedronto com essas afrontas todas de aguentar perseguição.

Pelo bem do Brasil!

Anauê!<sup>105</sup>

As queixas dos integralistas referente a demora da justiça em decidir sobre o dissídio que se mantinha no estado da Bahia parece ter diminuído a crença deles nos dispositivos legais como forma de inibir os excessos policiais, representando um importante instrumento de luta empregado pelos integralistas contra as autoridades municipais. Afora isso, pelas páginas do jornal *O Imparcial* os integralistas pressionavam para que a autoridade superior do capitão Facó corrigisse tais atos, “evitando que, na Bahia, haja tratamento diverso do que lhes é assegurando em todos os outros pontos do território nacional”. Se não havia duas constituições, nem duas leis de segurança, nem dois estados de sítio – um para a Bahia e outro para o resto do Brasil – como a AIB poderia estar sendo reprimida na Bahia?, além dessas indagações reclamaram:

os delegados do interior querem justificar a arbitrariedade que estão praticando com o estado de guerra! ontem era o sítio que se invocava para perseguir no interior baiano os mesmos integralistas que na capital da República, nos estados do sul e até mesmo na capital da Bahia e estados do norte, gozavam de todas as garantias que a sua situação de partidários de um credo político que tem por princípios a defesa da ordem, o culto da pátria e a preservação das tradições brasileiras lhe asseguram. Hoje, com a decretação do estado de guerra, que confere poderes discricionários ao governo federal, os integralistas continuam a desenvolver suas atividades, dentro das normas que a situação excepcional impõe, como o fizeram durante o sítio, sem

---

<sup>105</sup> Carta do Júlio para Muniz Oliveira, 14/08/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB-Ba. AN, fundo TSN, processo 202.

que os poderes federais lhes restringissem de qualquer maneira essas atividades que em nada perturbam a ordem político-social.<sup>106</sup>

A questão posta está em entender a quem cabia o poder de polícia durante o estado de sítio e de guerra. Para os integralistas, com a confirmação de Vargas e seu chefe de polícia que nenhuma medida asseguradora da ordem pública havia sido expedida contra a AIB, seus argumentos defendiam que cabia apenas a União decidir sobre quem eram os subversivos e determinar as medidas cabíveis a estes. Mas considerando que o estado de emergência não significava, necessariamente, a atribuição de todos os poderes ao presidente, não ferindo a organização federativa, as autoridades estaduais não deviam perder parte do domínio de sua jurisdição administrativa, podendo delegar medidas que assegurassem a ordem pública, nome usado para esconder as violências e os abusos praticados pelas autoridades policiais.<sup>107</sup>

O segundo ponto do argumento dos integralistas baianos, que foi divulgado em *O Imparcial*, girava em torno dos usos do estado de guerra. Para eles “o estado de guerra foi decretado para que possa o governo da união reprimir com a necessária energia os elementos nacionais e estrangeiros que trabalham para subverter a ordem no país, procurando impor pela violência um regime que a consciência nacional repudia” não podendo ser eles atingidos pelas medidas de exceção porque, além de trabalharem pela ordem, ajudavam no combate ao comunismo.<sup>108</sup>

Os argumentos de colaboração entre governo federal e AIB, utilizados pelos rivais de ambos, foram reafirmados pelos próprios integralistas na tentativa de se resguardarem da repressão. Se eles ajudavam o governo no combate ao comunismo, além de não aceitarem ser coibidos com a mesma medida, rejeitando a alcunha de subversivos, esperavam que o governo reconhecesse seu auxílio, amparando-os em troca.

A argumentação que serviu para pressionar a justiça a discutir a questão, evidenciou a diferença de linha política adotada e a estratégia utilizada pelo governador da Bahia. Na prática, Vargas se utilizou do levante de 1935, visando poderes discricionários para o executivo, solicitando ao legislativo a aprovação do estado de sítio e de guerra. Para tanto, justificou que apesar das medidas acauteladoras da ordem

---

<sup>106</sup> *O Imparcial*, 18/03/1936.

<sup>107</sup> Tavares, Marcelo Leonardo. *Estado de emergência: o controle do poder em situações de crise*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2008, pp. 74-83.

<sup>108</sup> *O Imparcial*, 18/03/1936.

pública postas em prática pelo governo, havia recrudescimento do movimento extremista, vinculado ao movimento subversivo de novembro de 1935, precisando o governo lançar mão de medidas mais enérgicas.<sup>109</sup> Aberto o expediente, Juraci Magalhães utilizou-se dos decretos (sítio e guerra), que suspendiam as garantias constitucionais, para resolver uma contenda iniciada contra os integralistas no estado da Bahia.

O parecer favorável do presidente e de seu chefe de polícia, Filinto Muler, em relação à AIB, afirmando que nenhuma medida proibitiva havia sido expedida contra a agremiação foram utilizados nas argumentações dos dispositivos legais e parece ter influenciado na decisão dos juízes. Não por acaso, segundo Plínio Salgado, cerca de 30 decisões e acórdãos deram ganho de causa aos integralistas nos estados do Paraná, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Um quadro diferente do que transcorria com os considerados comunistas, tratados como inimigos do estado, detidos sem acusação formal ou processo e com poucos ganhos na instância jurídica.<sup>110</sup>

Na Bahia, o quadro mostrado por Plínio Salgado também se mostrava diferente para os camisas-verdes. Segundo o relatório do delegado Matos, através do mandado de segurança, que devia assegurar a liberdade das atividades integralistas e a reabertura de seus núcleos, os correligionários do sigma recorreram pela primeira vez à justiça federal. O dispositivo que não foi julgado, por terem os juízes se considerado incompetentes, subiu até a Corte Suprema, que igualmente se julgou incompetente para decidir quanto ao mandado de segurança da AIB. Nesse período bateram as portas da justiça estadual cinco vezes, com três *habeas corpus* para pacientes do interior e dois mandados de segurança, um em favor da AIB. Dos *habeas corpus*, um foi deferido, o outro prejudicado e o terceiro considerado sem efeito.<sup>111</sup>

Possivelmente as diferentes decisões dos *habeas corpus* julgados pelos mesmos juízes da corte de Apelação têm relação com a mudança do contexto político, pois não há uma grande diferença nos argumentos levantados nos *habeas corpus*. Ademais, não parecia ser por motivo de distinção social. Os Vita, que não conseguiram os *habeas corpus* preventivos eram considerados comerciantes renomados no município de

---

<sup>109</sup> Discursos de Vargas e Vicente Rao publicado no *O Imparcial*, 20/12/1935, 24/03/1936.

<sup>110</sup> *O Imparcial*, 21/05/1936. Sá Mota, *em guarda contra o perigo vermelho*, op. cit., p. 203.

<sup>111</sup> Relatório de ocorrências, p. 52. APB. Secção Republicana, Secretaria de Segurança Pública (SSP), caixa 52, pacote 2.

Jequiriçá, enquanto Magnavita, que não foi apresentado com distinção social, obteve a concessão do dispositivo.

De todo modo, não foi em vão para os integralistas recorrerem à justiça, pois conseguiram ganhos parciais em seus objetivos de conquista da liberdade de propaganda e reabertura dos núcleos. Mesmo com a demora na resolução dos mandados de segurança, o secretário de segurança pública, que era chamado a explicar a aplicação da medida preventiva e proibitória do uso dos distintivos da AIB, relaxou da dita medida e, mesmo depois de ter feito sua renovação, proporcionado pelo advento do estado de guerra, os integralistas, passado alguns meses, voltaram a realizar suas atividades de propaganda.

Mas não é possível menosprezar os efeitos da repressão efetuada pelas autoridades da Bahia. Esta desmobilizou a militância da AIB-Ba, devido a dificuldade dos integralistas em se reunirem e de se comunicarem livremente, afetando a contribuição com a taxa do sigma. Com o intuito de resolver a situação, o chefe provincial da AIB-Ba, Joaquim de Araújo Lima, fez duras críticas a seus companheiros, afirmando não compreender como “o homem que assume livremente os mais sérios compromissos por meio de um julgamento, comece faltando ao mais simples”: a “contribuição material, em geral módica, que ele voluntariamente aceitou”. Ele argumentou que “a província da Bahia” tinha “uma grande responsabilidade dentro do integralismo no Brasil” e não podia “permanecer desarticulada, dada a atenção geográfica da província” e do “elevado número de núcleos espalhados pelo interior”. E fez ver que não considerava justo que “os companheiros da capital, em geral pobres e sacrificados”, assumissem “as responsabilidades totais pelas despesas inerentes a assistência judiciária”.<sup>112</sup>

Após tecer esses comentários, o chefe provincial fixou a cota mensal, que era obrigatória ao militante da AIB, de acordo com o número de filiados que cada núcleo possuía. Assim, ele acreditava que seria possível diminuir os impactos causados pela desarticulação dos militantes e a AIB-Ba poderia continuar contribuindo com a taxa do sigma. Mas precisou fazer novos apelos para forçar que o pagamento fosse efetivado.

a secretaria geral de finanças apela mais uma vez para os núcleos de todo o país no sentido de ser cobrada e remetida a ela diretamente a taxa do sigma. Sei perfeitamente que isso custará o sacrifício da província mártir, onde muitos núcleos estão fechados e os companheiros dispersos. Nem esses mesmo núcleos estão

---

<sup>112</sup> Circular, 18/02/1936. AN, fundo TSN, processo 202.

isentos, pois o próprio sofrimento vai focar-nos e propiciar o chefe os anseios de nos conduzir mais depressa no dia da vitória, dando as tranqüilidades tão sonhadas por todos nós. Cada companheiro deve considerar sagrado o pagamento da taxa do sigma por mais que lhe custe seguir esta cota de mil reis de 30 em 30 dias.<sup>113</sup>

O não pagamento das mensalidades era considerado falta grave aos integralistas, pois alguns chefes municipais da AIB-BA resolveram realizar uma depuração no partido, expulsando seus companheiros. Em tom de denúncia, *o Estado da Bahia*, divulgou que em Feira de Santana e Juazeiro camisas-verdes foram excluídos das fileiras do sigma por não comparecer as reuniões e se eximir de pagar a taxa do sigma.<sup>114</sup> Além das diferentes dificuldades internas que a AIB-Ba enfrentava, notícias pontuais sobre arbitrariedades subsistiam, apesar de ser sensível a diminuição das queixas dos integralistas com o passar dos meses. Ao tempo que reduzia as notícias veiculadas nos jornais da AIB sobre as violências aplicadas pelo corpo policial aos integralistas, o dissídio mantinha-se em outros espaços, com diferentes argumentos

## O Calcanhar de Aquiles

Ao tempo em que o governador da Bahia e seu secretário de segurança pública precisaram responder pelos eventos ocorridos no estado baiano à justiça federal, os ataques que se diluíam em vários chefes políticos locais começaram a se concentrar no alvo Juraci Magalhães. Segundo o periódico *A Ofensiva*, as “cenas de selvageria” ocorridas no sul da Bahia eram perpetradas pelo caciquismo às ordens de Juraci que encampava vinganças e perseguições aos integralistas enquanto permitia o comunismo em Itabuna, chegando ao ponto de oficiais da força pública, como o sargento Agemiro Barbosa (comandante de destacamento), declarar-se favorável ao comunismo. Na visão dos editores do jornal, os “clichês” que estampavam davam “uma nítida impressão dos atroz atos do senhor Juraci Magalhães”, que é “surdo ao clamor das vítimas”. O baiano Geraldo Rocha, fundador do jornal carioca *A Noite*, que informava “adotar a ideologia integralista”, apesar de não admitir ser “filiado”, lançava o seu protesto contra perseguição aos camisas-verdes, que ele considerava “brasileiros patriotas e

---

<sup>113</sup> Circular do Gabinete de chefia provincial, 28/06/1936. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>114</sup> *Estado da Bahia*, 27/07/1936.

abnegados”. Em seu jornal, Rocha insinuou que Juraci ao combater os integralistas prestava serviço aos comunistas, na medida em que

combater o integralismo é o mais assinalado serviço que se pode prestar ao comunismo no Brasil. Assim, pois, o governador da Bahia, representando um povo genuinamente brasileiro, católico, aferrado às tradições da família e ao culto da raça, não pode coerentemente perseguir um agrupamento cívico, fundado para combater os inimigos dos princípios básicos do povo baiano e do Brasil.<sup>115</sup>

De forma mais enfática, *A ofensiva* afirmava que o irmão de Juraci Magalhães, Elieser, era comunista e havia participado dos acontecimentos de novembro de 1935 como “elemento de ligação entre os chefes revolucionários”. O poder político do governador da Bahia teria salvo Elieser, afastando-o da prisão. Era por essa razão, asseguravam os editores do jornal, que Juraci perseguia violentamente os integralistas na Bahia, pois ele temia que um dia o integralismo pudesse ser governo por saber que nenhuma força impediria os “camisas-verdes” de entregar às “mãos dos iminentes juízes patrícios, o seu irmão Elieser, juntamente com outros ‘bolchevistas de cartola’”.<sup>116</sup>

Sagazes em explorar o ponto fraco do governador da Bahia, os integralistas iniciaram uma campanha contra Juraci nos seus principais veículos de propaganda. Aproveitando-se dos laços afetivos que ele mantinha com parentes (Elieser Magalhães) e amigos (Anísio Teixeira e Agildo Barata) envolvidos com Aliança Nacional Libertadora, a AIB não demorou a taxá-lo de comunista. Além da alcunha que pouco lhe servia, *A Ofensiva* desferiu ataques contra sua administração, que recheada de violências gratuitas, não conseguia manter a economia em níveis suportáveis. Argumentos estes não muito distantes daqueles utilizados pela oposição ao governo Magalhães, que se formou desde que ele assumiu o executivo do estado da Bahia em 1931, que o acusava de não conseguir resolver os problemas econômicos do estado, a corrupção na administração, o banditismo, as violências e perseguição política aos adversários.<sup>117</sup>

Sobre as medidas arbitrárias contra seus opositores políticos surgem poucas dúvidas, mas não é certo que a administração do governo Magalhães estivesse em cheque. Logo no início da interventoria, com solução incomum, o governador da Bahia conseguiu equilibrar as finanças do estado utilizando-se do dinheiro ilegal que o jogo do

---

<sup>115</sup> *A Ofensiva* 30/01/1936, *A Nota*, 03/06/1936.

<sup>116</sup> *A Ofensiva*, 19/04/1936.

<sup>117</sup> Silva, Paulo Santos. *Âncoras da tradição*. Salvador: Edufba, 2000, p. 37.

bicho arrecadava, verba que igualmente serviu para construir prédios para a educação e saúde. O combate contra o banditismo, com ampliação dos batalhões, e a seca, com construção de açudes na região semi-árida da Bahia, foi intensificado, gerando resultados positivos. Por sua vez, a agricultura foi beneficiada com o apoio dado ao Instituto do Cacau na negociação do empréstimo junto ao Banco do Brasil, dinheiro que foi utilizado na melhoria da lavoura do cacau. Outros institutos foram criados para fomentar o fumo, açúcar e também a pecuária.<sup>118</sup>

Seguro na administração que fazia, Juraci angariou apoios diversos, recebendo elogios dos aliados, daqueles que requeriam benesses e de jornais, em especial o carioca *A Nação* que publicou uma série de notícias que giravam em torno das benfeitorias do governo do Estado da Bahia. A reportagem exaltava as qualidades de estadista de Juraci Magalhães, mostrando-o como um político de boa visão administrativa que se utilizava de técnicas e estratégias atuais para o desenvolvimento da economia. Buscando contrapô-lo aos políticos da Primeira República, Juraci foi colocado como político prático e eficaz na resolução dos problemas, símbolo da nova feição do Brasil. Reportagem tão elogiosa não deixou de ser paga pelo próprio governador da Bahia, pela quantia de dois contos e quinhentos, desejando divulgação ampla da eficácia do seu governo, principalmente na capital do país.<sup>119</sup>

Se a administração era seu ponto forte, o peso da pedra no sapato de Magalhães tornou-se a acusação de comunista. Situação que já havia lhe causado constrangimento, anteriormente, perante o presidente e seu chefe de polícia, quando precisou firmar posição para proteger seu irmão, Elieser Magalhães, que, por ter envolvimento com a ANL, teve mandado de prisão expedido no governo federal contra si. No momento em que a repressão, fomentada pelo governo, estendeu-se a pessoas influentes na sociedade, enredadas na ótica da suspeição por rivais políticos que desejavam ocupar seus cargos ou alijá-los do poder, todo cuidado era pouco.<sup>120</sup>

Juraci buscou então aproveitar-se do espírito natalino no findar do ano de 1935 e escrevera para Vargas, em 23 de dezembro, explicando a situação delicada em que se

---

<sup>118</sup> Caribé, de forasteiro a unanimidade, op. cit., pp. 69-73.

<sup>119</sup> Fatura. APB, Seção Republicana, Secretaria do Governo, pasta 2179.

<sup>120</sup> Alguns políticos que ocupavam altos cargos no governo estavam sendo acusados de serem militantes comunistas. Agamenon Magalhães, ministro do trabalho, foi denunciado por funcionários do Ministério do Trabalho e Lima Cavalcanti, governador de Pernambuco, apesar da forte repressão que comandou contra os comunistas, sofreu acusações ante o Tribunal de Segurança Nacional de participação dos acontecimentos de novembro de 1935. *O Imparcial*, 15/03/1936. Karepovs, *luta subterrânea*, op. cit., p.108.

encontrava por ter seu irmão mais velho abraçado “a doutrina marxista”. Afirmando ter conversado repetidas vezes com Elieser sobre “a situação falsa em que ficaria se ele se envolvesse em qualquer conspiração contra seu governo”. Agora que as suspeitas recaíam sobre seu parente, Juraci pediu ao presidente que entendesse “os dramas da vida humana” e a angústia de sua situação.<sup>121</sup>

Com a resposta que chegou ao alvorecer do ano seguinte, talvez não houvesse motivos para desesperança. Dizendo compreender perfeitamente o constrangimento de Juraci, Vargas comunicou que também o sentiu, sobretudo por se tratar de “um amigo que sempre correspondeu às provas de sua confiança com inteira lealdade e correção”.<sup>122</sup>

Mas logo a seguir foi expedida, como primeiro ato da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC), a solicitação da prisão de Elieser Magalhães, junto com Anísio Teixeira, Pedro Ernesto, Maurício de Lacerda, Odilon Batista e Felipe Moreira Lima por considerá-los os mais perigosos comunistas, que preparavam um novo golpe, articulando-o para fevereiro.<sup>123</sup> A comissão foi formada, em janeiro de 1936, para investigar a vinculação com o comunismo de civis e militares, em especial os funcionários públicos. Tido como simpático ao integralismo, seu presidente, Adalberto Correa, defendia junto a Vargas que nada adiantaria para alcançar os fins propostos apenas demitir os funcionários, eles precisavam ser presos para não continuarem com as violências. Se para Correa, demitir sem prender era atirar lenha na fogueira, cuidar apenas dos subalternos, deixando os chefes livres, era ariscar-se a ser “queimado nas labaredas infernais”. Para ele, o governo devia castigar tanto os “subalternos” como os “chefes” para evitar “justa indignação popular”.<sup>124</sup>

Os argumentos defendidos por Correa parecem um tanto inusitados, pois não era comum que tais fossem defendidos numa sociedade fortemente marcada por diferenças sociais que eram continuamente reforçadas. A respeito disso, o funcionário público Graciliano Ramos, após ser arrastado na esteira da repressão ao levante de 1935, comentou seu estranhamento ao ver pessoas influentes ocupando as prisões e terminou por escrever

---

<sup>121</sup> Carta de Juraci Magalhães para Getúlio Vargas, 23/12/1935. CPDOC, GV 1935.12.23.

<sup>122</sup> Carta de Getúlio Vargas para Juraci Magalhães, 03/01/1936. CPDOC, GV 1936.01.03/2.

<sup>123</sup> O pedido de prisão foi emitido para o jornalista e participante da formação da ANL, Maurício de Lacerda, ao militar e participante da ANL, Felipe Moreira Lima, ao diretor geral de instrução pública do distrito federal, Anísio Teixeira, auxiliar administrativo do prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto. Verbetes. *DHBB pós-1930*. CD-ROM. Rio de Janeiro: FGV.

<sup>124</sup> Campos, Reynaldo. *Repressão judicial no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982, p. 35. Carta de Adalberto Correa para Getúlio Vargas, 02/04/1936, CPDOC, GV c 1936.04. 02.

que se habituara, “desde a infância, a presenciar violências, mas invariavelmente elas recaíam em sujeitos da classe baixa”. Desta feita, ele notou certo nivelamento a primeira vista:

Lá fora tínhamos ocupações diversas, usávamos linguagens diferentes e nos distinguíamos pela roupa; ali, no calor, mal vestidos, meio nus, usando vocábulo escasso, fundindo as gírias da caserna e da estiva, parolávamos na inércia forçada e nos íamos depressa nivelando. E nenhum esforço fazíamos para isso: era a autoridade que nos juntava, suprimia de golpes barreiras por ela própria conservadas e reforçadas. Operários e militares sediciosos, pequenos-burgueses detidos por suspeita, socialmente valíamos tanto como o ladrão que me vendera a rede.<sup>125</sup>

Incomodado com a inversão da lógica de quem tinha prestígio tinha benefício, Juraci procurou novamente pelo apoio de Vargas, que pessoalmente cuidava das verbas destinadas a CNRC, telegrafando em favor do irmão e Pedro Ernesto. Intuindo sobre as conseqüências, Juraci já havia se colocado contra a formação da CNRC e, em nova correspondência, afirmou que os propósitos de Adalberto Correa eram “escandalosos e mesquinhos” e que confiava “cegamente no alto critério do eminente chefe que evitará intervenções indébitas”. Por fim avisou: “não trepidarei [em] lutar contra caricatos Robespieres [que] ousam impor-se pela violência à consideração dos homens públicos do país”.<sup>126</sup>

Diante da situação, a pronunciada amizade do presidente pouco servira, mesmo porque ele não tinha dúvidas que Eliser era comunista, “trabalha pelo comunismo, servindo-se, para isso, dos cargos que ocupa”. Ao apregoar, desde logo, que sabia sobrepor o interesse público aos vínculos de afeição pessoal, Vargas resguardava-se das conseqüências que os eventos que se anunciavam poderiam causar, não querendo melindrar a lealdade que recebia do governador da Bahia.<sup>127</sup>

Suspeito de ser Moacyr, pseudônimo encontrado nos papéis do militante comunista Harry Berger, como um dos principais financiadores do levante de 1935, Elieser, auxiliar administrativo do prefeito Pedro Ernesto, passou quatro horas na Delegacia de Ordem Política e Social, no Rio de Janeiro, prestando esclarecimentos. O ministro Marques dos Reis lhe avisara pouco antes que a polícia o enredava para enlear

---

<sup>125</sup> Ramos, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Volume 1. São Paulo, Record, 1979, p. 153.

<sup>126</sup> Telegrama de Juraci Magalhães para Getúlio Vargas, 10/03/1936. CPDOC, GV c 1936.03.10.1.

<sup>127</sup> Anotações, 14-15/01/1936. Vargas, *diário*, volume 1, op. cit., p. 468.

Pedro Ernesto “no emaranhado de perfídias que eram tecidas em torno de sua pessoa”. O diretor geral de instrução pública do distrito federal, Anísio Teixeira, já havia sido afastado do cargo.<sup>128</sup>

Assustado, após liberação, Elieser alegou doença e providenciou ir para a Bahia, chegando até o município de Cruz das Almas, onde ficava a fazenda de Lauro Passos, deputado federal pelo PSD. Em carta para Juraci comunicou ironicamente que sua “nevropatia” (perturbação das funções do sistema nervoso) e “aortite” lhe aconselhavam preferir “as asperezas e os riscos de uma vida nômade e ilegal nos ínvios sertões” do que o “bom tratamento com que lhe aguardava o Filinto”. Além de intencionar poupar sua saúde, Elieser desejava poupar o irmão caçula do “vexame iníquo”. Ciente dos adversários que Juraci mantinha, afirmou que jamais poderia admitir ser “a figura central contra a pantomima depreciativa, ensaiada contra tua autoridade e o teu prestígio”. Isso o fez aceitar a guarida de Passos como escala no sertão baiano onde desapareceu...<sup>129</sup>

Quando recebeu o telegrama de Müller pedindo que Elieser se apresentasse para novos esclarecimentos, desta feita para eximir Pedro Ernesto de uma denúncia que já o mantinha por 20 horas preso no Regimento da Cavalaria da Polícia (RJ), Juraci informou que seu irmão encontrava-se foragido desde o dia 30 de março, por temer violências policiais. Meses depois, Elieser - possivelmente já em Paris, como parte da cortesia fraternal de Juraci - escreveu “tomando para si todos os atos de propaganda, financiamento e articulação do movimento” comunista, dos quais era acusado Pedro Ernesto.<sup>130</sup>

Se sua carta pouco ajudara o prefeito do Rio de Janeiro a se livrar das malhas policiais, terminou por colocar Juraci em maus lençóis. Lido na Câmara Federal, o documento causou alvoroço na bancada baiana, que nada tinha de coesa. Reunindo deputados do PSD e os políticos do partido autonomista, ferrenhos adversários do governador da Bahia, as assembléias tornaram-se palco de discussão e desavença entre os políticos baianos, evidenciando os problemas que há muito se apresentavam,

---

<sup>128</sup> Anotações, 11/01/1936. Vargas, *diário*, volume 1, op. cit., p. 453. Carta de Elieser Magalhães para Juraci Magalhães, 01/03/1936, Carta de Elieser Magalhães para Juraci Magalhães, 30/03/1936 apud Marini, *o governo da Bahia e a defesa da República*, op. cit., pp. 14, 16.

<sup>129</sup> Carta de Elieser Magalhães para Juraci Magalhães, 30/3/1936 apud Marini, *o governo da Bahia e a defesa da República*, op. cit., p. 18.

<sup>130</sup> Telegrama de Filinto Müller para Juraci Magalhães, 04/04/1936. Telegrama de Juraci Magalhães para Filinto Müller 04/04/1936. Carta de Elieser, s/d apud Mariani, *o governo da Bahia e a defesa da República*, pp. 19-20.

misturando questões locais que também eram nacionais. Considerada uma das maiores bancadas do senado, junto à de São Paulo e Minas, formada em sua maioria pelo PSD, a bancada baiana, assim como as bancadas do Rio Grande do Sul e Minas, votavam a favor das propostas governistas, fornecendo sustentação e suporte ao governo Vargas, apesar de terem em Seabra e Mangabeira duas fortes vozes dissonantes.<sup>131</sup>

Inimigo público número um do governador da Bahia, o deputado autonomista José Joaquim Seabra era quem expunha a correspondência particular entre irmãos e acusava os deputados do PSD e Juraci de serem homiziadores de Eliezer Magalhães, na medida em que o pedido de prisão da CNRC foi expedido antes dele viajar para a Bahia. O senador Medeiros Neto ao informar que Seabra utilizava-se de avulsos que circulavam e estavam sendo atribuídos aos integralistas para acusar Magalhães, insinuou que o deputado autonomista estava utilizando-se da campanha difamatória encampada pela AIB na briga com o governador da Bahia.<sup>132</sup>

O tripé truculência, comunismo e má administração que eram veiculados na *Ofensiva* parecia ganhar eco nos pronunciamentos de alguns deputados federais. Mas apesar de reforçar o discurso da AIB, Seabra, Mangabeira e os demais deputados autonomistas advogavam em causa própria. Aliados do poder pela revolução de 1930, disputaram com Juraci o cargo de governador da Bahia pela legenda governador Mangabeira. Mesmo perdendo a dita eleição, conseguiram eleger pela concentração autonomista 13 deputados estaduais (apenas 10 assumiram pela legenda) e dois deputados federais, em sua maioria bacharéis de direito, medicina, agronomia. A minoria parlamentar proporcionou aos autonomistas manutenção no cenário público para que continuassem na disputa política.<sup>133</sup>

Referindo-se a esse processo político, Mangabeira professava que na Bahia não havia governo, apenas uma ocupação militar, pois o estado foi “tomado à mão armada, e

---

<sup>131</sup> Gomes, Ângela. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In Fausto, Boris. *O Brasil Republicano*. Volume 10. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991, pp. 43-44.

<sup>132</sup> *Correio da Manhã*, 18/07/1936. José Joaquim Seabra nasceu em Salvador em 21 de agosto de 1855, bacharelou-se em 1877 pela Faculdade de Direito. Foi eleito deputado federal três vezes pela Bahia, em 1891, 1897 e 1909. Em 1902 assumiu o Ministério do Interior e Justiça do governo Rodrigues Alves e, em 1917, foi eleito ao senado federal. Foi governador da Bahia por duas vezes, entre 1912-1915, 1920-1924. Em 1929 aderiu à plataforma da Aliança Liberal e participou como representante da Bahia da convenção nacional destinada a indicar os candidatos liberais a presidência e a vice-presidência da República. Em 1932, já em desacordo com os rumos tomados pela revolução apoiou o levante constitucionalista e passou a oposição do interventor Juraci Magalhães. Verbete, *DHBB pós-1930*. Cd-rom. FGV-CPDOC.

<sup>133</sup> Silva, *âncoras da tradição*, op. cit., p. 41.

até hoje assim se conserva”. Como uma ditadura que se mantinha havia atentados pessoais na capital e no interior. Comentando o caso Elieser, Seabra questionou para quem a Bahia era um oásis de liberdade se jornalistas eram chamados para serem ameaçados sobre o empastelamento de jornais a que eram vinculados, conforme informa ter denunciado à câmara repetidas vezes, mostrando até o “chicote com que eram martirizados cidadãos baianos”.<sup>134</sup>

De chicote na mão, Juraci era apresentado com a imagem de truculento, arcaico e violento. Era um militar de atos arbitrários e não um bacharel com hábitos polidos. Eram os ressentimentos que brotavam da ala dos bacharéis e políticos de carreira que precisaram disputar espaço político com os militares galvanizados pela revolução de 1930. Militares estes que aos poucos foram alijados pelo governo Vargas, excetuando Juraci, que se mantinha firme a frente do governo da Bahia. Já J.J Seabra foi um dos políticos de carreira preteridos pelo governo provisório que se instaurou no pós-1930. Após ter sido o líder dos revolucionários de 1930 na Bahia e não ser designado à chefia do poder estadual, ele partiu para a oposição ao governo Vargas e passou a denunciar os atos autoritários de Juraci.

Precavendo-se das acusações que recebia, Juraci buscava, na construção de sua imagem pública, burilar sua silhueta e apresentar-se como um político cortês, simpático e culto. Segundo Sampaio, Juraci carregava sempre um sorriso nos lábios para camuflar o comportamento autoritário. Também criou um programa semanal na Rádio Sociedade da Bahia, anos antes de Vargas, para cuidar de sua imagem e popularidade.<sup>135</sup> A matéria publicada pelo jornal carioca, depois da visita feita a Bahia para entrevista com Juraci, teceu comentários elogiosos.

O sr. Juraci Magalhães, sendo como é, um jovem militar, possui uma cultura cível bem acentuada com o feitio essencialmente político. No instante em que penetramos no seu gabinete, o interventor nortista abria um livro que acabara de receber de Buenos Aires, do escritor argentino Puyerrredon.<sup>136</sup>

---

<sup>134</sup> *A Batalha*, 21/07/1936. Otávio Mangabeira nasceu em Salvador em 27 de agosto de 1886 e em 1905 bacharelou-se em ciências físicas. Foi deputado federal em 1912-1926 e ministro das relações exteriores em 1926-1930. Em 1934 foi eleito novamente como deputado federal pela coligação entre a Liga da Ação Social e Política (LASP) da Bahia e o Partido Republicano Democrata (PRD). Assumindo o mandato em maio de 1935 tornou-se um dos líderes do bloco parlamentar de oposição a Vargas. Verbete. DHBB, Cd-rom, FGV-CPDOC.

<sup>135</sup> Sampaio, *poder e representação*, op. cit., p. 87.

<sup>136</sup> *A Nação*, 02/07/1936.

Sem informações do pagamento desta reportagem, o certo é que o periódico passou a imagem que Magalhães desejava construir e consolidar em plano local e nacional. Enquanto as arbitrariedades eram aplicadas nos adversários, o jornal passava a imagem de uma Bahia serena momentos antes do pleito que o confirmaria como governador.

Mas os antigos rivais Seabra e Mangabeira mostravam-se decididos em demonstrar que Juraci, em sua inexperiência política, não estava apto para governar a Bahia. Para Mangabeira o problema não era a administração deficitária, pois não contestava os prédios construídos, mas, “além e acima dos melhoramentos materiais, que, estes mesmos, necessitam de ser analisados, há os aspectos morais”. Pouco capaz de “sanear os costumes políticos”, recheados de fraudes eleitorais e corrupção administrativa, Juraci era acusado de não conseguir colocar em prática os ideais da Aliança Liberal, que Mangabeira não havia apoiado e que o governo Vargas preferia não encampar em sua totalidade.

Possivelmente preocupado com os problemas que poderia ter com o presidente da Câmara, Medeiros Neto, que partiu em defesa do governador, Seabra resguardou-se deslocando o eixo da discussão ao comentar que

quando trouxe o fato referente ao sr. Juraci Magalhães não foi querendo acusá-lo; foi dizendo que o governo não tem critério uniforme na punição, a sua Justiça é de dois pesos e duas medidas, tem sido coxa e zarolha, sendo que em sua rede não apanha todos os comunistas, tanto assim que escapou dela o sr. Juraci Magalhães. Daí a grande celeuma levantada entre os amigos do governador da Bahia, eleitos por ele para representar o Estado na Câmara. Era o seu papel.<sup>137</sup>

Ao denunciar a forma não igualitária que o judiciário se apresentava, afirmando que Juraci devia ser tratado como qualquer dos colegas, “sobre os quais nenhum vestígio foi apurado de ligações com essas ideias, e que, no entanto, estão presos”, Seabra tentava se aproveitar da situação para questionar e protestar contra o tratamento dado aos parlamentares que foram detidos, dentre eles João Mangabeira, irmão de Otávio, preso junto com Abguar Bastos, Abel Chermont, e Domingo Velasco, que faziam parte da minoria parlamentar.<sup>138</sup>

---

<sup>137</sup> *A Batalha*, 21/07/1936.

<sup>138</sup> Em 23 de março de 1936, a polícia invadiu a sede do Legislativo e prendeu cinco parlamentares - os deputados Abguar Bastos, Domingos Velasco, João Mangabeira, Otávio da Silveira e o senador Abel Chermont. Verbete. *DHBB pós-1930*. Compact-disc. CPDOC - FGV, 2004.

Lutando a favor da imunidade parlamentar, que foi suspensa depois de votada na câmara federal, inclusive com o apoio da bancada baiana, Otávio Mangabeira censurava o governo por fazer exploração do comunismo para calar os opositores. Quem se insurgisse contra o regime era taxado de comunista ou queria fazer, pelo menos, o jogo do comunismo, avaliou Otávio, sugerindo que o problema do governo não era precisamente o comunismo, mas como esse expediente era usado para subjugar os adversários que se encontravam nos poderes legislativo e judiciário, centralizando as decisões no poder executivo. Ao seu ver, essa era a explicação mais apropriada para entender a discrepância revelada nos casos do adversário político do governo, João Mangabeira, e o irmão do aliado do regime, Elieser Magalhães, ambos com pedidos de prisão expedidos em vista da suspeita de comunismo que pesava contra eles, mas apenas João Mangabeira encontrava-se preso e com muitas dificuldades para conseguir sua soltura mediante *habeas corpus*.<sup>139</sup>

Possivelmente, as críticas ao governo Vargas quanto ao uso do comunismo para desbancar a oposição, feita por Seabra e Mangabeira, podiam ser lançadas contra o integralismo, que agia de forma semelhante e se mantinha como uma força importante no cenário político da década de 30 pela bandeira do anticomunismo. Mas nessa briga contra Juraci Magalhães os discursos dos integralistas e antijuracistas se retroalimentavam e uníssonos se apresentavam contra o governador da Bahia, unindo parte da bancada baiana e os simpáticos aos camisas-verdes. A unidade que se formava contra Juraci não parecia ser peso leve, reunindo velhos (Otávio Mangabeira, J.J. Seabra) e novos (Jeová Mota e Adalberto Correia) adversários, que além de robustos eram experientes.

Com as persistentes críticas apresentadas contra Juraci Magalhães, o líder da bancada baiana, o deputado federal Clemente Mariani, precisou subir à tribuna para defender o governador da Bahia. Alegando maledicência da oposição (Seabra e Adalberto Correa), Mariani apresentou documentos buscando provar que Juraci não havia sido informado com antecedência das circunstâncias e data do levante de 35 pelo seu amigo de caserna Agildo Barata nem escondia Anísio Teixeira na Bahia. Para tanto leu telegramas em que o governador da Bahia disponibilizava batalhões de polícia ao governo federal e cedeu parte do contingente militar do 19º Batalhão de Caçadores para cooperar na repressão ao levante

---

<sup>139</sup> Discurso realizado na sessão de 08/07/1936. Mangabeira, Otávio. *Otávio Mangabeira: discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, p. 259. Sobre a votação da bancada baiana a favor da quebra da imunidade parlamentar e as dificuldades de João Mangabeira conseguir soltura mediante *habeas corpus* ver *Estado da Bahia*, 23/06/1936, 22/07/1936.

ocorrido em Recife. Logo em seguida, informou que o governador da Bahia instruiu os deputados baianos para votarem o estado do sítio que se fazia premente para o presidente da República, enviando-os para o Rio de Janeiro.<sup>140</sup>

Se provar que o governador da Bahia defendia o regime e colaborou na repressão a esquerda política não foi difícil, negar a guarida dada a Anísio e Elieser na Bahia foi quase impossível, mas a condescendência de Juraci aos comunistas e aliancistas parece não ter ultrapassado a linha dos parentes e amigos, pois em vista do pedido da relação dos adeptos do “credo comunista” feito pela CNRC aos governadores de cada Estado, Juraci não se demorou em requisitar que a polícia baiana enviasse a documentação pedida, que constava de 27 prontuários e 138 fichas. As fichas, enviadas pela polícia baiana a CNRC, mostram a vigilância de pessoas consideradas suspeitas (comunistas, aliancistas, sindicalistas), estando anotado com quem falavam, as reuniões que faziam e suas viagens para outros estados. Na ficha de Adalberto Pereira de Souza, morador da rua do Argolo (SSA) e estivador por profissão, consta que ele era ex-fiscal da Companhia Linha Circular e Carris da Bahia. Como membro da ANL, apresentado à entidade por Edgard Matta, presidente da ANL-Ba baiana, tornou-se “um ativo propagandista entre os empregados da circular”. Em 23 de dezembro, Adalberto foi preso e identificado na delegacia de ordem política e social.<sup>141</sup> Os prontuários, por sua vez, mostram repressão e prisão de suspeitos fichados como comunistas, sendo alguns enviados para Maceió, como indica a tabela abaixo.<sup>142</sup>

Tabela I – Relação de Presos comunistas

Nome	Profissão	Prisão	Motivo	Observação
João Lopes de Souza	Ferreiro	11/10/1935	Agitador comunista	Seguiu p/ Maceió
Joaquim Pimentel de Alencar	Agricultor	11/10/1935	Agitador comunista	Seguiu p/ Maceió

<sup>140</sup> Mariani, *o governo da Bahia e a defesa da República*, op. cit., p. 6.

<sup>141</sup> Fichas de indivíduos enviados pela polícia baiana a CNRC. Centro de Documentação e Informação (CEDI), seção legislativa, caixa 14.

<sup>142</sup> Prontuários enviados pela polícia baiana a CNRC. CEDI, seção legislativa, caixa 8.

Francisco domingos do santos	Calafate	11/10/1935	Agitador comunista	Seguiu p/ Maceió
Carlos Geraldo da Silva	Mecânico	14/10/1935	Agitador comunista	Seguiu p/ Maceió
Luis França de Sant'ana	Marítimo	14/10/1935	Agitador comunista	Seguiu p/ Maceió
Manoel Gregório Nascimento		24/10/1935	Agitador comunista	
Samuel Genez	Vendedor	28/11/1935	Agitador comunista	
Epifânio Prospero de Almeida	Advogado	28/11/1935		
Dermeval Moreira	Motorista	23/12/1935	Agitador comunista	
Israel Gonçalves Oliveira	Estocador	28/11/1935	Agitador comunista	
Durval Pereira	Chofer	28/11/1935	Agitador comunista	
Manoel Batista de Souza	Comércio	30/11/1935	Agitador comunista	Membro da ANL
Pedro Soares	Açougueiro	30/11/1935	Agitador comunista	
Cícero Gonçalves	Militar	4/11/1935	Agitador comunista	Reformado
Jonas Batista de Oliveira	Tipógrafo	10/12/1835	Agitador comunista	
Adir Alves Leite	Lavrador	17/12/1935	Agitador comunista	
Walter Souza Nazariano	Comercio	18/12/1935	Agitador comunista	
Otacílio Trindade Santos	Mecânico	18/12/1935	Agitador comunista	
Joaquim Seixas do Vale Cabral	Engenheiro	21/12/1935	Agitador comunista	Secretário da ANL
Vitorino Leocadio de L. Filho		21/12/1935	Propagandista comunista	
Samuel Chafin	Vendedor	23/12/1935	Agitador comunista	
Alberto Pereira de Souza	Estivador	23/12/1935	Agitador comunista	
Tercílio Oliveira da França	Comerciante	27/12/1935	Atividade comunista	Participou do atentado a bomba na sede da AIB de Ilhéus. Remetido para Ilhéus
Teodoro Pereira da Silva	Militar	31/12/1935	Nocivo a ordem pública	Excluído do 19º BC
Israel Revkqlevsky	Negociante	6/1/1936	Agitador comunista	Rumaíco
Manoel Baptista Ferreira		3/2/1936	Agitador comunista	Português
Astrogildo Calazans	Monotipista	31/1/1936	Agitador comunista	

Esses dados mostram que as prisões na Bahia aconteceram antes, durante e depois dos levantes, mesmo não tendo havido um movimento armado. A propósito do levante de 1935, a maioria dos detidos era de trabalhadores, algo que igualmente pode ser notado na lista de presos de São Paulo, diferindo de Natal, Recife e Rio de Janeiro, onde as prisões recaíram mais sobre os militares.<sup>143</sup>

Em sua determinação de provar seu distanciamento ante os movimentos de esquerda (ANL e PCB), o governo da Bahia repetiu em vários documentos os mesmos dados. Eles foram citados no relatório feito pelo delegado Matos, que por sua vez foi enviado a CNRC e anexado no processo contra os integralistas, constando igualmente na carta que Magalhães enviou aos demais governadores das diferentes circunscrições do país. Mariani não deixou de afiançar sua palavra aos Diários Associados referente a responsabilidade do governo baiano da manutenção da ordem em todo o território do estado e em prestar auxílio imediato para seu restabelecimento em qualquer outro ponto onde estivesse ameaçada ou perturbada.<sup>144</sup> De todo modo, a acusação de ter sido o governador da Bahia benevolente com os comunistas, reafirmada tantas vezes nas fontes - com argumentos bem elaborados e convincentes - parece ter passado às páginas de parte da historiografia sobre a Bahia republicana, que suavizou a vigilância e repressão do governo da Bahia às esquerdas. Certamente a repressão ao integralismo mostrou-se mais intensa, o que não significa dizer que as autoridades do governo da Bahia não estivessem atentas a movimentação dos militantes de esquerda.

Com movimento sem amplitude e sem inserção nas fileiras militares, a ANL não conseguiu, na Bahia, ameaçar o governo constituído, sendo rapidamente desbaratada pela polícia, com a prisão dos principais dirigentes. Numa carta remetida ao presidente Vargas, Juraci Magalhães afirmou que o movimento que estourou no país, no fim de 1935, teve repercussão mínima no Estado baiano, “limitando os comunistas, em suas atividades subversivas, ao lançamento de quatro bombas de clorato que, felizmente, não causaram danos pessoais ou materiais”. Politicamente a situação do Estado é de inteira calma”, avaliou Magalhães.<sup>145</sup> Contudo, a senha ambiente tranqüilo terminou não significando que a Bahia estava livre da repressão e esta recaiu tanto sobre os aliancistas e pecebistas como sobre os integralistas.

---

<sup>143</sup> Lista de presos em São Paulo, 1935-1937 publicada em Karepovs, *luta subterrânea*, op. cit., pp. 134-151. Vianna, Marly. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, pp. 214, 235, 271.

<sup>144</sup> *O Imparcial*, 26/05/1936.

<sup>145</sup> Carta, 23/12/1935. CPDOC, GV c 35.12.23.

Logo, o governador da Bahia não hesitou em escrever ao presidente requerendo armamento e munição para “manter inalterada a ordem pública, reprimindo qualquer movimento que por ventura, surja no Estado, quer em sua capital, quer no seu interior”.<sup>146</sup> Sua solicitação não demorou a ser aprovada devido ao estado de alerta em que se encontrava o país. Possivelmente, o pedido de armamento esteve igualmente relacionado ao temor que o governador da Bahia nutria dos próceres vermelhos e verdes, revelado anos mais tarde em suas memórias. Ele considerou que

era visado por integralistas e comunistas. No dia do *putsch* [1935], a caminho da escola de aperfeiçoamento ia pensando como seria perigoso para a minha segurança um confronto entre essas duas facções radicais: ambas eram minhas inimigas e, qualquer que fosse a vencedora, eu fatalmente iria ser preso.<sup>147</sup>

De certo havia protesto das esquerdas contra o governador da Bahia. Quando da prisão de pessoas tidas como comunistas em fins de dezembro de 1935, Juraci e sua polícia foram acusados de servirem ao integralismo e a Getúlio. A violenta abordagem policial contra o operário, Jonas de Oliveira, fez *A Classe Operária* comentar que, por se tratar de um trabalhador antifascista, “a polícia de Juraci, laçao de Getúlio e parceiro dos integralistas, atacou a bala o operário e sua família dentro de sua casa, no bairro da liberdade”.<sup>148</sup>

Mas a postura das esquerdas em relação à Juraci não foi linear, pois em junho de 1936, ele recebeu uma carta da ANL chamando-o para participar da formação de uma frente popular, que lutaria pela suspensão imediata do estado de guerra, restabelecimento das garantias constitucionais, libertação dos presos políticos e suspensão da polícia política, além da intenção de apresentar candidato às eleições à presidência da República. Talvez a repressão pública e notória ao integralismo realizada por Juraci no estado da Bahia, acrescida da alcunha de comunista atribuída a ele tenha motivado o envio do documento pelo diretório nacional da ANL, que nesse momento havia sido assumido por militantes do PCB, que trabalhavam na clandestinidade e buscavam reativar a frente popular.

Segundo Karepovs, a direção do PCB havia decidido sair do Rio de Janeiro rumo ao Nordeste por acreditar que a repressão era menor nessa região e havia possibilidade

---

<sup>146</sup> Carta, 12/12/1935. AN, série governos estaduais/ gabinete civil da presidência da República, código 35, seção SDE, lata 15.

<sup>147</sup> Abreu, *Juracy Magalhães: minhas memórias provisórias*, op.cit., p. 97.

<sup>148</sup> Relatório de ocorrências, p. 53. APB, seção republicana, SSP, caixa 52, pacote 2.

de rearticulação do movimento subversivo. Mas depois de terem sido descobertos pela polícia, em Recife, os membros do Secretariado Nacional do PCB saíram fugidos de Pernambuco para alojar-se em Salvador e reiniciar a reorganização do movimento, com a volta da reimpressão de seu principal jornal *A Classe Operária*. Enquanto o PCB reavaliava sua linha política, o governador da Bahia pensava numa forma eficiente de suplantar o integralismo.<sup>149</sup>

Se os mandados de segurança impetrados pela AIB diminuíram as violências públicas praticadas no interior do estado baiano, a acusação de comunista feita a Juraci Magalhães acirrou os ânimos. Ofendido com os ataques que *A Ofensiva* lhe dirigia, Magalhães acionou o delegado da 3ª circunscrição policial, Hanequim Dantas, que respondia diretamente a ele, para que se comunicasse com Müller requerendo providências. Lembrando o novo decreto da lei de imprensa, que revogou sua plena liberdade ao instituir a censura aos meios de comunicação durante o estado de sítio, Dantas reclamou das críticas que o periódico vinha realizando de forma sistemática ao governador da Bahia sem nenhuma providência do chefe de polícia do distrito federal.<sup>150</sup>

Peço eminentemente amigo, solicito [suas] providências [no] sentido campanha difamatória feita [pelo] jornal “ofensiva” contra governador Magalhães, secretário cap. João Facó [e] outras autoridades deste estado uma vez que Estado de Guerra existe censura Lei imprensa. [...] É mister dizer-lhe que a campanha movida pelo citado jornal é difamatória [a um] governador que tem honrado [o] estado da Bahia [e] elevado [o] nome do Brasil. Acresce que [a] campanha movida é injuriosa, órgão integralista foi por mim impedido [de] entrar [no] estado [e] como [a] sede nessa cidade do Rio de Janeiro apelei para o amigo afim de que obrigue se censure cumprir o seu dever pois aqui não se permite que se ataquem membros governo, seja quais forem, fora dos limites da lei.<sup>151</sup>

A punição ao periódico não foi admitida publicamente pelos camisas-verdes, pois em correspondência a Clemente Mariani, Juraci comentou que “os integralistas do ‘O Imparcial’ publicaram um telegrama do Plínio (nota) dizendo que ‘A ofensiva’ foi fechada por dois dias por mera questão de técnica. Continuam eles numa boataria horrível”. Posteriormente, num aparte feito a Mariani na câmara federal, Jeová Mota

---

<sup>149</sup> Projeto de bases para a frente popular e carta do Diretório Nacional da ANL, 22/06/1936. CPDOC, GV c 36.06.22 XXVI 696. Karepovs, *luta subterrânea*, op. cit., pp. 90, 107.

<sup>150</sup> Decreto Lei n 24.776, de 14 de junho de 1934. Seu parágrafo único previa “a censura, entretanto, será permitida, na vigência do estado de sítio, nos limites e pela forma que o Governo determinar”. Portal da Câmara Federal [www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br). Acesso em 7/9/2010 às 7:00 am.

<sup>151</sup> Telegrama de Hanequim Dantas para Filinto Müller, 01/1936. CPDOC-FGV, FM 35.07.15 chp/ad pasta I.

confirmou que o periódico havia recebido ordens determinantes da censura, no sentido de não promover ataque algum ao Sr. Juraci Magalhães ou ao governo da Bahia. Medida esta que, meses depois, o diretor do jornal resolveu ultrapassar, voltando a tecer críticas ao governo da Bahia.<sup>152</sup>

Mas na Bahia os jornais não ousavam fazer comentários negativos sobre a forma como Juraci Magalhães tratava os comunistas. Ao contrário, *O Imparcial* informou que o governo da Bahia estava dando a entender que sua postura referente “à repressão ao comunismo era de alheamento senão de indiferença”, mas tinha interesse em divulgar que a indiferença era aparente, na medida em que a “polícia tem agido acompanhando de perto as atividades dos nossos bolchevistas”. Para o periódico, a ação policial expressava que havia “empenho” sem trégua contra “os inimigos da ordem” e procurou registrar tais atos para “significar a esperança da população baiana numa obra pronta e enérgica de repressão que é por demais necessária”. Pelo registro que fez o órgão oficial do integralismo na Bahia, logo percebemos que não devia ser fácil fazer frente ao capitão Juraci Magalhães no território em que ele governava. O mesmo *Imparcial* já havia sido empastelado em 1931, por força de Juraci Magalhães, então interventor da Bahia.<sup>153</sup>

Com pretensões de viajar, Juraci segredou a Mariani que pretendia chegar ao Rio com toda tranqüilidade, pois, já havia decidido sobre a estratégia que adotaria. “Olharei para meus inimigos com indiferença” prometeu ele, na medida em que a “coesão e solidariedade de meus amigos foi larga compensação a todos os aborrecimentos que suportei”. E deferiu: “Revidarei apenas a quem me atacar. Sei bem quem desejou ferir-me neste ‘teste’ de minha vida pública, chegará a oportunidade de cada um deles”.<sup>154</sup>

Se diante das acusações, Juraci afirmava, em carta, não dar “mais importância às impertinências do Seabra, Adalberto e outros no afã inglorioso” de o “tornar suspeito à opinião pública como comunista”, na prática acionou a Delegacia de Ordem Política e Social para que aumentasse seu olhar vigilante sobre as atividades integralistas no seu estado. Segundo um investigador da polícia política seu trabalho de vigilância passou dos comunistas para os integralistas depois que soube da existência de um movimento para derrubar o poder constituído. Assim, declarou ele que

---

<sup>152</sup> Carta de Juraci Magalhães para Clemente Mariani, 04/06/1936. CPDOC, CMA. def1 c 1936.06.04. Mariani, *o governo da Bahia e a defesa da República*, op. cit., p. 45

<sup>153</sup> *O Imparcial*, 02/02/1936. Caribé, de forasteiro a unanimidade, p. 105

<sup>154</sup> Carta de Juraci Magalhães para Clemente Mariani, 04/06/36. CPDOC, CMA. def1 c 1936.06.04.

trabalhando como trabalho na seção de ordem política e social, acompanha o movimento de todos aqueles, nesta capital, e por qualquer modo procura subverter a ordem; foi assim que teve ensejo de localizar e trazer, finalmente à polícia elementos que tinham relações com os movimentos extremistas, ocorridos no fim do ano passado; que, ultimamente, havendo chegado ao conhecimento da repartição onde trabalha que se anunciava um movimento chefiado pelos integralistas, os quais, fingindo respeito à autoridade constituída e combate ao comunismo, trabalham no sentido de se dar um golpe para a implantação no Brasil do regime fascista, passou a vigiar elementos integralistas, tendo ouvido um deles que o poder teria de cair até o fim do ano.<sup>155</sup>

Com olhar e ouvidos atentos, a polícia iniciava uma investigação baseada na suspeita de que “gente estranha emissária de próceres integralistas da capital da República se entendia em reuniões secretas com dirigentes do integralismo local”. A vigilância aos integralistas, que veio a público quando o governo da Bahia considerou oportuno, vinha sendo realizada em surdina, seguindo o protocolo policial. Muitos não imaginavam o rumo que essa história tomaria e os prejuízos que ela acarretaria, pois o silêncio parecia anunciar novos tempos.

---

<sup>155</sup> “declarações de Brasil”. CPDOC, CMA. def 1 c 1935.12.21.

## Capítulo 2: Cerrando portas, abrindo processos: o caso do fechamento da AIB-Ba

“Após os despachos e audiências normais recebi o Juraci queixoso, amargurado, com alegações diversas. Uma das queixas, quase obsessão, é o integralismo. Não contente de persegui-lo na Bahia, com todas as vantagens do estado de guerra, quer que eu faça o mesmo em todo o país”.<sup>156</sup>

O hino nacional foi entoado com mais vigor no núcleo da Penha, em julho, em Salvador, de 1936. Após obedecer ao ritual composto por marcha e a inauguração do retrato do chefe nacional, Plínio Salgado, seguiu-se o programa litero-musical, com piano e séries de declamações poéticas. Era um período festivo e muito havia para se festejar. Apesar das restrições quanto à liberdade de ação dos integralistas na Bahia, vários núcleos da AIB completavam aniversário de funcionamento e a comemoração que se realizou no núcleo da Penha se reproduziu em outras sedes da agremiação.

Com a diminuição das violências, era tempo de reiniciar as atividades em via pública. Em Feira de Santana, uniformizados, os integralistas perfilharam-se de braços erguidos para receber as bandeiras que chegavam de Salvador, Muritiba, São Felix e Cachoeira. Depois das palestras no núcleo integralista saíram desfilando pelas ruas da cidade. A bandeira que chegou ao cair da tarde em Bom Jardim, recôncavo baiano, foi recebida por espocar dos foguetes da procissão que ali se reunia acompanhada da banda de música vinda de Santo Amaro. Os camisas-verdes apresaram-se em entoar os dois anauês protocolares ao chefe provincial, Joaquim de Araújo Lima, antes do início das programadas palestras.<sup>157</sup>

Entre marchas, bandeiras e declamações realizadas pela AIB, mantinha-se a intenção de aumentar as adesões e voltar ao ritmo quebrado pela força violenta dos conflitos com as autoridades municipais que buscavam conter o movimento integralista. Para tanto, a campanha do *Mais Um*, que consistia na conquista individual do integralista fichado de mais um adepto para o sigma, ganhava destaque no interior e capital, quando foi cobrado que cada camisa-verde fizesse trabalho de arregimentação. Da importância dada à disciplina do corpo, nos planos da agremiação estavam previstos

---

<sup>156</sup> Anotações, 16/02/1937. Vargas, Getúlio. *Diário*. Volume 2. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 22.

<sup>157</sup> As bandeiras eram excursões integralistas responsáveis por levar a doutrina para cidades afastadas da capital. *O Imparcial*, 14/07/1937, 18/07/1936, 18/08/1937.

a organização de um Centro Universitário de Educação Física, após a festa esportiva realizada pelo núcleo de Brotas. Interessado na ampliação do movimento, o departamento feminino da AIB havia conseguido espaço na Rádio Comercial para o programa *A hora da arte*, recheado de música e declamações poéticas.<sup>158</sup>

Se o ambiente era um tanto mais sereno, qual não deve ter sido a surpresa para os integralistas, quando, sem motivo aparente, em 1º de Setembro de 1936, *O Imparcial* – órgão oficioso da AIB - divulgou uma nota, em negrito, de primeira página, procurando reafirmar sua neutralidade partidária que seu nome expressava, mas pouco assegurava. Informou que norteava sua “ação jornalística com inteira independência”, mas ao assumir uma postura de “franco e decidido” combate à “sinistra ideologia” dos “agentes bolchevistas”, deu estímulo aos movimentos anticomunistas no Brasil, particularmente os da Bahia, acolhendo os artigos dos integralistas, publicando seu noticiário e criando uma sessão de responsabilidade deles para as publicações que lhes interessasse. Porém, taxou que não permitiria, sem sua “enérgica advertência, movimento subterrâneo, conspirações, articulação de força, preparativos de golpes armados, planos de subversão da ordem, visando a queda do poder ou a mudança violenta do regime”. Com afirmações de previsão e advertência do levante de 1935 aos mantenedores da ordem pública, o periódico anunciava que tratamento semelhante seria dado contra idêntica atitude, independente da origem e de sua justificativa.<sup>159</sup>

Esse comunicado foi publicado por três dias consecutivos, coincidindo o último com uma telegráfica nota sobre o fechamento da AIB-Ba, em 3 de setembro de 1936. Avisados por polícia ou políticos, os editores de *O Imparcial* resguardaram-se dos eventos que se precipitavam. Possivelmente, o próprio diretor do jornal, Vitor Hugo Aranha, que era secretário de organização política da AIB-Ba, deve ter resolvido que era o momento do jornal mostrar distância segura em relação à agremiação, pois revelou, em depoimento, que “soube por intermédio de várias pessoas que o governador estava senhor do que acontecia nas fileiras do integralismo, concernentes a uma conspiração”.<sup>160</sup>

A altas horas da noite do dia 2, a polícia baiana fechou as sedes integralistas da capital, localizadas na rua da Imperatriz, rua da Calçada, estrada da Liberdade e na

---

<sup>158</sup> *O Imparcial*, 03/08/1936, 11-12/08/1936,

<sup>159</sup> *O Imparcial*, 01-03/09/1936

<sup>160</sup> Auto de perguntas feito a Vitor Hugo Aranha, 04/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

ladeira de São Bento. Em suas diligências apreendeu fichários, jornais, correspondências, material de propaganda, máquinas de escrever, armas e munições, além de prender alguns integralistas para interrogatório, que teve início antes do raiar do dia 3. Desta feita, a repressão teve início na capital Salvador e foi se espraiando pelos demais núcleos do interior com fechamento das sedes e abertura de inquérito, especialmente em Itabuna e Lençóis, onde se buscou apurar a “rede da ação delituosa”. Em Maragogipe, o momento do fechamento dos núcleos foi recheado de balas, com o choque entre o destacamento local e um grupo de integralistas do núcleo municipal, havendo tiroteio cerrado do qual resultou a morte do jovem integralista Fernando Andrade.<sup>161</sup>

O inquérito, que teve início logo após o fechamento das sedes da AIB, foi formado com a alegação de que os integralistas da Bahia preparavam “um movimento de caráter subversivo, tendendo a mudar a forma de governo”, que deveria irromper em todo o país, devido a suas ligações com outros estados, possivelmente em setembro de 1936. A polícia buscou indícios que pudesse enquadrar a AIB-Ba no artigo 30 da Lei de Segurança Nacional referente à “proibição de agremiação que visasse a subversão, pela ameaça ou violência, da ordem política ou social”.<sup>162</sup> Para tanto, tratou de montar uma história sustentada nos documentos apreendidos, principalmente o mapa da Bahia, que estava marcado com referências a distribuição dos batalhões da Polícia Militar da Bahia e da correspondência entre integralistas locais com a chefia da AIB, além dos depoimentos, das armas e munições encontradas em algumas sedes e residências de integralistas. O inquérito foi uma importante peça da acusação do governo da Bahia contra a AIB-Ba, que tentava com os documentos e depoimentos comprovar sua denúncia ao tempo que trouxe em seu bojo a versão dos integralistas baianos sobre os acontecimentos que culminaram no fechamento de suas sedes.

Da correspondência apreendida, a que obteve maior divulgação em jornais e compôs a primeira parte de todos os documentos elaborados sobre um possível levante integralista foi a carta resposta do chefe provincial da AIB-Ba, Joaquim de Araújo Lima, para o chefe nacional de finanças, o também baiano Belmiro Valverde. Possivelmente, pelo teor do texto e, por reunir, em um só documento, muitos dos elementos que o governo da Bahia instrumentalizava em sua acusação: articulação de

---

<sup>161</sup> Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202. *Diário da Bahia*, 05/05/1936.

<sup>162</sup> Relatório de ocorrência, 11/12/1936, p.1. APB, fundo Secretaria de Segurança Pública (SSP), caixa 52, pacote 2.

movimento subversivo entre integralistas locais e membros da chefia nacional da AIB, visando na Bahia seu governador, Juraci Magalhães, atacado como benévolo com os comunistas.

No documento, Lima expõe a dificuldade que os integralistas da Bahia enfrentavam para realizar campanhas por ordem da chefia nacional, em vista do cerceamento de suas atividades, em especial no interior do estado. A campanha do mais um foi exemplo de obstáculo a ser contornado e de mudança de estratégia, visando o êxito da tarefa. Para tanto, a dificuldade de comunicação com os chefes municipais foi resolvida com a determinação de um prazo mais elástico que o oficial para início da propaganda, a fim de “evitar que os mais afastados desistissem da campanha pela exigüidade de tempo”. Os problemas financeiros que os integralistas enfrentavam tornaram-se assunto reiterativo, pois apesar dos apelos de Araújo Lima para que a taxa do sigma continuasse sendo paga, “mesmo com alguns núcleos fechados e os companheiros dispersos”, havia dificuldade para a manutenção do funcionamento das secretarias da AIB-Ba. A respeito disso, o secretário de finanças do sigma baiano, Aloísio Meireles, em correspondência para Valverde, comentou que “infelizmente a nossa situação financeira não nos permite darmos passos mais adiantados. Nem temos para quem apelar!”.<sup>163</sup>

A repressão que era mantida pelas autoridades da Bahia aos integralistas teve como efeito não apenas a desarticulação do movimento da AIB-Ba, mas a progressiva tentativa de armamento de seus correligionários, que ao sentirem-se pressionados e coibidos, perceberam na via armada uma possibilidade de resolver o dissídio com o governador da Bahia. Mas a falta de recursos apresentava-se com um empecilho para tal empreendimento. Assim, “ouvindo as badaladas da meia noite no vizinho Mosteiro de São Bento”, Araújo Lima escreveu ao chefe nacional de finanças da AIB:

Nossa situação não é absolutamente das piores, porém seria ótimo que contássemos com o auxílio material do povo daqui. A nossa dificuldade está na falta de meios e isso fiz sentir ao portador. Homens temos em quantidade.

(...) O nosso governador vai apertando aos poucos as cravelhas, ameaçando de fechar completamente o integralismo.

Escusado é dizer que os comunistas gozam da complacência governamental e até de estímulo para novos empreendimentos. Entretanto, sei perfeitamente que comunismo que nos pode dar trabalho aqui é o comunismo oficial, governamental. Assim sendo a nossa luta será contra o governador Juraci Magalhães e sua gente.

---

<sup>163</sup> Carta de Aloísio Meireles para Belmiro Valverde s/d. Inquérito sobre o fechamento da AIB-Ba. AN, fundo TSN, Processo 202.

Tem ali procurado aproximar-se dos sindicatos e tive informações de que prometeu armas aos mesmos.

Seria útil que um companheiro afeito as lutas estivesse aqui conosco para auxiliarnos.

Em resumo, necessitamos de ter elementos no batalhão do Exército aqui (19º BC), e devemos ter o material bélico necessário para romper a ofensiva. (...) Se pudéssemos conseguir aí, inda que o título de empréstimo para ulterior pagamento, o necessário para preparar uns duzentos homens, teríamos mais garantido o êxito da tarefa.

Quanto ao código, julgo útil estabelecer uma parte com um companheiro e outra com outro, de modo que havendo qualquer surpresa não se possa fazer um confronto. Além disso, podíamos, em vez de falar em integralismo, preparar a coisa como se tratasse dos comunistas.

(...) Com os poucos a quem deva falar sobre o negócio, faço ver que estamos acompanhando a marcha dos comunistas e se eles determinarem o momento do golpe, nós os antecederemos de algumas horas. Isso nos permite preparar mesmo os mais refratários a um golpe violento. Pronto para viver ou morrer pelo bem do Brasil, unido e forte, aguardo as suas ordens, o companheiro e amigo que termina com um Anauê! Pela inscrição de mais um.<sup>164</sup>

Araújo Lima

Essa carta foi divulgada em todos os jornais de grande circulação da capital Salvador e o caso do fechamento da AIB-Ba foi manchete de primeira página por alguns dias. *O Diário de Notícias* trazia uma análise ao lado do documento chegando à “conclusão do irrefutável intuito da preparação de um golpe armado”, pois qual ofensiva “precisaria de requerer material bélico” e “necessitaria de homens no 19º BC (Batalhão de Caçadores)?”, questionava o autor da matéria ao leitor do jornal ao tempo que o conduzia para a sua conclusão. “Não há como imaginar, por maior excesso de boa vontade crédula ou de inocência política, que o chefe Araújo Lima queria tais coisas, para o livre exercício do voto”. Notou igualmente que os preparadores do movimento não confiavam em todos os seus companheiros políticos, que seriam mobilizados após falso alarme de levante comunista. Por fim, buscou separar o joio do trigo, informando que não se mostrava “contra a doutrina do sigma ou do seu programa político”. “Imbuído de espírito democrático”, se apresentava contra o integralismo motim, “que faculta alguns aventureiros a oportunidade de assaltarem o poder”. Conforme veremos, o argumento de que havia um grupo de integralistas mal intencionados no movimento, mas que não tinha apoio nem era compartilhado pelos demais correligionários da AIB foi utilizado quando houve impossibilidade de se negar

---

<sup>164</sup> Carta de Araújo Lima para Belmiro Valverde, 23/08/1936. Relatório de ocorrências, pp. 4-7. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2.

a articulação de um movimento armado, tendo outros desdobramentos, culminando na exoneração de Belmiro Valverde dos altos cargos que ocupava na AIB.<sup>165</sup>

De todo modo, o *Diário de Notícias*, que igualmente propagava a ideologia integralista, mostrou que não era apenas o *Imparcial* que procurava evidenciar distância da AIB-Ba.<sup>166</sup> Dias depois, *O Imparcial* reafirmou sua postura informando que, como “órgão oficial” da AIB, elogiava o ato do governador da Bahia em fechar os núcleos integralistas no estado, “em vista dos documentos que foram apreendidos pela polícia, os quais provam que os camisas verdes preparavam realmente um movimento subversivo”.<sup>167</sup> Mas o afastamento não passou de uma estratégia para escapar da repressão, pois logo os ditos jornais voltaram a divulgar notícias da AIB, comprovando, conforme anunciado, que não eram contra a doutrina do sigma.

Mostrar distância segura da AIB-Ba foi o procedimento utilizado também por aqueles que foram chamados à delegacia para prestar esclarecimentos. Muitos depoentes informaram que tomaram ciência do possível movimento armado que se articulava e do fechamento das sedes da AIB-Ba pelos periódicos ou comentários de rua. Alguns pareciam concordar com a análise feita pelo jornal e aproveitaram para endossar o texto do periódico, possivelmente como uma forma de livrar-se das malhas policiais. Assim fez José Rodrigues da Silva, auxiliar do comércio, ao informar ter sabido da carta de Araújo Lima “pela leitura de jornais” e considerou que o “documento é prova da existência de conspiração” e, por isso, resolveu deixar o integralismo. A maioria dos depoentes negou que tivesse envolvimento e conhecimento da sublevação que a polícia investigava. Alguns imaginaram que o caminho mais seguro seria abandonar as fileiras do sigma, mesmo que esse ato fosse considerado traição pela AIB, publicando sua decisão em jornais, através de cartas ou telegramas. Afinal, a acusação era de conspiração contra o governo do estado.<sup>168</sup>

Preso para interrogatório, Joaquim de Araújo Lima, por ter sido o autor da carta, foi questionado várias vezes sobre o conteúdo dela, mas apenas no terceiro auto de perguntas ele comentou sobre o motivo que o levou a escrever para Valverde. Afirmando que, em vista das perseguições que os camisas-verdes estavam atravessando nos municípios, informou ter ficado receoso “de ver sofrer os integralistas um

---

<sup>165</sup> *Diário de Notícias*, 12/09/1936.

<sup>166</sup> *Diário da Bahia*, 12/09/1936.

<sup>167</sup> *O Imparcial*, 18/09/1936.

<sup>168</sup> Auto de pergunta feito a Jose Rodrigues da Silva, 15/10/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

massacre”, e “como não dispunha nem de armas nem munições lembrou em carta a Belmiro Valverde que lhe remetesse material bélico”.<sup>169</sup>

A declaração de Lima sugere que o cerceamento das atividades integralistas por parte das autoridades baianas, em fins de 1935, terminou por deixar a postura dos integralistas mais agressiva. De fato, o tom hostil e vingativo, no referido período, tornou-se uma constante nos documentos trocados entre integralistas baianos. Em circular para os chefes municipais da AIB-Ba, Lima havia solicitado, no quarto item do documento, um “relatório circunstanciado de todas as perseguições que tem sofrido o movimento”, requerendo que fosse indicado o “nome dos companheiros agredidos surrados, espancados, com profissão e idade e o nome dos agressores e mandatários”. Como também “a extensão das responsabilidades desses perseguidores em face da truculência de que temos sido vítima, visando bem os cabeças”. Por fim explicou que os companheiros deviam entender “a extensão da importância desse item, pois o chefe provincial precisa saber os inimigos gratuitos, (...) pois um dia a nossa hora chegará”.<sup>170</sup>

Em resposta a esta circular, cartas foram enviadas de diferentes municípios baianos. De Itabuna e Maragojipe chegaram listas de elementos que faziam “pressão ao integralismo naqueles municípios”. Todos ou grande maioria das pessoas citadas no documento eram autoridades policiais ou políticos destacados do Partido Social Democrático (PSD) governista, considerados adversários políticos da AIB.<sup>171</sup> Com o intuito de inventariar seus rivais, relatórios foram preparados pelos integralistas e, via de regra, enviados para a chefia nacional. Em outubro de 1935, o chefe distrital de Itabuna, Nelson de Oliveira, enviou, como primeira colaboração do seu núcleo, um relatório que continha listas com nomes de pessoas consideradas comunistas e liberais. No documento, Nelson comentou

as ações de elementos comunistas é em geral velada mas ativa, age de preferência as horas mortas, de uma hora em diante tem lugar essas reuniões. Os liberais agem abertamente contra nós, utilizando de preferência a polícia através de delegados e sub-delegados.<sup>172</sup>

---

<sup>169</sup> 3º auto de perguntas feito a Joaquim de Araújo Lima, 04/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>170</sup> Circular da AIB. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>171</sup> Correspondência 22-23/04/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>172</sup> Relatório, 15/10/1935. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

Com a publicação desse e demais documentos após o fechamento da AIB-Ba, o integralista Jaime Veloso, residente em Itabuna, declarou, diante do delegado, ter ficado “bastante surpreso com a lista a qual tinha sido fornecida pela chefia integralista, denunciando os liberais comunistas de Itabuna, nomes e pessoas alheias às idéias subversivas”.<sup>173</sup> O *Diário da Bahia*, por sua vez, comentou “se por hipótese, vingasse esse movimento subversivo o que não seria destas pessoas apontadas para o Rio, (onde ninguém as conhece) como ‘comunistas’” fazendo “reuniões às horas mortas da noite”, nos termos da carta da chefia municipal? E respondeu: “certo o desterro ou o fuzilamento seriam o prêmio que teriam”.<sup>174</sup>

O periódico afirmou que os integralistas denunciavam como comunistas diversas pessoas “insuspeitas que vivem em nosso meio”, leia-se políticos ligados ao governador da Bahia. Mas não apenas estes, pois Elias Grimam, cidadão da Letônia, negociante e residente em Itabuna desde 1923, logo se descobriu em uma dessas listas e apressou-se em publicar uma declaração afirmando que era falsa e caluniosa a acusação de comunista. Como estrangeiro sabia dos perigos que corria se fosse preso como militante de esquerda e certificou que sendo “fidalgamente acolhido no Brasil não praticaria a insensatez de alguns atos” em prejuízo do “acolhimento que lhe foi sempre dispensado para violar as leis do país”, expondo-se as “penas e ao ódio justificado dos brasileiros”.<sup>175</sup>

Muitas autoridades que eram consideradas liberais passaram também a serem julgadas como comunistas, principalmente depois das implicações do irmão de Juraci Magalhães no levante de 1935. Mas não havia contradição nessa concomitância, pois a AIB defendia que o liberalismo havia abandonado o princípio do ordenamento social, terminando por permitir a emergência de antagonismos e revoltas, favorecendo o surgimento do comunismo.<sup>176</sup>

Em interrogatório, Lima já havia dito que considerava existir, por parte do governo, “um pouco de complacência com elementos tidos como comunistas. Que acreditava que houve benevolência também no caso de Elieser Magalhães, que tomou parte do movimento de novembro”. Posteriormente reafirmou que como o comunismo

---

<sup>173</sup> Jaime Veloso, 05/10/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>174</sup> *Diário da Bahia*, 01/10/1936

<sup>175</sup> *Diário da Bahia*, 01/10/1936. Declaração de Elias Grimam. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>176</sup> Cancelli, Elisabeth. *O mundo da violência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. p. 80. “Inventário da Bahia”. APERJ, fundo polícia política, setor integralismo, pasta 4.

não era “combatido suficientemente pedira providência ao chefe de Segurança Pública e ao governador do estado”, não sendo ele atendido. Em vista disso, telegrafou ao presidente da República, não sabendo se a informação chegou ao seu destino, pedindo “providência sobre a situação do comunismo na Bahia”, já que não encontrava apoio “por parte das autoridades do estado”. Ele revelou que seu temor aumentou quando soube que o governador Juraci Magalhães, no regresso de uma viagem, foi recebido por

elementos conhecidamente comunistas. Cunha, estudante de engenharia, e Noblat, deputado classista, haviam tomado parte da recepção, levando o primeiro cartazes com dizeres ofensivos aos integralistas e fazendo o segundo discurso em que declarava estarem os operários dispostos de armas na mão para defenderem a democracia.<sup>177</sup>

Apesar das diferentes agremiações partidárias presentes nos sindicatos da Bahia na década de 30, os integralistas julgavam que a maioria deles era correligionário da esquerda política.<sup>178</sup> Em relatório formulado pelo secretário de propaganda da AIB-Ba, José Esteves avaliava que quase todo o operariado estava fora do movimento integralista e apontava como causa não apenas as vantagens que a propaganda vermelha oferecia aos trabalhadores, como também a influência de dirigentes e líderes sindicais, vistos como comunistas. Afora isso, Esteves afirmou que o governador da Bahia passou a buscar uma aproximação com os sindicatos. Possivelmente, a referida proximidade tornou-se evidente no primeiro congresso sindical dos trabalhadores baianos, que contou com a participação e apoio do governador da Bahia. Neste tornou-se pública uma moção em que os trabalhadores se solidarizavam com o governo na luta contra os extremismos de esquerda e direita.<sup>179</sup> A considerar o fato dos integralistas perceberem os sindicatos como um terreno propício ao comunismo, certamente sentiram-se alvos da moção ao tempo que se aproveitaram da política trabalhista empregada por Juraci Magalhães para reforçar a acusação de benevolência com os comunistas que pesava sobre ele.

---

<sup>177</sup> 1º e 4º Auto de pergunta feito a Joaquim de Araújo Lima, 03/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>178</sup> Fontes, Raimundo. *A Bahia de todos os trabalhadores: Classe operária, sindicato e política (1930-1947). Tese de Doutorado.* São Paulo, USP, 1997, pp. 160-179.

<sup>179</sup> Relatório de José Esteves Leitão da Silva ao Paulo Lomba Ferraz, em 03/08/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202. *O Estado da Bahia*, 15/04/1936.

A constante insinuação de proximidade e apoio entre os comunistas e o governador da Bahia era uma estratégia hábil, pois abria brechas para que os correligionários do sigma se considerassem tuteladores da ordem pública, tomando para si a prerrogativa de funções do Estado. Ao acusarem o governo da Bahia de inércia e complacência com o comunismo, os integralistas arrogaram-se o direito de ser polícia, provocando conflitos com próceres de outros partidos e com a força pública, conforme vimos no capítulo anterior, além de terem preparado dossiês e listas, tendo como endereço a chefia nacional, que os remetiam à polícia política.<sup>180</sup>

A campanha difamatória da AIB contra o governador da Bahia, atribuindo-lhe a alcunha de comunista, não deixava de ser perigosa, pois criava para ele um ambiente de suspeição e instabilidade junto às autoridades federais e opinião pública, haja vista os intensos debates ocorridos na Câmara Federal. Se usada pelos integralistas, seria uma justificativa aceitável no cenário político da década de 1930, em caso de deposição do chefe do executivo estadual, na medida em que o perigo vermelho havia aberto fendas para que muita prisão, delação e deposição fossem realizadas por motivo de disputa política e/ou vinganças pessoais. Nesse sentido o comunismo foi usado pelos integralistas como arma de acusação e escudo de defesa, justificando a articulação de um movimento armado para a luta contra o perigo vermelho na Bahia, que incluía estrangeiros, opositores políticos e autoridades do governo baiano.<sup>181</sup>

A atitude extremada foi expressiva na circular intitulada *Cruzada Nacional pela Dignidade do Brasil*, que Lima igualmente confessou ter escrito. Com ela pretendia-se recrutar adeptos para a formação de grupo clandestino que exercesse como atividade principal o extermínio de comunistas. O documento foi escrito a máquina, visando dar a máxima divulgação, sendo entregue a outros integralistas que se incumbiram de realizar a distribuição.<sup>182</sup>

Patrício Amigo

(...) Um grupo de brasileiros decididos, alheios as competições políticas, resolveu formar em todo o país uma arregimentação secreta e fulminante para eliminar na primeira tentativa todos aqueles que cada um de nós julgar comunista ou cúmplices dos mesmos, principalmente os que são conhecidos como elementos de direção.

---

<sup>180</sup> *O Imparcial*, 30/11/1935.

<sup>181</sup> Sá Mota, Rodrigo. *Em guarda contra o perigo vermelho (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 203.

<sup>182</sup> 2º Auto de pergunta feito a Joaquim Araújo Lima. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

O sinal de alarme será dado por todos os soldados dessa nobre, patriótica e valente legião.

Nosso lema é “antes que sejamos trucidados, e as nossas famílias vilipendiadas, esmagaremos a cabeça da cobra”

Patrício. Inscreve-te na “Cruzada Nacional pela Dignidade do Brasil”.<sup>183</sup>

Considerando os comentários feitos por Lima em carta a Belmiro Valverde apontando o enfrentamento do comunismo no governo como ponto fundamental, essa cruzada, referida no documento acima, devia incluir pessoas ligadas ao PSD governista. Não por acaso, após escrever e publicar, nos Diários Associados, artigo com comentários pouco elogiosos a Plínio Salgado, o deputado federal pelo PSD Clemente Mariani recebeu uma carta anônima de um adepto do sigma que se queixou do tom adotado no artigo e contestou: “Não será com latir de cães como tu que o integralismo terá a sua marcha retardada” e sentenciou: “Mas muito breve vocês ajustarão contas com uma justiça que não falha!!! A justiça de Deus”.<sup>184</sup> Vinda dos céus ou de um movimento armado, a vingança em tempo breve era anunciada com convicção. Além dos aliados políticos de Juraci, que já se encontravam inventariados, ele também era visado, sendo citado nos documentos trocados entre os integralistas. Com esses escritos em mãos, o governo da Bahia não teve dúvidas em incriminar os camisas-verdes de prepararem uma sublevação com o fito de eliminar Juraci Magalhães e seus correligionários.

Mas faltava compreender como os integralistas preparavam esse movimento em suas reuniões, pois eles não se contentavam apenas em fazer listas e dossiês de seus rivais, eles enfrentaram o cerceamento policial a base de muita reunião e propaganda clandestina. Assim informou o delegado de São Felipe, reclamando que mesmo fechado o núcleo da AIB, desde dezembro de 1935, os integralistas não se desmotivaram e, secretamente, “praticavam reuniões ilícitas”, pregando “aos companheiros a revolução” e “prometendo vinganças e assassinatos” aos moradores. Na eleição anterior, ocorrida em janeiro de 1936, continuou o delegado, “distribuíram na calada das noites boletins” com a afirmativa: “votar com o governo é votar com o comunismo”.<sup>185</sup>

---

<sup>183</sup> Circular Cruzada Nacional pela Dignidade do Brasil. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>184</sup> Carta para Clemente Mariani. CPDOC, CMA. defl d 1934.00.00/1.

<sup>185</sup> Relatório do delegado do termo de São Felipe, Fiorentino Viga, ao capitão João Facó, 16/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

Devidamente informada, a polícia vinha vigiando as reuniões, em especial, aquelas que os principais dirigentes da AIB-Ba realizavam em suas residências. Em depoimento, Vitor Hugo Aranha, secretário provincial de organização política, informou que efetivamente se realizaram por todo o ano de 1935 e meses de 36, em dias incertos, encontros para tratarem de assuntos integralistas. Mas afirmou não ter participado das reuniões que teve lugar na casa do secretário provincial de propaganda, José Esteves.<sup>186</sup> Nesta foram realizadas as duas últimas reuniões da cúpula da AIB-Ba, em agosto de 1936, da qual participou também o tenente Ulisses, acusado de arregimentar militares para o integralismo, e, no último encontro, um portador das cartas de Belmiro Valverde, vindo do Rio de Janeiro.

Nas reuniões discutiu-se a mobilização de militares e aquisição de armas para uma sublevação, além da possibilidade da compra de uma rádio transmissiva para reativar a comunicação com integralistas de outros estados, em especial a chefia nacional, pois havia “censura de despachos telegráficos e proibição de mensagem d’A *Ofensiva*”, pelo governo do estado. Apesar de não negarem a realização de tais encontros em suas residências, os principais dirigentes da AIB-Ba serviram-se de subterfúgios para evitar que fossem incriminados. Uma vez mais se protegendo na senha comunismo, Lima comentou que as reuniões eram importantes “para tratar essencialmente do elemento comunista e da propaganda do integralismo, criada principalmente para o meio operário”. Mas não contestou a marcação do mapa (mesmo que não assumisse o feito), informando que quando chegou, em uma das reuniões, o tenente Ulisses já estava assinalando, juntamente com um emissário, vindo do Rio de Janeiro, algumas partes do mapa da Bahia, visando “determinar as localidades em que já era grande a infiltração integralista e onde é necessário intensificar a propaganda” nos destacamentos policiais.<sup>187</sup>

No mapa havia marcações de batalhões existentes na capital (1º e 3º Batalhão de Caçadores) e nos municípios onde os comandantes estavam filiados ao integralismo. Havia anotado também indicações de forças da polícia aquarteladas em Ilhéus e Itabuna, como também no 3º Batalhão de Caçadores de Barreiras, com uma seta em

---

<sup>186</sup>Auto de perguntas feito a Vitor Hugo Aranha, 04/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>187</sup> 1º e 3º auto de perguntas feito a Joaquim de Araújo Lima, 03/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

direção ao Piauí.<sup>188</sup> O que para a polícia era prova de que movimento integralista que se planejava na Bahia tinha o intuito de se expandir para outros estados.

Sobre o portador se tinha poucas informações. Apenas que seu nome era Álvaro Passos e veio do Rio de Janeiro trazendo três cartas assinadas por Belmiro Valverde, endereçadas a Aloísio Meireles, Porciano Jaqueira e Araújo Lima. Segundo Meireles, secretário de finanças, a carta dele e de Jaqueira tratava da obtenção de donativos para despesas de uma estação de rádio, não sabendo do assunto discutido na mensagem à Araújo Lima. De todo modo, tinha ciência que todas as cartas foram respondidas, sendo adicionado um mapa da Bahia comprado por ele a pedido do portador. Meireles revelou que na reunião na casa de José Esteves, o portador se interessou por saber “que munição e armamento” dispunham “o integralismo em caso de luta”. Buscando proteger-se, Meireles disse que nada comentou. Mas logo acusou seus companheiros, afirmando ter notado que Joaquim de Araújo Lima e o tenente Ulisses conversaram sobre material bélico com Álvaro Passos.<sup>189</sup>

Por terem sido as cartas de Belmiro Valverde destruídas pelos integralistas da AIB-Ba, não é possível saber o que havia em seu conteúdo. Em auto de declaração, Belmiro apenas informou que havia pedido “notícia da extensão do movimento na Bahia”, afirmando que esse assunto lhe interessava duplamente porque, “além de integralista é baiano de nascimento e recebe continuamente notícias dos companheiros” da Bahia. Mas não deixou de negar ter se referido a “preparação de movimento armado por ser absolutamente contrário a sua doutrina”.<sup>190</sup>

A afirmação de Valverde pode ser conferida no manifesto de fundação da AIB, lançado em outubro de 1932, onde há toda uma parte dedicada à condenação das conspirações, confabulações secretas e sedições, pois a campanha integralista deveria ser “cultural, moral, social e educacional”. Porém em outros escritos, como o

---

<sup>188</sup> Mariani, *o governo da Bahia*, op. cit., pp. 53-54.

<sup>189</sup> Auto de pergunta feito a Aloísio Meireles, 04/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>190</sup> Auto de declaração feito por Belmiro Valverde, 18/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202. Belmiro Lima Valverde nasceu em Alagoinhas (Ba), em abril de 1844, formou-se em medicina pela Universidade Federal da Bahia, em 1906, clinicando no Alto Amazonas, interior de São Paulo e Rio de Janeiro, onde se especializou em urologia e publicou obra sobre a lepra no Brasil. Surgiu na cena política em 1924, quando combateu o governo Arthur Bernardes, provocando seu exílio na Europa. Aderiu ao integralismo em 1933, tornando-se chefe nacional de finanças da AIB entre 1934 e 1936, período que empreendeu as campanhas “taxa do sigma”, “pelo bem do Brasil” e “campanha do ouro”, destinadas a angariar fundos para a agremiação. Em 1936, tornou-se membro do Conselho Superior da AIB. Dois anos depois ganhou destaque na conspiração e levante de 1938, comandando os integralistas do Rio de Janeiro. Informações retiradas do *DHBB pós-1930*. Cd-rom. FGV-CPDOC.

abecedário integralista, divulgado no ano seguinte, não se observa problema na utilização da violência quando preciso.<sup>191</sup> Ademais, o interesse da AIB em organizar milícias, com estrutura paramilitar, corroborava a idéia do uso da força armada seja de forma defensiva como ofensiva. Incentivados dentro das fileiras do partido com idéias belicosas, logo os dirigentes da AIB-Ba puseram-se a planejar um movimento armado para livrar-se da coibição de suas atividades, sabendo que não passaria pela censura da chefia nacional, sendo que um dos seus membros estava envolvido.<sup>192</sup> O fato de Belmiro ser baiano pode ter ajudado nesse diálogo, mas, em vista das dificuldades financeiras que a AIB-Ba passava, possivelmente, seu cargo de tesoureiro deve ter sido o motivador para a troca de correspondência.

Para a polícia a articulação do movimento subversivo foi planejada nessas reuniões fechadas, acreditando ter havido acerto também com alguns chefes municipais, em especial o de Lençóis e Itabuna, que após conversas com o chefe provincial, voltaram para suas cidades interessados na aquisição de armas e munições. Essa é a parte da história que a polícia narrou, mas não sem a ajuda dos jornais e, principalmente dos depoentes que, determinados a negar as acusações, terminaram por reforçar trechos da mesma. Reuniões fechadas, documentos comprometedores, articulação entre a chefia da AIB-Ba com chefes municipais e a chefia nacional compõem parte de enredo sobre a articulação de uma sublevação. A reação dos integralistas ao cerceamento de suas atividades de propaganda forneceu muita munição para o governo da Bahia. A polícia, que se mantinha vigilante, aguardava a hora de varejar cômodos e residências para apreender provas que justificassem o fechamento da AIB-Ba, o que não demorou a conseguir. Mas essa história apenas começa, pois outros atores estiveram presentes, sendo chamados a comporem o caso.

## Militares em cena

---

<sup>191</sup> Trindade, *integralismo*, op. cit., p. 216.

<sup>192</sup> O Departamento Nacional da Milícia foi criado, pela AIB, em maio de 1934. Este era composto de quatro seções que se ocupava do serviço de controle da organização serviço de informação, instrução militar e elaboração dos planos de operações militares. A função da milícia era preparar os integralistas para desfiles e, principalmente, desenvolver treinamento militar com planos de combate. Trindade, *integralismo*, op. cit., p. 187.

O conteúdo da correspondência e o mapa da Bahia que foi marcado, com referências aos batalhões da Polícia Militar (PM), possivelmente feito pelo tenente Ulisses, levantaram a suspeita de que os militares podiam estar envolvidos com o movimento que a AIB articulava e que a polícia julgou subversivo. Na observação de Marly Vianna, os desejos reformistas e de participação na vida política do país, levaram os militares a tomarem parte de intervenções armadas em diferentes momentos da República, inclusive junto com os civis. Estes viram uma possibilidade de chegarem ao poder ou se manterem nele com o apoio do braço armado.<sup>193</sup>

Em plano nacional, o integralismo entusiasmou os militares de alta e baixa patente, que por sua exaltação aos objetivos da AIB, contribuíram para que o movimento integralista tivesse boa recepção e florescesse no seio das forças armadas, em especial na Marinha. Na Bahia, a polícia militar foi que recebeu a força do sigma de bom grado.<sup>194</sup> Certamente a atenção dada à ordem, a rigorosa disciplina, o respeito à hierarquia, além das marchas e da indumentária da AIB apeteceu aos militares.

Em novembro de 1935, Plínio Salgado, quando da sua visita à Bahia, para presidir o Congresso Provincial, num desfile em carro aberto, notou que “a infiltração das idéias integralistas em meio às classes armadas, tanto no exército como na força pública era considerável”.<sup>195</sup> No ano seguinte, em carta aberta aos baianos, publicada em *O Imparcial*, o chefe nacional dos integralistas buscou defender os camisas-verdes que sofriam repressão nos diversos municípios baianos. Ele sustentou que os integralistas estiveram ao lado do governo baiano nas situações difíceis em que o estado enfrentou, inclusive auxiliando para impedir um levante comunista na Bahia. Segundo Salgado, os integralistas baianos cooperaram

com o governador Juraci, para fazer abortar a revolução comunista. Tudo estava preparado. Vós vos infiltrastes na brigada estadual e aquelas que por baixo da farda traziam o sinal que vos identifica, não permitiram que o vírus bolchevista pudesse fazer levantarem-se batalhões contra o governo baiano. Fizestes mais. Aqueles que, no Exército Nacional, trazem por baixo da suas fardas um coração integralista, articulam os camisas-verdes com a mais alta autoridade da Região Militar. Por vosso intermédio e em harmonia de ação com um inspetor de tiros de guerra, evitastes uma rebelião.<sup>196</sup>

---

<sup>193</sup> Vianna, Marly. *Revolucionários de 35*, op. cit., p. 33.

<sup>194</sup> Levine, o *regime de Vargas*, op. cit., p. 141.

<sup>195</sup> *O Imparcial*, 05/12/1935.

<sup>196</sup> *O Imparcial*, 07/05/1936.

A insinuação de que havia militares simpáticos ao integralismo fez o comandante interino da Polícia Militar, tenente-coronel José G. de Souza, emitir uma nota, em nove de maio de 1936, ao *Diário Oficial*. No texto, o tenente buscou explicar que “mal avisado andou o Sr. Plínio Salgado veiculando ao conhecimento público declarações de tal natureza, de todo o ponto insustentáveis, devido, sem dúvida, a informações que recebeu e agasalhou, sem maior exame”. E buscou negar que na corporação houve qualquer tipo de influência partidária, considerando que

a tropa do estado jamais foi trabalhada pela ação infiltradora dos integralistas (...) nem por qualquer influência comunista, uma e outra, aliás, totalmente inúteis, de vez que os seus chefes responderam pela sua conduta sempre que é chamada a cooperar para a segurança da pátria.<sup>197</sup>

Se o tenente negou o interesse de militares pelo integralismo, percebeu que o chefe nacional da AIB recebia informes sobre a relação entre a PM e os integralistas na Bahia. De fato, Plínio Salgado esteve atento às informações que a chefia da AIB recebia. Em relatório escrito pelo secretário provincial de propaganda, José Esteves Leitão da Silva, para o secretário nacional de propaganda, Paulo Lomba Ferraz, havia informações sobre a inserção que o movimento integralista estava conseguindo no estado como resposta à propaganda política que os integralistas vinham executando. Das corporações militares existentes, foi avaliado diminuto número de adeptos entre a guarda civil (um), exército (quatro oficiais e sargentos) e corpo de bombeiros, que nenhum adepto havia conseguido. Em compensação, para o autor do relatório, a PM mostrou-se mais receptiva aos discursos da AIB, pois escreveu que

a Polícia Militar pelo seu tamanho e raio de ação em toda a província é a mais importante das citadas corporações. Por oferecer uma feliz circunstância, pode dizer-se sem ênfase que é nossa. Os dados demonstrativos nesse acerto são do conhecimento da chefia nacional.<sup>198</sup>

Talvez a expressão *é nossa* não refletisse as adesões, mas não era incomum que membros de partidos elaborassem documentos enfáticos, de circulação interna, com informações que edulcorassem a realidade. Via de regra, os documentos seguiam o caminho da base partidária até as lideranças, que formulavam novos documentos com

---

<sup>197</sup> *Diário Oficial da Bahia*, 10/05/1936.

<sup>198</sup> Relatório de José Esteves Leitão da Silva ao Paulo Lomba Ferraz, 03/08/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

caráter mais amplo, de circulação nacional, que alimentavam o ânimo de todos. Mestre no procedimento, o Partido Comunista do Brasil (PCB) se retroalimentava com boletins dessa natureza, o que Paulo Sérgio Pinheiro considerou como “análises delirantes e megalomaníacas”. Apesar da AIB não apresentar informações tão deslocadas da realidade, ela cometeu pecados similares.<sup>199</sup> Quando interrogado, o autor do relatório declarou no auto de perguntas que, sendo sua função a apresentação mensal de um relatório ao secretário nacional de propaganda, informando sobre os recursos e homens do integralismo, julgou desnecessário inserir números, “bastando às expressões maioria e minoria” e que utilizou do termo é nossa porque é “corrente nas fileiras do integralismo a sua predominância na polícia militar do Estado”.

Nos documentos da AIB, apreendido por uma diligência policial, havia uma relação dos membros da polícia militar que estavam filiados no integralismo, entre 1934 e 1936, contendo, em média, 66 militares, entre capitães, tenentes, sargentos, cabos, soldados e aspirantes. É notável o aumento de filiados no ano de 1936, nos meses de junho a agosto. Os responsáveis pelo atelier utilizado para fotografar os neófitos militares integralistas afirmaram ter feito em média 39 fotografias, entre os meses de julho e agosto de 1936, contabilizando mais da metade do número total (66), informados pela própria AIB.<sup>200</sup> Abaixo podemos observar, pela ficha de inscrição de um capitão da polícia militar, realizada em julho de 1936, o formulário elaborado pelos dirigentes da AIB, com questões específicas para operários e militares, e com preocupações eleitorais que iniciam e terminam o rol das perguntas ao neófito, evidenciando assim seus principais interesses, que consistia em manter empenho na conquista do voto sem abrir mão das armas. Postura condizente com os estatutos da AIB, reorganizados em um congresso realizado em 1936, que mudou o nome de departamento da milícia para secretaria da educação, mas manteve uma estrutura paramilitar, acrescentando, ao lado do treinamento militar, atividades esportivas, cívicas e de mobilização eleitoral.<sup>201</sup>

---

<sup>199</sup> Pinheiro, *estratégias da Ilusão*, op. cit., p. 233.

<sup>200</sup> Relação dos prepostos da polícia militar que se acha fichado na AIB. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202. Relatório de ocorrências, p.28. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2.

<sup>201</sup> Trindade, *integralismo*, op. cit., pp. 186, 187.

Nome Cap. Manoel Adolpho dos Santos  
 Filiação Benito Rodrigues dos Santos - Mathilde M<sup>da</sup> Jesus  
 Endereço Rua Lacerda Medrado, 68  
 Idade 46 anos Estado civil casado  
 É eleitor? sim Numero do titulo \_\_\_\_\_ Districta eleitoral 9 Pedro  
 É sindicalizado? \_\_\_\_\_  
 Nome do sindicato \_\_\_\_\_  
 Quando se fichou na A. I. B. Junho de 1936  
 Guia automovel? não Motocicleta? \_\_\_\_\_  
 Conhece electricidade? \_\_\_\_\_ Radiotelegraphia? \_\_\_\_\_  
 É reservista? Capitão Que categoria \_\_\_\_\_  
 Arma em que serviu \_\_\_\_\_  
 Importancia de sua contribuição mensal para A. I. B. 26000  
 Até quando pagou a sua mensalidade Agosto de 1936  
 Até quando poderá entregar as photographias e negativa para identidade? já  
 Lugar onde trabalha \_\_\_\_\_  
 Ha quanto tempo \_\_\_\_\_  
 Tem algum da familia em condições de se fazer eleitor?  
Prof. - Capitão da Policia Militar

Fonte: ficha de inscrição de um capitão da Polícia Militar. Fonte: *Estado da Bahia*, 05/11/1936.

Considerando a organização das milícias integralistas, é patente que houve, desde o início, interesse do sigma pelos militares. A preocupação da AIB em ter um panorama da forças armadas existentes na organização, fez seu setor de estatística elaborar um questionário dedicado a colher informações sobre os militares envolvidos com as milícias integralistas. Ademais, pode-se observar uma atenção especial dada ao potencial militar e bélico que cada município apresentava, o que era aferido em questionário.

(...) B- Qual o número de reservistas na milícia? c- existe tropa federal ou estadual no município? Se existe, mencionar os efetivos e corpos a quem pertencem e o nome dos comandantes. d- quais as armas que possuem a milícia ou os milicianos em particular? E - Na milícia há militares graduados na ativa, reformados ou da segunda linha?. F- existem casas de arma no município? Se houver, dizer a quantidade prováveis de armas e munições. (...) K - a milícia local está em condições de tomar conta dos municípios, tem capacidade para tal? (...) L - qual o número de homens que poderá colocar à disposição do comando nacional? (...) T -

todos os milicianos do município têm o suficiente adestramento e noção de disciplina para executarem, sem exame, qualquer ordem do comando nacional?<sup>202</sup>

A resposta do núcleo de Serrinha a um questionário desses informava que havia 40 milicianos integralistas, incluindo sete militares. Apenas 15 dos milicianos possuíam revólveres, não estando, portanto, a milícia preparada para uma ação naquele momento, precisando para isso do auxílio de 50 homens. Se não havia milicianos suficientes para tomar conta da província, muito menos colocar homens à disposição do comando nacional. Por fim, informou-se que não havia adestramento militar suficiente, mas que “o núcleo estava trabalhando com afinco” por esse resultado e que a noção de disciplina vinha sendo observada fielmente pelos milicianos.<sup>203</sup>

Apreensivo com a resposta positiva que os militares poderiam oferecer ao integralismo, que tentava arregimentá-los desde o início do movimento, o secretário de segurança pública, João Facó, por entender que “Ação Integralista Brasileira é um movimento contrário a forma de governo mantido pela nação brasileira” e que “a finalidade das forças armadas é defender a pátria e garantir os poderes constitucionais a ordem e a lei”, resolveu, “no uso de suas atribuições”, pela portaria de número 255, proibir “terminantemente que os oficiais inferiores ou praças da força pública do estado ingressem na Ação Integralista Brasileira, salvo quando reformados, estendendo essas proibições a todos aqueles que exercem funções de policiamento”.<sup>204</sup>

A medida é significativa e expressa que mesmo antes dos conflitos entre integralistas e autoridades locais se acirrarem no interior do estado, o governo da Bahia já considerava a AIB uma agremiação perigosa, que poderia subverter a forma de governo brasileiro, emitindo uma medida específica. Apenas no ano seguinte, o ministro da Guerra emitiu uma circular proibindo os militares de “fazerem parte de partidos ou organizações onde se exigisse o juramento a credo ou pessoas”, essa medida foi extensiva a marinha e as forças públicas e estaduais.<sup>205</sup> Apesar da medida atingir em cheio a AIB, ela não foi específica contra o sigma e a justificativa do ato centrou-se no caráter disciplinar e de prioridade ao compromisso do militar.

---

<sup>202</sup> Questionário n E-1. Mariani, *o governo da Bahia e a defesa da República*, op. cit., pp. 31-32.

<sup>203</sup> Resposta ao questionário E-1, núcleo municipal de Serrinha, 25/11/1935. Mariani, *o governo da Bahia e a defesa da República*, op. cit., pp. 32-34.

<sup>204</sup> Portaria n. 221, 05/11/1934. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>205</sup> *O Imparcial*, 29/06/1936.

A portaria proibitiva emitida por Facó talvez tenha tido o moderado efeito de retirar alguns militares das hostes do sigma. Em depoimento, o major Maurício Tavares afirmou que “logo que tomou conhecimento da portaria expedida da SSP nunca mais compareceu a sede daquele partido”. Seu colega de patente, o também major José Francisco Amorim disse ter continuado até junho de 1935, “quando compreendeu que a portaria se referia também aqueles que antes dela ingressara no integralismo”, mas os documentos apreendidos nas sedes da AIB-Ba contrariam seu depoimento ao informar que ele continuava pagando mensalidade.<sup>206</sup>

Porém a medida não parece ter representado grande empecilho à entrada de novos adeptos. Em vista da campanha do *mais um*, o tenente Ulisses, que entrou no ano de 1935, resolveu tornar-se um arregimentador, conseguindo logo dois auxiliares, os cabos Rodolfo de Carvalho e Pedro Aurindo de Almeida, para o trabalho de conquistar filiados para o integralismo. Ele informou que “antes mesmo de ser integralista já propagava as idéias do integralismo na polícia militar e em toda parte” e que continuou após a portaria proibitiva a freqüentar a sede da AIB e que em “todas as oportunidades a propósito de tudo conversava sobre o ideal integralista”.<sup>207</sup>

De todo modo, não eram apenas o chefe nacional do integralismo e o secretário de segurança pública da Bahia que notaram essa relação entre os militares e o sigma, pois em fevereiro de 1935, José de Souza, aproveitou-se da propaganda governista que incentivava as delações e enviou uma carta para o presidente da República denunciando a inscrição de mais de cem militares nas hostes integralistas, entre oficiais do exército e da polícia. A carta não demorou a ser remetida para que Juraci Magalhães providenciasse. No ano seguinte, o líder da minoria o deputado estadual Nestor Duarte subiu na tribuna para acusar o governador da Bahia de conivência com os integralistas, pois estava ciente de que havia na PM, entre praças e oficiais, mais de mil camisas-verdes.<sup>208</sup>

Segundo o relatório do comandante do quartel da PM, o coronel Liberac de Carvalho, a partir de junho de 1936, “os adeptos do partido integralista vinham mantendo uma campanha sistemática pela implantação do seu credo entre os praças

---

<sup>206</sup> Auto de Perguntas feito a Mauricio Cezimbra Tavares, 11/09/1936. 1º auto de perguntas feito a José Francisco Amorim, 03/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202. Relatório de ocorrências, p. 39. APB, fundo SSP, caixa, 52, pacote 2.

<sup>207</sup> Auto de perguntas feito a Ulisses da Rocha Pereira, 05/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>208</sup> Carta de Jose de Souza para Getúlio Vargas, 27/02/1935. APB, secretaria do governo, pasta 2135. *Estado da Bahia*, 28/08/1936.

desta PM. Recrutados os primeiros elementos entre sargentos, cabos e soldados, foi entre esses escolhidos os propagadores da doutrina”. Para a execução dessa tarefa, Liberac notou que “foram empregados vários processos”, que consistiam “na ameaça de penas máximas a todos aqueles que entrassem a expansão do movimento”, com punições rigorosas para “aqueles que não se encontrassem nas suas fileiras”.<sup>209</sup>

Os depoimentos dos militares nos informam terem existido dois tipos de arregimentadores. Enquanto um buscava conquistar o adepto mostrando as vantagens de participar do movimento integralista, outro coagia com o estigma do comunismo. Por vezes, os dois argumentos eram utilizados, conjuntamente, para conquistar a adesão do indivíduo mais resistente. Tomás Coelho, cabo da PM, informou que entre junho e julho do ano de 1936 “foi procurado pelo tenente Ulisses nas oficinas onde trabalha” como marceneiro, a fim de que ele se alistasse no sigma, dizendo-lhe que “o integralismo melhora a situação da PM”. O 3º sargento da PM, Honório Silva Santos diz ter sido “convidado pelo tenente Ulisses, que lhe procurou nas oficinas para filiar-se ao integralismo, afirmando ser a AIB partido do governo”. Um tanto diferente, o soldado Eduardo Barros declarou que o sargento Galvão lhe fez convite para fazer parte do integralismo, dizendo que desse jeito ninguém mais o teria como comunista, que, além disso, lhe falou o sargento Galvão que o integralismo daria grande vantagem aos soldados.<sup>210</sup>

Todos os oficiais que foram recrutados pelo sargento Galvão comentaram que, para arregimentar, ele utilizava da senha comunismo, conseguindo a adesão pelo temor causado pelas implicações que o estigma poderia levar ao indivíduo. Talvez as declarações comuns possam indicar uma forma de defesa, talvez combinada entre eles, como uma possibilidade de escapar das malhas policiais ao indicar que foram pressionados a aderirem ao integralismo. Porém, não é difícil acreditar que houvesse constrangimento na ação da arregimentação. Certamente havia um nível de coerção que se mantinha implícita e nem precisasse ser mencionada. O respeito à hierarquia entre os militares causava receios entre os soldados rasos que se viam intimidados diante do assédio de seus superiores. Segundo Demerval Mendonça, soldado da PM, os sargentos Codoru e Galvão lhe convidaram para fazer parte do integralismo, fazendo desaparecer

---

<sup>209</sup> Relatório sobre as atividades integralista na Polícia Militar da Bahia, 04/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>210</sup> Auto de perguntas feito a Tomas Ferreira Coelho, 10/09/1936. Auto de pergunta feito a Honório Silva Santos. Termo de declaração de Eduardo Barros, 05/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

assim a suspeita que recaía sobre si de ser comunista. Ele considerou que “esse foi o melhor processo para ser atraído por seus superiores”, e que “receando perseguição e crendo na possibilidade de melhorar”, pois o sargento Codoru lhe informou que “com o integralismo a polícia seria federalizada”, resolveu fichar-se, tendo prestado juramento. Demerval comentou que sentiu-se “ludibriado” por seus superiores quando soube que seu nome apareceu como suspeito de movimento subversivo, tendo como consequência a sua expulsão dos quadros da PM, corporação na qual ingressara havia seis meses para seguir carreira.<sup>211</sup>

De acordo com o relatório do comandante da PM, Antenoro Confenza, sobre os militares envolvidos com o integralismo, muitos entraram na AIB por obedecer a “sentinela de amizade ou superioridade hierárquica”, havendo por parte dos militares de alta patente “aproveitamento da situação hierárquica para com os seus subordinados e abuso para com o espírito de obediência dos nossos soldados”.<sup>212</sup> Certamente a conquista dos comandantes garantiam armas e homens para o movimento integralista, além do voto, na medida em que os militares de alta patente podiam comparecer às urnas. Em contrapartida, outros entraram espontaneamente, mesmo que isso pudesse desagradar seus comandantes. Quando o tenente Ulisses foi questionado sobre sua ação de fazer arregimentação na PM, mesmo sabendo que ele se oporia ao seu superior na corporação, ele respondeu que “como militar pode ser que não esteja certo, mas como brasileiro e anticomunista pensa que está certo”. Ele revelou que difundia o “ideal integralista”, pois desejava criar “um ambiente anticomunista” contribuindo para isso com a “publicação de artigos na revista policial Militar, que é órgão da sociedade beneficente da PM”.<sup>213</sup>

Para a filiação dos militares na AIB era necessário preencher uma ficha de adesão com dados pessoais, posteriormente, eram levados para prestar juramento e a comparecerem ao estúdio fotográfico (2 de Julho ou Boreal). Suas fotos serviriam para carteira de identificação política e para sua ficha. Esse parece ter sido o ritual comum exigido ao neófito, muitas vezes divulgado nos jornais, em especial às sessões de juramento realizadas nos núcleos da AIB. O integralista precisava jurar, por Deus e por

---

<sup>211</sup> Termo declaração de Demerval Mendonça, 05/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>212</sup> Relatório de Antenoro Confeza sobre as atividades integralistas na Polícia Militar, 20/10/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>213</sup> Relatório de Antenoro Confeza sobre as atividades integralistas na Polícia Militar, 22/10/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

sua honra, trabalhar para a ação integralista brasileira e executar as ordens do chefe nacional e de seus superiores hierárquicos, sem discuti-las. O ritual era considerado como básico para a disciplina integralista, como “afirmação categórica do princípio da autoridade”.<sup>214</sup> Não deixa de ser estranho que os militares da Bahia fossem levados a prestar juramento, pois estes já haviam sido isentos do rito pelo chefe nacional da AIB depois da medida proibitiva do ministro da guerra (aquela referente à entrada de militares em agremiações que requeressem juramento). Mas muitos foram os depoentes que afirmaram terem tido que prestar dejúrio. Podemos observar no termo de declaração feito por Rodolfo de Freitas Passos como foi sua trajetória de ingresso no integralismo.<sup>215</sup>

a convite do sargento Miguel de Almeida Pedra, seu chefe na sessão de arquivo, com muita insistência dele, que chegou a levar ficha para ser assinada dentro da repartição, isso a cerca de três meses, entrou para o integralismo, prestando juramento três dias depois da assinatura da ficha (...). Que a mando do sargento Pedra foi a fotografia boreal, a rua do colégio, onde tirou retrato, recebendo 6 copias dias depois, das quais entregou 3 ao sargento Pedra, que lhe disse que mandaria 1 para sede, 1 para Rio de Janeiro e outra para carteira de identificação. (...) Que depois lhe disse o cabo Querino que estava próximo a vitória do integralismo, que o respondente devia se empenhar na campanha de mais um, que a [cada] pessoa conquistada dar-se-ia uma caução pelo seu número e se daria uma recompensa ao autor após a vitória do integralismo. (...) Que o fichamento de soldados e graduados da polícia militar nos dois últimos meses foi intenso, sendo que só o cabo Aurino disse que conseguiu 16 adeptos, que o mesmo Aurino lhe disse que fichava em diversos lugares para não ser descoberto porque estava sendo vigiado por secretas. Que na sessão de posse ouviu discurso no qual dizia o orador que a vitória do integralismo estaria certa (...). Que no mesmo discurso se disse que quem denunciasse alguma coisa do integralismo seria fuzilado, sempre seria considerado como informe e traidor. Que na polícia militar há inúmeros integralistas, tendo assistido por várias vezes cumprimentos alusivos entre oficiais.<sup>216</sup>

A respeito do fichamento intenso para o integralismo realizado entre os militares, Luís da França Ramos, oficial da esquadra de cavalaria, a confirmou, declarando que era “notável na PM entre oficiais e soldados o movimento integralista, havendo até oficiais que se cumprimentavam dentro do quartel a maneira integralista em substituição da cortesia militar”. A seu ver, se houvesse participação da PM seria fácil a “aquisição de material bélico e até de recursos pecuniários”, pois o encarregado do

---

<sup>214</sup> Cavalari, Rosa. *Integralismo: ideologia e organização de partido de massas (1932-1937)*, op. cit., p. 166.

<sup>215</sup> Resolução da chefia da AIB de 26/06/1935. Publicada no *O Imparcial* em 29/06/1935.

<sup>216</sup> Termo de declaração feito por Rodolfo de Freitas Passos, 06/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

departamento é um “grande entusiasta do integralismo”. Em vista da grande agitação no seio dos militares foi aberto um inquérito na PM, coordenado por Antenor Confeza, para que fosse apurado, no seio da tropa, os envolvidos no movimento integralista, por ter havido uma portaria proibitiva específica à entrada de militares no sigma, emitida pelo secretário de segurança pública. Em seu relatório, Confeza menciona ter notado “a preferência que era dada por sargentos e praças do serviço das repartições de maior responsabilidade, notadamente o serviço do material bélico e corpos com maior efetivo aquartelados nessa capital”.<sup>217</sup>

As declarações dos soldados Demerval Mendonça e Eduardo Barros, empregados na reserva do material bélico do Centro de Informação Militar (CIM), confirmam que estes dormiam com “metralhadoras portáteis sob os travesseiros” estando sempre de prontidão. O Sargento Galvão informou de fato ter distribuído a Eduardo Barros e Demerval Mendonça pistolas e “isso fez em vista dos boatos que corriam de golpe por parte dos comunistas”. Jose Oliveira, soldado da PM, também afirmou que por ordem do sargento Galvão “passou a ter sob sua responsabilidade uma pistola”, a qual durante a noite permanecia sob seu travesseiro.<sup>218</sup>

Alguns militares filiados mostravam-se preparados para agirem a qualquer momento seja acreditando em uma surtida comunista que desembocaria num levante, seja por estarem realmente interessados em se insurgirem contra o governo da Bahia. Se parte dos militares se escudaram informando em seus depoimentos que nada sabiam sobre o movimento subversivo, os capitães Antonio Medeiros de Azevedo capitão Maurino Cezimbra Tavares resolveram elaborar, conjuntamente, um documento para explicarem seu gesto de participar da Ação Integralista ao governador Juraci Magalhães e reafirmarem suas funções como militares e defensores do governo, pois “nesse momento de dúvidas e incertezas que atravessa o Brasil em consequência de entrosamento de ideologia, mister se faz que as classes armadas alheias as competições partidárias, se definam nas suas atitudes em apoio aos poderes constituídos e a manutenção do regime”. Sustentados no respeito à disciplina e ordem que nutriam e

---

<sup>217</sup> Termo de declaração feito por Luis França, 18/09/1936. Relatório de Antenor Confeza, 20/10/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>218</sup> Relatório de Antenor Confeza, 20/10/1936. Auto de perguntas feito a Joaquim Correa Galvão, 05/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB. AN, fundo TSN, processo 202.

que a AIB professava, justificaram sua entrada na agremiação com a imaturidade própria da idade que não lhes permitiram perceber os perigos de seu ato.

A fim de evidenciar que não assumiram significativos compromissos, confessaram que prestaram juramento, mas afirmaram nunca terem exercido atividade doutrinária em prol do partido. Como pertencentes às classes armadas, Azevedo e Tavares esperavam que Juraci Magalhães entendesse seus arroubos de juventude e mantivesse a solidariedade da caserna. Os argumentos surtiram o efeito desejado, pois não foram eles implicados no movimento da AIB que a polícia investigava, apesar de terem prestado depoimento. Os militares terminaram por compor boa parte do inquérito, com seus depoimentos e autos de declarações, sendo que quase metade dos processados, pelo TSN, pertencia a Polícia Militar conforme mostra o quadro abaixo.<sup>219</sup>

Tabela II – Processados pelo Tribunal de Segurança de Nacional por envolvimento no movimento subversivo da AIB-Ba.

Nome	Profissão	Entrada	Posto na AIB /arregimentação	Acusação/TSN
Joaquim Araújo Lima	Engenheiro civil	Dezembro de 1933	Chefe provincial	Articulador do movimento/troca de cartas com Belmiro Valverde.
Melchiades Porciano Jaqueira	Advogado	1933	Entre 1933 a 1935 foi chefe provincial e depois passou a secretário de doutrina do núcleo de Santo António	Comparecer a reuniões para discutir sobre a articulação do movimento.
Valter Brandão de Oliveira Aguiar	Estudante de medicina	25 de agosto de 1933	Chefe do destacamento do expediente da Secretaria de Informação Política, chefe do destacamento de expediente do departamento provincial de cultura artística	Responsável pela montagem de uma rádio clandestina.
Aloísio Meireles	Comerciante	1933	Exerceu cargo de chefe dos distritos da penha, em 1935, e secretário de finanças da província	Participar das reuniões secretas realizadas pelos integralistas.
Jose Esteves Leitão da Silva	Funcionário do Banco do Brasil	1935	Secretário provincial de propaganda desde junho de 1936	Ceder sua casa para que as reuniões sobre a articulação do movimento integralista tivessem lugar.

<sup>219</sup> Carta de Azevedo e Tavares para Juraci Magalhães, 02/09/1936. Publicada no *Diário de Notícias* em 11/09/1936.

Durval de Oliveira Santos	—	—	Chefe distrital em Mancuco	Percorrer todo o estado, arrecadando dinheiro, fazendo propaganda. Responsável pela aquisição de armas no RJ.
Júlio José de Oliveira	—	—	Núcleo Integralista de Itabuna	Aliciar pessoas para o movimento integralista.
Joaquim Pereira Dias	—	—	Chefe distrital em Serradas	Aliciar pessoas para o movimento integralista.
Joaquim Cerqueira	Comerciante	—	Ilhéus	Envolvido na compra de armas para a AIB-Ba.
Arquimedes Queiros de Matos	Lavrador/ Proprietário	—	Chefe municipal de Mancuco	Fazer compra de copioso material bélico encontrado em sua fazenda.
Jose Muniz do Nascimento	—	—	Chefe distrital de Água Preta	Provocar desordem chegando ao ponto de agredir armado de revolver o subdelegado quando da apreensão do arquivo do núcleo integralista de Ilhéus.
Nelson de Oliveira	Engenheiro civil	1934	Chefe municipal de Itabuna	Encomendar armas para o movimento integralista.
José da Rocha Santos	—	—	—	Aliciar pessoas para o movimento integralista.
Joaquim de Souza	Militar/sargento da PM	1936	—	Aliciar militares para a AIB-Ba.
Jose Francisco de Amorim	Militar/ Major da PM	1934	Chefe da seção de forças policiais e membro do conselho provincial	Arregimentar militares para a AIB-Ba.
Arsênio Alves de Souza	Militar/ tenente da PM	1936	—	Arregimentar militares para o movimento integralista.
Antônio Pereira de Souza	Militar/ 2 Sargento da PM empregado no material bélico	1934	—	Arregimentar militares para o movimento integralista.
José Aurelino Alves	Militar/tenente coronel da PM de Ilhéus	—	—	Responsável por grande infiltração integralista no 2º BC de Ilhéus.
Aurindo Julião de Carvalho	Militar/cabo	—	—	Realizar trabalho de arregimentação na PM.
Ulisses da Rocha Pereira	Militar/ tenente	1935	Orientador militar, responsável por fazer trabalho de arregimentação no quartel	Participar das reuniões secretas e arregimentou muitos militares para a AIB-Ba.
Joaquim Correia Galvão	Militar/sargento	—	—	Arregimentar muitos militares para a AIB-Ba.
Manoel Adolfo dos Santos	Militar/ capitão	—	—	Arregimentar militares para a AIB-Ba.

As informações da tabela revelam que a maioria dos que foram processados esteve ou estava à frente de algum dos cargos de responsabilidade do movimento integralista, quando não acumulava funções importantes, ou foram responsáveis pela arregimentação de militares na PM. Apesar dos muitos depoimentos comprometedores, apenas os articuladores do movimento foram incriminados pelo polícia baiana e, posteriormente, processados pelo TSN. É possível que o governador da Bahia acreditasse na desarticulação do movimento integralista com a prisão dos principais chefes ou que estivesse preocupado com a imagem de seu governo sob os olhares das autoridades e opinião pública. Essa pista é dada pelo próprio Juraci Magalhães, que fez questão de ressaltar em sua carta aos demais governadores do país, que o critério do seu governo no caso foi o mesmo de sempre, pois “a polícia circunscreveu a sua ação repressora aos que conspiravam, realmente, contra a ordem pública, deixando em paz os verdadeiros idealistas”. Desta forma, Magalhães repelia as críticas a respeito das ações desmedidas praticadas pela polícia da Bahia, buscando desfazer a imagem inconveniente que o governo da Bahia possuía como autoritário e truculento, ao tempo que compartilhava da idéia que a sublevação era realizada por um diminuto grupo dentro do integralismo.<sup>220</sup>

### **Autos de convencimento**

Enquanto a polícia baiana encerrava as investigações sobre o caso da AIB-Ba, o governo da Bahia produzia documentos com o intuito de convencer as demais autoridades estaduais, o governo federal e a opinião pública de que os correligionários do sigma estavam preparando um movimento subversivo na Bahia com articulação em outros estados, mostrando os perigos da manutenção de sua liberdade no cenário público e político. A empreitada não deixava de ser arriscada, pois a AIB havia crescido de forma vigorosa na cena política da década de 30, conquistando a simpatia e o apoio de autoridades e pessoas influentes na sociedade, aumentando suas fileiras progressivamente, o que foi sendo revertido em ganhos eleitorais. Ademais, os integralistas defendiam um discurso que encontrava similitudes com o do governo federal ao tempo que o auxiliava no combate a esquerda política.

---

<sup>220</sup> Carta de Juraci Magalhães aos seus colegas das administrações estaduais, 11/09/1936. APERJ, Fundo Polícia Política do Rio de Janeiro (PPRJ), série Estados, pasta 5b.

Porém, foi justamente a ascensão do sigma, com apresentação de um projeto autônomo e desejos de se transformar numa alternativa de poder ao governo Vargas que gerou temor e desconfiança deste e atraiu para si o olhar vigilante da polícia política. Sabedor dessa situação que se apresentava como uma fresta oportuna, o governador da Bahia apostou que seria possível fazer frente ao integralismo também fora da sua jurisdição administrativa, reforçando as suspeitas que se nutria contra a agremiação ao evidenciar a periculosidade que o movimento apresentava.

A operação foi orquestrada por Juraci Magalhães, com participação especial do delegado Matos, responsável pelo inquérito policial e do líder da bancada baiana, na Câmara Federal, Clemente Mariani. Seus papéis foram bem delineados e era de suma importância que eles os cumprissem com maestria, pois apesar das vozes contrárias ao integralismo que requisitava seu fechamento, não havia um amplo consentimento social formado contra o sigma. Aprovação esta que, de acordo com Giselda Brito, o governo Vargas buscou construir ao longo dos anos 30, entrelaçando as provas colhidas pelos agentes policiais referente ao envolvimento da AIB em distúrbios com outros grupos políticos, somado as suas críticas antiregime, para formular um discurso de desordem e subversão contra a agremiação, utilizado para afastá-la da cena política quando foi preciso. Além da violência empregada contra diferentes grupos políticos, Vargas preocupava-se em legitimar as práticas repressivas empregadas em seu governo, na medida em que ele não desejava despojar-se de sua áurea de popularidade, edificada através da propaganda política.<sup>221</sup>

Mas o governador da Bahia não parecia estar interessado nisso, o que ele desejava e estava determinado a conseguir era subjugar seu adversário político. Para tanto precisava converter a animosidade de alguns governadores pelo integralismo em apoio ao seu objetivo de obter uma medida que autorizasse o fechamento da AIB, pois Juraci tinha ciência que, por ser a agremiação um partido nacional, apenas uma determinação do governo federal seria suficiente para retirá-la de cena, conforme previa as determinações do Tribunal Superior Eleitoral. Tanto a Lei de Segurança Nacional como o Tribunal de Segurança Nacional, que estavam sendo empregados na repressão às esquerdas políticas passaram a ser utilizados pelo governo da Bahia contra a AIB.

---

<sup>221</sup> Brito, a lógica da suspeição contra a força do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco, op. cit., pp. 87, 108.

## A carta do Governador da Bahia

Antes do fechamento dos núcleos integralistas Juraci Magalhães tentou sintonizar seu pensamento com Vargas, uma vez mais na esperança de que ainda pudesse conseguir apoio, ou talvez apenas querendo insinuar seus próximos passos. Ciente do apoio que não vinha recebendo do presidente da República, a carta que Juraci lhe escreveu inicia quase como um pedido de desculpas pela insistência em retomar o assunto. Segundo o governador da Bahia, era propósito seu “abster-se de interferir em assuntos de ordem pública, que ultrapassem as fronteiras do estado” que governava. Além da confiança plena na sagacidade política do presidente, os “profundos aborrecimentos” a ele trazidos “pelos últimos choques políticos sociais no país”, o “levaram ao deliberado desejo” de aguardar no seu posto.<sup>222</sup> Porém,

circunstâncias eventuais me puseram em condições de documentar o propósito integralista da posse violenta do governo, para isso acelerando-se os trabalhos conspiratórios. Se não fosse a situação íntima que atravesso, esperando-me, verme, a qualquer hora, pai pela segunda vez, é, certo, iria, pessoalmente, e com a devida reserva, expor-lhe a situação e pedir suas instruções.<sup>223</sup>

O temor alegado por Juraci era que o país “chegasse até o estado totalitário” e, por considerar ele e Vargas homens de luta, não podiam ficar “indiferentes” ao destino do governo que encarnam. Por fim, solicitou uma decisão de como proceder: “vossa excelência é o meu chefe. Aguardo sua palavra, para segui-la”. Possivelmente seu ato serviu mais para resguardá-lo de possíveis acusações de determinar o fechamento de um partido nacional, em pleno estado de sítio, sem consulta prévia ao presidente da República, pois antes de remeter ao governo federal os documentos que afirmava ter em mãos e que provava o movimento dito subversivo, o governador da Bahia ordenou o fechamento das sedes integralistas.

Em seguida, Juraci voltou a comunicar-se com Vargas para informá-lo que a AIB-Ba possuía armas e munições adquiridas clandestinamente, além das pertencentes às várias corporações militares aonde era grande a infiltração integralista, colimando “o movimento subversivo” e um atentado contra a sua vida e a de seu secretário de

---

<sup>222</sup> Ao tratar dos “últimos choques políticos sociais no país” possivelmente Juraci estava se referindo a repressão ao comunismo que o levou a ser acusado de complacência com o mesmo pelos integralistas e autonomistas.

<sup>223</sup> Carta de Juraci Magalhães para Getúlio Vargas, 25/08/1936. CPDOC, GV 1936.08.25/1.

Segurança Pública, João Facó. A resposta do presidente à notícia do fechamento dos núcleos integralistas veio em forma de um telegrama ponderado e pouco entusiasmado: “conhecedor [de] seu espírito [de] tolerância [e] ponderada energia, estou certo [que] só motivos muito sérios determinariam [de] sua parte adotar essa medida”.<sup>224</sup> Se por um lado, Vargas procurou não interferir na medida adotada pelo governador, continuou sem expressar o apoio que Juraci Magalhães possivelmente desejava ter, desde sua ida ao Catete no ano anterior.

Sabedor do cerceamento que os integralistas vinham enfrentando, Juraci deve ter imaginado que, se conseguisse o apoio de outros governadores, poderia constranger as autoridades federais a decidirem pelo fechamento do integralismo, pois uma medida do governo federal garantiria a manutenção do fechamento das sedes da AIB-Ba, principalmente se o dissídio fosse resolvido na esfera jurídica. Juraci pôs-se a formular uma carta e a endereçou aos seus colegas das administrações estaduais, elencando o motivo que o levou a autorizar o fechamento dos núcleos do sigma na Bahia, relatando que, mesmo sendo difícil documentar uma conjuntura, os documentos apreendidos pela polícia da Bahia provavam que os integralistas não buscavam chegar ao poder através do voto, mas sim de um movimento armado. Mas as provas não foram fruto da vigilância do setor de segurança, escondeu Juraci, apenas resultado do conjunto de circunstâncias ocasionais. Somando as correspondências e os questionários de mobilização da AIB, o mapa da Bahia com indicações da força militar que eram favoráveis ou não ao integralismo, os depoimentos discrepantes com as informações do serviço secreto da polícia, além do “trabalho sistemático de catequese de soldados”, (mesmo que eles não pudessem ser eleitores) completavam, para o governador da Bahia, o que ele denominou de cipoal integralista. Este não presumia o propósito de uma campanha democrática, mas uma perigosa conspiração contra seu governo, afirmou Juraci ao tempo que criticou

a desenvoltura com que se arrogam os integralistas à função de tuteladores da ordem pública como se nós, governantes, fossemos, indiferentes à sorte da urgência na organização social.

(...) nada obstante, acham os integralistas que seus antônimos gozam de complacência e até do estímulo para novos empreendimentos, na conformidade do opinar do conspirador Araújo Lima. Isso porque desconheço, e combato até o ouso de prestigiarem os "verdes", como meio de aniquilar os "vermelhos". Possui o

---

<sup>224</sup> Clemente, *o governo da Bahia e a defesa da República*, op. cit., p. 43. Telegrama. AN, série governos estaduais/gabinete civil da presidência da República, fundo 35, seção SDE, lata 15.

governo recursos legais para essa peleja sagrada, sem esquecer a diretriz norteadora da campanha: a defesa do regime.

(...) Amigo ou inimigo, sou às escâncaras. Adversário de todos os inimigos do regime, pela manutenção do qual é racional envolver, continuarei pugnando, a todo o poder que o possa, extremo das duas ideologias conflitantes no cenário mundial e permaneço fiel ao regime a que sirvo.

(...) Certo de estar cumprindo um sagrado dever cívico pelos destinos do Brasil, de novos e lutosos acontecimentos que se planejam, faço-o com a mesma decisão por que o fiz em 2 de julho de 1935, classificando a ANL como simples máscara para encobrir os intuítos subversivos dos comunistas.

Também ocorre, nesta emergência, com a Ação Integralista, mero disfarce aos ominosos planos, de parte dos fascistas brasileiros.<sup>225</sup>

A carta apresentada por Juraci Magalhães tem argumentos semelhantes aos utilizados por Vargas, ao falar da revolta de 1935, em seu pedido ao legislativo para renovação do estado de sítio: movimento subversivo, com infiltração nas forças armadas, buscando a conquista de homens e armas com o fim de subverter a ordem pública, abandonando as vias democráticas. A grande diferença é que os comunistas e os militares ligados a eles foram às vias de fato, enquanto que, na Bahia, os integralistas foram presos como medida preventiva por tentar articular um movimento dito subversivo, que agora o governador da Bahia precisava provar. Juraci colocou o integralismo na condição de inimigo do regime, defendendo que este precisava ser fechado, assim como ocorreu com a ANL, pois ambos eram agremiações políticas com fins subversivos, merecendo tratamento semelhante. Por fim, criticou a postura de se privilegiarem os correligionários do sigma como forma de combate ao comunismo. Seu comentário, talvez, tenha tido o intuito de censurar o procedimento do governo Vargas, pois, segundo Stanley Hilton, após os levantes de 1935, o governo “incentivava o movimento integralista” como parte de sua “campanha contra a esquerda”, enxergando na AIB um aliado na propaganda anticomunista e como um instrumento de mobilização da opinião pública.<sup>226</sup>

A flagrante irritação de Magalhães com a acusação de complacência com o comunismo o fez anexar ao documento as medidas tomadas em seu governo, listando os presos por conta do levante de 1935. Em seu telegrama para Plínio Salgado, Juraci Magalhães expõe que esteve atento ao ardid que os integralistas promoviam contra ele,

---

<sup>225</sup> Carta de Juraci Magalhães dirigida aos seus colegas das administrações estaduais, 11/09/1936. APERJ, fundo polícia política, série estados, pasta 5b, fls. 398, 340.

<sup>226</sup> *O Imparcial* 20/12/1936. Hilton, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986, pp. 70, 119.

buscando colocá-lo em situação delicada e perigosa no cenário político enredando-o na acusação de comunista.

Venho acompanhando, com tranquila serenidade, o recrudescimento das mexeriquices com que os seus adeptos tentam colocar o governador da Bahia como comunista, em face à opinião pública nacional. Encastelado na força indestrutível da lei, continuarei atuando, eficientemente, na defesa do regime. Cumpri o meu dever alertando a nação para as manobras do partido que não é partido (...) Continuem os sigmóides caluniando a vontade, pois os fatos seguidamente os desmentirão, certos, porém, de que o posto de combate que a democracia me confiou estará sempre defendido e não será desonrado. Seu contemporâneo - Juraci Magalhães.<sup>227</sup>

Se a comunicação do governador da Bahia evidenciava o revide aos integralistas pela situação de risco que o colocara, a resposta que Salgado lhe remeteu reafirmava a confiança que ele nutria na posição do governo federal perante AIB ao escrever que “o governo central apreciará com justiça e segundo os superiores interesses nacionais estas nossas lutas políticas, devendo nós confiarmos no patriotismo da suprema autoridade da República”.<sup>228</sup> Defendendo o nacionalismo e oferecendo suas fileiras para anticomunismo, Salgado apostava que o movimento que ele organizava era conveniente aos propósitos do governo Vargas.

A percepção de Salgado não parecia equivocada, pois o governo da Bahia teve dificuldades em conseguir suporte na contenda com o sigma. Em resposta a sua carta, Juraci recebeu telegramas de apoio de vários prefeitos da Bahia e do governador de Sergipe, informando que havia fechado também os núcleos da AIB em seu estado, “em virtude de ter coligido documentos comprobatórios de atividade subversiva”. Mas não houve o amplo apoio esperado. Em carta particular ao governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, em 2 e 11 de setembro, comentando sobre as medidas que tomou contra o integralismo, Juraci recebeu de seu aliado político o estranhamento como resposta e logo deve ter percebido que seus propósitos dificilmente seriam alcançados.<sup>229</sup>

Fiquei realmente surpreso com a ação do integralismo no seu estado. Aqui em Minas, seus partidários se têm limitado a fazer propaganda pacífica da doutrina,

---

<sup>227</sup> Telegrama de Juraci Magalhães para Plínio Salgado, 24/09/1936. APERJ, fundo Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPPS), série prontuário, número 832.

<sup>228</sup> *O Imparcial*, 26/09/1936.

<sup>229</sup> Telegrama de Juraci Magalhães para Clemente Mariani. CPDOC. CMA. dcf1 c 1936.06.04 Relatório, p. 26

mormente nos últimos tempos, talvez devido ao ingresso, naquela corrente de alguns homens de responsabilidade, nossas autoridades policiais não tem registrado ameaças de violências de sua parte.

Estou ansioso por vê-lo, a fim de trocarmos idéia sobre a orientação segura que devemos ter na política nacional. O presidente Getúlio continua, como sempre, muito seu, ou por outro, muito nosso amigo. Ainda há pouco, falou-me no Rio a seu respeito, exaltando suas qualidades de homem público.<sup>230</sup>

Valadares apressou-se em remeter, no mesmo dia, uma cópia a Vargas desta carta em que ele sutilmente aconselhava Juraci Magalhães a ajustar-se com a linha da política nacional, afirmando, em acréscimo, que eles deveriam continuar “prestigiando de modo decidido o presidente Getúlio Vargas, pois “do contrário, teremos a confusão, que só aproveitará os elementos mal intencionados”. Indo na contramão do que Valadares aconselhava, Juraci Magalhães não aceitava que a política empreendida por ele na Bahia fosse um mero reflexo da política nacional. Tencionava, em contrário, manobrar para que seu posicionamento político fosse abarcado pelo governo federal. Logo Vargas percebeu os intentos de Juraci em convencê-lo a ir de encontro aos integralistas e como esse assunto estava sendo desgastante para ambos. Em seu diário anotou que após os despachos e audiências normais recebeu Juraci “queixoso, amargurado, com alegações diversas”. “Uma das queixas, quase obsessão, é o integralismo. Não contente de persegui-lo na Bahia, com todas as vantagens do estado de guerra, quer que eu faça o mesmo em todo o país”.<sup>231</sup>

A postura de Vargas, anotada em seu diário, sugerindo que ele não cederia às pressões do governador da Bahia, mantendo-se afastado da disputa política entre a AIB-Ba e Juraci Magalhães foi evidenciada publicamente, meses antes, quando da visita do presidente à Bahia para a inauguração do Instituto do Cacau, uma importante realização da administração do Governo da Bahia, em novembro de 1936. Ele foi recebido com pompa e homenagens e não decepcionou seu anfitrião, procurando exaltar suas qualidades de administrador e homem público por reconhecer com “lealdade a cooperação emprestada” pelo seu governo “aos empreendimentos que concorrem para o progresso” da Bahia e em agradecimento as gentilezas e homenagens com que o distinguiram, ergueu sua taça e brindou a prosperidade do governo da Bahia.<sup>232</sup>

---

<sup>230</sup> Carta de Benedito Valadares para Juraci Magalhães, 18/09/1935. CPDOC, GV c 1936.09.18/2.

<sup>231</sup> Anotações, 16/02/1937. Vargas, *diário*. vol. 2, op.cit., p. 22.

<sup>232</sup> *O Imparcial*, 24/11/1936.

Os integralistas sabendo que não podiam ficar de fora da festa, não perderam a oportunidade de escrever uma carta, pela pena de Vitor Hugo Aranha, chefe interino da AIB-Ba, com saudações e protestos. Utilizaram-se da comissão de universitários como portadora do documento até o presidente da República, que se encontrava no Palácio da Aclamação. A carta explicava que a saudação era despida de solenidade, pois qualquer outra manifestação estava proibida por determinação policial, que considerava criminoso todo o simbolismo que a AIB exprimia. O escrito acusava o governador da Bahia de empregar a decretação do estado de sítio e de guerra com finalidades diferentes daquelas que justificaram sua adoção, com o intuito de asfixiar a vida partidária da AIB nos domínios de sua jurisdição administrativa. Porém, não apenas os integralistas, mas a nação descansava sabendo que o presidente saberia corrigir esses excessos, escreveu Aranha. Mas se a providencia presidencial era aguardada, o respeito à jurisdição administrativa da Bahia conferida a Juraci Magalhães foi mantido, pois Vargas nenhuma menção pública fez ao assunto, mesmo tendo visto ou sabido da prisão de um acadêmico de medicina que ousou levantar o braço em saudação integralista quando da passagem da comitiva presidencial, em reverência a bandeira nacional.<sup>233</sup>

O gesto do presidente da República em participar da inauguração do Instituto do Cacau, para Clemente Mariani significou honra e prestígio para o governo da Bahia, mas Juraci Magalhães mostrava-se descontente com a falta de apoio que pleiteava do governo federal na questão do integralismo, o que passou a demonstrar na correspondência trocada com o próprio Mariani, deputado federal pelo PSD e político de sua confiança. Logo ele seria incumbido de subir a tribuna da câmara federal em favor do governo da Bahia, discutindo com Juraci Magalhães as estratégias para o êxito nesse dissídio político.<sup>234</sup>

---

<sup>233</sup> Carta de Hugo Aranha a Getúlio Vargas, 20/11/1936, publicada no *O Imparcial* 21/11/1936.

<sup>234</sup> Carta de Clemente Mariani para Juraci Magalhães, 19/03/1937. CPDOC, CMA. 1933.05.23 dcf1/c

## O Relatório do delegado Matos

Enquanto Mariani preparava a defesa do governo da Bahia, o delegado Matos foi encarregado, pela portaria de 3 de setembro de 1936, de apurar as responsabilidades dos envolvidos com o movimento subversivo, coordenando o inquérito policial e elaborando um relatório com argumentos que convencessem os juízes do Tribunal de Segurança Nacional de que, sob a capa legal de partido, os integralistas conspiravam contra o regime democrático vigente no país. Matos pinçou trechos da parte especial do direito penal, escrito pelo renomado jurista Nelson Hungria, em 1936, e usou como epígrafe em seu relatório. Utilizando-se do recurso da autoridade, acreditava ele que seus argumentos poderiam ser mais bem aceitos ao tempo que evidenciava que o documento foi elaborado para ser lido por homens versados nas letras jurídicas. Lendo os trechos separados do texto integral tem-se a impressão que Hungria defendia a punição dos presos políticos, o que de fato o jurista não deixa de fazer. Assim, o relatório inicia com o trecho

Não pode ser lícito a um só ou a alguns poucos indivíduos mudarem violentamente a forma política ou de governo que a maioria dos cidadãos, mediante expresse ou tácito consenso, se quis dar a si mesmo. A razão da punibilidade do delito político é direito da maioria a manutenção da ordem governamental por ela aceita e adotada.<sup>235</sup>

Com esse principiar, Matos informava que seguiria a linha argumentativa que os integralistas planejavam um levante com o fito de mudar a forma de regime do país e que pediria as penas cabíveis para tal delito, identificado como crime contra a segurança nacional, caracterizado pela ação de tentar, “por ato, mudar por meios violentos a constituição da República no todo ou em parte a forma de governo por ela estabelecida”.<sup>236</sup> Mas ao escrever sua obra Hungria buscou também defender penas benignas para o crime político, criticando os rigores do legislador penal, em especial aquele que formulou a Lei de Segurança Nacional. Apesar dele não definir o que considerava penas benignas, tudo leva a crer, pela exposição das penas medievais e renascentistas do suplício, aos quais Hungria tenta se contrapor, que ele defendia penas mais humanas para os criminosos políticos, pois era necessário considerar que os presos

---

<sup>235</sup> Hungria, Nelson. *Direito Penal – Parte Especial*. Rio de Janeiro: Livraria Jacyntho, 1936, p. 27.

<sup>236</sup> Crime contra a Segurança Nacional estabelecido na lei número 38, de 04/04/1935.

políticos são homens “intemeratos, ardorosos, deixando-se facilmente empolgar de idéias reformadores e não vacilando em jogar com a própria vida na consecução do que julgam ser o bem da sua pátria ou da humanidade”. Para Hungria o que caracteriza “o delito político, e justifica seu tratamento excepcional, é a nobreza do móvel ou o fim do agente”.<sup>237</sup>

Não é possível acusar o delegado Matos de defender medidas extremas, como a pena de morte ou algo do gênero em seu relatório. Ele apenas buscava provar que os personagens do seu inquérito poderiam ser enquadrados no crime de conspiração por articulação de movimento subversivo, esperando que os envolvidos fossem julgados e passassem a cumprir as penas que a legislação brasileira reservava aos presos políticos, como a prisão celular, colônias penais, extradição e desterro. Estas duas últimas, certamente, não constavam no rol das penas benignas defendidas por Hungria. Mas ele tinha ciência que, na época em que escrevia, o criminoso político passou a “ser objeto dos tremendos rigores”, atribuindo o fato ao “sombrio período de crise da democracia” em que se vivia.<sup>238</sup>

Contra a “severidade do legislador penal contemporâneo” no tocante ao “crime contra o Estado”, Hungria defendia que “ao punir a conspiração a lei não visa punir o simples pensamento, senão um ato preparatório inequívoco, que cria uma situação de perigo concreto”.<sup>239</sup> Confiante em sua habilidade para elaborar o relatório com a manipulação dos documentos que tinha em mãos, Matos fez uso do referido texto de Hungria, na certeza que podia provar, através das correspondências dos integralistas, que havia um ato preparatório inequívoco em curso. Se Matos fez usos a sua maneira de um texto com maior circulação como o de Hungria, os documentos integralistas, que tinha em mãos, sofreram maiores alterações.

Retirar frases de seus contextos e utilizá-las para apoiar seus argumentos parece ter sido a regra para o delegado Matos, pois na sua crença de que apenas por indução se “conseguirá provar o crime de conspiração”, retirou várias frases de efeito das cartas trocadas entre correligionário integralistas e arrumou-as juntas, de forma consecutiva, passando a forte impressão de um enérgico movimento subversivo em preparo. Certamente havia trechos comprometedores, como os da carta escrita por Araújo Lima para Belmiro Valverde (discutida no início deste capítulo), que foi transcrita na íntegra,

---

<sup>237</sup> Hungria, *direito penal*, op.cit., pp. 35, 40.

<sup>238</sup> Hungria, *direito penal*, op. cit., p. 34.

<sup>239</sup> Hungria, *direito penal*, op.cit., pp. 96, 112.

e assinalada em seus trechos considerados mais interessantes. Como reforço a esses documentos, foi dada atenção às cartas escritas pelos integralistas do sul do estado, em especial os de Itabuna, utilizando muitas passagens, principalmente se tivesse a frase “de pé pelo Brasil e pela revolução”. A insinuação do delegado Matos era a de que a palavra revolução tinha sido usada como sinônimo de rebelião, motim, subversão. Revolução era uma palavra presente no manifesto de outubro de 1932, onde se pode ler na sexta parte, “nós somos a revolução em marcha”. Para Salgado, revolução seria um “instrumento para destruir o equilíbrio da sociedade em crise” ao tempo em que restabelece um novo equilíbrio.<sup>240</sup> Assim, talvez os integralistas estivessem utilizando a palavra realmente no sentido de insurreição, pois os documentos elaborados pela AIB não excluía a violência como recurso de luta, mesmo que seu manifesto firmasse posição contra as conspiratas.<sup>241</sup>

O delegado Matos continuou elencando outros trechos comprometedores como:

“Eles que façam tudo, pois estão perto de serem chamados a prestarem contas. A nossa hora está chegando só falta a primeira badalada do relógio”.  
O incansável chefe nacional quer vencer todas as dificuldades nesse ano de 1936 e os verdadeiros integralistas não de ajudá-lo a despeito de todos os sacrifícios  
“Nenhum dos responsáveis pelo movimento integralista deve se deixar prender, pois não sabemos qual seja a atitude das autoridades. Confiança. De pé pelo bem do Brasil e pela revolução”.<sup>242</sup>

Brindando a escola positivista da qual devia ser depositário, Matos explicou que a simples leitura das correspondências bastava para a identificação dos intuítos conspiratórios. “Tudo ali cheira a embuste, a subterfúgio, a conjuntura”. Mas apesar das expressões de força utilizadas no final das cartas, algumas delas informam mais sobre o temor dos integralistas em lidar com a arbitrariedade policial e dos cuidados que deviam ter com possíveis manobras efetivadas pelos rivais políticos.<sup>243</sup> A carta que Muniz Nascimento enviou, utilizada no último trecho da citação, tinha por fim avisar ao companheiro de partido suas preocupações frente às notícias que circulavam, colocando-os em perigo, pois

---

<sup>240</sup> Trindade, *integralismo*, op. cit., pp. 214-216.

<sup>241</sup> Relatório de ocorrências, p. 4. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2.

<sup>242</sup> Trecho da carta de Maximiliano Silva para Júlio José, Itabuna, 21/07/1936. Relatório, p. 10. Trecho da carta de Muniz Nascimento para Julio Oliveira, Itabuna, 21/06/1936. Relatório, p. 9. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2.

<sup>243</sup> Sobre a assimilação da escola positivista pela polícia na década de 30, ver: Cancelli, *o mundo da violência*, op. cit., pp. 77-79. Relatório de ocorrências, p. 4. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2.

os liberais estão espalhando francamente que os integralistas preparam um golpe para o São João, isto é, o dia 23. Isso não é verdade, logo devemos estar atentos para evitar ciladas. Antes, durante e após o São João todas as medidas devem ser inteligentemente tomadas. E, como conclusão, nenhum responsável pelo movimento integralista se deve deixar prender. Isso porque não sabemos qual seja a atitude das autoridades. Confiança, de pé pelo Brasil!  
Anauê pela revolução!<sup>244</sup>

De forma semelhante, a circular escrita por Araújo Lima, no início de fevereiro de 1936, trata da necessidade de os integralistas dos núcleos do interior de continuarem a colaborar com contribuição mensal a que estavam obrigados, apesar da desarticulação causada pelo cerceamento de suas atividades pelas autoridades locais, pois além de resolver seus problemas, não deviam esquecer que faziam “parte de um todo homogêneo” de extensão nacional. Nessa circular existe o trecho citado no relatório: “o incansável chefe nacional quer vencer todas as dificuldades nesse ano de 1936 e os verdadeiros integralistas hão de ajudá-lo a despeito de todos os sacrifícios”. Possivelmente, a passagem era uma forma de pressionar para a efetivação da contribuição dos integralistas. A AIB passava por um período de cerceamento de suas atividades em vários estados e precisava angariar recursos para arcar com as despesas jurídicas. A respeito disso, Lima chamou a atenção, informando que “os companheiros da capital, em geral pobres e sacrificados, não devem assumir responsabilidade total pelas despesas inerentes a assistência judiciária”.<sup>245</sup>

O delegado Matos, por sua vez, tinha outra hipótese para levantar sobre a importância da colaboração mensal. Ele apostava que a contribuição dos integralistas seria destinada a compra de armas, pois alguns chefes municipais estavam se esmerando na tarefa de conseguir armas de forma clandestina. Matos afirmou que os integralistas da capital e interior vinham se comunicando, sendo que tanto o chefe municipal de Lençóis como o de Itabuna, após conversas com o chefe provincial, Araújo Lima, procuraram fazer a aquisição de armas e munições.<sup>246</sup> Durval de Oliveira Santos, chefe integralista de Mancuco, havia pedido, aos demais chefes municipais, listas de homens “dispostos, solteiros e sem responsabilidade de família” que fossem capazes de pegar em armas. Diante do depoimento dos envolvidos no movimento

---

<sup>244</sup> Carta de Muniz Nascimento para Júlio Oliveira, Itabuna, 21/06/1936. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>245</sup> Circular de Joaquim de Araújo Lima, 18/02/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB-Ba. AN, Fundo TSN, processo 202.

<sup>246</sup> Relatório de ocorrências, p. 15. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2.

integralista que afirmaram ser a quantia arrecadada destinada à rádio do sigma, Matos suspeitou: ou a “estação do rádio sigma é coisa nababesca” ou a “aplicação das quantias arrecadadas tinha outra finalidade - a compra de armas e munições e custeio do movimento subversivo que o integralismo deseja realizar”.<sup>247</sup>

Mas durante a diligência policial foi encontrado apenas um fuzil e uma pistola, na sede da ação integralista à ladeira de São Bento, e uma carabina e 96 cartuchos da munição, na residência de Rômulo Mercuri, ex-chefe da brigada integralista e ex-combatente da revolução constitucionalista de 1932. Dos implicados no movimento da AIB que a polícia investigava, Arquimedes Queiroz de Matos era quem estava mais bem preparado no quesito bélico. A diligência em sua fazenda, localizada em Lençóis, mostrava que ele estava municiado até os dentes, pois foi encontrado, enterrado no fundo da sua fazenda, uma quantidade considerável de armamento: dois revólveres, uma pistola, 1.514 cartuchos de arma de guerra, 243 balas para automática, seis balas para a repetição, cinco caixas de bala 38, afora vinte pacotes de dinamite. O exame realizado nas armas indicou que a maioria estava bem conservada, apresentando bom funcionamento.<sup>248</sup>

Apoiando-se nos depoimentos do inquérito que ele mesmo colheu, Matos trabalhou no segundo pilar da acusação do movimento que chamou de conspiratório subversivo: a participação dos militares no movimento. Muitos foram os depoimentos de militares que confirmavam a crescente infiltração do integralismo nos quartéis da PM, através do fichamento de grande número de oficiais no integralismo, considerado o “fato por excelência ao desenvolvimento de propósitos subversivos”.<sup>249</sup> O delegado considerou notável o número de filiados entre cabos, sargentos e soldados e analisou que a campanha do mais um nos quartéis pretendia, rigorosamente, o aliciamento para fins criminosos, pois para que servia a entrada de militares em partido político se eles não podiam votar?, questionava ele.<sup>250</sup> Seu argumento está assentado no código eleitoral de 1932, que foi incorporado a constituinte de 1934, que proibia os praças da

---

<sup>247</sup> Relatório de ocorrências, pp. 13, 16. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2.

<sup>248</sup> Relatório de ocorrências, pp. 2-3. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2, Inquérito sobre o fechamento da AIB-Ba. AN, Fundo TSN, processo 202.

<sup>249</sup> Relatório de ocorrências, p. 34. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2.

<sup>250</sup> Relatório de ocorrências, p. 20. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2.

pré de votar, mas liberava os militares de alta patente de comparecerem as urnas. Se os militares não ajudariam pelo voto, pensou ele, certamente ajudará pelas armas.<sup>251</sup>

Matos seguiu replicando a justificativa apresentada pelos depoentes para a arregimentação integralista realizada no quartel como necessária para se formar uma mentalidade anticomunista. Apoiado num trecho da carta de Araújo Lima em que ele informava sobre um movimento comunista em curso como forma de convencer os mais resistentes a participarem do golpe, Matos avaliou que o comunismo foi a senha utilizada para atrair “prosélitos e encobrir a verdadeira finalidade do movimento”. Identificou como uma estratégia utilizada, igualmente, durante o inquérito, pois foi o estribilho que passou de “boca em boca” sendo repetido por dezenas de envolvidos, traduzido como um acerto comum entre eles com intuito de ludibriar a polícia.

A tarefa final do delegado Matos foi ligar todos os fios que podiam estar soltos dessa história para reforçar sua denúncia de conspiração. As correspondências e os depoimentos comprovavam, para ele, que havia concerto entre os integralistas dos diversos estados de modo que era desejo único a realização do golpe, planejado em reuniões secretas. Tudo seria preparado como se tratasse de combate a nova ameaça comunista, de jeito a atrair prosélitos e encobrir a verdadeira finalidade do movimento, que visava, na Bahia, atentar contra a vida de Juraci Magalhães e seu secretário de segurança pública, João Facó. Seriam utilizadas armas e munições adquiridas clandestinamente e se aproveitaria dos homens e armas pertencentes às corporações militares para este movimento, que tinha a anuência da chefia nacional da AIB. Diante disso, o parecer do delegado foi enfático. “É fora de dúvida que a Ação Integralista planejou subverter a ordem com fim de implantar novo regime. Das provas colhidas, provas de toda sorte testemunhal e documental, se recompõe a teia do movimento fracassado”.<sup>252</sup>

Seu último ato foi explicar que os envolvidos estavam presos como medida preventiva, pois os crimes, de que eram acusados, além de serem de “natureza inafiançável, revestiam-se de suma gravidade por consistir na subversão da ordem”. Pelas mostras de periculosidade “que os autores deram da forma como agiram e

---

<sup>251</sup> Eram considerados praças da pré os subtenentes, sargentos, cabos e soldados. Artigo 4 do código eleitoral de 1932. Artigo 108 da constituição de 1934. Porto, *as constituições do Brasil*, op. cit.

<sup>252</sup> Relatório de ocorrências, p. 85. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2.

conspiraram, fazia-se necessário, para a defesa da sociedade dos seus interesses maiores, a prisão preventiva dos acusados”.<sup>253</sup>

Nenhuma de suas acusações nos leva a crer que o delegado foi leviano, inserindo documentos falsos no inquérito ou coagindo os envolvidos nos depoimentos. Mas ele fez usos e interpretações à sua maneira e fez afirmações difíceis de sustentar. Certamente a idéia de um movimento subversivo planejado na Bahia e que pretendia irromper em todo o país era o argumento mais frágil. Além do telegrama que chegou de Sergipe informando que, no inquérito instaurado contra a agitação integralista, havia “elementos da força baiana” implicados “no movimento que devia deflagrar ainda este mês (setembro)”; e da ligação comprovada dos integralistas da Bahia com Belmiro Valverde, não houve nenhuma outra notícia referente a elos com outros estados. Apesar da afirmação de militares da Bahia envolvidos no movimento em Sergipe, não se sabia seus nomes e não houve confirmação se os movimentos da Bahia e Sergipe tinham uma ligação.<sup>254</sup> Nem na Bahia é possível afirmar que houvesse um movimento de amplo escopo articulado. Além da capital Salvador, com arregimentação de militares para a AIB no quartel da PM, algumas cartas comprometedoras apareceram no sul do estado, com abertura de inquérito em Lençóis e Itabuna, onde havia suspeita de infiltração da propaganda integralista no 2º Batalhão de Caçadores.

Belmiro Valverde, certamente, enxergava na via armada uma possibilidade de resolver as questões políticas, expressando essa postura no envolvimento com a Revolução Constitucionalista de 1932 e na participação do esquema de proteção à Siqueira Campos, em 1927, militar que se envolveu nas revoltas de 1922 e 1924, e que voltava ao Brasil clandestinamente para participar das articulações da revolução de 1930. Posteriormente, Valverde liderou os integralistas no levante, em 1938, contra o governo Vargas, no Rio de Janeiro. Mas os demais membros da chefia integralista, apesar de não desprezar as atitudes de força, não pareciam compartilhar do interesse em se envolver numa sublevação. É preciso considerar que, a partir de 1935, com a perspectiva de alçar ao poder pela via eleitoral, Plínio Salgado passou, progressivamente, a frear o radicalismo do movimento em textos escritos e divulgados no *A Ofensiva*, seu principal veículo de propaganda.<sup>255</sup>

---

<sup>253</sup> Relatório de ocorrências, p. 86. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2.

<sup>254</sup> Relatório de ocorrências, p. 34. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2.

<sup>255</sup> Trindade, *integralismo*, op.cit., pp. 217-218.

De fato os integralistas tiveram ganhos eleitorais nas eleições estaduais para prefeito e vereador e se preparavam para as eleições presidenciais esperançosos com suas conquistas nas urnas. Possivelmente o crescimento eleitoral levou os integralistas a buscarem na instância jurídica a solução para seus dissídios políticos em detrimento da via armada. Através dos mandados de segurança e habeas corpus, garantindo a liberdade aos integralistas e mantendo núcleos abertos, a AIB saía-se exitosa em frear a coibição que sofria em diferentes estados, propiciados pela postura do governo federal em não emitir uma medida repressiva contra ela. Essas circunstâncias não pareciam indicar a necessidade de uma sublevação à chefia nacional.

## A defesa de Mariani

Advogado por profissão, Clemente Mariani foi educado para proferir bom discurso e boa defesa, e parecia os fazer com distinção, sendo elogiado por seus adversários políticos. Na defesa em questão, sua missão era rebater as acusações e insinuações de alguns deputados federais ao tempo que apresentava uma posição firme do governo baiano com uma consistente argumentação dos motivos que levaram ao fechamento da AIB-Ba. Tinha por fim, igualmente, fazer frente às acusações de que o governador da Bahia recebia de complacência com o comunismo e que chegavam ao presidente da República. Assim, Juraci já havia lhe recomendado: “convém procurá-lo [Vargas] sempre, para ir desfazendo as intrigas dessa corja. Outrora não se fazia mister, mas hoje é indispensável.”<sup>256</sup> Suas preocupações expressam seu temor que a campanha empreendida por seus rivais de complacência com o comunismo ganhasse terreno junto ao presidente da República. Seus cuidados tinham fundamento, pois Vargas não deixou de anotar: “A atitude do Juraci contra o integralismo na Bahia está sendo interpretada como ato de benevolência, senão de cumplicidade com o comunismo. Penso que ele está agindo com sinceridade, mas que foi iludido por manobras comunistas”.<sup>257</sup>

Atento ao cenário político, o governador da Bahia tratou de indicar o roteiro que Mariani deveria seguir, em que momento devia procurar o presidente e quando devia subir a tribuna na câmara para proferir seus discursos, buscando sincronizar as ações de ambos. Esses eram detalhes importantes e que deviam ser seguidos para o êxito da

---

<sup>256</sup> Carta de Juraci Magalhães para Clemente Mariani, 02/09/36. CPDOC, CMA. def1 c 1933.12.05/2.

<sup>257</sup> Anotações, 14/09/1936. Vargas, *diário*. vol. 1, op.cit., p. 543.

tarefa. Em vista da necessidade de divulgação dos documentos na imprensa, Juraci ordenou:

Convém [que] ocupe [a] tribuna amanhã mesmo. Dada [a] ansiedade geral [é] impossível retardar [a] publicação [dos] documentos [que] será feita [nos] jornais amanhã. Mande também publicar [a] carta [que] dirigi [aos] governadores e que já lhe transmiti [pelo] telegrafo, [a] qual pode dar também conhecimento [ao] presidente.<sup>258</sup>

Municiado de documentos, que foram preparados pelo delegado Matos, Mariani subiu à tribuna da Câmara Federal para defender o governo da Bahia. Iniciou informando que seu ato se fazia necessário, pois “o governo da Bahia devia à nação contas de seu ato, mas não podia prestá-las antes que fosse feita ao presidente da República de quem é delegado, como executor do estado de guerra”.<sup>259</sup>

Em seu discurso, Mariani traçou o histórico do integralismo, buscando evidenciar que a AIB, antes da LSN, já manifestava intentos subversivos em seu manifesto, citando a frase, que Mariani considerou arrogante, onde se afirma que pela força os integralistas restaurariam seus direitos de cidadania e conquistariam o poder da República. Para reforçar seu argumento, comentou sobre a organização das milícias e o interesse pelas forças armadas, como também pela aquisição de armas que a AIB nutria, que consistia num perigo em potencial ao governo. Depois da LSN, não podendo fazer o processo às claras, a AIB começou a conspirar, afirmou Mariani, iniciando a leitura dos documentos apreendidos pela polícia da Bahia.<sup>260</sup>

A divulgação das cartas de Araújo Lima e da circular *Cruzada pela dignidade do Brasil* incomodava sobremaneira os integralistas e seus simpatizantes. Não por acaso a leitura desses documentos foi entrecortada por apartes de Adalberto Correa, que de forma insistente perguntava pelo destino de Elieser Magalhães e Anísio Teixeira, levando Mariani a desviar-se do assunto das cartas e a tecer considerações sobre a acusação do governo da Bahia de estar acobertando o irmão de Juraci Magalhães (Eliser Magalhães) e do diretor geral de instrução pública do Distrito Federal, no governo de Pedro Ernesto (Anísio Teixeira), ambos procurados como comunistas.

Tanto Jeová Mota quanto Barreto Pinto e Adalberto Correa se empenharam em demonstrar que houve excesso no ato praticado pelo governo baiano, que enxergou

---

<sup>258</sup> Telegrama de Juraci Magalhães para Mariani. S/D. CPDOC, CMA. dcfl c 1936.06.04.

<sup>259</sup> Discurso proferido em 29/11/1936. Mariani, *o governo da Bahia*, op. cit., p. 29.

<sup>260</sup> Mariani, *o governo da Bahia*, op. cit., pp. 29-35.

conspiração onde havia apenas articulação para a defesa dos integralistas contra os comunistas. Segundo Mota, vários integralistas tinham sido mortos com conhecimento da polícia do distrito federal. Em vista disso, alguns núcleos, em face da ameaça comunista, tinham necessidade de manter duas ou três armas para a defesa.<sup>261</sup> Mas o fato do progressivo armamento de correligionários do sigma ter se transformado em procedimento comum dos integralistas, não reservado apenas aos camisas-verdes da Bahia, devia agravar a situação para a AIB, mas nesse caso foi usado como defesa, dando mostras de que parte da sociedade estava receptiva à idéia do comunismo como um dos grandes males da sociedade com aceites sobre as diversas formas de combate.<sup>262</sup>

O deputado estadual baiano Rafael Jambreiro já havia se pronunciado contra o abuso de autoridade que a polícia teria perpetrado, demonstrado na violência praticada contra as sedes da AIB-Ba durante uma diligência. Na câmara dos vereadores da Bahia, o vereador integralista João Alves dos Santos registrou também seus enérgicos protestos, pois prepostos da polícia “invadiram a sede provincial e todos os núcleos distritais da Ação Integralista destruindo móveis, quadros, lâmpadas, material escolar, danificando máquinas de escrever”.<sup>263</sup> Esses protestos foram repetidos na Câmara federal por Barreto Pinto, quando Mariani admitiu o excesso em apenas um nos mais de trinta casos de interdição dos núcleos, rechaçando as demais ocorrências.<sup>264</sup>

Mais de uma vez Jeová Mota subiu à tribuna para argumentar, entre outras coisas, que no exame e na leitura desses documentos, deviam ser levados em conta a situação do integralismo na Bahia e o ambiente que se formou na capital e no interior. Em particular a posição difícil em que se mantinham os integralistas na Bahia, já que viviam em “ambiente de pressão violenta, muitas vezes de humilhações inenarráveis”. Segundo Mota, apenas à luz dessas considerações seria possível entender a correspondência trocada pelos camisas-verdes. Para ele o cerceamento do governo da Bahia era a causa e justificava a reação dos integralistas. Mota fez questão de ressaltar a

---

<sup>261</sup> Mariani, *o governo da Bahia*, op. cit., p. 50. Barreto Pinto nasceu em Vassouras (RJ), em 15 de abril de 1900. Foi secretário-geral da Diretoria Geral de Saneamento de 1922 a 1926. Após a promulgação da constituição de 1934, foi eleito representante dos funcionários públicos, tornando-se deputado federal classista. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, em 1936. Verbetes Barreto Pinto. *DHBB pós-1930*. Cd-rom. FGV-CPDOC.

<sup>262</sup> Canceli, Elisabeth. *O mundo da violência*, op. cit., p. 82.

<sup>263</sup> *Diário de Notícias*, 16/09/1936. *O Imparcial*, 04/09/1936.

<sup>264</sup> *O Imparcial*, 06/09/1936. Mariani, *o governo da Bahia*, op. cit., p. 45.

parte dessa história que Mariani procurava negligenciar em seu discurso, por não convir ao governo da Bahia.<sup>265</sup>

Com os adversários mostrando que tinham muitos argumentos para replicar, o trabalho de Mariani foi se tornando longo e cansativo. Ao final dos discursos estava tão exausto que sentia-se forçado a abandonar a tribuna antes que pudesse ouvir a réplica dos outros deputados, deixando a incumbência para os demais membros do PSD, que compunha a maioria da bancada baiana, conforme revela em telegrama ao governador da Bahia.

Terminei ontem exposição [sobre] atividades conspiratórias [dos] integralistas, havendo [os] documentos apresentados reforçado [a] impressão favorável.[...] Em seguida [ao] meu discurso, Adalberto ocupou [a] tribuna pronunciando discurso que decorreu debaixo [de] maior tumulto. Não assisti [o] discurso [de] Adalberto por sentir-me fatigado [depois de] longa exposição [que] cerrou duas horas, precisando ainda rever provas taquigráficas. [Os] companheiros [da] bancada encarregaram-se [de] contestar [as] afirmações inverídicas ou tendenciosas no que foram secundados [por] elementos [de] outras bancadas. Aguardo publicação [do] discurso [de] Adalberto [para] examinar se merece resposta. Seguem avião meus discursos.<sup>266</sup>

Nesta como em outras atividades, via de regra, Mariani e Magalhães mantinham comunicação, mostrando suas impressões sobre os acontecimentos e a reação dos personagens do jogo político que buscavam manipular em favor deles. Uma conversa que Mariani teve com Vargas foi significativa ao revelar a postura que o presidente manteria durante o dissídio entre os integralistas e o governo da Bahia. Em telegrama para Juraci, Mariani informou:

Estive ontem [com o] presidente comunicando-lhe todos [os] documentos. Mostrou-se impressionado, afirmando nunca suspeitar [que] essa gente estivesse tramando. Disse que já lhe telegrafara exprimindo confiança (...) Nada disse, entretanto, que pudesse significar intenção [de] agir aqui. Informei-o [que] falaria hoje [na] câmara, tendo aprovado. Tudo esclarecido. Minha impressão [é que] deixará [os] governadores liquidarem [o] integralismo [nos] respectivos estados, mas não quer despojar-se [de sua] aura [de] popularidade.<sup>267</sup>

Para o infortúnio das autoridades do governo da Bahia, a impressão de Mariani se confirmou. Apesar do empenho e dos esforços empregados, nenhuma medida foi tomada pelo governo federal contra os integralistas. A impressão de Mariani sugere que

---

<sup>265</sup> *O Imparcial*, 22/09/1936.

<sup>266</sup> Telegrama Mariani para Juraci, 16/09/1936, CMA. dcf1 c 1936.06.04.

<sup>267</sup> Telegrama de Clemente Mariani para Juraci Magalhães, 18/09/36. CPDOC, CMA. dcf1 c 1936.06.04.

o presidente não iria interferir no cerceamento empregado por alguns governadores às atividades do sigma, mas não parecia ser do seu interesse, naquele momento, tocar no integralismo (desmotivando Juraci a esperar pelo apoio presidencial), pois além de movimentar o cenário político com massas de adeptos, angariando simpatias nas altas esferas da política e das forças armadas, a agremiação contribuía na formação da opinião pública contra o comunismo.<sup>268</sup> Mas a respeito da postura do presidente, Adalberto Correa já tinha sua própria interpretação e não teve dúvidas em afirmá-la na câmara federal. Para ele, Getúlio via com toda a simpatia a articulação do integralismo, “porque era uma força conservadora e de primeira linha no combate ao comunismo”. De outra forma, prosseguiu ele, “não se compreende a atitude do governo não determinando providencias contra o integralismo, quando por força do estado de guerra pode fazê-lo sem necessidade de autorização da câmara”. Cada vez mais a atitude de Vargas transforma-se num trunfo para os integralistas e seus adeptos, que não deixava de interpretá-la em seu favor.<sup>269</sup>

Quando da comunicação do governador da Bahia ao chefe de polícia do Rio, Filinto Müller, sobre o fechamento da AIB-Ba, alegando estar de posse de elementos comprobatórios de atividade subversiva, Juraci recebeu como resposta apenas um agradecimento pelo comunicado.<sup>270</sup> A notícia da prisão de Belmiro Valverde, tesoureiro da AIB, na capital federal, era fato que não deixaria o evento do fechamento da AIB-Ba passar incólume pelas autoridades federais. Isso deve ter pensado o governo baiano, mas em seguida surgiu a informação que se tratava de mera coincidência, pois a polícia do distrito federal não estava investigando as ligações de Valverde com o movimento da AIB-Ba. A prisão ocorreu após uma batida da polícia carioca na residência de Valverde, decorrente de uma denúncia, da qual resultou em “apreensão de armamentos e copiosa munição”. Na delegacia, Belmiro precisou responder sobre as acusações que recaiam sobre ele referente a compra de armas. Ele confessou as autoridades policiais que de fato “havia comprado, ultimamente, alguns fuzis e alguns rifles, porque os camisas-verdes sustentam, diariamente, lutas de vida ou de morte com os comunistas”.<sup>271</sup>

---

<sup>268</sup> Camargo, *o golpe silencioso, op. cit.*, pp. 193-194.

<sup>269</sup> *O Imparcial*, 16/09/1936.

<sup>270</sup> Telegrama de Juraci Magalhães para Filinto Müller, 03/09/1936. Telegrama de Filinto Müller para Juraci Magalhães, 04/09/1936. CPDOC, FM 35.07.15 chp/ad pasta I.

<sup>271</sup> *Diário da Bahia*, 03/09/1936.

Com esse depoimento e depois que se verificou a pequena quantidade de armas adquiridas, que seria usada, segundo Valverde, na defesa pessoal e de sua família contra ataques comunistas, Belmiro não demorou a ser liberado pela polícia. Não é dado a saber se ele foi enquadrado no crime comum da contravenção, pois não era lícito o porte de armas, ou se ele provou ter licença para andar armado ou mesmo se conseguiu liberdade com essa justificava que o perigo vermelho havia ofertado a todos. Depois de sua prisão e, possivelmente, pela implicação que teve no movimento armado que a AIB-Ba articulava, ele deixou de ocupar um alto cargo na AIB.<sup>272</sup> A chefia nacional emitiu comunicado oficial informando apenas que “na última reunião do Supremo Conselho Integralista, presidida pelo chefe nacional da AIB, o dr. Belmiro Valverde” ao confessar que havia tomado medidas

acauteladoras contra os complôs comunistas, por circunstâncias por ele imprevisíveis, chegaram ao conhecimento do supremo conselho e do chefe nacional por outras vias. Antes da reunião ordinária do supremo o conselho integralista, [Belmiro] sentia-se no dever moral de solicitar sua demissão dos cargos que ocupava na AIB, isto é, de secretário nacional de finanças e de membro do supremo conselho integralista, e isso o fazia em caráter irrevogável, por enquanto reconhecia que infligira a orientação doutrinária do movimento integralistas e as determinações do chefe nacional.<sup>273</sup>

Essa foi uma forma eficiente da AIB resolver o problema, afastando o único elemento da alta chefia que constava no inquérito que a polícia baiana elaborava e que poderia trazer implicações para o alto escalão integralista, que considerou conveniente se resguardar, pois não havia certeza dos rumos que essa história poderia tomar. Ademais, talvez o momento fosse apresentado como oportuno para que Salgado eliminasse a concorrência, já que, além de Gustavo Barroso, Valverde podia ser considerado um possível substituto do chefe.<sup>274</sup> Para as autoridades da Bahia, se tudo tivesse corrido bem, Belmiro seria consagrado como herói, “mas as ‘outras vias’ que levaram ao chefe nacional o conhecimento do fracasso, se incumbiram de desmanchar o plano tão bem arquitetado. Veio então a idéia do sacrifício dos companheiros”. Apesar da solução que a AIB nacional providenciou, esperava-se que a opinião pública apoiasse as medidas abortivas tomadas pela polícia baiana.<sup>275</sup>

---

<sup>272</sup> Mariani, *o governo da Bahia*, op. cit., p. 44.

<sup>273</sup> *O Imparcial*, 15/09/1936.

<sup>274</sup> Levine, *o regime de Vargas*, op. cit., p. 137.

<sup>275</sup> Relatório de ocorrências, p. 25. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2.

Embora o amplo apoio não tenha vindo, a cansativa jornada de Mariani não parece ter sido vã, pois no bojo dessas discussões na câmara federal, surgiu o projeto do deputado federal Amaral Peixoto, que tinha por fim “autorizar o executivo a fechar qualquer partido ou grêmio político, cuja atuação vise subverter a ordem social vigente”. O projeto visava o fechamento da AIB e provocou intensos debates na câmara, conseguindo 97 votos favoráveis contra 57. Aqueles que recusaram o projeto alegaram que o presidente já tinha “poderes suficientes para interditar a propaganda subversiva”, não precisando da criação de um novo decreto. Por sua vez, Vargas apenas acompanhava os acontecimentos, com certo distanciamento. Sobre o fechamento dos núcleos da AIB-Ba, com discussões na Câmara, resultando na apresentação do projeto de Peixoto, Vargas apenas anotou: “Incidente na Bahia contra os integralistas e repercussão na câmara, onde se pretende apresentar um projeto dissolvendo” a agremiação política.<sup>276</sup> Mesmo aprovado, Vargas não lançou mão do decreto e a AIB continuou funcionamento normalmente.

Para Camargo, esse era um sinal evidente de que “a organização não era vista como contrária ao regime e que o governo da Bahia não encontrou eco entre as demais autoridades governamentais, muitas vezes favoráveis ao integralismo”.<sup>277</sup> O que não significa dizer que a AIB não sofresse cerceamento de suas atividades em alguns estados, com necessidade de mobilização de recursos e bacharéis de direito que pudessem garantir liberdade de reunião e propaganda para os integralistas. Assim como na Bahia e Sergipe, o governador do Paraná resolveu fechar os núcleos integralistas que funcionavam em seu estado. Antes, o integralismo foi cerceado em Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Mas o fato dos governadores cercearem as atividades integralistas em seus estados, não significou disposição da parte deles para enfrentar Vargas em sua decisão de não tomar medidas contra a AIB.

A inércia do chefe do executivo do Estado causou decepção no governador da Bahia, quando este percebeu que não havia reciprocidade ao apoio incondicional que sempre ofertou ao governo e que ele não tinha a influência que imaginou junto a Vargas, apesar de ser consultado em diferentes assuntos. Em cartas que escrevia para

---

<sup>276</sup> Anotações, 06-08/09/1936. Vargas, *diário*, vol. 1, op. cit., p. 541.

<sup>277</sup> *O Imparcial*, 13/12/1936. Camargo, *o golpe silencioso*, op. cit., p. 195. A autora informa que o projeto de Amaral Peixoto foi vencedor por 95 votos contra 57, um número um tanto discrepante do que foi divulgado pelo jornal *O Imparcial*, fonte utilizada para informar sobre a votação do projeto.

Mariani, Juraci evidenciava suas decepções, indicando a possibilidade de saída da cena política como solução.

Gostei de sua conversa com o Presidente. Foi bom que não tratasse de integralismo. Apesar de todas as minhas decepções, estou firme no ponto de vista de prestigiá-lo. É o interesse da nossa Bahia. Quando já não for, preferirei afastar-me de política, em homenagem ao prestígio que me deu e aos serviços que prestou à Bahia. As últimas divulgações do integralismo (carta do Araújo Lima e carta aberta do Plínio ao Presidente) revelam a urdidura cínica e covarde que armavam contra mim. E o Presidente me afirmou no Rio que nem o Adalberto ousara fazer-lhe insinuações a meu respeito! É duro, mas é da política.<sup>278</sup>

A carta aberta que Plínio Salgado enviou para o presidente Vargas, referida por Juraci, tratava de uma nova correspondência que apareceu em cena e havia sido atribuída a Joaquim de Araújo Lima, que estava preso, em condição de incomunicabilidade. A carta denunciava uma vasta conspiração contra Vargas, que tomaria parte o governador da Bahia e, segundo Salgado, o assunto da carta coincidia com um documento redigido e apresentado por um alto funcionário do Ministério do Exterior, do qual teve conhecimento por integralistas do Itamarati. A carta aberta prossegue com denúncias de perseguição que os integralistas sofreram na Bahia e comentários sobre os temores que ele nutria pelos integralistas presos permanecerem sob a guarda de seus inimigos.<sup>279</sup> Apesar das insinuações, Salgado nada provou e mais pareceu interessado em criar um ambiente de suspeição contra o governador da Bahia.

A senha que diz: preferirei afastar-me da política quando já não for mais possível prestigiar Vargas, que Juraci nos legou, é questão para um próximo tópico, apesar de ter sido nesse momento de dissídio com os integralistas que Juraci passou a sinalizar sua possibilidade de deixar a direção do executivo do estado da Bahia, o que de fato fez, quando do decreto do Estado Novo, surpreendendo os desavisados, pois suas decepções com o procedimento de Vargas, Juraci não revelava a todos. Na carta que escreveu a Rocha assegurou que sua postura não era contrária a linha adotada pelo governo Vargas, apesar de não discordar do prestígio que ele dava ao integralismo, esperava que o presidente o prestigiasse ainda mais, para que não perdesse a autoridade que mantinha no estado que governava. Sendo assim, comentou:

---

<sup>278</sup> Carta de Juraci Magalhães para Clemente Mariani, 29/09/36. CPDOC, CMA. dcf1 c 1936.06.04.

<sup>279</sup> *O Imparcial*, 26/09/1936.

Estou tranqüilo e indiferente às intrigas "esverdeadas". Se lograrem êxito junto a algumas autoridades os fatos irão desmenti-los, com o correr do tempo. Se visam criar uma situação de desprestígio para mim perderem o tempo e agem contraproducente, ferindo mais ao dr. Getúlio que a mim, pois a ele é que interessa a minha força e autoridade para que possa empregá-las, como sempre, em seu benefício e de seu governo. Jamais encarei nem encaro a hipótese de permanecer em política contra ele. Ainda agora, sempre que consultado, dou minha opinião favorável ao ponto de vista em que se colocou. Apenas discordo do integralismo, que, não me consta, esteja oficializado, apesar dos rancos favoráveis do Adalberto.<sup>280</sup>

A discordância sobre o integralismo parece ter sido o motor do desgaste e do afastamento entre os chefes do executivo federal e estadual da Bahia que se agravou com a decisão do Tribunal de Segurança Nacional sobre o fechamento da AIB-Ba. Enquanto a discussão transcorria em diferentes espaços, o dissídio entre o governo da Bahia e os integralistas era decidido no judiciário, cujos magistrados pareciam pouco à vontade para resolver a questão. A pretensa neutralidade que Vargas demonstrava ao caso terminou por influenciar o rumo da contenda política que teve lugar no estado da Bahia, fazendo a balança pender para uma das forças políticas.

### **Abrindo portas, fechando processos**

O inquérito policial sobre o movimento subversivo integralista foi enviado ao Tribunal de Segurança Nacional, que o recebeu em 5 de janeiro de 1937 e fez o vento soprar em direção mais favorável à AIB na instância jurídica. Os advogados não estavam sendo bem sucedidos em seu objetivo de conseguir a soltura dos presos para que respondessem ao processo em liberdade, e os pedidos de habeas corpus impetrado percorreram um caminho longo, com resultados negativos. O dispositivo foi denegado duas vezes na instância federal, com recurso indeferido na Corte Suprema, que, por sua vez, decidiu caber ao Tribunal de Segurança Nacional julgar o caso, em vista do artigo quatro de seu decreto criador, número 244, que informava ser da competência do TSN, na vigência do estado de guerra, o processo e julgamento de todos os crimes com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais, definidos na Lei de Segurança Nacional.<sup>281</sup>

---

<sup>280</sup> Carta de Juraci Magalhães para Rocha, 28/09/1936. APB, fundo Secretaria do Governo, caixa 2221.

<sup>281</sup> Decreto lei 244, de 11 de setembro de 1936. Campos, *Repressão judicial no estado novo*, op. cit., p.131.

Depois que o inquérito passou para o TSN, os advogados de defesa tentaram resolver a questão de outra forma. Argumentando que os presos estavam à disposição do TSN, solicitaram transferência dos pacientes para a capital federal, em vista do alegado excessivo rigor no encarceramento e falta de segurança. Afirmaram não se justificar a rigorosa incomunicabilidade em que se encontravam os presos desde setembro, completados quatro meses, “privados de qualquer contato de sua família e de seus amigos e, assim, impossibilitados de receberem socorros espirituais e recursos materiais”. E trataram de acusar o governador da Bahia de achar

de bom alvitre forjar, nos bastidores de sua polícia política, o plano de uma insurreição integralista, de ampla envergadura nacional, cujas as finalidades seriam subverter o regime vigente, com a deposição sumária do governador. Vacino frio e calculado de autoridade de outros tantos atos de vandalismo e selvageria, de barbárie nos moldes da técnica sanguinária dos comunistas que infestam nesse momento o glorioso estado da Bahia sob os olhos complacentes dos detentores do poder.<sup>282</sup>

Para os advogados, os presos encontravam-se em situação insegura sabendo que a autoridade local os viam como inimigos e ficariam em situação perigosa caso houvesse um surto comunista e eles fossem tomados como reféns. Assim fazia-se urgente a “necessidade de subtraí-los o quanto antes ao ambiente do terror, de pânico de ameaça que os envolve, os abate, os oprime, os agoniza”. Se o único motivo em contrário a remoção dos presos seria as despesas de transporte, os advogados informavam que essas nada custariam ao tesouro porque “a requerente (AIB) se prontifica a fazê-la inteiramente a sua custa”.

Concedida a autorização, a AIB apressou-se em comprar 33 passagens de primeira classe, do porto da Bahia para o Rio de Janeiro, na Companhia de Navegação Costeira para que levasse 22 integralistas e 11 homens da força militar como escolta. Zarparam no vapor Itaberá, dia 29 de janeiro, chegando ao destino apenas 20 integralistas, pois Júlio Oliveira ficou em Itabuna “respondendo processo por crime de estupro” e Durval Santos jamais embarcou, visto que estava foragido, informações estas omitidas pelos jornais de propaganda integralista.<sup>283</sup> Os presos foram acolhidos por considerável número de camisas verdes no cais do Rio de Janeiro que após a recepção seguiram em desfile em direção a sede provincial, onde Plínio Salgado fez um discurso

---

<sup>282</sup> Pedido de transferência. Inquérito sobre o fechamento da AIB-Ba. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>283</sup> Inquérito sobre o fechamento da AIB-Ba. AN, fundo TSN, processo 202.

em favor dos integralistas da província da Bahia.<sup>284</sup> Um tanto diferente da medida adotada contra Belmiro Valverde, os integralistas processados na Bahia receberam suporte e acolhimento da chefia nacional, com a contratação de advogados para a adoção dos dispositivos jurídicos e a defesa de Salgado em carta aberta a Vargas. Dois meses após a chegada dos presos à capital federal, os integralistas processados da Bahia foram contemplados com a notícia que o TSN não os manteriam presos, pois os elementos constantes dos autos não demonstravam a “necessidade ou conveniência da prisão”, passando eles a responderem à justiça em liberdade.<sup>285</sup> Em vista do desenrolar do processo, com os juízes federais denegando o pedido de habeas corpus, chega a surpreender a decisão do TSN em soltar os presos antes de julgarem a peça processual, mas isso dava mostras de como seria a decisão final, que aconteceu em outubro de 1937.

Dois dias depois do relaxamento da prisão, parte dos integralistas baianos que foram incriminados deixou-se fotografar em trajes de gala, sem revelar marcas de maus tratos físicos nem abatimentos. Eles foram recebidos no porto de Salvador por uma pequena comitiva de integralistas, temerosos com possíveis atritos com outros grupos políticos que



Fonte: Integralistas baianos presos. Aperj. PPRJ, subsérie levante integralista, notação 376.

---

<sup>284</sup> *O Imparcial*, 04/02/1937.

<sup>285</sup> Sessão de julgamento da prisão preventiva ocorrida em 17/03/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB-Ba. AN, fundo TSN, processo 202.

por ventura aparecesse e, principalmente, pela grande quantidade de agentes da força pública que se fizeram presentes no cais. O gesto contido da AIB-Ba evidenciava que o cerceamento de suas atividades permaneciam na Bahia até fosse divulgado o resultado final do TSN.<sup>286</sup>

O parecer do procurador Virgulino Himalaia em relação ao inquérito e ao procedimento do delegado Matos não foi favorável ao governo da Bahia. Ainda que pese a citação de Nelson Hungria, segundo Himalaia, o delegado não conseguiu provar que havia um movimento subversivo sendo preparado, demonstrando parcialidade na condução do inquérito e procedimento ilegal na apreensão do material de propaganda. Ao acusar o delegado de falta de imparcialidade, o procurador não deixou de mostrar sua parcialidade, incorporando a argumentação dos integralistas indiciados ao seu parecer como podemos perceber na leitura deste.

o que se verifica no processo de Joaquim Araújo e outros adeptos do integralismo é que todo ele se funda em cartas particulares entre os correligionários do sigma nas quais a autoridade pretende ter surpreendido a trama de uma conspiração. Deve-se, entretanto, ter em vista a seguinte circunstância que não se deve desprezar antes de tornar posição relevante para apreciação do caso. A AIB tem como finalidade principal combater o comunismo e nesse sentido são notórias as atividades que vem desenvolvendo, colocando-se nas ocasiões difíceis inteiramente ao lado do governo e autoridades legais para auxiliar a reação contra os agentes do Comitern. Vindo dessa orientação, sabendo-se dos processos insidiosos que utilizam o comunismo nas suas tentativas criminosas para apossar-se do país, é obvio que qualquer ação neutralizadora de tais processos não será eficientemente desenvolvida sem as devida cautelas, daí a possível confusão criada no espírito da autoridade policial, descobrindo pensamento de conspiração contra o regime onde talvez só exista justamente articulações de defesa contra as investidas moscovistas organizadas com as reservas indispensáveis. Os indiciados em suas declarações confirmam estes argumentos negando terminantemente qualquer intenção violenta em relação ao governo constituído. Acresce que a AIB, é um partido com existência legal, registrado Tribunal Superior Eleitoral. Não se justificando assim as apreensões feitas de material de propaganda doutrinária e fichários pertencentes ao integralismo que se encontra em grande quantidade nos autos. Este fato revela a parcialidade com que foi dirigido o inquérito contra a AIB na Bahia, o que impede seja apreciado com rigorosa justiça a verdadeira situação dos indiciados. (...) a vista do exposto e não encontrando essa procuradoria básica da denúncia requer o arquivamento do processo.<sup>287</sup>

O parecer do procurador demonstra que as questões políticas que circundavam o caso eram maiores e terminaram por decidi-lo. Além das cartas trocadas entre os integralistas, havia muitos depoimentos comprometedores que não foram levados em

---

<sup>286</sup> *O Imparcial*, 14/04/1937.

<sup>287</sup> Inquérito sobre o fechamento da AIB-Ba. AN, fundo TSN, processo 202.

conta, aceitando-se os argumentos utilizados pelos integralistas processados. A opinião de Himalaia destoava das decisões correntes do TSN, que puniam a intenção do crime mais do que a ação delituosa. O documento, com a apresentação dos benéficos serviços que os correligionários do sigma prestavam ao Estado, combatendo o comunismo, não deixa de soar como uma defesa aos integralistas. Em 20 de outubro de 1937, os juízes do TSN concordaram com o parecer do procurador e, por unanimidade de votos, deferiram o pedido do arquivamento do inquérito policial com a exclusão da denúncia.<sup>288</sup>

Para entendimento da decisão talvez seja preciso considerar que o TSN foi um tribunal especial formado para que se processassem os envolvidos na revolta de 1935, considerada comunista. Com as constantes ingerências do poder executivo, o legislativo recebeu pedido especial vindo do Catete, em julho de 1936, para a criação do TSN como órgão da justiça militar. Este foi aprovado pela câmara federal, com certa resistência, em setembro do mesmo ano, graças ao artigo 1 que a emendada constituição obteve em dezembro de 1935, possibilitando ao presidente declarar o estado de guerra, abrindo possibilidade para a criação de tribunal de exceção, proibido no texto original da constituinte de 1934.<sup>289</sup>

Possivelmente esse deve ter sido um dos primeiros processos integralistas que o TSN recebeu em sua fase vermelha, na expressão cunhada por Reinaldo Campos. Apesar de terem julgado os assim considerados inimigos do Estado, que foram aumentando com o passar do tempo, incluindo os correligionários da AIB, o tribunal havia sido criado para julgar os correligionários da esquerda política, auxiliando no seu combate. Sua função estava “revestida, portanto, de conteúdo ideológico” desde seu nascimento. Apesar de ter conseguido debelar o movimento de 1935, com relativa rapidez e sucesso, o governo fazia questão de reforçar o iminente perigo vermelho como forma de conseguir a permanência do estado de sítio e, posteriormente de guerra, caminho trilhado até a decretação do Estado Novo. Se nessa fase os integralistas não eram considerados inimigos do Estado, pelo parecer do procurador e pela decisão do TSN eles eram vistos como colaboradores do governo no combate ao comunismo, junto à opinião pública, num período em que várias entidades foram criadas com este fim.<sup>290</sup>

---

<sup>288</sup> Campos, *repressão judicial no Estado Novo*. op. cit., p.22. Inquérito sobre o fechamento da AIB-Ba. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>289</sup> Campos, *repressão judicial no Estado Novo*, op. cit., pp. 39, 47.

<sup>290</sup> Sobre a criação de entidades para conter o perigo vermelho ver: Mota Sá, *o perigo vermelho*, op. cit.

A julgar pela forma como as pessoas acusadas de comunismo eram processadas e punidas apenas por denúncia, sem documentos que a comprovassem, é possível considerar que a ausência de uma medida federal foi decisiva.

Apesar do resultado favorável do TSN para a AIB, ambas as forças saíram desgastes do embate. Se Juraci Magalhães perdeu a autoridade no estado em que governava, sendo obrigado a reabrir os núcleos da AIB-Ba. Esta, além da prisão dos seus principais líderes e da desarticulação orgânica do movimento integralista, tendo suas atividades suspensas durante quase um ano, sofreu refluxo de sua militância. Muitas foram as cartas enviadas por correligionários da AIB informando sobre seu desligamento partidário após saber da articulação de um movimento subversivo. Assim fez Eradio que, compreendendo que a AIB havia desvirtuado seu programa, resolveu afastar-se com toda a sua família do referido partido que militou. Com esta declaração, autorizou a cremação das fichas dele e de sua família.<sup>291</sup>

A cremação da ficha era o procedimento comum realizado quando da saída do integralista da AIB. A queima significava a morte simbólica do militante e devia ser efetuada na sede do núcleo que o correligionário pertencia, na presença de, no mínimo, vinte integralistas. O ato de pedir exclusão do integralismo era considerado traição ou covardia e era tratada como expulsão.<sup>292</sup> Mas diante da grave situação, aqueles que pediram desligamento não se sentiam como se fossem desleais com o integralismo, alegavam terem mudado de opinião em relação à AIB depois da divulgação das notícias de subversão. O chefe do núcleo de Tucano, o funcionário público Demóstenes Martins informou que ao desligar-se das fileiras integralistas, não praticava “um ato de covardia moral ou de traição para com o partido” a que pertenceu. “Diante das provas materiais que justificam a medida do governo contra os núcleos integralistas Bahia”, considerava “desfeitos os compromissos” que o “ligavam a essa organização política”. E havia decidido: “volto à paz do meu lar e aos trabalhos de minha modesta repartição”.<sup>293</sup>

A maioria das justificativas de pedido de exclusão estava centrada na desilusão entre o partido que se acreditava ser benéfico à nação e a desilusão com a descoberta de uma sublevação em preparo. O gesto não deixava de expressar, igualmente, o temor de serem enredados nas acusações e passarem pela repressão, não por acaso a postura de

---

<sup>291</sup> Declarações de Eradio de Lima cunha, Itabuna, 10/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB-Ba. AN, fundo TSN, processo 202.

<sup>292</sup> Cavalari, *integralismo*, op. cit., p. 171-172.

<sup>293</sup> Carta de Demóstenes Martins datada de 16/09/1936 e publicada no *Diário de Notícias* em 25/09/1936.

ordem e acatamento as atitudes do governo baiano foram reafirmadas. Por temer algum tipo de perseguição José Cerqueira afirmou que para “evitar dúvidas e insinuações malévolas”, declarava “ao público que nenhum interesse ou simpatia” o prendiam ao referido credo ao qual se filiou. “Devo dizer que o fiz mais para ser agradável a um amigo do que por atração ou convicção própria”. Era relativamente comum o abandono das fileiras partidárias diante da vigilância e coerção policial, em vista do desequilíbrio da força e a falta de preparo para enfrentar a repressão. Sabendo da fragilidade apresentada pela AIB, enfraquecida pela repressão que se mantinha sobre ela, seus correligionários resolveram abandonar suas fileiras, acreditando que a mesma não teria força para coibi-los. Mas depois que a AIB pode retomar suas atividades, as sedes aos poucos voltaram a ser preenchidas com muitos camisas-verdes.<sup>294</sup>

## **As Forças se Dissipam**

Antes da decisão final do TSN, os núcleos da AIB foram reabertos na Bahia, mas a manifestação que se fez em Salvador teve um comedito maior do que aquela que teve lugar na capital da República. Após a libertação dos presos pelo TSN, eles foram recebidos em sessão solene, sob a presidência de Plínio Salgado, que discursou junto com outros companheiros, para uma multidão de camisas-verdes que se aglutinou em uma das sede da AIB, para prestaram homenagens aos companheiros que deixaram a prisão. É o que podemos observar na foto que segue, já que o evento foi digno de nota em jornais e registrado pelas lentes fotográficas daqueles que consideraram o evento significativo. Logo alguns de seus negativos foram parar na polícia política que os guardou como prova, na medida em que o integralismo estava também sob o olhar vigilante da polícia do estado do Rio de Janeiro. O que não aparece deste ângulo da foto, em sua inteireza, são os integralistas baianos que foram incriminados sentados na tribuna, recebendo as reverências. Estes foram destacados como símbolo de vitória da AIB, sendo que a soltura deles levou os dirigentes da agremiação a acreditar e lutar por outros ganhos na instância jurídica que pudesse ser convertido em vantagem política.

---

<sup>294</sup> Declarações de José Cerqueira Brandão, Itabuna, 29/09/1936. Inquérito sobre o fechamento da AIB-Ba. AN, fundo TSN, processo 202.



Fonte: homenagem aos integralistas da Bahia. Aperj. Fundo PPRJ. Subsérie levante integralista, notação 376.

No dia seguinte à cerimônia houve missa festiva e desfile pela Avenida Rio Branco até uma das sedes integralistas, onde Plínio Salgado discursou prometendo que iria pleitear a reabertura das sedes em todas as cidades da Bahia, pois “se o Tribunal de Segurança Nacional não encontrou fundamento nos autos contra, apenas, 22 integralistas baianos, pelo que os mandou em liberdade”, ele perguntou: “como poderá a justiça eleitoral encontrar fundamento contra 200.000 integralistas na Bahia permitindo que seus núcleos continuem fechados e sua liberdade política suprimida?”. Para Salgado o êxito junto ao TSN indicava que a vitória na justiça eleitoral seria certa. Mas isso não era dado, pois além de serem instâncias de competências diferentes, à justiça eleitoral cabia apenas decidir sobre as questões ligadas à eleição. De todo modo, sua intuição sobre a possibilidade do ganho de causa no TSN abrir caminho para a conquista da volta do funcionamento das sedes integralistas em território baiano não foi falha, mas a reabertura dos núcleos não significou, necessariamente, uma total liberdade de propaganda.<sup>295</sup>

O mandado de segurança impetrado no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Bahia solicitava a liberdade para instalação de serviço eleitoral, para que pudessem participar do plebiscito que escolheria quem iria concorrer às eleições presidenciais pelo integralismo. Concomitantemente, aproveitando-se da brecha, requisitaram a

---

<sup>295</sup> *O Imparcial*, 20-23/03/1937.

reabertura de suas sedes para livre propaganda e doutrinação em sessões e reuniões nos núcleos. O TRE da Bahia denegou o pedido e o recurso foi enviado para o Tribunal Superior Eleitoral para que decidissem sobre a questão.

Antes que o resultado fosse divulgado em favor dos integralistas, no mês de julho, o estado de guerra não havia sido renovado pelo governo federal, perdendo seus efeitos em junho. Mês em que uma comissão da AIB formada por um enviado do chefe nacional, Arthur Barros, e Vitor Hugo Aranha, chefe provincial da AIB-Ba, compareceu para uma audiência com o governador da Bahia, a fim de comunicá-lo que, em vista do restabelecimento das garantias constitucionais, os núcleos da AIB seriam reabertos em 24 de junho de 1937. O ato tinha o objetivo não apenas de expressar o respeito da agremiação pela autoridade estadual, conforme divulgado, mas principalmente resguardar os correligionários do sigma de novas violências policiais ao tempo que garantiria a propaganda eleitoral em favor de Plínio Salgado, candidato a presidente da República.<sup>296</sup>

Quando as sedes foram reabertas realizou-se, a um só tempo, em todos os “núcleos da capital e do interior, uma solenidade inédita”, na qual todos os camisas-verdes inscritos, desde o início do movimento, reafirmaram seu juramento de fidelidade ao integralismo e ao chefe nacional Plínio Salgado.<sup>297</sup> Apesar de terem ficado impedidos de participar do plebiscito interno que havia escolhido Salgado como candidato as eleições em detrimento de Gustavo Barroso, podiam trabalhar nas eleições presidenciais que se aproximavam, cujo programa já havia sido anunciado, desde 1936.

A AIB havia conseguido se tornar o primeiro partido de massas do Brasil e o único com caráter nacional nesse primeiro governo Vargas, feito que nem as esquerdas nem o centro político havia conseguido. Plínio Salgado foi o primeiro candidato a pedir inscrição de sua candidatura no Tribunal Superior da Justiça Eleitoral e certamente foi o primeiro a apresentar suas propostas de candidatura. O programa elaborado por Salgado reafirmava os pontos do manifesto da AIB e de sua propaganda política que se colocava contra o imperialismo, liberalismo e comunismo. Havia uma indicação detalhada sobre as mudanças pretendidas na área da educação, política externa, funcionalismo público, imprensa e defesa nacional.<sup>298</sup> A campanha de Salgado foi sustentada à base de muito

---

<sup>296</sup> *O Imparcial*, 24/06/1937.

<sup>297</sup> *O Imparcial*, 11/07/1937.

<sup>298</sup> Cavalari, *integralismo*, op.cit., p. 34. Aspásia, Camargo. *O golpe silencioso*, op. cit., p. 196. *O Imparcial*, 02-03-04/02/1936.

alarde contra o perigo vermelho iminente. Antes que o plano Cohen fosse anunciado, em setembro de 1937, o candidato à presidência pela AIB já divulgava que os próceres do comunismo se articulavam para desferir um novo golpe em dezembro e que os integralistas estavam prontos para defender a “soberania da pátria e a honra da família brasileira”.<sup>299</sup>

Os integralistas da Bahia logo saíram em praça pública para fazerem um comício em favor da campanha de Plínio Salgado e este correu em meio a conflitos com pessoas que fizeram alguns apartes durante os comícios, situação que se reproduziu nos comícios integralistas em outros estados, levando a polícia a participar do evento na contenção dos ânimos.<sup>300</sup> Mas a polícia baiana não se fez presente apenas para garantir o bom andamento das reuniões integralistas, mas também para afiançar que as ordens do secretário de segurança pública fossem cumpridas. No dia da reabertura dos núcleos integralistas, João Facó emitiu uma nova portaria, em 25 de junho de 1937, para a velha proibição do uso da camisa verde e dos distintivos integralistas, que desta feita, não podiam ser utilizados fora dos núcleos da AIB.<sup>301</sup>

A medida logo provocaria novos conflitos entre os integralistas e a força policial. Em Nazareth, após o término da sessão na sede municipal da AIB, os integralistas pretendiam dirigir-se para suas residências com a camisa verde quando foram surpreendidos pela força policial que os levaram presos depois dos protestos e discussões. O habeas corpus impetrado em favor dos 33 presos foi negado pela justiça, com a alegação que os integralistas haviam sido presos em flagrante no descumprimento da ordem do secretário de segurança pública. Segundo *O Imparcial* a sede do núcleo havia sido arrombada e estava sendo mantida por vigilância policial.<sup>302</sup>

Percebendo que não seria boa a idéia do enfrentamento com as autoridades estaduais, a chefia da AIB-Ba procurou rever suas determinações para garantir a campanha eleitoral de Salgado. Emitindo uma nota, em 25 de agosto de 1937, proibiu em toda a província, até segunda ordem, o uso da camisa verde, dos distintivos e insígnias integralistas, mesmo no recinto das sedes da AIB. Foi vetada também a participação nos comícios eleitorais dos candidatos concorrentes e comentários das

---

<sup>299</sup> *O Imparcial*, 02/02/1936, 31/07/1937, 06-07/08/1937. O plano Cohen, documento com supostas instruções da Internacional Comunista para a ação de seus agentes no Brasil, foi elaborado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da AIB. Verbete Plano Cohen. *DHBB pós-1930*. Cd-rom. FGV-CPDOC.

<sup>300</sup> *O Imparcial*, 13/07/1937.

<sup>301</sup> *O Imparcial*, 02/11/1937.

<sup>302</sup> *O Imparcial*, 17/07/1937.

atividades e atitudes de seus adversários, assim como mostrar desrespeito aos agentes da força pública. Apenas a propaganda da candidatura do chefe do sigma foi liberada, desde que autorizadas e garantidas pelas autoridades públicas.<sup>303</sup> Uma vez mais, na tentativa de proteger os integralistas de violências e buscando não melindrar a conflituosa relação que havia se estabelecido entre o governo da Bahia e a AIB, a chefia da agremiação manteve a decisão até que fosse divulgado o resultado do processo que estava sendo julgado pelo TSN, em outubro, pois nos termos da portaria proibitiva, esta vigoraria até que a justiça especial se pronunciasse sobre o processo.<sup>304</sup>

## Sucessão Presidencial

Enquanto os integralistas cuidavam da campanha de Plínio Salgado em meio ao cerceamento policial, Juraci resolveu articular um nome baiano para concorrer às eleições ao posto do executivo federal, desviando seu olhar dos integralistas. Quando da vinda de Vargas para a inauguração do Instituto do Cacau, o governador da Bahia não deixou de mencionar sobre a questão da sucessão presidencial. Mas não o fez em conversa particular e sim no discurso proferido na inauguração do dito Instituto, em que se encontravam os ministros Osvaldo Aranha (relações exteriores), Vicente Rao (justiça) e Gustavo Capanema (educação), além dos governadores e seus aliados políticos Benedito Valadares (Minas Gerais) e Lima Cavalcanti (Pernambuco).<sup>305</sup>

Reunidos os importantes políticos, Juraci falou em nome do Partido Social Democrático, que estaria disposto a apoiar como candidato à sucessão presidencial o cidadão melhor entre os mais capazes, por acreditar que apenas “aquele que possuir virtudes morais e cívicas assecuratórias da continuidade da grande obra do incomparável chefe da revolução brasileira” poderia ocupar o lugar de um “estadista invulgar como Getúlio Vargas”. Por ter seu discurso colocado o presidente em cheque, a filha Alzira Vargas, que acompanhava a comitiva presidencial, considerou o governador da Bahia extremamente indelicado, a ponto de afirmar que: “não era de bom tom catucar um furúnculo ainda em formação – o problema da sucessão presidencial. Teria sido considerado apenas falta de ética ou de educação política, se

---

<sup>303</sup> *O Imparcial*, 26/08/1937

<sup>304</sup> *O Imparcial*, 02/11/1937

<sup>305</sup> Camargo, *o golpe silencioso*, op.cit., p. 125-126.

outras informações não tivessem sido imediatamente aduzidas à falta de tato demonstrada pelo governador”.<sup>306</sup>

O próprio Juraci percebeu que havia se excedido, e comentou com Mariani: “o presidente não deve ter gostado de meu discurso, mas tirei um peso da consciência. Nossa posição ficou bem clara”. Além dele ter indicado o nome do senador baiano Medeiros Neto para disputar as eleições, afirmando contar com o apoio do governador de Pernambuco, Lima Cavalcanti, ainda teceu comentários, em conversa particular, pouco elogiosos ao então ministro do trabalho, Agamenon Magalhães, por acreditar que ele era a pessoa a exercer forte influência, junto ao presidente, para que se galgasse o caminho do continuísmo do governo Vargas.<sup>307</sup>

Em seu diário, Getúlio apenas anotou que havia convencido Juraci e Lima a tratarem da questão presidencial somente no ano seguinte.<sup>308</sup> Estratégia esta que contribuía para aumentar as incertezas no cenário político, adiando e dificultando a discussão em torno das eleições. Vargas já havia demonstrado suas intenções de se manter no poder quando, em meados de 1936, com o auxílio do ministro do trabalho, consultou alguns governadores sobre a prorrogação de seu mandato.<sup>309</sup> Anos mais tarde, Juraci lembrou que foi procurado por Agamenon, em 24 de junho de 1936, com alegação de que o presidente considerava que a revolução ainda não havia atingido seus objetivos e isso apenas poderia ser feito “através de um golpe de estado que prorrogasse o mandato dele e dos governadores”.<sup>310</sup> A negativa que se fez ouvir de Juraci foi repetida pelos governadores de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, que, posteriormente, formaram um grupo que passou a pressionar e a empurrar o processo político para a realização das eleições.<sup>311</sup>

Após ter sido consultado, o governador da Bahia informou aos seus companheiros do PSD, em especial aqueles que ocupavam cargos importantes no governo federal (Marques dos Reis, Medeiros Neto e Clemente Mariani) sobre sua decisão a respeito dos propósitos do presidente, causando divergência no partido, na medida em que seus membros defendiam que o governo da Bahia deveria continuar ofertando seu prestígio ao chefe do executivo federal. Irritado Juraci escreveu para Mariani reafirmando:

---

<sup>306</sup> *O Imparcial*, 27/11/1936. Peixoto, Alzira Vargas. *Getúlio Vargas, Meu pai*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960, p. 235.

<sup>307</sup> Carta de Juraci Magalhães para Clemente Mariani, 03/12/36. CPDOC, CMA. 1933.05.23 dcf1/c.

<sup>308</sup> Anotações, 19-22/11/1936. Getúlio, *diário*, vol. 1, op. cit., p. 561.

<sup>309</sup> Camargo, *o golpe silencioso*, op.cit., p. 102.

<sup>310</sup> Abreu, Juracy Magalhães: *minhas memórias provisórias*, op. cit., p. 106.

<sup>311</sup> Camargo, *o golpe silencioso*, op. cit., pp. 102, 125.

O Presidente, dotado de um cabedal formidável de conhecimento humano, bloqueou convenientemente todos os que seriam capazes de opor obstáculos aos seus planos de perpetuação no governo. A pasmaceira, porém, é aparente. Há os homens como eu, que se deixam levar pelo “conformismo”, para evitar mal maior. Preocupado com a sorte política de nosso partido recolho-me ferido, da última refrega. Preferi aguardar que os acontecimentos me dêem razão. É assim pensando que digo com clareza: o Presidente por intermédio do Agamenon, propôs-me um plano cínico, que devia ser escondido dos meus amigos. Atenderia a meu interesse pessoal se tivesse eu o propósito de permanecer no cargo. Relatei-o aos amigos com minha formal repulsa. Vim a público e dei minha opinião. Organizei um plano de entendimento, mirando a possibilidade de se fazer um sucessor baiano ou, pelo menos, nortista. Concordo em que possa haver conveniência de ordem partidária em se manter numa atitude discreta, mas reconhecendo o perigo e tentando vencê-lo. Nunca afundar também na pasmaceira.

Eu (...) quando falei na solidariedade ao Presidente, fiz em nome do partido. Pessoalmente não faria mais.<sup>312</sup>

O governador da Bahia passou a defender de forma veemente a manutenção do jogo democrático, mesmo que isso significasse ir de encontro às intenções de Vargas. A tão propalada lealdade do governador da Bahia a Vargas foi sendo desfeita ao longo do embate com a esquerda e a direita. Ao retirar seu apoio, de certa forma, ele passou a trilhar um caminho diferente, surpreendendo inclusive seus companheiros do PSD. De todo modo, Juraci Magalhães anunciava que manteria seu espírito partidário, agindo de acordo com as decisões do PSD, por preocupa-se com a sorte política do mesmo.

A posição do governador da Bahia não deixou de passar pela censura de Clemente Mariani que, como integrante do PSD, viu a possibilidade de criticar a forma como Juraci estava encaminhando as questões. Após o desgaste com a situação do integralismo, via-o mexer no vespeiro da sucessão presidencial, assunto que poderia levá-los a realizar novas manobras, igualmente desgastantes. Mariani insinuou que Juraci deixou de analisar friamente o cenário político, pois seu olhar estaria turvado por suas emoções, abaladas pelas acusações que lhe foram feitas na questão do comunismo e do integralismo e pela falta de apoio do governo federal em ambas. Por convicção da “atitude criminosa do presidente”, as atitudes de Juraci arrastavam o PSD para uma situação insegura, ao invés de “conservar e aumentar a força política” que eles haviam organizado. Assim, Mariani avaliou que

---

<sup>312</sup> Carta de Juraci Magalhães para Clemente Mariani, 15/03/37. CPDOC, CMA. 1933.05.23 def1/c.

a primeira discrepância nessa linha do nosso procedimento partidário foi a precipitação do golpe contra o integralismo, serviço que tens de agradecer ao “Estado da Bahia” entrando, através de uma notícia falsa, sobre o seu complexo de revolta contra as injustiças que lhe eram feitas, a propósito do caso Elieser. Foi uma imprudência, sem intuito de melindrar, embora pudesse e mesmo devesse melindrar. Com muito tato e jeito conseguimos evitar que o caso se envenenasse, apesar do esforço feito, neste sentido, pelos nossos adversários e inimigos. A cúpula desse trabalho seria dada pela visita do presidente, para a inauguração do Instituto do Cacau, singular demonstração de apreço que restabeleceria a Bahia em situação de esteio da política federal. Infelizmente (e posso dizer assim sem que me atribua a pretensão de adivinho de fatos passados, porque lhe preveni antes e, com franqueza, lhe externei o meu pensamento logo em seguida), infelizmente não se satisfez com a eloquência impar do gesto e achou conveniente não só abordar o problema da sucessão como entrar em explicações que criavam uma lastimável atmosfera de desconfiança.<sup>313</sup>

A escrita de Mariani além de confirmar que a contenda com os integralistas havia se acirrado depois que a AIB se utilizou da relação que Juraci mantinha com pessoas acusadas de participação no levante de 1935, em especial seu irmão Elieser, não deixou de levantar dúvidas sobre o procedimento do governo da Bahia em relação ao fechamento das sedes do sigma. É patente que o governador se utilizou do estado de guerra, que a bancada baiana havia contribuído para aprovar na câmara federal, para cercear as atividades da AIB na Bahia, mas não fica claro o que de fato a polícia tinha em mãos para determinar o fechamento das sedes da AIB-Ba. Em seu relatório, o delegado Matos informou que a polícia havia apreendido apenas a carta de Araújo Lima para Belmiro Valverde, junto com o mapa da Bahia assinalado com informações sobre infiltração integralista nos quartéis e a circular *Cruzada nacional pela dignidade do Brasil*. Os demais documentos foram obtidos após as buscas e apreensões realizadas nas sedes integralistas e residências dos correligionários do sigma. De todo modo, esse material só foi remetido ao governo federal dias depois do fechamento da AIB-Ba, aos cuidados de Clemente Mariani, que os mostrou ao presidente da República.<sup>314</sup>

O restabelecimento da Bahia em situação de esteio da política federal era objetivo há muito almejado pelas autoridades baianas, desde que a Bahia havia deixado de ser capital no período colonial, feito que, ao ver de Mariani, deveria ser aproveitado e sedimentado.<sup>315</sup> Além disso, ele considerava demasiado arriscado a aliança com outros governadores que se mostravam vacilante em seus atos, podendo retirar seus apoios de

---

<sup>313</sup> Carta de Clemente Mariani para Juraci Magalhães, 19/03/1937. CMA. 1933.05.23 dcf1/c.

<sup>314</sup> Relatório, p. 2. APB, fundo SSP, caixa 52, pacote 2. Mariani, *o governo da Bahia*, op. cit. pp. 43-44.

<sup>315</sup> Sampaio, *poder e representação*, op. cit., pp. 86-87.

forma inesperada. Ao seu ver, antes de se traçar uma orientação, era necessário avaliar o cenário político e os elementos que poderiam contar no problema da sucessão, pois entendia que apenas podiam confiar em suas “próprias forças”. Mesmo assim, de forma moderada, pois avaliava que já não gozavam de “confiança do presidente e os meios políticos” já não tinham o mesmo “elevado conceito” de suas forças, “percebendo e exagerando as fendas” da “estrutura partidária” do PSD, que os jornais não perderam a oportunidade de expor. Num choque com Vargas, comentou ele, “estaríamos sujeitos aos maiores percalços”, em vista da “diminuição de importância política”, que havia se iniciado com o discurso de Juraci no Instituto do Cacau.

O parecer de Mariani era que eles deviam manter a solidariedade ao presidente, pois não se encontravam fortes o suficiente para contrariá-lo, nem mesmo Agamenon. Este, ao ver de Clemente, era “frio e inteligente” e aproveitaria “todas as oportunidades” para “ferir” Juraci Magalhães, do que foi “exemplo a soltura dos integralistas”. Assumindo as funções de ministro da justiça, foi-lhe atribuído também a responsabilidade de interferir na contenda com os integralistas e atuou em detrimento do governo da Bahia como forma de puni-lo por não seguir mais as diretrizes do governo Vargas. Lima Cavalcanti, aliado do governador da Bahia, igualmente sofreu retaliações depois que o chefe do executivo federal encarregou Agamenon Magalhães de documentar as denúncias e indícios contra Cavalcanti, que estava sendo acusado por seus adversários políticos, desde 1935, de envolvimento no levante comunista, mesmo reprimindo-o com vigor. Assim, Vargas demonstrava como seria o tratamento relegado aqueles que resolveram não apoiá-lo em suas intenções continuístas.

A análise de desprestígio político do governo da Bahia por parte do presidente percebida por Clemente não deixava de ter fundamento, pois a postura autônoma que Juraci expressava nas articulações que passou a protagonizar com diversos governadores, em fins de 1936, causou preocupação no presidente da República, fazendo de Magalhães um personagem mais presente em seu *diário*. Segundo Vargas, suas atitudes gratuitas começaram gerar desconfiança. Na política que se tramava no Catete, Osvaldo Aranha havia lhe contado, em pleno domingo, que Juraci “reunira um grupo de oficiais revolucionários e com eles tratara de política”, dizendo que o presidente lhe “entregara de articular a escolha do candidato”. Entendendo-se “com São Paulo só aceitaria 3 nomes: o do Armando, o do José Américo e o de Medeiros

Neto”.<sup>316</sup> Dessa forma, Juraci rechaçava a campanha presidencial posta em prática a todo vapor por Plínio Salgado. Segundo Vargas, ele havia recomendado Juraci a conversar com Armando, em sua passagem por São Paulo, mas os nomes dos candidatos a presidência só seriam indicados ao exame após uma consulta às principais correntes políticas. “Não me parece que só São Paulo e Bahia possam indicar nomes entre os quais deva ser escolhido o candidato”, reclamou Vargas da desenvoltura de Juraci.<sup>317</sup>

As desconfianças em torno do governador da Bahia logo se transformaram em vigilância policial. Quando de sua viagem ao Rio de Janeiro em fins de fevereiro de 1937, ele foi observado pelo serviço de garantia preventiva da Delegacia de Segurança Política, por diferentes investigadores que se substituíam, alternadamente, pelas 24 horas do dia. O investigador Iracy, que começou seu serviço de vigilância à meia noite e permaneceu até as 6 da manhã observou em seu relatório ser difícil, senão impossível, “o serviço de garantia preventiva em torno da pessoa de Juraci”, por ele dispor de “auto particular e não existir nas imediações de sua residência a rua professor Azevedo Sodré n.281, ponto de estacionamento de automóvel de praça”. No horário seguinte, as dificuldades aumentaram quando os investigadores se atrapalharam e perderam o governador da Bahia de vista. Segundo o investigador 1.062, ele substituiu.<sup>318</sup>

o colega n. 320 na entrada do edifício Guinle, sendo pelo mesmo informado que o Sr. Governador da Bahia se encontrava naquele prédio. Passados que foram duas horas e não tendo o Sr. Juraci Magalhães saído daquele prédio, resolvi informar-me dos empregados se, por ventura, tinham visto S. Excia, tendo obtido como resposta não terem visto o governador ali chegar. Em virtude desta informação, *resolvi procurar o capitão Juraci nos pontos em que costuma freqüentar*, sendo que, às 14:30, fui cientificado que S. Excia havia ido ao embarque (...) de alguns político no cais do porto, soube que, efetivamente, o cap. Juraci ali estivera, das 13:45 às 14:10, mais ou menos (...) continuando a procurar S. Excia, fui ao ministério do trabalho onde se achavam reunidos com o Dr. Agamenon Magalhães os senhores Osvaldo Aranha, Carlos Lima Cavalcanti, Souza Costa e alguns senadores e deputados; constatando que o Sr. Juraci também lá não se encontrava. Fui a Copacabana, passando pelo Copacabana Palace e daí para a rua Azevedo Sodré, quando e onde encontrei o cap. Juraci, em palestra com várias pessoas na varanda de sua residência. (grifo meu).<sup>319</sup>

---

<sup>316</sup> Anotações, 20/01/1937, 24/01/1937. Getúlio, *diário*, vol. 2, op. cit., pp. 14-15

<sup>317</sup> Anotações, 24/01/1937. Getúlio, *diário*, vol. 2, op. cit., p. 15.

<sup>318</sup> Relatório do investigador Iracy, 22/02/1937. APERJ, fundo Desps, série prontuário, número 823.

<sup>319</sup> Relatório do investigador 1.062, 27/02/1937. APERJ, fundo Desps, série prontuário, número 823.

A distração pode ser vista como falta de preparo dos investigadores. Com necessidade de constante renovação no quadro de agentes da polícia política, muitos investigadores que faziam a vigilância eram voluntários e estes parecem não ter tido maiores instruções ou passado por algum tipo de treinamento. Mas esses não foram os únicos problemas enfrentados, pois o investigador 320 precisou anotar em seu relatório a constrangedora situação de não ter conseguido se manter na vigilância ao governador da Bahia por falta de condução na ocasião.<sup>320</sup>

Em suas memórias, Juraci informou que era sabedor da vigilância que recaía sobre ele, em sua correspondência, em seu telefone e ele próprio estavam sendo “rigorosamente controlados”.<sup>321</sup> Desconfiado, em fins de 1936, ele já havia recomendado a Mariani cuidados com a correspondência. As precauções eram prova de que o desgaste e desconfiança haviam chegado ao ápice. Juraci tinha ciência que havia trilhado um caminho sem volta, não por acaso indicou algumas vezes a saída do cenário político como solução, pois mostrava perceber a dificuldade em frear o continuísmo de Vargas. Assim, escreveu que

A verdade é que o presidente venceu a partida, menos pelo seu próprio mérito, que pela falta de ânimo dos “pirarucus” que ele tranquilamente vai emolando. Fez a intervenção em Mato Grosso. Fará a do distrito. Anulará a eleição do governador de São Paulo. Intervirá no Rio Grande. Solidifica sua velha amizade com o integralismo. E nós assistimos (...) ao que nos deveria revoltar. Só a educação exercida pelos governos poderia revoltar. Só a educação exercida pelos governos poderia melhorar as práticas democráticas no país. Mas esse governo é que aniquila a democracia, como já destruiu o ideal revolucionário.<sup>322</sup>

As intervenções militares nos estados em que acordos não foram possíveis confirmavam que a escalada autoritária seria a fórmula utilizada pelo governo Vargas para sua manutenção e sobrevivência. Após afastamento do ideal revolucionário, Juraci parecia estar disposto a sustentar-se em seus antigos companheiros de caserna, renovando a amizade com eles e apoiando a candidatura de José Américo, que além de ser nortista, havia participado da revolução de 1930. Ele foi indicado pelo governo da Bahia na reunião realizada pelo grupo de governadores, que planejavam articular uma

---

<sup>320</sup> Florindo, *o serviço reservado da Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*, op. cit., p. 129. Relatório do investigador 230, 01/03/1937. APERJ, fundo Desps, série prontuário, número 823.

<sup>321</sup> Abreu, *Juracy Magalhães: minhas memórias provisórias*, op. cit., p. 99.

<sup>322</sup> Carta de Juraci Magalhães para Clemente Mariani, 15/03/37. CPDOC, CMA. 1933.05.23 def1/c.

candidatura única. Apesar dos esforços para lançar a candidatura de Medeiros Neto, seu nome não obteve expressivos apoios.

Por sentir insegurança nas alianças tecidas com os governadores e outros políticos, somado ao anúncio da necessidade de um golpe de força e as intervenções armadas realizada nos estados, levaram o governador da Bahia a rever seus amigos de caserna, que conhecia e confiava, pois na própria fileira partidária o apoio não se concretizava. Juraci que desejou saber a opinião dos membros do PSD, depois desta contrariá-lo, passou a queixar-se das críticas que recebeu de Mariani e que encontrava eco nos demais integrantes que formavam a cúpula do partido. Uma vez mais escreveu com irritação a Clemente

Vejo o desmoronamento de um sonho. Cuidei ter criado um partido na Bahia, mas me iludi. (...) Não é possível alguém ter autoridade e agir com acerto quando conscientemente, nas próprias hostes, se faz o solapamento daquele cuja autoridade poderia ser contestada noutra oportunidade, mas não no momento de refrega (...) Você aponta dois claros erros políticos meus, face a prorrogação e ao integralismo. Só seria possível acertar se não protestasse como o fiz. Mas isso seria impossível ao meu temperamento e a minha maneira do dever.<sup>323</sup>

Juraci tinha ciência de que a máquina eleitoral que sedimentara poderia garantir bons resultados ao PSD, pois não seria feita apenas a eleição para o cargo de presidente, em 1938, mas igualmente para senador, deputado e governador. Embora não tivesse seguido o protocolo para concorrer às eleições, afastando-se do cargo de governador até janeiro 1937, certamente Juraci se beneficiaria com a vitória do PSD. Afora isso, sua impossibilidade de manter apoio político ao presidente Vargas, demonstrado nas suas reiteradas queixas pela falta de suporte no último combate, do qual saiu ferido, numa clara referência a contenda com os integralistas, possivelmente influenciou para que o governador da Bahia se lançasse na defesa do sistema aberto.

Enquanto Vargas evidenciava sua escalada autoritária, o governador da Bahia manteve-se defendendo a manutenção do sistema democrático,<sup>324</sup> que ele havia se fortalecido e buscava novos ganhos políticos, afirmando que o PSD devia “ser uma força de resistência contra os desvirtuamentos do regime” para que “a campanha eleitoral e o pleito decorram”, “fortalecendo a democracia”. A solicitude ao presidente apenas seria possível se o governo atendesse aos “reclamos do bom senso”, como a

---

<sup>323</sup> Carta de Juraci Magalhães para Clemente Mariani, 22/03/1937. CPDOC, CMA. 1933.05.23 dcf1/c

<sup>324</sup> Tavares, *história da Bahia*, op. cit., 2001, p. 410.

cessação do estado de guerra, pois, para ele, este não se justificava “à luz de nenhum princípio”. Ao seu ver, contra os “extremismos” bastava “uma honesta e eficiente ação legal.”<sup>325</sup>

Na impossibilidade de impedir a renovação do estado de emergência, Juraci parece não ter tomado as devidas providências para instaurá-lo no estado da Bahia, ao menos esse foi o motivo de denúncia feita pelo novo comandante da 6ª região Militar, Coronel Fernando Dantas, que se adiantou em informar ao ministro da guerra, Eurico Dutra, que a Comissão do Estado de Guerra não havia sido formada e a repressão aos comunistas fora relaxada. Para Juraci, o retorno da acusação de leniência com os comunistas significava pretexto para provocar intervenção federal no estado baiano.

Dantas havia assumido o posto de comandante da 6ª região Militar em fins de outubro de 1937 e fez parte, junto com o comandante Fontes (oficial da marinha), e Juraci Magalhães da comissão executora do Estado de Guerra, onde se atritaram algumas vezes, pela formal repulsa expressa por Juraci diante das propostas de Dantas, que se tornaram medidas repressivas contra parlamentares tidos como comunistas.<sup>326</sup> Mesmo com protestos veementes, os votos de Juraci foram vencidos na dita comissão, levando-o a protestar diretamente ao ministro da guerra, queixando-se dos propósitos agressivos das forças armadas ao seu governo, pondo em xeque sua autoridade ao adotar medidas abusivas e contrárias a sua orientação. Aproveitou para atribuir responsabilidades a Dantas, pois

Cedendo pressão [de] elementos integralistas, [o] referido coronel, que se declarou “já suspeito de tolerante” determinou iníqua prisão [de] representantes [do] povo baiano sob pretexto que maculara inteligência [do] Exército. Enquanto isso ostensiva abertamente os oficiais de maior confiança da Região prestigiam elementos integralistas contra [os] quais é vedada [a] propaganda, figurando numa fotografia hoje publicada [no] órgão integralista “O Imparcial” [ao] lado [de] elementos sem expressão [na] sociedade baiana, que repele pacificamente [os] processos adotados contra sua tranqüilidade.<sup>327</sup>

Ao acusar Dantas de se utilizar de sua posição na Comissão do Estado de Guerra para beneficiar os correligionários da AIB, o governador da Bahia evidenciava que os integralistas permaneciam atraindo a atenção de militares e de autoridades que

---

<sup>325</sup> Carta de Juraci Magalhães para Clemente Mariani, 28/05/1937. CPDOC, CMA. 1933.05.23 dcf1/c

<sup>326</sup> *O Imparcial*, 01/11/1937. Abreu, Juracy Magalhães: *minhas memórias provisórias*, op. cit., pp.102-103. Tavares, *história da Bahia*, op. cit., p. 411.

<sup>327</sup> Telegrama de Juraci Magalhães para Eurico Gaspar Dutra, 09/11/1937. s/d. CPDOC, CMA. 1933.05.23.

ocupavam cargos importantes no governo, favorecendo-a ao tempo que insinuava que o estado de guerra estava sendo utilizado com fins políticos partidários. Passando por situação semelhante em seu estado, Lima Cavalcanti fez protestos similares ao presidente Vargas.<sup>328</sup>

A simpatia que algumas autoridades do governo nutria pela AIB não deixava de sugerir que esta poderia galgar ao poder nessa escalada autoritária do governo Vargas. Não por acaso Plínio Salgado também havia sido chamado para fazer parte do futuro que se anunciava, sendo acertado que haveria colaboração da AIB na mudança do regime, sendo esta absorvida pelo partido a ser criado no Estado Novo. Seu chefe nacional, Plínio Salgado, havia sido sondado para ocupar a pasta do Ministério da Educação, mas, inesperadamente, declinou do convite, pois essa aproximação entre governo e integralismo, apesar de desejada, era cheia de reservas. Se o governo receava as pretensões de um projeto político autônomo alimentado pela AIB, esta tinha dúvidas sobre as promessas governamentais de oficializá-la.<sup>329</sup>

Igualmente o governador da Bahia mostrou-se descontente em participar do novo regime político e, na véspera do advento do Estado Novo, pronunciou um curto discurso na rádio Sociedade da Bahia, informando aos baianos sobre sua renúncia por não concordar com os novos rumos que a política brasileira passaria a trilhar, afirmando: “Ao ato que neste instante se consuma no Brasil, opus, convictamente, todo vigor do meu patriotismo. Que Deus se apiede do futuro da Pátria, única preocupação das atribuições do meu espírito”.<sup>330</sup>

A saída de Juraci Magalhães abriu espaço para que o novo comandante da 6ª região militar, o coronel Antonio Fernando Dantas, passasse a governar o estado baiano. Para mostrar serviço, utilizou-se da relação de pessoas fichadas como comunista elaborada pelo chefe de polícia do governo de Juraci Magalhães e prendeu vinte pessoas só na primeira semana de diligência de captura. Apreendeu dois mil e quinhentos livros tidos como de propaganda comunista e recolheu copioso material bélico pertencente à polícia militar, levando-o para o quartel do exército.<sup>331</sup> Aproveitou o agitado mês de novembro para recolher os “documentos destacados do arquivo político do capitão Juraci Magalhães”, examinados por uma comissão designada por

---

<sup>328</sup> Verbete Lima Cavalcanti. *DHBB pós-1930*. Cd-rom. FGV-CPDOC.

<sup>329</sup> Camargo, *o golpe silencioso*, op.cit., pp. 198-199

<sup>330</sup> Discurso, 10/11/1937. Magalhães, Juraci. *Minha vida pública na Bahia*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2008, p. 171.

<sup>331</sup> *O Imparcial*, 21/11/1937.

ele, e os enviou ao Ministério da Guerra por ordem do mesmo, em 20 de novembro de 1937. Esses documentos foram anexados ao prontuário elaborado sobre Juraci Magalhães.<sup>332</sup>

Em seus primeiros dias de governo, Dantas mostrava que sua condução política seria diversa da empregada pelo seu antecessor, o que deve ter deixado os integralistas auspidos. E não havia de ser para menos, pois logo eles seriam chamados a participar das comemorações patrióticas a serem realizadas na Bahia. Em comemoração à festa cívica da bandeira, chegaram de véspera camisas-verdes de vários pontos do estado para demonstrar a força da AIB num imponente desfile na capital Salvador, realizado do Campo Grande ao Pelourinho, onde os integralistas foram recebidos com efusivas salvas de palmas e marcharam em meio às forças armadas e sob os olhares das autoridades e do público.

O atento observador Sá Barreto teve a impressão de que “o integralismo havia tomado conta do Brasil naquele dia, pois era camisa verde por todos os cantos”. Ele considerou a parada que teve lugar no campo grande um sucesso: “Uma histeria coletiva, anauê por todos os lados e todos os lugares”. Era dia de festa na Bahia e os integralistas haviam sido chamados a participar dos festejos. Nas cidades de Lençóis, Itabuna e Rio Novo integralistas também desfilaram em via pública e a alegria de voltar a vestir a camisa verde simbólica sem temor do cerceamento policial foi demonstrado no entusiasmo de jovens, mulheres e crianças que marcharam naquele dia. Mal sabiam eles que dias depois, o presidente da República baixaria um decreto proibindo reuniões de todos os partidos e movimentos políticos, excluindo-os não apenas das festas cívicas, mas do almejada aspiração de serem incorporados ao governo.<sup>333</sup>

---

<sup>332</sup> Prontuário Juraci Magalhães. APERJ, fundo Desps, série prontuário, número 823.

<sup>333</sup> Sá Barreto, Raymundo. *Notas de um tabelião em Ilhéus*. São Paulo. Roswith Kempf Editores, 1988, p. 52.

### Capítulo 3: entre Conspirações e Denúncias

Todo o Estado em poder [dos] integralistas  
ou de pessoas inimigas do regime  
que declaram estar com o interventor e  
não [ao] lado [do] Presidente [da] República  
É de supor assim [a] existência [de]  
muitos grupos conspiradores.<sup>334</sup>

Nos idos de maio de 1938 o rádio era acompanhado com ansiedade por diferentes ouvintes na Bahia, na esperança de que pudessem escutar o chefe do integralismo, Plínio Salgado, conclamando os camisas-verdes a levantarem-se contra o governo. Essa expectativa era alimentada pelas correspondências trocadas entre os líderes do movimento que informavam acerca de um pronunciamento que seria feito em breve. Mas aqueles que se mantiveram na escuta do programa de rádio souberam apenas de um ataque às portas do Palácio da Guanabara, ocorrido na noite de 11 de maio daquele ano, feito por descontentes com o Estado Novo.

Antes que os processados pelo Tribunal de Segurança Nacional definissem seus rumos, por conta do episódio do fechamento dos núcleos da AIB-Ba em 1936, outros processos foram movidos na Bahia para investigar os implicados no levante de maio de 1938, também de feição integralista. As diligências policiais esforçaram-se para provar que, mesmo depois de dissolvidos os partidos políticos, pelo decreto-lei de número 37 de dois de dezembro de 1937, militantes da AIB-Ba continuavam a realizar reuniões políticas com o fito de rearticularem-se para participar do movimento subversivo ocorrido no Rio de Janeiro. Muitos foram os inquéritos abertos, em especial no sul do estado, para apurar os envolvidos com o movimento subversivo de maio de 1938, agitação que abriu brechas para justificar o enredar de militantes da extrema direita na teia repressiva estadonovista.

As incisivas denúncias políticas informavam que a Bahia, em acréscimo, permanecia sendo um local favorável aos integralistas, mesmo depois da repressão ao levante de 1938. Se o interventor Antonio Dantas trilhou o caminho da substituição de antigos prefeitos por notórios camisas-verdes, seu sucessor, Landulfo Alves, manteve o ritmo de promover a incorporação dos integralistas ao estado, informavam os

---

<sup>334</sup> Telegrama do Coronel Paquet, 6ª Região Militar, localizada em Salvador, para o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, 10/04/1939. CPDOC, GV c 1939.04.10/3.

denunciantes. Mas as diligências mostraram um quadro diverso, em que os simpatizantes do sigma se reuniam às escondidas por não encontrar espaço para professar o integralismo.

Se as denúncias e diligências não eram expedientes considerados novos, já que foram e continuavam sendo largamente utilizados, o peso político que tiveram contra a extrema direita depois do levante de 1938 foi determinante.

## **Águas de Março, enchentes de Maio**

Quando o decreto-lei de número 37, de dois de dezembro de 1937, foi anunciado, com o argumento de que os partidos existentes “esposavam ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo regime, pretendendo a transformação radical da ordem social”, a AIB já havia se transformado em sociedade civil e cultural, conforme havia sido acordado entre Vargas e Plínio Salgado. Analisando o relatório que o líder do integralismo escreveu acerca das démarches para o fechamento da AIB, tem-se a percepção de que partiu de Salgado a sugestão para que a AIB se transformasse numa sociedade cultural que “pudesse enquadrar os integralistas”, sobrevivendo ao referido decreto.<sup>335</sup> Lendo o diário de Vargas tem-se a impressão de que a idéia mater surgiu do presidente da República, com o fito de evitar um golpe, pois estava ciente de que os integralistas haviam entrado em “fase subversiva”, começando a conspirar e a reunir-se com militares.<sup>336</sup> Logo o decreto sairia proibindo a alegoria integralista, como o “uso de uniformes, estandartes e distintivos e outros símbolos” e o ingresso de militares nas novas sociedades civis, o que indicava as limitações da sobrevivência.

Na Bahia, o major Bina Machado,<sup>337</sup> secretário do interior e justiça da Bahia, discursou na Rádio Sociedade da Bahia para orientar a opinião pública e advertir os insensatos. Para ele, a extinção dos partidos era necessária para libertar o país do

---

<sup>335</sup> Salgado, Plínio. Relatório. Exposição feita por Plínio Salgado sobre as démarches para o fechamento do Integralismo. APERJ, POLRJ, pasta 4.

<sup>336</sup> Vargas, *diário*, vol. 2, op. cit., p. 89.

<sup>337</sup> José Bina Machado nasceu em Porto Alegre no dia 14 de dezembro de 1896. Ingressou na carreira militar matriculando-se, em março de 1916, na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Seguiu carreira militar alcançando aos postos de comando até tornar-se major em agosto de 1934. Chefiou o estado-maior da 6ª RM, sediada em Salvador, de novembro de 1937 a janeiro de 1938, quando, nomeado por decreto, passou a ocupar o cargo de secretário do Interior e Justiça da Bahia, na interventoria de Antônio Dantas. Verbetes José Bina Machado. *DHBB pós-1930*. Cd-rom. FGV-CPDOC.

“cancro aniquilador” da política “mesquinha e destruidora”, de forma a apagar o passado que causava pouco orgulho, ato que atingiu até mesmo a AIB, “único partido que pode subsistir aos imperativos da carta magna com as modificações que lhe fez seu chefe”. Logo em seguida, o professor Isaías Alves fez um discurso sobre a trajetória do integralismo, e, emocionado, concitou os brasileiros ao acatamento das leis do país, acreditando igualmente que os ajustes realizados por Salgado daria sobrevida a ideologia que professava.<sup>338</sup>

No entanto, a dificuldade de registrar a nova agremiação aliada ao teor dos artigos do decreto evidenciou para Salgado que o caminho não era promissor, o que o levou a abandonar os entendimentos pela pasta da educação. Antes, escreveu para Vargas, em 28 de janeiro de 1938, informando os motivos de seu ato, que giravam em torno do tratamento que a AIB vinha recebendo desde a decretação do Estado Novo. Para Salgado, a maior de todas as surpresas que teve foi o discurso de Vargas em 10 de novembro de 1937, pois

Nessa noite fiquei completamente convencido de que fôramos enganados, desde o primeiro dia. Não houve uma palavra de carinho para o Integralismo ou para os Integralistas. Entretanto, era um movimento e eram homens que tudo fizeram pela Nação e que sempre foram leais para com V. Ex<sup>a</sup>. nos momentos os mais difíceis.

[...] O único partido nacional, o único que estava em consonância com o proclamado corporativismo do Estado Novo, era paradoxalmente o ÚNICO que vinha espontaneamente declarar-se extinto, para só viver como sociedade cultural, esportiva e beneficente. Isso antes de qualquer lei, de qualquer decreto...

O Integralismo iria continuar, sob essa forma, conforme lhe prometeram os responsáveis pela situação, prestando os serviços que só ele até então tinha prestado ao país.

Eu não supunha, porém, que o que se arquitetava contra o Integralismo era tão grande. Logo os jornais, havendo censura oficial, começaram a atacar-me, a ridicularizar o movimento integralista. Alguns diretores de jornais informavam-me que recebiam ordens de autoridades para abrir fogo contra nós.<sup>339</sup>

Mas muitos militantes se apoiaram na solução encontrada pelo então presidente e pelo líder dos integralistas para manter suas atividades. Assim, o baiano Joaquim de Araújo Lima, antigo chefe provincial da AIB-Ba, promovido a chefe de gabinete de Salgado, após ser preso em 1936 a mando do governador Juraci Magalhães e processado pelo TSN, escreveu para Raimundo Lima, na Guanabara, orientando como devia se dirigir aos chefes provinciais de todo o país, que se encontravam inquietos com

---

<sup>338</sup> *O Imparcial*, 05/12/1937

<sup>339</sup> Carta de Plínio Salgado para Getúlio Vargas, 28/01/1938. APERJ, POLRJ, pasta 17.

cartas solicitando esclarecimentos, após o anúncio do decreto que apregoou o fechamento dos partidos. Para Lima, fazia-se necessário o envio da notícia impressa na *A Ofensiva* acerca da reunião, ocorrida em 11 de dezembro de 1937, com as principais personalidades integralistas, junto com a ata da mesma e os estatutos da Associação Brasileira de Cultura, nova agremiação que iria continuar a “obra iniciada e desenvolvida pela AIB”, como prova de que as providências para a manutenção das atividades haviam sido tomadas.<sup>340</sup>

Mas logo as diligências policiais tornaram-se freqüentes nas antigas sedes integralistas e nas casas de seus militantes. Se em Juiz de Fora foram descobertos armamentos na sede da AIB, na Bahia, assim como no Rio de Janeiro, foram apreendidas armas e pessoas em residências de militantes integralistas cujas casas eram usadas para reuniões. *O Imparcial* informou que a polícia estava “perfeitamente a par de tais reuniões”, prendendo 18 pessoas em Salvador com abertura de inquérito para apurar responsabilidades, alertando que “idênticas e severas medidas” seriam “tomadas contra aqueles que procederem igualmente.”<sup>341</sup> Se para a polícia essas reuniões clandestinas visavam a preparação de um golpe, para Salgado esses eram atos de militantes apaixonados, que à revelia de seus chefes, não obedeciam a determinação de “respeito e acatamento ao governo constituído e ao novo regime”.

Ao admitir a instabilidade causada pelos militantes, Salgado não deixou de corroborar o argumento da polícia ao tempo que responsabilizou a base por uma agitação que estava sendo realizada de forma mais acentuada e perigosa na alta cúpula da AIB. Parte desta, intitulada ala revolucionária, descontente com o fechamento da agremiação, teria iniciado entendimento com os militares para um movimento que teria lugar na capital do país, com ramificações nos “estados onde eles se achavam melhor aparelhados”, com auxílio de emissários que foram enviados para diversos pontos,<sup>342</sup> dentre eles Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Pernambuco.<sup>343</sup> Após a tomada da capital, seria lido o discurso de Salgado conclamando os integralistas a levantarem-se nos demais estados.

Informado sobre um ambiente conspirativo que transcorria no exército e marinha, “dirigido pelos integralistas e por todos os elementos descontentes”, Vargas solicitou

---

<sup>340</sup> Carta de Araújo Lima para Raimundo Lima, 20/12/1937. APERJ, POLRJ, pasta 1.

<sup>341</sup> *O Imparcial*, 06/03/1938.

<sup>342</sup> Relatório Intentiona Integralista de 11 de maio. APERJ, POLRJ, pasta 5.

<sup>343</sup> Victor, Rogério. *O integralismo nas águas do Lete: história, memória e esquecimento*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2005, p.35.

que o ministro da justiça, Francisco Campos, conversasse com Plínio Salgado, pois ou “ele vinha colaborar” ou seriam adotadas medidas de repressão contra os integralistas que conjuravam.<sup>344</sup> Mas o plano já se esquadrihava em reuniões que se queriam secretas. Enquanto Belmiro Valverde e Joaquim de Araújo Lima coordenavam e apoiavam um movimento atribuído aos integralistas, outros descontentes com o governo Vargas, a exemplo de Júlio Mesquita Filho e Luís de Toledo Pisa, reuniam-se em torno de Otávio Mangabeira, que se mostrou um acirrado opositor de Vargas dentro e fora do poder legislativo, o que lhe condenara a prisões e um exílio. Tempos depois, ao admitir, em 1959, que esteve presente em todas as conspirações na década de 30, Mangabeira não deixou de revelar seu lado radical ao tempo que informava sobre uma prática política que igualmente permeava a mente dos liberais.<sup>345</sup>

Após uma tentativa de sublevação realizada apenas pela marinha em 10 de março 1938, no interior da Guanabara, como resultado do plano que vinha sendo tecido no verão daquele ano de 1938, Mangabeira, assim como muitos outros que estavam a par do referido movimento, foi preso, em sua residência e, posteriormente, recolhido à Capela da Casa de Correção, na rua Frei Caneca, sendo transferido para o Hospital Militar do Exército, no Rio de Janeiro. Permaneceu nesta condição tempo maior do que os condenados pelo evento, até agosto de 1938, o que para ele significou ato de precaução por parte do governo, pois era um adversário que não vestia farda nem podia se utilizar da imprensa ou tribuna, ambas suspensas junto com as liberdades públicas.<sup>346</sup> Foi libertado e transferido para Salvador sob a condição de não sair da cidade e se abster de qualquer atividade política, mas logo a suspeita de precaução de Mangabeira aumentaria, pois foi mais uma vez intimado pelo presidente Vargas a sair do país, em outubro de 1938, dando início ao seu segundo exílio, quando embarcou para Nápoles, no vapor *General San Martin*.<sup>347</sup>

Ainda preso não deixou de protestar, em carta, ao general Dutra, sobre o poder discricionário que havia se instaurado no país como forma de cessar as agitações. Em tempo, aproveitou para negar que tivesse espírito conspirador e que fosse francamente a favor das revoluções, apesar de admirar o espírito patriótico daqueles que delas tomam parte – algo que anos depois (em 1959) – afirmou ter, quando se encontrava em melhor

---

<sup>344</sup> Vargas, *diário*, vol. 2, op.cit., p. 113.

<sup>345</sup> Silva, Hélio. *1938: terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 133.

<sup>346</sup> Carta de Otávio Mangabeira para Eurico Gaspar Dutra, 09/17/1938. CPDOC, FPC CMB OM 1704.

<sup>347</sup> Verbete Otávio Mangabeira. (manuscrito). Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia.

condição, podendo manter seu protesto na tribuna.<sup>348</sup> Durante os seis anos em que esteve exilado, inicialmente na Europa, depois nos Estados Unidos – quando a Segunda Guerra Mundial mostrou-se inevitável – através de cartas enviadas aos seus aliados liberais e de artigos para a revista *Reader's Digest*, cultivava sua oposição ao governo Vargas.

A participação de políticos liberais nos acontecimentos de 1938, além de remanescentes do movimento constitucionalista de 1932, denotava que o levante tinha contornos maiores e ideologias outras além daquela professada pelos integralistas e que o governo Vargas reunia uma unidade contra si cada vez mais heterogênea. De todo modo, com as prisões ocorridas após o episódio de março, poucos deles participaram do maio de 1938, que ficou sob a organização de integralistas e militares, em especial Belmiro Valverde e Severo Fournier. Porém, durante os julgamentos dos envolvidos no levante de maio, a participação dos políticos liberais foi amplamente utilizada na defesa dos integralistas como forma de diminuir seu isolamento e dividir a culpa pela autoria do movimento.<sup>349</sup>

Das inúmeras ações planejadas, que incluíam ataque às autoridades, repartições públicas e sedes da imprensa, apenas duas investidas contra prédios públicos foram realizadas, mais três estações de rádio foram tomadas, a casa do chefe do estado Maior do Exército, Góis Monteiro, foi invadida, sendo também efetuada a prisão de coronel Canrobert Pereira da Costa, então chefe de gabinete do ministro da guerra. Apesar dos relatos de alguns revoltosos que informaram sobre as falhas na estratégia utilizada, tanto para Valverde quanto para Fournier aqueles comprometidos com a missão é que falharam, ou não compareceram para realizar as ações planejadas.<sup>350</sup>

Para os agentes da repressão essa era uma questão de segunda ordem, que poderia ser discutida após os envolvidos estarem sob sua custódia; afinal, tornou-se público que os revoltosos estiveram próximos a tomar o Guanabara, onde Vargas e sua família estavam recolhidos em seus aposentos de dormir. Segundo o presidente, o palácio ficara “entregue a defesa precaríssima de alguns investigadores da polícia, do oficial de serviço e das pessoas da família”.<sup>351</sup> Apesar da diminuta segurança protegendo o palácio, os integralistas vinham sendo vigiados de perto e a agitação que se promovia

---

<sup>348</sup> Carta de Otávio Mangabeira para Eurico Gaspar Dutra, 09/17/1938. CPDOC, FPC CMB OM 1704.

<sup>349</sup> Calil, Gilberto. *Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010, p. 29.

<sup>350</sup> Victor, *o integralismo nas águas do Lete*, op. cit., pp. 38-39.

<sup>351</sup> Anotações 10/05/1938. Vargas, *diário*, vol. 2, op. cit., p.130.

não era novidade, o que levou um Vargas desperto a registrar em seu *diário*, em sete de abril de 1938, que havia sido descoberto “rastilho de uma outra conspiração integralista”.<sup>352</sup>

## Depois da euforia, a repressão

Vargas caminhou “ovacionado pela multidão”, no dia posterior ao levante, angariando apoio ao recém-implantado Estado Novo, em especial para o decreto-lei de n.37, que previa a dissolução dos partidos. E a polícia política iniciou uma série de prisões com a abertura de inúmeros inquéritos em todo o país. Os agentes policiais encontravam-se respaldados por novos artigos que tornaram a repressão mais severa e os julgamentos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) sumários, com o fim de arrefecer os ânimos dos conspiradores e evitar novos levantes.<sup>353</sup> Não por acaso, dias após o evento, 1.500 pessoas suspeitas de envolvimento já se encontravam detidas na casa de correção de Ilha Grande, localizada no Rio de Janeiro, conforme determinação de Vargas.<sup>354</sup>

Na Bahia, o delegado especial do sul do estado solicitou abertura do processo no Tribunal de Segurança Nacional para que fosse aplicada a pena correspondente ao delito que os agricultores Waldemar Cardoso de Carvalho, Vitor Gomes dos Santos e o comerciante Manoel Fonseca Junior perpetraram em vista de alegado envolvimento na “intentona de 11 de maio” e em “atividades suspeitas” na “extinta Ação Integralista Brasileira”, na localidade de Pouso Alegre, município de Ilhéus, região que atraiu sobremaneira a atenção da polícia, que realizou diversas diligências em busca de provas que pudessem ser apensadas aos processos.<sup>355</sup>

Na fazenda pertencente a Waldemar Carvalho, chefe do núcleo integralista local, foi encontrado “escondido no mato” um caixão grande contendo “todo o arquivo da sede da ex-Ação Integralista onde se encontrava diversos documentos do sigma e uma

---

<sup>352</sup> Anotações 07/04/1938. Vargas, *diário*, vol. 2, op.cit., p. 121.

<sup>353</sup> Anotações, 11/05/1938, 13/05/1938. Vargas, *diário*, vol. 2, op.cit., pp. 131-132. O artigo n. 428, de 16 de maio de 1938, transformou os julgamentos do TSN em atos sumários, o artigo n 431, de 18 de maio de 1938, instituiu a pena de morte e o artigo n. 474, de 8 de junho de 1938, permitiu ao TSN julgar todos os considerados adversários do governo.

<sup>354</sup> Victor, *o integralismo nas águas do Lete*, op.cit., p.42.

<sup>355</sup> Esse parágrafo e seguintes retirados do processo de número 288. AN, TSN, processo 288.

bandeira”. Apenas um revólver calibre 32 foi descoberto na sua residência e, em poder de Antonio Gomes foram apreendidas quatro espingardas de caça. Um total de 54 camisas-verdes foram achadas em diversas casas de integralistas – mostrando que a diligência policial não se restringiu apenas aos acusados no processo, mas utilizou-se deles para enredar outros mais – sendo os referidos objetos transportados para o quartel de 2º Batalhão de Caçadores.

Aberto o caixão, veio a lume expressiva correspondência entre Carvalho e demais integralistas, sobre as atividades da AIB, em especial sobre a expectativa em torno da convocação que faria o chefe nacional, Plínio Salgado, para o levante. Em primeiro de janeiro de 1938, um apreensivo Rômulo Coelho dos Santos, integralista da localidade de Guaracy (Ilhéus) e assíduo remetente de Waldemar, escreveu:

Ontem chegou um companheiro de Ilhéus e disseram-me que estão esperando no dia 4 do próximo mês, a voz do chefe, pelo rádio, e o levantamento das forças e entraremos em operação. Esperamos pois que esta notícia seja exata e não boato como das outras vezes. Aguardamos pois a hora h.<sup>356</sup>

Em linhas gerais, as correspondências eram pouco precisas acerca de eventos e datas. Informavam que era “esperado a qualquer momento o levantamento de forças em geral”, pois “a marinha como o exército” estavam “antipatizando o presidente da República”. Por conta desses indícios, Waldemar foi aconselhado a estar atento e que “todos os dias às 8 horas da noite” ligasse o rádio “na estação Mayrink Veiga a fim de estar a par dos acontecimentos”, pois embora as estações de rádio estivessem sob censura, era aguardado que o chefe integralista desse a ordem de súbito.<sup>357</sup> De fato, o planejado era iniciar a ação com a tomada da referida estação de rádio carioca, muito ouvida à época, de onde seria emitido o sinal da sublevação, mas apenas a Guanabara e a Vera Cruz foram, efetivamente, tomadas, sendo em seguida lido o manifesto de Salgado depondo Vargas e seus ministros.<sup>358</sup>

Por vezes as incertezas referentes ao anunciado movimento balançavam as expectativas dos militantes. O integralista Rômulo disse ter ficado “muito triste de não

---

<sup>356</sup> Correspondência de Rômulo Coelho dos Santos para Waldemar Cardoso, 31/01/1938. AN, TSN, processo 288.

<sup>357</sup> Correspondência remetida para Waldemar Cardoso, 05/01/1938. AN, TSN, processo 288.

<sup>358</sup> Victor, *o integralismo nas águas do Lete*, op. cit., p. 40.

ter acontecido ontem conforme esperávamos, o novo maior ideal almejado”,<sup>359</sup> mas ponderou,

se não foi ontem é porque não pode ser. Aguardamos pois, confiante na fidelidade e honra do nosso chefe, e alerta ficaremos a espia deste dia quando novamente [...] marcharemos para a conquista deste grande ideal verdadeiro!  
Avante, Avante!!! É voz irmanada da mocidade brasileira!

Se para o delegado, Adelino de Carvalho, as cartas eram prova conclusiva de que os acusados não estavam “em absoluta ignorância” de que se verificaria um movimento subversivo, os demais documentos evidenciavam a tentativa de manutenção das atividades, mesmo depois de fracassado o levante de maio, pois os integralistas “jamais deixaram de exercer, em todos os setores onde se achassem, a mais intensa atividade”, avaliou ele.<sup>360</sup>

Como prova significativa foi apresentado um panfleto que ensinava como efetivar as matinas de abril, cerimônia criada para “comemorar a data de 23 de abril em que desfilaram pela primeira vez, em 1933, pelas ruas de São Paulo, os primeiros camisas-verdes da pátria”. Rito instituído nos protocolos e rituais da Ação Integralista Brasileira – código criado para dar “uniformidade e padronização de pensamento e comportamento” da agremiação e que devia ser obedecido sem contestação – mas impossibilitado de ser realizado, segundo as determinações dos protocolos, em vista do fechamento da AIB.<sup>361</sup> Datado de 20 de abril de 1938, um documento foi emitido com instruções de como os integralistas poderiam cumprir o ritual, bastando para isso que,

ao nascer do sol, na manhã de 23 de abril (sábado próximo), em nossas residências, devemos nos dirigir para o quintal ou lugar onde passamos volve o rosto para o nascente e aí, frente voltada para o sol, firmes, em saudação ao Brasil e ao chefe nacional Plínio Salgado, levantemos o braço, dizendo cada qual, com o pensamento nos nossos irmãos espalhados por toda a carta geográfica da pátria:  
Camisas-verdes! este sol iluminou quatro séculos de história brasileira, iluminou a primeira marcha dos integralistas e iluminará a vitória do sigma! assim como esperamos hoje esta alvorada, aguardemos confiantes o dia do triunfo.  
Pelo Brasil! pelo estado integral! pelo chefe nacional Plínio Salgado! Anauê! Anauê!  
Anauê!

---

<sup>359</sup> Este parágrafo e o seguinte retirados da correspondência de Rômulo Coelho dos Santos para Waldemar Cardoso, s/d. AN, TSN, processo 288.

<sup>360</sup> Relatório do Delegado Especial, Adelino Marques de Carvalho, 05/07/1938. AN, TSN, processo 288.

<sup>361</sup> Cavalari, *integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil*, op. cit., p. 164.

Em seguida, façamos subir ao céu fogos que, ao explodirem nas alturas, sejam uma afirmação de que estamos alerta, prontos para todos os sacrifícios pela pátria.  
Integralistas da província da Bahia!  
Fiéis a Plínio Salgado na defesa do Brasil, três anauês!<sup>362</sup>

Ao serem retirados da cena pública – um duro golpe no movimento, na medida em que a encenação em espaço público representava uma eficiente estratégia de arregimentação de novos adeptos e eram essenciais na consolidação e propagação da agremiação – restava-lhes o recinto privado e as correspondências particulares. De todo modo, alguns integralistas, em determinadas ocasiões, arriscaram-se em ritos públicos, a exemplo de Gustavo Fonseca, que no sepultamento do integralista Miguel Leal, no cemitério da cidade de Ilhéus, pronunciou um discurso no momento em que o caixão desceu ao túmulo, conclamando: “integralistas! um integralista não morre se transfere desta milícia para a do além. O integralista está vivo! Anauê”. Ao usar dessa expressão, levantou o braço direito e foi acompanhado no gesto por alguns companheiros presentes, segundo declaração das testemunhas.<sup>363</sup>

Os protocolos da AIB foram criados de modo que os rituais permeassem a vida dos seus militantes do nascimento até a morte, com cerimônias especiais que marcassem os eventos significativos, confundindo e demarcando a relação dos integralistas com o público e o privado. Enquanto no batizado e no casamento celebravam a prosperidade, no falecimento se enfatizava a imortalidade do militante, como também da agremiação, na medida em que o integralista não morria, pois era transferido para a milícia do além. Afora as palavras proferidas por Gustavo Fonseca, fazia ainda parte do ritual a cobertura do caixão pela bandeira do sigma, o velório ser realizado por um camisa-verde e o enterro ser acompanhado por integralistas uniformizados que deviam enfileirar-se junto a sepultura para ouvir a autoridade mais graduada na AIB fazer a chamada ao morto, respondendo com três anauês ao término da cerimônia.<sup>364</sup>

Para Gustavo Fonseca houve excesso de rigor por parte da polícia que o deixou recolhido, junto com contraventores, em situação de incomunicabilidade, enquanto se procedia a “inquirição das testemunhas à sua inteira revelia”. Argumentou a seu favor que a lei que extinguiu os partidos permitia que as agremiações se transformassem em “associação de estudos e cultura”, além de não considerar atentatório à ordem pública

---

<sup>362</sup> Panfleto *Matinas de Abril*, Bahia, 20/04/1938. AN, TSN, processo 288.

<sup>363</sup> Testemunho de Dalmiro Sena Freitas. AN, TSN, processo 427, volume 3.

<sup>364</sup> Cavalari, *integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil*, op.cit., pp. 176-179.

“o livre exercício de saudações fúnebres, ainda que ceifados os remanescentes do extinto integralismo”.<sup>365</sup>

Afora ser considerada, pelos militantes, uma forma digna de enterrar seus pares, era, acima de tudo, uma estratégia da AIB de manter a coesão e unidade do movimento ao fazer com que comungassem do juramento de fidelidade e construíssem, juntos, a mística integralista.<sup>366</sup> Após o seu fechamento, os ritos mantinham aceso o entusiasmo daqueles militantes que alimentavam a crença de que as notícias que corriam das prisões de integralistas eram apenas “boatos dos adversários” e que cada dia que se passava estava “mais animado o exército verde”.<sup>367</sup> Aos ouvidos de Rômulo, por exemplo, corriam muitos boatos após o fracassado levante. Diziam “que o pau está comendo no Rio e São Paulo, outros dizem que Plínio está preso incomunicável, e vai ser fuzilado com todo o estado maior!!!”, mas para ele não passavam de mentiras. Era “o cúmulo dos boatos!!!”<sup>368</sup>

A esperança dos militantes indicava, para o delegado, a trama de um novo levante. Mesmo porque, para ele, a “tão alardeada inocência que os integralistas proclamam para si próprios” era corolário do que alegavam “sistematicamente a respeito da paralisação completa das suas atividades logo que se deu a extinção dos partidos políticos”. Os integralistas em sua visão eram culpados não apenas pelo que faziam, mas igualmente pelo que almejavam “ora aberta ora clandestinamente, aguardando sempre uma finalidade, que era a revolta das forças armadas ou um movimento subversivo dos elementos do sigma com apoio daquelas forças”.<sup>369</sup>

Os testemunhos colhidos não deixaram de informar acerca dos protestos dos integralistas contra o fechamento da AIB, feitos em tom ameaçador. Segundo a testemunha Antonio Vianna Brito, no dia em que “foi decretado o fechamento dos núcleos, um integralista fez um discurso” na sede da AIB de Pouso Alegre, dizendo que “a vitória era certa, e que se não ganhassem pela força do direito ganhariam pelo direito da força, até porque a própria marinha já estava vestindo camisas verdes”. José Francisco do Nascimento declarou que ouviu João Dantas dizer que “até 1940 o movimento integralista será vitorioso e dominará o país”. Já Eugênio Paulino dos

---

<sup>365</sup> Auto de perguntas feito a Gustavo Fonseca, 17/12/1938. AN, TSN, processo 427, volume 3.

<sup>366</sup> Cavalari, *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil*, op.cit., pp. 163-164.

<sup>367</sup> Correspondência remetida para Waldemar Cardoso, 05/01/1937. AN, TSN, processo 288.

<sup>368</sup> Correspondência de Rômulo Coelho dos Santos para Waldemar Cardoso. s/d. AN, TSN, processo 288.

<sup>369</sup> Relatório do Delegado Especial, Adelino Marques de Carvalho, 05/07/1938. AN, TSN, processo 288.

Santos afirmou que muitas vezes os integralistas de Pouso Alegre disseram que “o sr. Getúlio tinha que ser deposto e a vitória do integralismo seria certa”. Ademais, sabia que “quando não havia reuniões integralistas em Pouso Alegre, iam todos para o Brejo do Almada, na fazenda de Waldemar Cardoso, fazer reuniões e confabulações integralistas”.<sup>370</sup>

Brejo da Almada ficava nos limites do distrito administrativo de Ilhéus chamado Guaracy, onde também se encontrava Pouso Alegre e Três Braços. Das informações dispostas nos autos, Waldemar Carvalho aparece como proprietário de uma fazenda, onde se cultivava cacau, e era chefe integralista local. Rômulo Coelho dos Santos é citado como comerciário, empregado de uma venda de secos e molhados e morador no povoado de Guaracy. Já Manoel Fonseca Júnior é registrado como negociante, residente na rua Federação em Pouso Alegre, onde morava também Vitor Gomes dos Santos, agricultor.

Diante das provas, o delegado não teve dúvidas em concluir que “os integralistas do Guaracy, Pouso Alegre e Brejo do Almada conspiravam” e “evidentemente manobravam contra o regime”. Dos acusados, Rômulo Almeida e Waldemar Cardoso foram apontados como os mais perigosos, já que o primeiro era o articulador instalado em Guaracy e segundo recebia as notícias e as transmitia para Brejo da Almada e outros pontos do estado.<sup>371</sup>

Ante o processo construído pelo delegado Carvalho, que reunia documentos e objetos apreendidos, testemunhas de acusação e conclusões a sua maneira, o advogado de defesa, Waldemar Medrado Dias, utilizou-se do estigma da ingenuidade atribuída ao homem do campo para livrar de culpa os acusados. Se Waldemar Cardoso era “um pobre diabo, semi-analfabeto, que aspira ingenuamente mudar, talvez, de situação econômica, ou que cuida ter a produção cacauzeira de sua pequena roça aumentada”. Manoel Fonseca Júnior, antigo caixeiro viajante, ainda não havia se desapegado “dos hábitos inveterados de contar anedotas”, além de “notícias alarmantes e sensacionais”, a exemplo de “revoluções prestes a explodir; comunicações surpreendentes pelo rádio e notícias que só ele tinha conhecimento”. Eram pessoas “sem expressão” e “perdidas nas labutas da mata”, que foram vítimas da “desafeição e malquerença privadas, por futricas de campanário!”. Logo não era exato que os réus tiveram “atividades políticas após o

---

<sup>370</sup> Relatório do Delegado Especial, Adelino Marques de Carvalho, 05/07/1938. AN, TSN, processo 288.

<sup>371</sup> Relatório do Delegado Especial, Adelino Marques de Carvalho, 05/07/1938. AN, TSN, processo 288.

decreto lei que extinguiu os partidos políticos”. Motivo suficiente para que o TSN evitasse se tornar instrumento de punição desse caso, na medida em que o “inquérito policial foi elaborado sob auspício de razão diversa da de ser útil à justiça e à defesa da ordem política”, concluiu o advogado.<sup>372</sup>

Seguindo a linha argumentativa do advogado, o juiz Pedro Borges da Silva considerou que os réus eram “sertanejos incultos, devotados ao seu trabalho”, que se “deixaram empolgar pelas ideias integralistas” e, conseqüentemente, fiando-se no “programa do seu partido, constituíram em núcleos, naqueles longínquos lugares do sertão baiano”.<sup>373</sup> Desta forma,

O fechamento da Ação Integralista trouxe-lhes a mais profunda decepção, determinando a correspondência apreendida, trocada entre eles, cheia de amargura e revolta pelo ato do governo, mas confiante em que as forças armadas reparassem aquele ato, considerado atentatório do seu direito.

Mas, ao ver do juiz, não havia condições materiais para os acusados tomarem parte de um levante, sendo essa crença “fruto da fantasia de homens rudes, alheios a realidade dos fatos que se passavam fora dos estreitos horizontes de sua aldeia”. Ademais, para ele, “a prova testemunhal, em sua maioria, é contraditória, ou suspeita”, não sendo digna de crédito. Em face do exposto, o referido juiz decidiu, em 16 de agosto de 1939, pela absolvição dos réus. Por fim encaminhou essa decisão para os demais juízes do TSN, que confirmaram a sentença.

O desfecho desse processo parece não ter sido incomum. De acordo com Reynaldo Campos, apesar da fase verde ter sido juridicamente mais severa aos integralistas do que a de seus adversários da esquerda, em especial para aqueles envolvidos diretamente no levante de maio de 1938, verificaram-se penas leves, absolvição e exclusão de responsabilidade criminal e de denúncias no processo de muitos integralistas. Segundo o autor, a incorporação das doutrinas integralistas pelo Estado Novo e pela empatia ainda existente com os acusados deve ter interferido em favor dos camisas-verdes, na

---

<sup>372</sup> Defesa do advogado Waldemar Medrado Dias. s/d. AN, TSN, processo 288.

<sup>373</sup> Este parágrafo e os seguintes retirados de decisão judicial do Juiz do Tribunal de Segurança Nacional, Pedro Borges da Silva, 16/08/1939, 05/07/1938. AN, TSN, processo 288.

medida em que estes haviam auxiliado o governo no combate a outros grupos políticos, bem como na implantação do novo regime. O próprio Salgado, em carta enviada a Vargas, clarificou que, para ele, foram os integralistas que criaram, “pela sua doutrinação e propaganda, o clima sem o qual não se tornaria possível a transformação constitucional de 10 de novembro”.<sup>374</sup>

Mesmo a AIB sendo vigiada pela polícia política desde 1935, e as provas colhidas desse período servirem para nutrir o discurso que o governo imprimiu de periculosidade da agremiação para a segurança nacional, a imprensa – que já se mantinha sob controle para produzir e investir “no consentimento social e na tolerância da população para as práticas de repressão contra os inimigos” – se mostrou um eficiente instrumento para consolidar essa imagem de ameaça ao estado que a AIB passou a representar no decorrer do tempo.<sup>375</sup> Ainda assim, segundo Campos, compras de liberdade e extorsões em benefício de presos políticos não podem ser desconsideradas.<sup>376</sup>

## Jogos da Contravenção

A fim de apurar “atividades suspeitas dos elementos integralistas na cidade de Ilhéus, com ramificações por alguns pontos do termo, e suas relações com o movimento subversivo da madrugada de 11 de maio”, foi aberto inquérito, em especial para investigar as atitudes de Gustavo Fonseca e Walter Schawarz, que não eram operários, tampouco empregados na estrada de ferro Ilhéus – Conquista, mas começaram a ser vistos com frequência em conversas com os ferroviários. Logo a polícia desconfiou que a missão dos acusados fosse recrutar os operários para o levante de maio de 1938.<sup>377</sup>

Muitas testemunhas foram chamadas a depor e a maioria deu ciência de que havia um número notável de integralistas em Ilhéus, em especial na estrada de ferro, onde faziam reuniões diariamente antes da tentativa de golpe em 11 de maio de 1938 e diziam abertamente que “a hora da vitória estava próxima a fim de tomarem conta do poder”, deixando o maquinista, Luís de Melo, e a locomotiva sempre “de prontidão, de

---

<sup>374</sup> Carta de Salgado para Vargas, 28/01/1938. APERJ, POLRJ, pasta 17.

<sup>375</sup> Brito, a lógica da suspeição contra a força do sigma, op. cit., p.198.

<sup>376</sup> Campos, *repressão judicial no estado novo: esquerda e direita no banco dos réus*, op. cit., pp. 98-99.

<sup>377</sup> Esse parágrafo e o seguinte retirados do processo 247. AN, TSN, processo 247.

fogos acessos”, com a necessária pressão para viajar quando explodisse qualquer movimento.

Considerando que, como rastilho de pólvora, a infiltração integralista havia se espalhado pelo movimento operário, Joaquim Olimpio de Souza, empregado das docas de Ilhéus foi intimado a prestar esclarecimentos na delegacia, mas informou não ter “conhecimento de manifestações a favor do integralismo” no seu local de trabalho. Porém, indicou que havia sinais de fumaça em outra direção, ao informar que ouviu uma conversa entre o delegado Regional, Saraiva, e um guarda aduaneiro, em que o primeiro dizia ao companheiro que “brevemente arrebentaria outra revolução integralista, porém que a mesma não teria o resultado da outra, pois seria fatalmente vitoriosa”.<sup>378</sup> Ao cientificar o que tinha notado da conversa entre os agentes à polícia, Joaquim Olimpio afirmava que havia ciência dentro da própria polícia acerca do levante de março e articulações para a realização do movimento no mês de maio, que possivelmente seria melhor organizado, em vista da expectativa nutrida de vitória integralista.

Afonso de Saraiva Junior era advogado e assumiu o cargo de delegado regional do sul do estado, em 12 de fevereiro de 1938, após ser convidado pelo interventor Antonio Fernandes Dantas, que sucedera Juraci Magalhães. Em seu depoimento informou que a denúncia que pesava contra si era desferida por seu desafeto, o prefeito municipal de Ilhéus, por não ter ele, no desempenho do seu cargo, se submetido aos caprichos do político. Após negar energeticamente o crime político de envolvimento com o integralismo, confessou o crime comum de implicações com o jogo do bicho, na medida em que o Tenente Abdias, delegado de polícia lhe afirmou que havia “tolerância de todos os jogos, notadamente do bicho, na própria capital”.

Medida nada oficial implantada por Juraci Magalhães, quando este era interventor, como forma de regularizar as arrecadações e equilibrar as finanças do estado ao tempo que financiava obras assistenciais, essa utilização de uma parcela da renda do jogo do bicho rendeu a Magalhães bons dividendos políticos que se manifestava através de apoios vindos da população e de entidades influentes na sociedade, a exemplo da Associação Comercial da Bahia.<sup>379</sup>

---

<sup>378</sup> Auto de perguntas feito a Joaquim Olimpio de Souza. AN, TSN, processo 247.

<sup>379</sup> Caribé, de forasteiro a unanimidade, op. cit., p. 69.

Segundo relatório escrito por Abdia Faria Rosa ao chefe da Casa Civil, Luiz Vergara, no início da interventoria de Antonio Dantas, houve suspensão da prática de jogos, mas as medidas repressivas foram logo afrouxadas, concedendo liberdade às casas de bilhetes de loterias e bancas de jogo do bicho. Segundo Rosa, no popular cabaré Tabaris e no Palace Hotel, em Ilhéus, “a jogatina desenfreada tinha início já pela manhã e atravessava o dia todo, entrando pela noite a dentro”.<sup>380</sup>

A prática parece ter se mantido, em especial, para custear as despesas do estado. Ao menos foi o que declarou o delegado Saraiva, que resolveu “tolerar a exploração dos jogos até que fosse recebida uma ordem proibitiva” com o fim de ser “arrecadado algum dinheiro para a cobertura dos débitos da delegacia”, despesas, diligências e “tudo mais que se fizesse necessário a manutenção e fiel cumprimento da ordem pública”, pois a delegacia encontrava-se sem verba, “absolutamente nenhuma para a instalação ou mesmo simples custeio de despesas imprescindíveis na própria delegacia de polícia”.<sup>381</sup> Ademais fora cientificado pelo tenente Abdias que se encontrava “em atraso de vencimentos e gratificações” de “todos os funcionários e auxiliares da própria delegacia de polícia”, afora a “necessidade de aquisição de móveis” e “admissão de funcionários”. Ademais, fora lhe cientificado

pelo próprio chefe de polícia de então, de que não contasse absolutamente, com a mínima importância na Secretaria da Segurança Pública, nem mesmo para gratificação ou remuneração dos serviços do próprio respondente. Disse mais ter ouvido do próprio chefe de polícia que os jogos na capital estavam sendo explorados, muito ocultamente, sem que ele fosse sabedor.

Saraiva informou ter recebido uma importância do Tenente Abdias após ter realizado o recolhimento, sendo os recursos “logo aplicados na compra de móveis e utensílios indispensáveis para a instalação da delegacia regional” a qual se realizara em “fins de fevereiro com o comparecimento das mais altas autoridades civis e militares do município”. Mas informou que a denúncia de que recebeu “importâncias diversas de pessoas exploradoras de jogos” era “uma infâmia mais que revoltante”, com o fim único de prejudicar a sua fé de ofício.

---

<sup>380</sup> Relatório de Abdias Rosa para Luiz Vergara. CPDOC, LV 38.07.04 C.

<sup>381</sup> Este parágrafo e os dois seguintes retirados do auto de perguntas feito a Afonso de Saraiva Júnior. AN, TSN, processo 247.

No tocante à questão do jogo do bicho, os integralistas sentiam-se igualmente prejudicados, mas por motivo distinto. De acordo com *os Protocolos e Rituais*, os camisas-verdes jamais deviam freqüentar casas de jogos por ser considerado um comportamento imoral, decadente e prejudicial ao país.<sup>382</sup> Em vista da recorrente prática de jogos e dos impostos extorsivos a situação mostrava-se agravante. Nas palavras do integralista Deocleciano Santos remetidas para Waldemar Cardoso,

a situação nacional não é boa, as coisas continuam cada vez mais a arruinar, o jogo do bicho já voltou. Aqui funcionará de 31 do corrente em diante, no resto do país já está funcionando há dias, afinal de contas voltou todas as bandalheiras, todos os impostos foram alterados e criados novos outros. Pobre Brasil! Só nos resta uma esperança. Tomarmos os nossos direitos de brasileiros, que se acham usurpados por meia dúzia de maus brasileiros e, se preciso com sangue, salvemos a dignidade tradicional do Brasil.<sup>383</sup>

A AIB repetidas vezes colocou-se contra a liberdade que era conferida àqueles que nela não faziam sua fé, ou se utilizavam da prática dos jogos para fins diversos. Afora críticas às autoridades que, ao seu ver, pouco faziam para resolver a situação, a Ação Integralista colocava-se como alternativa para transformar o cenário e salvar o país. Em especial, nesse momento de coibição das atividades políticas, o discurso ganhou outro significado, na medida em que, para evitar a derrocada do Brasil, fazia-se premente o retorno da agremiação à cena política.

Para a sua volta, a manutenção das reuniões era importante, e não deixaram de ser freqüentes. Ao menos foi isso que informou o ferroviário Humberto da Veiga Sampaio ao declarar que “sempre teve notícia de continuadas reuniões nas casas dos chefes” integralistas, principalmente entre “dezembro e maio do corrente ano”; e que essas “reuniões foram muito comentadas nos círculos políticos da cidade”.<sup>384</sup> Em busca de provas que corroborassem esse depoimento, a polícia fez sentir o peso das diligências no arraial de São João da Barra do Pontal, município de Ilhéus, onde foram apreendidos os móveis seguintes pertencentes à extinta Ação Integralista Brasileira:

Dois quadros negros, dois quadros com retratos de Plínio Salgado, sendo um grande em desenho com uma pintura a óleo, tendo um mapa do Brasil todo em azul com um desenho do sigma. Tendo sobre fundo branco, um quadro negro; dois quadros com retratos e Plínio

---

<sup>382</sup> Cavalari, *integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil*, op. cit., p.165.

<sup>383</sup> Correspondência de Deocleciano Santos para Waldemar Cardoso, 29/01/1938. AN, TSN, processo 247.

<sup>384</sup> Auto de perguntas feito a Humberto da Veiga Sampaio. AN, TSN, processo 247.

Salgado, sendo um grande em desenho a craion e o outro de forma oval de regulares dimensões; uma fotografia a cores, um quadro grande com uma pintura a óleo tendo um mapa do Brasil todo em azul com um desenho do sigma; tendo sobre um fundo branco, um quadro em formato de losango; tendo sobre a moldura de madeira os dizeres: a nossa hora chegará, sob a tela desenhado a tinta nanquim; o mostrador de um relógio tendo no centro o mapa do Brasil com desenho do sigma branco e com números as letras da palavra o integralismo; duas mesas, em cujas gavetas [com] regular correspondência, mapas da administração, listas de contribuintes e papeis outros diversos, [...] uma carteira de escrever com quatro gavetas, [...] um livro para matrícula de escola; um livro de presença.<sup>385</sup>

O varejamento como este de residências se tornou pratica corriqueira. De acordo com Giselda Brito, a constante vigilância como forma de controle sobre os integralistas após a descoberta de um plano sedicioso, bem como a incessante busca de documentos e armas se constituiu em um estratagema para evidenciar a ameaça integralista. Havia empenho dos investigadores “em acumular documentos comprobatórios de uma conspiração subversiva, no intuito de provar a participação dos integralistas” no levante de 1938, como forma de fundamentar a “repressão policial no governo de Getúlio” aos considerados inimigos do estado.<sup>386</sup>

## O desafinar da orquestra varguista

Nem o novo arquivo da AIB encontrado pela polícia nem os depoimentos colhidos pela mesma durante quatro meses, com os acusados sob sua custódia, foram convincentes aos juízes do TSN que julgaram “não ter ficado plenamente provado a finalidade das reuniões dos acusados”, sendo que a diligência não foi “cumprida como seria de desejar”. Esse último ponto referente à diligência não está claro nos autos, há somente uma referência acerca de uma “desorganização do inquérito policial” apontado pelos acusados e citado pelo procurador. Porém, não nos é possível saber ao certo o motivo pelo qual o procedimento foi considerado inadequado, apenas que os réus foram absolvidos, em 24 de maio de 1940, levando-se em conta a “deficiência de provas” para o crime que lhes foram imputados de reunir-se clandestinamente para exercer atividade político-partidária.

É interessante notar o desafinar da orquestra varguista, entre o trabalho policial, que buscava enredar os integralistas, e do Tribunal de Segurança Nacional, que

---

<sup>385</sup> Auto de apreensão, 25/07/1938. AN, TSN, processo 247.

<sup>386</sup> Brito, a lógica da suspeição contra a força do sigma, op.cit., p. 195.

promovia a soltura destes com críticas aos procedimentos dos investigadores. Havia, de forma semelhante, um descompasso entre o cenário descrito pela polícia que, de certa forma, buscava provar o cumprimento de sua tarefa de vigilância e repressão ao integralismo e o panorama narrado pelos denunciantes, que informavam sobre a liberdade de atuação por parte dos integralistas com apoio do governo do estado.

O prefeito de Jacobina, Reinaldo Vieira, telegrafou ao presidente Vargas parabenizando pelo ato de extinção dos partidos e informando que depois da “chegada do novo delegado de polícia, Capitão Manoel Adolfo Santos”, que havia sido anteriormente expulso da polícia por realizar atividades integralistas, prendeu e desacatou vários cidadãos “somente libertando [na] condição [de] vestirem [a] camisa verde”, com o intuito de forçar a população a organizar núcleos no referido município. Por fim solicitou que o presidente viesse, junto ao interventor da Bahia, para a retirada do referido delegado a fim de se restituir a tranqüilidade em Jacobina.<sup>387</sup>

Igualmente, um grupo de profissionais liberais denunciou a conquista, por parte dos integralistas, de vários cargos administrativos municipais por meio da força pública, o que, ao ver deles, feria as normas constitucionais e representava um desacato ao ato governamental de fechamento dos partidos. Em vista disso, requeriam que o presidente reintegrasse nos cargos os prefeitos depostos.<sup>388</sup>

Acerca do chamado caso dos prefeitos, um relatório reservado ao chefe da casa civil, Lindolfo Vergara, elaborado por Abdias Faria Rosa, foi revelador ao afirmar que “a desilusão provocada pelo decreto que extinguiu os partidos políticos não produziu, no espírito dos integralistas baianos, o mesmo efeito de aniquilamento causado em outras regiões do país”, uma vez que

o secretário do interior do interventor interino, cel. Fernandes Dantas, o major Bina Machado, integralista autêntico, e verdadeiro interventor, pela ascendência exercida sobre aquele, deu início ao aproveitamento dos elementos afeiçoados ao seu credo, criando no estado uma hegemonia política para os adeptos do sigma.<sup>389</sup>

---

<sup>387</sup> Telegrama do prefeito Reinaldo Jacobina Vieira para Getúlio Vargas, 08/12/1937.

<sup>388</sup> Nestor Miranda – Cirurgião, João Muniz Araújo – Negociante, Edgard Rocha Dias – Pretor, Pulcheiro José Lopes – Serventuário de Justiça, Hipólito Santana – Provisonado, Tadrano Fontoura – Coletor Federal.

<sup>389</sup> Este parágrafo e o seguinte retirados do Relatório reservado, escrito por Abadia Faria Rosa, em 04/07/1938. CPDOC, LV 38.07.04 C

Em fins do ano de 1937, Franklin Lins Albuquerque, chefe político da região do São Francisco (BA), já havia escrito ao ministro do Supremo Tribunal Militar, João Pacheco de Oliveira, por saber que ele era influente ao lado do presidente, buscando alertar sobre essa situação, que lhe desagradava e se mostrava preocupante na Bahia, estado da federação que, a seu ver, “devia e bem podia ser uma grande força ao lado do presidente Getúlio Vargas”, mas ia se “estragando e enfraquecendo”,<sup>390</sup> na medida em que a situação era de “confusão e balbúrdia”,<sup>391</sup> pois

O cel. não obstante a suas excelentes qualidade de caráter e de espírito, está sendo levado a praticar muita coisa inconveniente. [...] os integralistas de costas quentes e prestigiados pelo Major Bina, o qual de mãos dadas com o cap. Carlos Albuquerque, tudo tem feito pelos integralistas. [...] Os integralistas nomeiam prefeitos à vontade. Tiveram tudo. (...) D’aqui da capital saiu para a zona de Sudoeste um cap. Integralista com 80 praças e depois tudo quanto foi prefeito, substituindo-os por integralistas sem o menor prestígio. Somente agora o Cel. Dantas vem ter conhecimento que os prefeitos nomeados são na sua maioria integralistas, e isso o contrariou muito. Abusarem da sua boa fé, e ele agora está atento para evitar a nomeação de novos adeptos do sigma; o Major Bina homem inteligente e perspicaz, o tem arrastado à isto. Os oficiais de polícia, reformados como integralistas, reverterem a ativa, e estão abertamente dominando.

Colocando-se como defensor do Estado Novo, Franklin afirmou que não mediria sacrifícios para “defender o homem providencial”, aconselhando-o a agir com celeridade, “a fim de evitar uma surpresa desagradável contra ele”, pois o dito coronel já se encontrava prejudicado. Como amigo do presidente, avaliava que conseguia pouco e “com atroz dificuldades”, enquanto os integralistas, “com extrema facilidade”, obtinham tudo. Foi em parte o seu desagrado com o cenário que se estabeleceu na interventoria Dantas, que fez Lins aceitar de bom grado a indicação de Landulfo Alves para a interventoria na Bahia.<sup>392</sup> A indicação de Alves deveu-se a sua capacidade como técnico agrícola e à estreita ligação com Geraldo Rocha, amigo do então presidente Getúlio Vargas e proprietário do jornal *A Noite*, que o recomendou em carta, informando ser o homem que a Bahia precisava. “Laborioso, honesto, leal e capaz

---

<sup>390</sup> Carta de Franklin Lins Albuquerque para Pacheco de Oliveira, 23/12/1937. AN, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Lata 93.

<sup>391</sup> Carta de Franklin Lins Albuquerque para Pacheco de Oliveira, 23/12/1937. AN, Gabinete Civil da Presidência da República, Lata 93.

<sup>392</sup> Landulfo Alves de Almeida nasceu em Santo Antônio de Jesus (BA) no dia 4 de setembro de 1893. Em 1914, formou-se em engenharia agrônoma na Escola Federal de Agricultura de São Bento das Lajes (BA). Landulfo Alves era diretor da Divisão de Fomento Animal do Ministério da Agricultura quando foi nomeado interventor federal na Bahia, em 28/03/1938, substituindo o coronel Antônio Fernandes Dantas, comandante da 6ª Região Militar, que ocupava aquele cargo desde a decretação do Estado Novo. Verbetes Landulfo Alves. *DHBB pós-1930*. Cd-rom. FGV-CPDOC.

asseguro a V. Excia. Que não será um Juraci”,<sup>393</sup> afirmou Rocha. Além da sugestão vinda de pessoa próxima, Vargas considerou positiva a não filiação de Landulfo a antigos partidos políticos, o que poderia lhe propiciar inteira identificação com o Estado Novo, nomeando-o interventor federal na Bahia em 28 de março de 1938.<sup>394</sup>

Com argumentos bem semelhantes àqueles utilizados pelos autonomistas em 1934, que defendia o regionalismo político, como forma de conquistar dividendos, lhe agradava o fato de Alves ser “filho da terra, ao contrário de seu antecessor, e, conseqüentemente, mais sensível as questões da política local”. Não por acaso, J.J. Seabra (líder dos autonomistas), em entrevista ao jornal carioca *A Nota*, informou não conhecer o compatriota, mas recebia com “maior satisfação, a sua escolha para tão alta investidura, porque se trata de um filho da Bahia” e estava certo de que sua terra entraria “numa nova fase de atividades e ser restituída as tradições de austeridade que caracterizam o nosso povo”.<sup>395</sup>

No mesmo tom, Franklin, em carta ao amigo Geraldo Rocha, confessou pensar “com os melhores fundamentos haver chegado a hora da Bahia”, com essa nomeação do “novo interventor, baiano, cheio de ideais, moço, culto e com a visão real das coisas, a nossa terra há de fatalmente subir, chegando a seus altos destinos”. Desta forma, Albuquerque apostava que Landulfo era “a grande esperança da nossa estremecida Bahia” e logo ofereceu sua “benéfica cooperação e os conselhos da sua alta experiência dos negócios públicos e dos seu acendrado patriotismo”.<sup>396</sup>

As correspondências evidenciavam que o cenário político havia sido alterado pela instituição do Estado Novo de forma inesperada pela maioria das agremiações e políticos que consideravam conseguir manter uma sobrevida com o novo regime. Se os políticos destituídos afirmavam que perdiam seus postos para os integralistas, estes não se encontravam numa situação privilegiada, em especial quando o peso da Segunda Guerra Mundial se fez presente, levando às ruas incisivos protestos contra a extrema direita.

---

<sup>393</sup> Carta de Geral Rocha para Getúlio Vargas. CPDOC, GV c 37.11.27

<sup>394</sup> Tavares, história da Bahia, op. cit., p. 423.

<sup>395</sup> *O Imparcial*, 27/03/1938.

<sup>396</sup> Carta de Franklin Lins de Albuquerque a Geraldo Rocha, 25/03/1938. CPDOC, GV c 1938.03.25/1.

## Pelas ondas do rádio, pelas vozes nas ruas

Os confrontos da Segunda Guerra Mundial, desde o seu início, em 1939, vinham sendo constantemente noticiados nos jornais de grande circulação da cidade de Salvador, o que não se refletiu em grandes mobilizações por parte da sociedade baiana, nem por parte do governo ante o evento. Mas o aumento da pressão estadunidense para que o Brasil entrasse na guerra, em especial após o bombardeio japonês à base de Pearl Harbor, em dezembro de 1941, e dos torpedeamentos dos navios mercantes brasileiros pela marinha alemã, após o país romper relações diplomáticas com o eixo em 28 de janeiro de 1942, mudaram sensivelmente a situação, causando uma alteração nos ânimos da população, que exigia a entrada do país na guerra.<sup>397</sup>

Em 30 de janeiro de 1942, o interventor Federal da Bahia, Landulfo Alves, fez um pronunciamento na Rádio Sociedade da Bahia. Sua fala versou sobre os “cuidados com a defesa da ordem, a preservação das instituições contra golpes traiçoeiros ou ostensivos que possam surgir”. No discurso, houve orientação em relação ao procedimento contra os “inimigos da nação”, informando que cada “cidadão se deve constituir em guarda sempre vigilante, sempre atento na defesa de todo o interesse da comunhão brasileira”.<sup>398</sup> E continuou:

Não lhe assiste mesmo direito de transitar, neste terreno, com o mais íntimo amigo, de vez que, ninguém lhe pode merecer maior consideração, maior afeto que a própria pátria. Assim, oferecemos ao inimigo, que nos apresenta, qualquer que ele seja barreira intransponível a sua ação que velada ou manifesta será anulada pela coesão consciente e integral dos brasileiros.

Entretanto, pedia-se cautela para “evitar atitudes agressivas com os súditos de outras nações adversárias e qualquer prática de destruição, de perseguição, de violência contra indivíduos desarmados”, recomendação esta que foi pouco seguida pelos ouvintes,

---

<sup>397</sup> Estrategista de esquina é um termo utilizado pela historiadora Consuelo Sampaio para denominar pessoas que discutiam os acontecimentos da Segunda Guerra em via pública. Sampaio, Consuelo. A Segunda Guerra Mundial na Bahia. In *Revista Olho da História*. Nº 1, 1995.

<sup>398</sup> Esse parágrafo e os seguintes retirados de *O Imparcial*, 31/01/1942.

considerando-se os discursos agressivos dirigidos aos estrangeiros e a depredação que se seguiu aos seus estabelecimentos.

Este pronunciamento foi publicado no *Imparcial*, antigo veículo de idéias integralistas, durante a década de 1930, mas que havia mudado sua linha editorial e política, passando a impulsionar as mobilizações contrárias às ideologias totalitárias, a partir de 1942.<sup>399</sup> Em outra matéria, ao lado do pronunciamento, estampava-se a notícia sobre a prisão do primeiro súdito do “eixo” na Bahia. Em Ilhéus, o italiano Batista foi detido por estar fazendo propaganda contra o governo Vargas, após a ruptura de relações diplomáticas do Brasil com a Itália, naquele mesmo mês. A nota termina com o alerta de que a polícia estaria “vigilante e disposta a agir com rigor” a fim de “evitar a reprodução de tais fatos”.<sup>400</sup>

No mesmo editorial, o jornal noticiou as medidas contra imigrantes dos países que formavam o eixo: alemães, italianos e japoneses. Essas versavam sobre a impossibilidade de locomoção sem o salvo-conduto fornecido pela polícia, a caça dos registros de portes de armas e comércio das mesmas e o alerta de que todos os estrangeiros estavam sob a vigilância policial. Dessa forma, o governo evidenciava que iniciaria um novo ciclo repressivo aos estrangeiros considerados, neste contexto, perigosos partidários da extrema direita, efetivados, desta feita, com amplo apoio popular.<sup>401</sup>

De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro, remonta do início da República a idéia de que o mal vinha de fora. O estrangeiro carregava o vírus das ideologias políticas tidas mais perigosas que contaminariam os nacionais, incitando-os a proliferação de dissídios e revoltas. Segundo o autor não houve grandes mudanças na repressão desencadeada pelo Estado antes ou após 1930, apenas um aprofundamento em termos de retórica e legislação, tornando mais estruturado o arcabouço jurídico contra os imigrantes.<sup>402</sup> Não por acaso, logo após a instituição do Estado Novo, Vargas, em nome da defesa nacional, assinou um decreto determinando, sob pena de expulsão do território nacional, que

todos os estrangeiros residentes no Brasil ficam proibidos de exercer qualquer atividade política dentro do país, organizar ou manter qualquer sociedade política, exercer qualquer

---

<sup>399</sup> Reis, Laís. Integralismo e anti-integralismo em *O Imparcial* (no prelo).

<sup>400</sup> *O Imparcial*, 31/01/1942.

<sup>401</sup> No primeiro governo Vargas houve três momentos em que a repressão se efetivou de forma mais rigorosa. Após o levante de 1935, feito pelos comunistas e militares, quando as esquerdas foram alvejadas. Após o levante promovido pelos integralistas, em 1938, e em 1942, quando, em vista da Segunda Guerra Mundial, os quinta-colunas estiveram no alvo, juntamente com os integralistas.

<sup>402</sup> Pinheiro, *estratégias da ilusão*, op. cit., p. 125.

propaganda de credo político junto aos seus compatriotas, usar bandeira ou símbolos políticos estrangeiros, organizar desfiles, fundar e manter jornais para a divulgação de doutrinas estrangeiras.<sup>403</sup>

Entre as medidas adotadas pelo presidente Vargas contra os estrangeiros, teve lugar a solicitação feita ao então inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares e comandante do Teatro de Operações do Leste e Nordeste, Estevão Leitão de Carvalho – que tinha por incumbência colocar as regiões em “estado de defesa” – de “levantar o espírito da população”, “cujo ânimo” precisava ser “esclarecido e estimulado”. Após orientar os oficiais de “todos os corpos e estabelecimentos militares”, afora as autoridades civis, concedeu entrevistas e realizou pronunciamentos. O comunicado em Salvador foi recebido com efusivas palmas, levando o referido general a afiançar a Vargas que era possível “contar inteiramente com o povo do Nordeste para repelir qualquer agressão nazista”, pois “todo ele vibrou de entusiasmo,” e avaliou que o “terreno estava preparado para receber o trabalho militar”.<sup>404</sup>

Com incentivo dos governantes, a partir de maio, iniciaram-se os comícios e passeatas nas ruas de Salvador e demais cidades do interior da Bahia, que foram crescendo ao longo do ano em vozes e em radicalidade. Muitas foram as organizações que surgiram na cena pública no ano de 1942, gravitando professores e estudantes das faculdades de direito e medicina ao seu redor, bem como a frente de algumas destas, sendo notada vinculações com o movimento estudantil nacional, através da recém-criada União Nacional dos Estudantes, em 1939, e o Partido Comunista do Brasil, que se mantinha clandestino, perseguido, mas com diferente estratégia política.

Através da política de União Nacional, oficializada em 28 de março de 1938, logo após o levante integralista ocorrido em março daquele ano, o PCB posicionou-se pelo apoio à Vargas na luta pela democracia, postura que foi se intensificando no início da década de 1940.<sup>405</sup> Para o pecebista João Falcão, a nova estratégia permitiu aos militantes aproveitar “a brecha na estrutura repressiva no Estado Novo”, que foi aberta no contexto da Segunda Guerra, ao lançarem-se na luta de “massas contra o fascismo”. Ao seu ver, se a reorganização do Partido Comunista na Bahia, após a prisão do secretário do Comitê Regional, não foi penosa, a atuação da agremiação foi crescendo, progressivamente,

---

<sup>403</sup> *O Imparcial*, 19/04/1938.

<sup>404</sup> Carta do General Estevão Leitão de Carvalho a Getúlio Vargas, 18/05/1942. CPDOC, GV 42.05.18.

<sup>405</sup> Sena Júnior, Carlos Zacarias. *Os impasses da estratégia: comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)*. São Paulo: Annablume, 2009, pp. 71-74.

dentro do movimento pelas liberdades democráticas,<sup>406</sup> que teve no PCB mais um concorrente por sua liderança, bem como o governo.

O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) e a Rádio Sociedade da Bahia (PRA-4), deram especial atenção as diferentes manifestações, retransmitindo os discursos e fornecendo alto-falantes para os comícios serem ouvidos a longas distâncias.<sup>407</sup> A PRA-4 cedeu espaço em sua programação à Comissão Central Estudantil pela Defesa Nacional e Pró-Aliados, fundada em 27 de abril de 1942, tendo o pecebista Mário Alves como secretário de organização, com a finalidade de tornar-se um órgão deliberativo e coordenador das demais comissões existentes, para um programa diário que comentava sobre a Segunda Guerra e os movimentos que estavam aparecendo em repúdio à mesma.<sup>408</sup>

Da capital partiu uma caravana composta de estudantes com destino a Ilhéus, para participar dos comícios promovidos pela Frente Democrática de Ilhéus. Em sua demonstração de patriotismo, na cidade sul-baiana, haveria concentração de “homens, mulheres de todas as classes sociais”,<sup>409</sup> dispostos a integrar-se na campanha pela defesa nacional. Em vista dos preparativos,

A cidade deverá apresentar, por ocasião dos certames democráticos, um aspecto festivo. Dezenas de dísticos e cartazes foram confeccionados apresentando legendas de aplauso aos grandes líderes das democracias e caricaturas ridicularizantes dos ditadores totalitários. Também um grande número de bandeiras e flâmulas patrióticas serão conduzidas pelos manifestantes.

[...] Não será essa a primeira vez que o grande centro econômico do sul do estado terá lutado pela causa das liberdades humanas. Já em anos anteriores, Ilhéus repeliu, destemerosamente, a avalanche espúria dos camisas-verdes, opondo-lhes intransponível muralha no seu caminho de subversão das instruções que dignificam o homem livre.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, os camisas-verdes foram arrastados na esteira da repressão, pois a Ação Integralista Brasileira, logo em suas primeiras manifestações, foi comparada por seus contemporâneos, em especial pela oposição, com o fenômeno do fascismo, devido à semelhança que guardava nos símbolos, doutrina e propaganda, como também pelo apoio que recebeu do Partido Fascista Brasileiro, Legião Cearense do Trabalho, Ação Imperial Pátrio-novista, Legião de Outubro, Partido

---

<sup>406</sup> Falcão, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. Salvador: contexto e Arte Editorial, 2000, p. 170.

<sup>407</sup> *O Imparcial*, 17/05/1942, 14/07/1942.

<sup>408</sup> Falcão, *o Partido comunista que eu conheci*, op. cit., p.176.

<sup>409</sup> Esse parágrafo e o seguinte retirados de *Diário da Tarde de Ilhéus*, 14/08/1942.

Nacional Fascista, Partido Nacional Regenerador, entre outras entidades formadas na década anterior e que seguiam uma linha fascista. Ao longo dos anos a entidade procurou negar a ligação com o movimento fascista em suas publicações e propagandas, mas não foi muito exitosa em livrar-se dessa associação.<sup>410</sup>

Com o combate à ideologia nazi-fascista na ordem do dia, o integralismo esteve novamente (na Bahia, pela segunda vez) no alvo da repressão. Se o governador Juraci Magalhães havia desafinado a orquestra varguista reprimindo, na Bahia, o integralismo em 1936, quando a AIB encontrava respaldo no governo federal, no período do Estado Novo, em especial após a entrada do Brasil na Segunda Guerra, em 1942, os camisas-verdes tornaram-se alvos não apenas da vigilância e repressão policial, mas igualmente de manifestações públicas contra de repúdio a sua ideologia.

O clima na sociedade, que se encontrava efervescente, entrou em ebulição quando foi noticiado o ataque aos navios brasileiros Itagibá, Arara, Baependi, Araraquara e o Aníbal Benévolo, que se encontravam próximos à costa da Bahia, ocasionando o afundamento das embarcações, com saldo superior a 550 mortos, em agosto de 1942, em resposta a quebra das relações diplomáticas do Brasil com os países que formavam o eixo.<sup>411</sup> Em nove de setembro de 1942 noticiaram-se numerosas prisões de indivíduos considerados suspeitos, efetivadas no Rio de Janeiro, como medida preventiva. Entre eles estavam vários ex-integrantes da AIB.<sup>412</sup>

Sinal evidente da mudança do rumo dos ventos da política, na Bahia, uma manchete do jornal *O Imparcial*, antigo veículo de ideias integralistas, afirmava-se que era “impossível combater a quinta-coluna sem combater o integralismo”. Essa frase foi impressa repetidas vezes em diferentes matérias acerca do integralismo publicada no periódico, que passou a realizar uma intensa campanha contra AIB, em forma de frases de efeito, matérias que denunciavam tentativas de rearticulação de ex-militantes, além da série de entrevistas com professores e políticos intitulada *porque deixei o integralismo*.<sup>413</sup>

Um manifesto da Comissão Estudantil, publicado um mês antes das supracitadas ações, apelava para que o povo estivesse preparado para atender ao chamado de “recrutamento e convocação” para “vigiar o quinta-coluna, os espiões e os provocadores”

---

<sup>410</sup> A historiografia diverge quanto à questão de o integralismo ter sido uma simples transposição do modelo fascista, e de fato detectar a influência da ideologia fascista no integralista não dá conta da complexidade do movimento, pois a AIB abriu diversos outros espaços de sociabilidade para seus militantes através das atividades educacionais, esportivas e de lazer que promovia.

<sup>411</sup> Falcão, *o Partido Comunista que eu conheci*, op. cit., pp. 179-180.

<sup>412</sup> *Diário da Bahia*, 09/09/1942.

<sup>413</sup> *O Imparcial*, 16/09/1942. *A Tarde*, 08/04/1942.

e requereu do governo que “fossem tomadas rigorosas medidas contra os súditos do eixo e a quinta-coluna, com prisão imediata dos mesmos”.<sup>414</sup>

Mas o governo não atendeu de todo a solicitação, envidando esforços na prisão dos próprios baianos, que inesperadamente causaram muitos distúrbios com protestos, pichações e depredações, forçando a mobilização da força policial para conter os ânimos exaltados. Os saques e destruição as lojas de propriedade dos estrangeiros, que se seguiu por alguns dias na capital e interior do estado da Bahia, foram condenados tanto pelo interventor Landolfo Alves como pela Comissão Central Estudantil (CCE). Se para o primeiro os atos estavam no limite entre a ordem e a desordem, atingindo as autoridades, na medida em que estas deviam “assegurar a integridade da propriedade”, para a segunda as agressões evitavam um melhor aproveitamento econômico da situação. Desta forma, a CCE solicitou, por meio de manifesto o cessar das depredações,

pois os estabelecimentos e bens dos súditos do “Eixo” servirão para indenizar os nossos prejuízos. Devemos sim pedir imediata confiscação desses bens que passarão a ser do Brasil e dos brasileiros.<sup>415</sup>

O governo já havia decretado, em 11 de março de 1942, o confisco de bens pertencentes aos alemães e italianos que iriam servir para compensar os danos que o Brasil sofreu com a ação agressiva da marinha alemã. Posteriormente, o governo federal indicou interventores para fazer a liquidação do Banco Alemão Atlântico, Banco Germânico da América do Sul e do Banco Italiano, pretendendo reforçar o fundo de indenização.<sup>416</sup>

A situação beligerante parece ter exacerbado a insatisfação que havia em vários setores da sociedade em relação aos estrangeiros. Segundo Marina Silva, já era perceptível certos incômodos provocados pela posição que alemães e italianos ocupavam na sociedade no comando de lojas comerciais, manufaturas, associações, como também pelos postos que ocupavam no mercado de trabalho.<sup>417</sup>

Tornou-se perceptível que rancores e preconceitos pairavam na sociedade de forma latente, sendo a xenofobia explicitada com o aumento das tensões sociais, terminando por

---

<sup>414</sup> Manifesto da Comissão Central Estudantil pela Defesa Nacional e Pró-Aliados, 24/08/1942. Apud Falcão, João. *Giocondo Dias: a vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997, p 110.

<sup>415</sup> *O Imparcial*, 25/08/1942.

<sup>416</sup> Silva, Marina. *Vivendo Com o outro: os alemães na Bahia no período da Segunda Guerra Mundial. Tese de Doutorado*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. p. 163.

<sup>417</sup> Silva, vivendo com o outro, *op. cit.*, p. 205 e ss.

voltar-se contra o próprio governo do estado da Bahia.<sup>418</sup> Assim, foi na tarde de 19 de agosto de 1942, que o estudante Isidro de Souza tomou parte de uma passeata em protesto ao torpedeamento dos navios brasileiros. Junto com colegas seus, dirigiu-se até a prefeitura de Salvador, localizada na Praça Municipal, para pintar a parede do referido prédio com palavras que os agentes policiais consideraram “desrespeitosas ao governo do estado”. Preso em flagrante, Isidro Souza foi levado até a delegacia para prestar esclarecimentos, sendo surpreendido por um grupo formado por estudante e professores da Faculdade de Medicina, entre eles Arnaldo Silveira, que invadiu o prédio policial, exigindo a liberdade do preso, “querendo a viva força” que Isidro os acompanhasse.<sup>419</sup>

De ordem do Secretário de Segurança Pública, Isidro, após depor, foi posto em um “automóvel no qual tomaram assento os doutores Arnaldo Silveira e José Lima”, sendo conduzidos até a Faculdade de Medicina, onde houve então “uma seção no anfiteatro Alfredo Brito”, falando os doutores Arnaldo Silveira, José Lima entre outros oradores. Segundo Isidro, nesses discursos, seu caso foi tornado público além de serem desferidos ataques “a pessoa do senhor” interventor do Estado, bem como no “comício em frente à Faculdade de Direito realizado pelos mesmos oradores”.<sup>420</sup>

Por ocasião da postura assumida enquanto orador de alguns comícios, o professor Arnaldo Silveira já vinha sendo vigiado pela polícia, por formular, ao ver desta, “sempre os mais violentos ataques ao governo, quer na praça 15 de Novembro, na Praça Municipal, quer na rua Chile, e no *Imparcial*”. Em especial, seu discurso em frente à redação do jornal *O Imparcial*, afirmando que “enquanto os cadáveres dos nossos irmãos davam nas praias, o governo do estado se banqueteara, em palácio, tomando champagne”, ganhou significativa repercussão na cidade. Enquanto Silveira protestava, na noite de 20 de agosto, a interventoria oferecia um jantar ao cônsul dos Estados Unidos na Bahia, sr. Reginaldo Castleman, com “várias autoridades civis e militares”, além de “representantes diplomáticos” como convidados.<sup>421</sup>

Alguns manifestantes, que se encontravam à frente do *Imparcial*, decidiram prolongar os protestos no Palácio da Aclamação, então sede do governo, mas foram detidos em seu ímpeto por uma barreira policial.<sup>422</sup> Um pequeno grupo de pessoas que conseguiu romper o cerco, seguiu ao encontro do interventor, que se viu obrigado a falar

---

<sup>418</sup> *O Imparcial*, 17/05/1942, 30/05/1942, 04/07/1942, 14/07/1942, 15/07/1942, 12/08/1942.

<sup>419</sup> Depoimento de Isidro Sousa. AN, TSN, processo AN 722

<sup>420</sup> Depoimento de Isidro Souza. AN, TSN, processo AN 722.

<sup>421</sup> *O Imparcial*, 21/08/1942.

<sup>422</sup> Falcão, *o Partido Comunista que eu conheci*, op. cit., pp. 203, 204.

do alto da sacada, reafirmando seu patriotismo para defender-se das denúncias que pesavam contra si. Casado com uma descendente alemã, Landulfo foi vítima da xenofobia que o próprio governo incentivava.

Pressionado e abatido, Landulfo Alves recebeu, nesta mesma noite, uma comissão para tratar acerca das medidas a serem adotadas contra os súditos do eixo, que requeria participação ativa da população, através de um “comitê patriótico que, ao lado da polícia secreta, ajudasse o governo” nas “medidas rigorosas” contra os estrangeiros, “inclusive na prisão destes”.<sup>423</sup> A colaboração que se propunha entre governo e povo, além do crescente desejo de engajamento político de parte da população civil evidenciava o apoio desta ao governo do estado em suas ações de perseguição aos imigrantes e aos partidários da extrema direita ao tempo que foi gerando fissuras nas estruturas do estado novo, que se mostrava repressivo e intervencionista, e buscava, por meio de Getúlio Vargas, ser formulador e “antecipador dos interesses da sociedade”, portanto, inflexível, em seu início, a manifestações e intervenções vindas de baixo e a projetos que não estivesse subordinado ao regime estadonovista.<sup>424</sup>

Mas, enquanto parte dos manifestantes entraram em acordo com o interventor, Silveira manteve seu protesto. Logo não demorou a receber a visita do Diretor de Investigações, Armênio Barbosa, que o convidou a prestar esclarecimentos na DOPS, bem como do tenente do 19º Batalhão de Caçadores, Elpídio Coelho: ambos encontraram-se no consultório odontológico de Silveira, próximo à rua Chile. O investigador da DOPS informou ao superintendente dos Serviços de Ordem Política e Social que, para evitar conflitos entre a polícia e o exército, consentiu que o tenente escoltasse Silveira até o Forte de São Pedro, localizado no Campo Grande, centro da cidade de Salvador. Mas a passagem pelo exército foi rápida, havendo logo transferência para a polícia e, posteriormente, para o quartel da guarda civil, onde Silveira permaneceu aguardando a decisão do Tribunal de Segurança Nacional acerca do processo que o incriminava, aberto após sua prisão.<sup>425</sup>

A intervenção do exército no caso fez crer ao pecebista João Falcão que Arnaldo Silveira articulava nos bastidores, junto com o Comandante da 6ª Região Militar, Pinto Aleixo, o afastamento de Landulfo Alves da interventoria na Bahia. Não obstante o discurso uníssono, não é certo a vinculação entre o militar e o professor, apesar deste

---

<sup>423</sup> Falcão, *o Partido Comunista que eu conheci*, op. cit., p.182.

<sup>424</sup> Araújo, Celina. *O Estado novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p.33.

<sup>425</sup> Falcão, *o Partido Comunista que eu conheci*, op. cit., p. 184.

incitar os manifestantes contra o interventor em praça pública, buscando influenciar a opinião dos transeuntes. Seu discurso ecoou pela cidade, ganhando força após sua prisão. Não por acaso, a polícia apreendeu um cartão, escrito pelo comerciário Antônio Aristóteles Xavier, onde estava escrito que “Landulfo Alves prendeu Arnaldo da Silveira porque é quinta-coluna”.<sup>426</sup> Por seu ato, Xavier passou a figurar nos autos, juntamente com Silveira.

Buscando resguardar-se de problemas futuros, o interventor da Bahia havia escrito para o presidente Vargas comunicando que Arnaldo Silveira “vem se comportando da maneira mais inconveniente com referência ao regime”, pois vem se encarregando,<sup>427</sup>

desde o período anterior a 10 de novembro de 1937, de atividades agitadas no sentido sempre da desordem, da desobediência. Atua no meio acadêmico explorando a boa fé de alguns moços. Em comícios, aproveita-se da hora anormal que o país atravessa para, desvirtuando o sentido dos acontecimentos, as tendências da exaltação pública, pregar o liberalismo, inflamar o desacato a autoridade a que por vezes se refere abertamente. [...] Utiliza-se freqüentemente da sua própria cátedra para pregar contra o regime, pregação esta que leva as esquinas, aos ajuntamentos de rua de maneira ostensiva. Detido já pela polícia por algumas horas, recalcitra e mais se exalta, dizendo-se adepto da facção que caiu em 10 novembro 1937.

À situação apresentada foi acrescida da informação de que Silveira viajara, após sair da prisão, para Ilhéus, afim de, “em comício”, junto com Eusínio Lavigne, “conhecido da polícia pelas suas tendências e manifestações comunistas”, exaltar “os ânimos, incitando-os a reações extremadas contras as autoridades constituídas e contra o próprio regime”. Taxando o referido professor como um “perigoso elemento que procura liderar grupos”, Landulfo solicitou a Vargas que considerasse “a conveniência de ser este mau elemento afastado, quanto antes, da congregação a que pertence”.

Sem a necessária atenção requerida, Landulfo voltou a comunicar-se com Vargas confirmando os termos do telegrama anterior e informando acerca da intensificação das atividades de Arnaldo Silveira, “agora aliada a dois outros professores [da] mesma faculdade”, doutores José Lima e Ademar Vasconcelos, “conseguindo a frente [do] grupo [de] estudantes e desocupados praticar desordens, desacato [às] autoridades”.<sup>428</sup>

---

<sup>426</sup> AN, TSN, processo 732.

<sup>427</sup> Esse parágrafo e os dois seguintes retirados do telegrama de Landulfo Alves para Getúlio Vargas, 19/08/1942. AN, TSN, processo 732.

<sup>428</sup> Telegrama de Landulfo Alves para Getúlio Vargas, 26/11/1942. AN, TSN, processo 732.

Os termos da comunicação de Landulfo eram semelhantes ao da acusação redigida no relatório policial para indiciar Silveira, enviado ao Tribunal de Segurança Nacional. Segundo o Superintendente de Ordem Política e Social, Pedro de Azevedo Gordilho, Arnaldo Silveira era um elemento altamente nocivo à ordem e a segurança pública, por ser um “indivíduo de atitudes descompassadas”, incitando “grupos de exaltados à prática de distúrbios e de atentados contra bens e principalmente contra pessoas, altas autoridades do Estado”. A denúncia foi agravada pela informação de ter o acusado insultado “o interventor e o governo, procurando estabelecer contra os mesmos uma situação de diminuição e de descrédito”. Diante do exposto, concluiu-se que Silveira “jamais agiu por patriotismo nem por outros sentimentos bons”, tendo por fim explorar.<sup>429</sup>

as circunstâncias do momento, implantar uma luta interna, pois o seu intuito era lançar o povo contra o governo e tirar, como de outras feitas, quaisquer partidos da situação, aproveitando-se da confusão reinante e do pânico que necessariamente se verificaria. E forjar uma luta civil, ainda mais numa ocasião em que, com a guerra à frente, torna-se um imperativo a união de todos os brasileiros, indissolavelmente, para fazermos barreira ao inimigo comum.

Ao afirmar o afã de causar desordens, com ataques ao governo do estado, afora a vinculação com os políticos aliados e contrários ao Estado Novo e com o PCB, a polícia política procurava enfatizar o alto grau de perigo que Silveira representava a sociedade, requerendo sua condenação. O médico foi incriminado, no mesmo processo, juntamente com o estudante Isidro de Souza, acusado de escrever no prédio da prefeitura palavras consideradas ofensivas ao governo, e com o comerciante Antônio Aristóteles Xavier, que foi preso com um bilhete acusatório ao interventor de quinta-coluna.

Apresentando-se para defender os réus, Edgard Mata, antigo presidente da ANL na Bahia, reuniu uma quantidade expressiva de documentos redigidos por autoridades e instituições, afirmando o bom comportamento de Silveira e confirmando sua ausência nos diferentes movimentos sociais ocorridos entre as décadas de 1930 e 1940. O então Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, Edgar Santos, enviou ao TSN, via telegrafo, em virtude da “premência de tempo”, uma carta para se pronunciar em nome da congregação da dita faculdade, transmitindo “que nada conhece sobre o aludido professor

---

<sup>429</sup> Relatório de Pedro de Azevedo Gordilho, 10/10/1942. AN, TSN, processo 732.

Arnaldo Rodrigues da Silveira que mereça ficar enquadrado na Lei de Segurança Nacional”, tratando-se “de pessoa que sempre demonstrou espírito de brasilidade e patriotismo”.<sup>430</sup> Já o comandante da 6ª Região Militar, Pinto Aleixo, resolveu ir além, atestando que Silveira “foi um elemento de ordem, auxiliando-o a acalmar populares agitados que pretendiam cometer depredações em casas pertencentes a súditos do eixo”, colaborando, desta forma, para “conter os ânimos exaltados”.<sup>431</sup>

Afora as assinaturas de peso colhidas em favor dos réus que afirmavam serem falsas as denúncias de desordem e incitação de outros contra o governo do estado, Mata argumentou que injúria feita a um agente público configurava crime comum até primeiro de outubro de 1942, quando passou a ser julgado pelo TSN. Mesmo este tendo competência para julgar os crimes retroativamente, sua caracterização como crime comum não deveria ser alterada. A argumentação foi acolhida pelo juiz do Tribunal de Segurança Nacional, Antonio Pereira Braga, que, uma vez mais, julgou pela absolvição dos réus, entendendo que havia “na Bahia grande número de pessoas que suspeitavam ser o ex-interventor Landulpho Alves simpatizante dos chamados países do eixo”, exatamente no momento quando chegaram “a praia os corpos das vítimas dos torpedeamentos de navios brasileiros servia-se em palácios um banquete”, contribuindo este fato “para se consolidar aquela suspeita, exacerbando-se os ânimos.”<sup>432</sup>

Afirmando que as suspeitas sobre o interventor já eram públicas, o juiz do TSN desconsiderou a existência de injúrias a Landulfo, considerando este talvez mais suspeito do que Silveira e os demais processados. Igualmente suspeito não deixou de ser o testemunho do comandante da 6ª Região Militar a favor do referido professor da Faculdade de Medicina. Utilizado algumas vezes pelo advogado de defesa, Edgar Mata, o documento de Aleixo ganhou relevância, pois além de afirmar ter contado com o auxílio de Silveira na manutenção da ordem, informou ter este apenas “se referido de modo desatencioso ao governo do Estado”, justificando desta forma sua prisão pelo exército, e auxiliando-o na soltura pelo TSN.<sup>433</sup>

---

<sup>430</sup> Documento escrito por Edgard Santos para o presidente do Tribunal de Segurança Nacional. AN, TSN, processo 732.

<sup>431</sup> Documento enviado pelo Coronel Pinto Aleixo ao Tribunal de Segurança Nacional (consta no processo como documento 37). AN, TSN, processo 733.

<sup>432</sup> Sentença do Juiz do TSN, Antonio Pereira Braga, 22/01/1943. AN, TSN, processo 733.

<sup>433</sup> Documento enviado pelo Coronel Pinto Aleixo ao Tribunal de Segurança Nacional (consta no processo como documento 37). AN, TSN, processo 733.

## Na teia do jogo político

Apresentando-se como opositor político de Alves, Aleixo manteve-se afastado dos discursos em via pública, mas redigiu uma série de denúncias contra o referido interventor. Por conta dos protestos contra Landulfo, o comandante da 6ª Região Militar escreveu ao ministro da guerra que

É francamente observável a má vontade de grande parte da população contra o governo. As causas são antigas e já foram referidas em informações anteriores. Domina-as, entretanto, a preferência quase acintosa com que o governo distingue elementos integralistas, quase todos simpatizantes da causa do “eixo”.<sup>434</sup>

As informações antigas a que se refere na correspondência reservada à Dutra dizem respeito a promoção de parentes e integralistas aos cargos administrativos do estado, como forma de acusar Landulfo como partidário da extrema direita. Além de Pinto Aleixo, o diretor do *Diário de Notícias*, Altamirando Requião, escreveu a Vargas sobre sua “decepção” com o governo de Alves, logo no seu início, em especial com a escolha do secretariado, preenchido por parentes dele. O irmão Isaías Alves foi nomeado para secretário de educação e saúde,<sup>435</sup>

Para secretário da interventoria, nomeou um primo-irmão, o Dr. Raul Batista de Almeida, qual o Dr. Isaías, geralmente identificado como correligionário do Sr. Plínio Salgado. Para procurador geral do Estado, escolheu antigo e obturado adversário de V. Exa., o Dr. Epaminondas Berbert de Castro, pessoas de imediata confiança dos srs. Simões Filho e Otávio Mangabeira.

E agora, há poucos dias, culminou a obra derrotista, investindo no comando da Polícia Militar o capitão do exército Thales Moutinho da Costa, que, ao tempo da interventoria Fernandes Dantas, fizera publica profissão de fé integralista.

---

<sup>434</sup>Correspondência do comandante da VI Região Militar para o ministro da guerra, 22/08/1942 apud Falcão, o *Partido Comunista que eu conheci*, op. cit., p. 185.

<sup>435</sup> Isaías Alves nasceu em Santo Antonio de Jesus, cidade do recôncavo baiano, em 1888. O trabalho de Isaías Alves no campo educacional começou ainda em 1905, com suas aulas no curso primário do Ginásio Ipiranga, colégio de Salvador que adquiriu posteriormente. Em 1924, já proprietário do Ginásio Ipiranga, Isaías Alves fundou um Centro de Pesquisas Psicopedagógicas com objetivo de aprofundar seus estudos em relação à utilidade de testes de inteligência para classificação de crianças em idade escolar. Com a notoriedade que ganhou com os referidos testes, ocupou a Secretária de Educação e Saúde na Bahia, em 1938. Antes, já havia ocupado o cargo de Diretor de Instrução da Bahia entre julho e dezembro de 1931 e era membro do Conselho Nacional de Educação. Apud Rocha, Ana. O que fazer com os rudes? Isaías Alves e as divergências sobre o papel da inteligência na organização escolar (1930-1942). *Dissertação*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2011, pp. 34, 105.

Mas, não é só. Vários municípios do Estado, alguns importantíssimos como o de Ilhéus e o de Itabuna, acham-se entregues a integralistas.<sup>436</sup>

Altamirando Requião mostrou-se desesperançoso com a substituição dos prefeitos, nomeados na interventoria Dantas, ditos integralistas, na medida em que, para ele, estes eram “amparados pelo Dr. Isaías, irmão do Interventor e Secretário”.<sup>437</sup> De igual forma, o coronel Franklin Lins Albuquerque, que recebeu com entusiasmo a nomeação de Landulfo para administrar o mais alto cargo do executivo baiano, logo viu-se contrariado em seus interesses e resolveu queixar-se à Vargas. Colocando-se como defensor dos ideais do Estado Novo, Franklin informava que a Bahia estava entregue aos opositores do regime, pois as nomeações de prefeitos e autoridade policiais recaíam

exatamente nos que fazem oposição à Vossa Excelência. Agora mesmo, acaba de ser exonerado o Prefeito de Maracás, amigo nosso dedicadíssimo e nomeado um inimigo. Os Prefeitos de São Miguel, de Djalma Dutra, de Monte Alegre, de Saúde, de Jequiriçá, de Conquista, Boa Nova, Poções, Amargosa e muitos outros, nossos amigos, foram exonerados e substituídos por autonomistas ou integralistas, adversários [...] de Vossa Excelência. A impressão que se está tendo é que governam a Bahia, através do Delegado de Vossa Excelência, os mais encarniçados inimigos do Estado Novo.<sup>438</sup>

Das denúncias apresentadas contra o interventor Landulfo foi gerado um documento, pelo governo federal, intitulado as reclamações formuladas contra a interventoria baiana. Dos seis pontos apresentados, um refere-se a nomeação de parentes para cargos públicos, parte deles acusados de serem integralistas e dois deles de terem relação com a promoção de integralistas à administração do governo estadual, uma vez que

a substituição dos prefeitos integralistas nomeados pela interventoria do Coronel Dantas se faz por outras também integralistas, em mais de 80 municipalidades baianas. Apontados, principalmente, os municípios de São Miguel, Jequiriçá, Monte Alegre, Caetité, Taperoá.

---

<sup>436</sup>Carta de Altamirando Requião a Getúlio Vargas, 07/05/1938. AN, Gabinete da casa civil da presidência da República, lata 93.

<sup>437</sup> Carta de Altamirando Requião a Getúlio Vargas, 07/05/1938. AN, Gabinete da casa civil da presidência da República, lata 93.

<sup>438</sup> Carta de Franklin Lins de Albuquerque para Getúlio Vargas, 28/08/1938. CPDOC, GV c 1938.08.28

Também o Comando da Força Pública, diz-se foi confiado a um fervoroso adepto do Integralismo, o mesmo acontecendo com a Prefeitura da capital.<sup>439</sup>

Possivelmente, Landulfo Alves não esperava ter que explicar-se ao governo federal acerca de tais denúncias, mas o fez com veemência, exigindo o ônus da prova de seus acusadores. Além disso, insinuou que as acusações partiam de políticos insatisfeitos com as substituições realizadas por não beneficiá-los. Segundo ele,

[...] todo prefeito substituído alega, imediatamente que o foi para que se abrisse a vaga para um ex-integralista. Entretanto nem um deles sequer seria capaz de provar o que articulam a este respeito.

Ainda há poucos dias, tendo eu substituído o prefeito de Maracás, porque, além de vários anos de administração pouco profícua, não ia à sede do seu Município senão de 15 em 15 dias. Recebi do Sr. Franklin de Albuquerque, antigo chefe de partido no interior, carta em que me afirmava ser o novo prefeito um integralista fichado. Convidei-o a prová-lo, dizendo-lhe mais que nomearia um seu candidato qualquer, se me provasse verdadeiro o que articulava. E não o fez.

Com referência à qualidade de adepto do extinto integralismo, que se atribui ao atual comandante da Polícia Militar do Estado, só posso informar que esse distinto oficial do Exército, quando convidado para aquele posto, exercia o importante lugar, ao que fui informado, de chefe de estado maior da 6ª Região Militar. Além disto, foi ele solicitado pela Interventoria ao Ministério da Guerra e por este posto a disposição do Estado, para lhe comandar a Polícia Militar.<sup>440</sup>

De fato, o desagrado do coronel Franklin Lins passou da interventoria Dantas para a de Alves, causando desentendimentos com este, motivo da oposição a ambos. Em suas memórias, João Falcão comenta que o interventor Alves não se interessava pelo “caudilhismo sertanejo” empregado por Lins, deixando de atender a “pedidos de nomeação de autoridades municipais”, além de cancelar “o privilégio que lhe assegurava o monopólio para exportação da cera de ouricuri, um rendoso negócio”.<sup>441</sup> Franklin passou então a utilizar-se do periódico *O Imparcial*, dirigido por seu filho, Wilson Lins, na década de 1940, para contrapor-se e confrontar Alves.

Se Lins sentia-se prejudicado em seus interesses políticos e econômicos, Altamirando Requião parece ter tido o mesmo incentivo para denunciar, considerando que passou a compor o secretariado do subsequente interventor na Bahia, coronel Pinto

---

<sup>439</sup> Reclamações formuladas contra a interventoria baiana. AN, Gabinete Civil da Presidência da República, Lata 93.

<sup>440</sup> Respostas às reclamações formuladas contra a interventoria baiana, 23/09/1938. AN, Gabinete Civil da Presidência da República, Lata 93.

<sup>441</sup> Falcão, *o Partido Comunista que eu conheci*, op.cit., pp.184-185.

Aleixo, após a saída de Landulfo, evidenciando que o argumento deste último em relação às denúncias de seus opositores políticos tinha lugar.

Em contrário, as denúncias que recaiam sobre o interventor de beneficiar os antigos camisas-verdes não podem ser menosprezadas. Não por acaso, André Lyrio, cunhado de Isaías Alves, escreveu para externar sua preocupação frente às recorrentes acusações que os Alves enfrentavam, recomendando que Isaías não “fosse visto no governo do Estado como um suspeito”, o que o colocaria em situação de risco assim como seus amigos, que atuavam na política do interior baiano e se sentiam protegidos por serem integralistas assim como ele. Para Lyrio “o passado de Isaías Alves e as posições assumidas por lideranças políticas nos municípios de Rio Novo e Santa Igenez, que declaravam ter total anuência de Landulfo por serem integralistas”, podiam comprometer a estabilidade política alcançada por eles.<sup>442</sup>

Aconselhado a reafirmar seu compromisso com Vargas, assim fez Isaías, mas não em correspondência pessoal e sim pelas páginas do *O Imparcial*. Participando da série porque deixei o integralismo, empreendida pela referido diário, o secretário de educação e saúde informou acreditar que o integralismo deixou de ter fundamento, na medida em que, com o Estado Novo, Vargas havia encontrado a solução dos problemas políticos e econômicos que afligiam o país. Alertado por seu cunhado, logo Isaías percebeu que era o momento de mostrar distanciamento da AIB para preservar seu cargo político.<sup>443</sup>

A situação que se apresentava na Bahia não foi digna de nota no diário de Vargas, mas tanto o chefe da casa civil, Lindolfo Vergara, como o ministro da justiça, Marcondes Filho, solicitaram relatórios para averiguar as circunstâncias que enredavam o interventor. Logo após as primeiras denúncias serem recebidas no Catete, Abdias Rosa chegou à Bahia, a mando de Vergara, com a missão de auscultar o ambiente no estado. Rosa ouviu diferentes pessoas da capital, interior e cidades litorâneas e, em seguida, apresentou um relatório favorável a Alves ao informar que a interventoria estava “integrada do espírito do Estado Novo”, ou pelo menos, que havia “por parte do governo a preocupação de integrá-la na nova ordem das coisas”. A nomeação de “elementos do sigma para lugares da administração pública estadual criou na Bahia o caso dos prefeitos”, que, para Rosa, representou um dos problemas de mais difícil

---

<sup>442</sup> Carta de André Lyrio para Isaías Alves. 12/05/1938. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) – Universidade Federal da Bahia. Arquivo pessoal de Isaías Alves. Série Documentos Pessoais; Subsérie Correspondência familiar. Apud Rocha, *O que fazer com os rudes?*, op.cit., p. 117.

<sup>443</sup> *O Imparcial*, 15/11/1942.

solução para o interventor Landolfo Alves. No entanto, este adotou a medida de realizar a “substituição dos elementos integralistas, nomeados quase que exclusivamente pelo major Bina Machado”, de forma lenta e gradual, mas que se não havia atingido sua totalidade, encontrava-se bem adiantado.<sup>444</sup>

Quatro anos passados da vinda de Rosa, as denúncias contra Landolfo mantiveram-se, alcançando a via pública, quando Segadas Viana desembarcou na Bahia. Após ouvir os desafetos políticos de Alves, Viana redigiu um documento desfavorável a este, pois se as substituições dos prefeitos nomeados na inteventoria Dantas foram realizadas apenas para a “colocação de membros de famílias ligadas ao Interventor”, “a presença no Governo do Sr. Isaías Alves, irmão do Interventor, ex-membro da Câmara Integralista dos 40 e considerado como mago do integralismo”, serviu para entusiasmar “ainda mais os elementos da extrema direita”, queixando-se “o povo de que os elementos integralistas merecem ampla proteção dos poderes públicos”, avaliou Viana. Segundo este, “a impressão geral” era que Landolfo estava “inteiramente dominado pelo seu irmão Isaías Alves, no campo político, como também por sua esposa, acusada publicamente de simpatia ao nazismo”. Viana foi informado que

A esposa do interventor, que é filha de alemães, foi vaiada pelas crianças de uma escola que ia visitar, e, no dia 22, o secretário da educação, Sr. Isaías Alves, tomando parte em uma solenidade no Ginásio da Bahia, ao tentar fazer um discurso, foi impedido pela assistência com demorada vaia. Por esse motivo o Ginásio teve as aulas suspensas durante dois dias.

Após narrar esses fatos, o coronel Pinto Aleixo, queixou-se pessoalmente a Segadas ao informar que, em vista da situação, precisou “mandar fazer o policiamento por forças do Exército porque a polícia está desmoralizada, sendo considerada suspeita”. Após queixar-se, Aleixo confidenciou seu desagrado com o interventor, informando que se não fosse sua admiração e o desejo de servir ao presidente Vargas, “teria pedido sua transferência para outra função”. Da audição atenta ao comandante da 6ª Região Militar, Segadas passou a destacar as qualidades que via em Aleixo, como “oficial finamente educado, bastante franco”, que além de gozar de “muitas amizades”, recebia “os maiores aplausos de todas as classes sociais da Bahia”, apresentando este portanto não apenas situação melhor que a do interventor como também condições para

---

<sup>444</sup> Relatório reservado de Abdias Rosa para Lindolfo Vergara, 04/07/1938. CPDOC, LV 38.07.04 C.

ocupar o mais alto cargo do executivo, uma vez que o “povo baiano considera o Sr. Landulfo Alves como um castigo imposto à Bahia”, concluiu Segadas.

Se o ex-governador Juraci Magalhães cometera o crime de ter um irmão comunista, o interventor Landulfo pecava duplamente por ter um irmão integralista e uma esposa descendente de alemães, fornecendo poderosa munição para seus adversários políticos, na medida em que a denúncia se tornou um eficiente instrumento utilizado de alto a baixo na sociedade, influenciando na queda de pelo menos dois governadores (Juraci Magalhães e Agamenon Magalhães) e um interventor (Landulfo Alves), entre outros políticos, e foi responsável pela prisão de diversas pessoas. Num jogo político sem partidos, em que a deslealdade direta ao presidente é uma carta da maior importância, a denúncia se mostrou significativa para minar a confiança de alguns políticos e agremiações que se mantinham clandestina frente ao governo e sociedade. Na pesquisa a AIB-Ba, em papéis pouco avulsos, as denúncias são sobressalentes, evidenciando que foram um expediente significativo utilizado na segunda campanha de desarticulação do integralismo na Bahia.

Frente ao silêncio de Vargas, e em vista da devassa na administração de seu governo, Alves pediu exoneração do cargo em que ocupava, em 17 de novembro de 1942, alegando motivos de ordem pessoal, pois, ao seu ver, desenvolveu “ação segura, ritmada e constante, dentro da ordem, da disciplina e da honestidade funcional”.<sup>445</sup> Lamentando o afastamento de Landulfo, Vargas concedeu-lhe a exoneração, resolvendo mais um caso de denúncia a políticos seus sem sua interferência direta.<sup>446</sup>

## Denúncias

Na severa repressão feita as esquerdas, após 1935, ou mesmo antes, o governo já havia aberto expedientes para o dispositivo da delação. Segundo Cancelli, pela via da denúncia abriam-se as portas do Catete para uma interlocução direta com o presidente, pois a maioria das cartas era dirigida ao próprio Vargas.<sup>447</sup> A delação podia ser feita em forma de cartas aos governantes ou na Secretaria de Segurança Pública de cada estado, mediante apresentação do crime e do criminoso. E essa prática seguiu até o fim do Estado Novo.

---

<sup>445</sup> Carta de Landulfo Alves a Getúlio Vargas, 17/11/1942. CPDOC, GV c 42.11.11.

<sup>446</sup> Carta de Vargas para Landulfo Alves, 20/11/1942. CPDOC, GV c 42.11.11.

<sup>447</sup> Cancelli, *o mundo da violência*, op. cit.

Não somente o governo incitou as denúncias. A Comissão Central Estudantil de Defesa Nacional e Pró-Aliados, que esteve à frente de várias mobilizações na Bahia, foi responsável pela formação do chamado Comitê de Vigilância que pretendia “realizar diligência colaborando com a polícia”. Para tanto, abriu uma sede na rua Carlos Gomes, para onde as pessoas podiam enviar correspondência, ou comparecer pessoalmente para apontar qualquer atitude que fosse considerada suspeita, diante do que comprometia-se “a comissão em preservar a identidade do denunciante”.<sup>448</sup>

Os discursos e informes do Comitê de Vigilância constantemente apareciam nos jornais, incitando o dispositivo da denúncia como forma de colaboracionismo e engajamento participativo no governo Vargas. Segundo os organizadores do dito Comitê, a população devia estar preparada para “vigiar a quinta-coluna, os espiões e os provocadores”, na medida em que “cada eixista preso, cada estação apreendida, cada arma subtraída aos inimigos, representa uma vitória do povo. E somente todo o povo, ao lado das autoridades poderá esmagar a quinta coluna, perigoso quisto na vida nacional”.<sup>449</sup>

O periódico *O Imparcial* dispôs-se igualmente a colaborar com as autoridades policiais. “Do programa que propôs executar, constava o de “denunciar e auxiliar por completo o desbaratamento de qualquer movimento que vise perturbar ou prejudicar nossas instituições”. Nas páginas do jornal era anunciado com entusiasmo o colaboracionismo entre governo e sociedade no tocante à repressão de militantes da extrema direita. Num telegrama enviado da cidade de Bonfim, afirmou-se que a população havia feito prisão de um padre alemão e, apenas após seus enérgicos apelos, o delegado da cidade prendeu Iraci Iguara, secretário da AIB ali residente.<sup>450</sup> A manchete da notícia mostrava um trabalho conjunto ao dizer que o povo e a polícia haviam efetivado prisões em Bonfim.

Chamados a participar do combate aos inimigos do Estado proposto pelo governo e demais entidades, várias pessoas compareceram nas redações de jornais, na SSP e enviaram cartas a Vargas fazendo denúncias, mas estas, por vezes, se mostraram com propósitos diferentes daqueles pretendidos pelos seus instigadores. Geraldo da Costa Leal, em suas reminiscências, informa que muitos participaram do esforço de guerra em proveito próprio.

---

<sup>448</sup> *O Imparcial*, 28/08/1942.

<sup>449</sup> *O Imparcial*, 28/08/1942

<sup>450</sup> *O Imparcial*, 27/08/1942

Chantagistas, vingadores, aproveitadores, especuladores do câmbio negro estavam a postos. Iriam participar da guerra para tirar vantagens, embora não tivessem nenhum entusiasmo patriótico e até poderiam resgatar alguma duplicata pendente. Os estrangeiros residentes ficaram apavorados. Nem todos eram nazistas ou fascistas. Os espanhóis foram envolvidos, pois a Espanha tinha saído da guerra civil e o general Franco tinha sido vitorioso, ajudado pelos alemães e italianos de Hitler e Mussolini, que experimentaram suas armas e agora as estavam usando.

Inocentes e pecadores entraram e não era hora de separar o joio do trigo. Os jornais esclareciam, a população comparecia às redações, denunciavam fatos que eram logo divulgados muitas vezes imprecisas... Os boatos circulavam pela cidade. Ninguém se atrevia a discordar. Era logo chamado de “quinta-coluna”. Traidor.<sup>451</sup>

Segundo Brito, o ato de denunciar, efetivado por diferentes pessoas, era uma resposta do investimento que o governo realizava “na lógica da suspeição e na repressão preventiva contra os integralistas, informadas à sociedade por discursos de alerta”.<sup>452</sup> Mas quando os governantes, em seus discursos, requereram que a população se mantivesse em vigilância e que colaborasse com o Estado em seu combate ao inimigo, talvez não imaginassem e/ou não esperassem as denúncias falsas que veio à tona e que forçou a polícia política a investigar.<sup>453</sup>

No além-mar, historiadores debruçados sobre regimes autoritários contemporâneos ao governo Vargas (nazismo, fascismo, salazarismo) comentam sobre a importância dos informantes em auxiliar o governo no combate aos “inimigos do Estado”.<sup>454</sup> Robert Gellately, analisando dados sobre a cidade de Wurzburg, na Alemanha, nota que a maior parte das prisões foi decorrente de denúncias feitas à polícia política pelos cidadãos alemães. Apenas 1% das detenções foi decorrente de investigação da própria Gestapo. Para o autor a denúncia segue uma via de mão dupla, pois por um lado era um dispositivo que colocava a Gestapo em movimento, dando-lhe importância e fazendo o nazismo ganhar efetividade, ao dar efeito prático às intenções do regime de controlar e modificar o comportamento social. Por outro lado, a série de

---

<sup>451</sup> Leal, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu avô*. Salvador: s/ed, 1996, pp. 234-235. Apud Silva, convivendo com o outro, op. cit., p. 190.

<sup>452</sup> Brito, a lógica da suspeição contra a força do sigma, op.cit., p. 198.

<sup>453</sup> Cancelli informa sobre as altas verbas destinadas à polícia política para que pudessem desempenhar de forma satisfatória seu trabalho de vigilância e repressão. Cancelli, *o mundo da violência*, op. cit., pp. 57-59.

<sup>454</sup> Pimentel, Irene. *A história da PIDE*. Portugal: Círculo de Leitores, 2007. Franzinelli, Mimmo. *Delatori: spie e confidenti anonimi: L'arma secreta del regime fascista*. Oscar Mondadori, 2002. Gellately, Robert. *No sólo Hitler: la Alemania nazi entre la coacción y el consenso*. Barcelona: Memória Crítica, 2002.

denúncias falsas causou muitos problemas, levando o governo a se preocupar com o grande número de delações feitas e ponderar sobre a possibilidade de acabar com esse expediente pelo inconveniente dos inúmeros casos de acusações injustificadas.<sup>455</sup>

No Brasil, tal expediente foi pouco ponderado, sendo largamente utilizado para enredar os adversários políticos. Em 23 de janeiro de 1943, um inquérito foi instaurado para apurar a responsabilidade criminal de Nelson Álvares de Lima, residente em Água-Preta (Ba), por ter feito falsa denúncia contra Raul Paranhos e outros. Após Nelson Lima escrever a seu filho Wild acusando Raul Paranhos e outros, sua correspondência foi parar na polícia, levando os acusados a serem recolhidos para averiguações no quartel do 2º Batalhão de Caçadores da referida cidade, onde ficaram por longos dias, até serem soltos por falta de provas. Raul Paranhos declarou ignorar o motivo que determinou a abertura de inquérito contra si, mas desconfiava que as “acusações seriam resultante de uma divergência de ideologias” entre os incriminados e Nelson Álvares de Lima que, “então apontavam como integralistas e adepto dos países totalitários contra interesses nacionais”.<sup>456</sup>

Raul Paranhos escudou-se acusando seu opositor de ser integralista, “elemento possuidor de idéias subversivas, que constituiria crime capitulado em lei especial”. A incriminação fez Nelson Lima ser novamente ouvido pelos agentes policiais, quando reafirmou seus ideais democráticos e falta de intenção em realizar falsa denúncia. Mesmo porque estava previsto em lei que “estará sujeito a respectiva sanção criminal quem der causa por falsa imputação de crime a instauração de investigação policial ou processo judicial contra outrem a quem sabe inocente.”

Mas a determinação acima não inibia as delações, mesmo porque havia deliberações outras, como a Circular de número 9, emitida pela Secretaria de Segurança Pública, que determinava aos policiais “continuar a exercer a máxima vigilância no sentido de evitar o possível reinício da propaganda nazista integralista” ou de “qualquer atividades extremista contrário ao estado nacional”, efetuando “a prisão dos responsáveis”. O documento ressaltava que as ordens deviam ser seguidas à risca “não podendo haver nenhuma tibieza no cumprimento das mesmas”.<sup>457</sup>

---

<sup>455</sup> Gellately, *no sólo Hitler*, op. cit., p.194. Gellately, Robert. *La Gestapo e La Sociedad Alemã*. Paidós: Barcelona, 2004.

<sup>456</sup> Esse parágrafo e o seguinte retirados do Relatório 23/01/1943. APB, Seccção Republicana, fundo SSP, caixa 6477, maço 1.

<sup>457</sup> Portaria do secretário, 5/04/1943. APB, Seccção Republicana, fundo SSP, cx 32, pc 01.

Mesmo tendo com uma ficha comprometida, o tenente reformado do Exército Fernando Barbosa, resolveu, por questão de divergência ideológica, denunciar, em carta, componentes da diretoria da Rádio Club local e os diretores das fabricas alemães Suerdieck e Danemann de serem partidários da 5ª coluna, tendo participado do partido integralista, continuando os mesmos nas atividades do partido extinto, realizando reuniões clandestinas naquela cidade. No depoimento prestado, Fernando Barbosa confirmou as acusações registradas na correspondência e incluiu o prefeito do município de Maragogipe, Oscar Araújo Guerreiro, em sua lista, classificando-o como quinta-coluna.<sup>458</sup>

As informações colhidas no arquivo da polícia revelam que Fernando Barbosa havia sido preso em 20 de julho de 1933, quando tomava parte no Rio de Janeiro de uma reunião conspiratória contra o governo provisório, sendo libertado três dias depois e afastado das fileiras do exército. Indo residir em Maragogipe teve vários atritos com algumas pessoas do município em vista de sua atitude intransigente antifascista, levando-o, após a ruptura do Brasil com os países do eixo, a efetuar, na SSP, varias denúncias contra pessoas tidas por ele como adeptas do integralismo e germanófilos. Sua ação levou o prefeito da cidade, com quem tinha inimizade, a acusá-lo de comunista. Em vista disso, ele foi processado pelo TSN, sendo absolvido pelo mesmo em 18 de junho de 1943.

Depois de ter sido afastado das fileiras do exército e, após ter caído por duas vezes nas malhas da polícia, talvez fosse mais prudente Fernando Barbosa correr da polícia do que correr para ela, intencionando entregar ex-integralistas ou solicitar seu intermédio para o conflito que se estabeleceu com o prefeito e demais pessoas. Segundo o relatório de inquérito, depois que ele fixou residência em Maragogipe, “teve vários atritos com pessoas daquele município”, tendo “denunciado a Dops vários ex-verdes”.

## **A Lógica Vermelha**

O processo de Barbosa como comunista relativiza a assertiva do pecebista João Falcão de que o trabalho no movimento antifascista e o apoio do Partido Comunista ao governo Vargas fez a repressão sobre os militantes da esquerda política relaxar na década de 1940, pois estes continuavam sendo vigiados e processados. O próprio João Falcão foi preso neste período, revelando, em suas memórias, ter ficado surpreso quando soube de

---

<sup>458</sup> Relatório 01/06/1945. APB, Secção Republicana, fundo SSP, caixa 6477, maço 1.

sua condenação a cinco anos de prisão, pelo TSN, em maio de 1943. Esperava ele que o processo em nada resultasse e “que lhe seria colocado uma pedra em cima”, pois os comunistas não eram mais opositores ao governo Vargas, dando-lhe total apoio. Porém, a recíproca não parecia ser verdadeira. Segundo seu relato, ele vinha sendo interrogado, de forma recorrente, pela polícia, mas permaneceu confiante mesmo sendo sempre vigiado, com os jornais noticiando prisões de próceres comunistas por prevenção e as denúncias contra as esquerdas ainda estarem sendo efetivadas.<sup>459</sup>

Ironicamente, quando dos meses que ficou preso, dividiu a mesma cela com um alemão, acusado de atividades antinacionais. Com o tempo tornaram-se simpáticos um ao outro, convencendo-se Falcão de que seu companheiro de cela não era nazista, apenas um alemão patriota que, por consequência, sofria com o choque de duas ideologias que disputavam o mesmo espaço.<sup>460</sup> Condenado e preso, vendo as coisas no cubículo de sua cela, sua concepção em relação a um possível quinta-coluna foi menos extremada do que seus discursos em praça pública.

Se a repressão contra a esquerda não havia relaxado, conforme a expectativa de seus militantes, em particular aqueles empenhados na defesa da união nacional, os cuidados com a extrema direita aumentavam. Aos poucos, os ex-integralistas, assim como os estrangeiros, precisavam pedir autorização à polícia para se deslocar dentro do país e dos estados. Sabedor disso, Rômulo Mercuri Almeida pediu autorização para viajar a Ilhéus e Itacaré onde possuía propriedades e pretendia trabalhar na madeira e na lavoura. Na petição enviada a Secretaria de Segurança Pública, Mercuri, compreendendo a situação delicada em que se encontrava, adiantou-se em informar que fora integralista “quando o governo permitia a existência desse partido”. Sabendo ter “inimigos gratuitos que já o denunciaram anteriormente”, sem que a polícia nada tivesse apurado contra ele, resguardou-se fazendo o pedido de livre locomoção.

Depois que a ficha de Mercuri nos arquivos da DOPS foi conferida e verificou-se que ele havia sido processado pelo TSN por se envolver num “complô integralista” em 1936, houve cautela por parte da polícia. Esta deferiu o pedido, mas apenas porque as cidades de seu destino ficavam em território baiano e sob a condição de que ele fosse mantido sob vigilância.<sup>461</sup> Para aqueles que conseguiam salvo-conduto para viagens

---

<sup>459</sup> João Falcão, *O Partido Comunista que eu conheci*, op. cit., p. 206. *O Imparcial*, 30/08/1942. Relatório 01/06/1945. APB, Seção Republicana, fundo Secretaria de Segurança Pública, caixa 6477, maço 1.

<sup>460</sup> Falcão, *o Partido Comunista que eu conheci*, op. cit., p. 208-209.

<sup>461</sup> Petição, 28/10/1943. Resposta 19/11/1943. APB, Seção Republicana, fundo SSP, caixa 6457, maço 1.

interestaduais, mantinham sobre si o atento olhar policial. Através do sistema de informações entre as DOPS estaduais, os arquivos policiais eram constantemente alimentados e atualizados com dados acerca dos considerados suspeitos de atividades político-partidária.

No sistema integrado entre Bahia e Pernambuco, muito se comunicava sobre a mobilidade de estrangeiros, estudantes, comerciantes, religiosos, entre outros que atravessavam a fronteira dos referidos estados. Após ter expedido salvo-conduto ao Frei Evaristo Franzbach, que seguia para Salvador, via terrestre, o delegado de Pernambuco, Fabio Correia, comunicou ao Delegado da DOPS-Ba sua decisão ao tempo que solicitou que mantivesse informada a DOPS-Pe sobre o “dia [de] chegada [do] referido religioso, bem como [o] resultado [de] qualquer observação [a] respeito [do] mesmo”.<sup>462</sup> Foi buscando informar acerca da vigilância que se mantinha sobre certos grupos, que a Dops-Ba comunicou a DOPS-Pe, de forma enfática e abrangente, que o conjunto estudantil baiano na sua maioria era comunista. Em uma manifestação, os alunos do Ginásio da Bahia “usaram uma gravata preta e um fumo, isto de inteiro acordo com a maioria dos professores. Diziam eles que precisávamos combater o Estado Novo”, encerrou-se o telegrama.<sup>463</sup>

Foi nesse ambiente de vigilância e repressão à direita e a esquerda, que o pecebista Jorge Amado, vindo do exílio na Argentina, em dezembro de 1942, desembarcou na Bahia, onde ficou mantido sob vigilância, após sair do presídio de Ilha Grande (RJ), para onde foi encaminhado quando do seu desembarque no Brasil, em setembro. Afora a atenção policial, foi acolhido amistosamente por Wilson Lins, antigo militante integralista e então dono do jornal *O Imparcial*, periódico que abriu espaço e passou a publicar, por dois anos e um mês, a coluna *Hora da Guerra*, de autoria do escritor ilheense.<sup>464</sup>

Na supracitada coluna, Jorge Amado reproduziu a representação atribuída aos integralistas após tentativa de golpe em 1938, muito difundida pela imprensa da época, como traidores, covardes e réprobos da pátria a serviço do estrangeiro. Na crônica publicada em 9 de março de 1943, o romancista criou aquele que seria o último diálogo entre Salgado e Barroso, após assistirem antigos militantes integralistas apoiarem o

---

<sup>462</sup> Rádio n. 31, 23/01/1943. Arquivo Público João Emerciano (APJE), Fundo Secretaria de Segurança Pública (SSP), número 130263.

<sup>463</sup> Telegrama, s/d. APJE, Fundo SSP, número 130263.

<sup>464</sup> Fraga, Myrian; Goldstein, Ilana. Apresentação. In Amado, Jorge. *A Hora da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

regime democrático. Com espanto e intimidade, Plínio indagou a Gustavo acerca da atitude dos camisas-verdes. “Estás vendo, Tavinho? estão traindo...”.

“Gustavo: - Tão mesmo...Aqueles são dos bons

P.: - Dos bons, como?

G.: - É claro. Dos bons integralistas...traem até o último momento...Tômbola, orgulhem-nos deles (saída com três anauês).

P.: - Porém, garapinha, assim também é demais. Eu ensinei que eles deviam trair os pais, as mães, as noivas, os amigos, que deviam trair a pátria. Mas trair ao integralismo e a mim, não.

G.: - É o habito chefe, é a tradição do partido...

P.: (Com cara de sabido) - Tavinho, você era capaz

G.: - De que, filho de Adolf?

P.: - De me trair?

G.: - É claro. Eu sou integralista de verdade”.<sup>465</sup>

Pintados com as cores do antipatriotismo e antidemocratas, na análise de Amado, os integralistas buscavam se inserir na nova ordem, para protegerem-se, mesmo com a reprovação de seu líder máximo. O integralismo foi descrito como inimigo e opositor a um regime que teria ajudado a implantar e almejado lugar de destaque. Paradoxalmente, os comunistas, que também haviam se envolvido em um *putsch* (em 1935), buscavam ser o contrário: a linha de união nacional acenava de modo simpático para Vargas, cujo regime os perseguira, prendera, torturara. Em busca de aceitação e querendo liquidar com a direita fascista, os comunistas não queriam ser confundidos com atitudes traiçoeiras. Eles eram leais à sua linha de união nacional. Queriam ser confiáveis.

Nessa pequena trincheira, como Amado mesmo denominou, ele pôde fazer o combate à extrema direita, uma das bandeiras empunhadas pelas agremiações de esquerda anos antes. Com a mudança do cenário político, o combate aos camisas-verdes foi realizado com o apoio do governo e sociedade, um tanto diferente do que ocorria nos comícios da ANL, em 1935. Após um ano publicando diariamente suas impressões sobre a Segunda Guerra Mundial, a política latino-americana e a situação da União Soviética, Amado, assim como João Falcão, acreditava que se avizinhava um período promissor para o PCB e seus militantes. Afinal, após ter seus livros queimados em praça pública, quando da instituição do Estado Novo, e enfrentar o exílio, eis que Amado tinha um canto de página para imprimir seu protesto, sob sua pena, seja contra a guerra, o fascismo ou o governo.

---

<sup>465</sup> Amado, *a hora da guerra*, op.cit., p.67.

Em certa medida, os pecebistas não se enganaram, uma vez que, em parte, foi a partir do respaldo que ganhou o Partido Comunista nas mobilizações antifascistas que a agremiação conseguiu tolerância política, permanecendo por dois anos na legalidade, enquanto a extrema direita sentia dificuldades em rearticular-se, sentido o peso da repressão que recaiu sobre seus militantes.

## Epílogo

As ondas repressivas que os integralistas tiveram de atravessar geram uma imagem da AIB distante daquela que foi esculpida por seus militantes, mas que terminou por se consolidar ao longo dos anos e marcou de forma indelével a trajetória do movimento do sigma.<sup>466</sup> Este havia se iniciado e crescido rapidamente na década de 30, quando partilhou de ideias autoritárias comuns de significativa parcela da sociedade brasileira e buscou se consolidar como uma alternativa de poder ao governo Vargas, evidenciada tanto na candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República, em 1937, quanto na sua força política, que parecia estar pronta para deslocar Getúlio do poder, após a decretação do Estado Novo.

Se, em âmbito nacional, apenas depois do levante que os camisas-verdes organizaram para concretizar seus anseios de dirigir o país, em 1938, os integralistas enfrentaram a repressão que os desarticulou, na Bahia amargaram, dois anos antes, o encontro com o governador Juraci Magalhães, que não permitiu concorrência para a sua criação, o PSD, encarando o desagrado do então presidente. Contudo, se o ato de Juraci foi visto como autoritário pelos defensores dos integralistas, o de Vargas ecoou como legítima defesa e não apenas de seu governo, mas da sociedade brasileira, que precisava livrar-se das agremiações que causavam distúrbios, impedindo o crescimento harmônico da nação. Náufragos ante o ditador, os integralistas viram diante de si a incorporação de seu projeto político no Estado Novo, que haviam ajudado a instituir, ao pavimentar a estrada para a sua concretização, junto com Vargas. Não por acaso, haviam desejado um destaque maior do que aquele que Getúlio estava disposto a ofertar, sendo relegados a repressão e ao exílio.

Após a repressão que foi desencadeada, os camisas-verdes buscaram sobreviver apoiados naqueles que guardavam simpatias pela doutrina que defenderam, anos antes, em praça pública. Ao serem enredados pelas denúncias – que fomentadas pelo governo, tornaram-se uma prática política significativa no Estado Novo, que corroía a sociedade de alto a baixo – e presos pela polícia, via de regra, conseguiam escapar dos longos anos de prisão, pela pena dos juízes do TSN, que acolhiam de bom grado as defesas apresentadas.

---

<sup>466</sup> Victor, *o integralismo nas águas do Lete*, *op. cit.*

Vagas abertas pelos interventores federais na Bahia, alçaram postos no governo e angariaram esforços para uma possível rearticulação.

Assim fez um emocionado Isafias Alves ao acenar a reserva das hostes integralistas na Bahia pelo microfone da Rádio Sociedade, quando da instituição do Estado Novo. Anos depois, tornou-se o secretário de educação e saúde na interventoria de seu irmão Landulfo, o que lhe conferiu prestígio. Mas ao ser denunciado pelas vinculações com a AIB, que maculou de verde o governo de seu irmão, precisou apressar-se em noticiar, pelas páginas *d'O Imparcial*, jornal de seu correligionário Wilson Lins, sua decisão de abandonar o integralismo.<sup>467</sup> Reafirmando sua desvinculação com a AIB, buscou que se fizesse esquecer a farda e se evidenciasse o intelectual, que analisava e apresentava soluções para a educação do país, como estratégia de sobrevivência.

Foi também na Bahia que o PCB buscou sobreviver na clandestinidade, reconstruindo o partido em âmbito nacional, ao fornecer quadros para rearticulação do PCB em outras regiões do país. Com diferentes militantes na direção, o partido se preparou para uma nova intervenção na política brasileira, o que se tornou possível na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, quando iniciou a participação nas articulações para as manifestações de luta contra o nazi-fascismo, intencionando dirigi-las, para consolidar sua influência nos movimentos sociais.

Se a campanha governista contra a AIB empreendida pelos jornais não havia conquistado o respaldo desejado, ela ganhou as ruas após o afundamento dos navios mercantes brasileiros, consolidando a imagem negativa que se pretendia, e que o PCB já difundia anos antes, aproveitando-se da liberdade vigiada para reafirmá-la. De certa forma, a medida de seus ganhos políticos dependia do equilíbrio entre as alianças tecidas, o fortalecimento da capilaridade social, e do isolamento, para não dizer exclusão, da AIB da política brasileira. Não por acaso, o PCB, por um lado, cresceu no seio do movimento pelas liberdades públicas, que imprimia duro combate aos integralistas e, por outro, no aperto de mão com Getúlio, que abriu brechas para a sua volta a cena política.

A luta contra os regimes totalitários e autoritários na Europa trouxe em seu bojo o questionamento da continuidade de um governo que impunha o cerceamento das liberdades democráticas. Temerosos de que o ditador se mantivesse no poder, os liberais iniciaram seus manifestos. Aquele que se tornou significativo pela repercussão que obteve e por ter aberto caminho aos demais foi escrito pela pena dos membros da elite

---

<sup>467</sup> *O Imparcial*, 15/11/1942.

mineira, em 29 de outubro de 1943, que exigiam a redemocratização do país. Logo os envolvidos foram afastados do seu cargo ou demitidos dos empregos como resposta à quebra da censura à imprensa e da ordem ditatorial. Mas o exemplo permaneceu e floresceu.

Cerca de quase dois anos depois de lançado o manifesto dos mineiros, a Congregação dos professores da Faculdade de Direito da Bahia escrevia o seu, em 23 de março de 1945, informando a sociedade o desagrado com a manutenção do Estado Novo. Já que não era possível admitir que, diante do “triunfo internacional dos ideais democráticos”, sobrevivesse no país o “espírito autoritário que estão impregnadas as atuais instituições políticas”, informava o documento.<sup>468</sup> No mesmo mês, o Centro Acadêmico Rui Barbosa, que congregava estudantes da Faculdade de Direito da Bahia – espaço comum de autonomistas e comunistas –, lançou um programa de união nacional de todas as forças democráticas e progressistas do país, que teria como ponto fundamental a realização de eleições livres em todo o território nacional. Em tempo, solicitaram liberdade de imprensa, mediante extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DEIP), e do TSN; concessão de ampla anistia para os presos políticos, exceto os quinta-colunistas, espiões e traidores; afora a participação de todas as correntes políticas na vida nacional.<sup>469</sup>

A idéia de união nacional permeava os planos de liberais e comunistas, que a concebiam como uma conjuração de forças para a defesa das liberdades democráticas. Mas, enquanto aqueles faziam oposição a Vargas, os pecebistas desejavam pavimentar o caminho para o regime democrático em aliança com o então presidente da República, como estratégia de sobrevivência, buscando a tão sonhada legalidade. Contudo, um retorno positivo para essa proposta apenas se revelou quando Getúlio percebeu que havia, no seio do seu grupo aliado, uma articulação para sua deposição, passando então a considerar a proximidade com o PCB como forma de dar solidez à ponte que construía em direção aos trabalhadores. Intensificadas no período do Estado Novo – em especial com a criação da Justiça do Trabalho e a implementação do salário mínimo, consubstanciadas em seguida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) –, as leis laborais tornaram-se um significativo triunfo em prol do governo Vargas, potencializado pela criação do Partido

---

<sup>468</sup> *A Tarde*, 24/03/1945.

<sup>469</sup> *A Tarde*, 27/03/1945.

Trabalhista Brasileiro (PTB), em março de 1945, dentro do processo de organização de partidos nacionais.<sup>470</sup>

Foi em 23 de abril de 1945 que Prestes entrava triunfante no lotado estádio do Vasco da Gama, após anos de prisão, para falar à multidão que se aglomerava a espera do Cavaleiro da Esperança, que se apresentou para afirmar a política da União Nacional de todas as forças progressistas do país. Sua fala versou, entre outras coisas, sobre a necessidade de anistia para os presos políticos, como um ato importante do governo que havia, “dando voltas atrás de sua tendência inaceitável”, decidido ficar com o povo.<sup>471</sup> Se, ao ver de Prestes, a aliança entre governo e povo havia se renovado com a declaração de guerra contra os países que formavam o eixo, a proximidade com o PCB estava em vias de ser concretizada, já que havia abandonado a tática insurrecional e mostrava-se disposto a entoar o discurso da harmonia e da ordem. Se os integralistas pavimentaram o caminho para a instituição do Estado Novo, o PCB se propunha a pavimentar a estrada para a redemocratização junto com Vargas, num contexto em que se articulava a deposição do então presidente.

As alianças tecidas por Vargas tornaram-se importantes para combater seus opositores políticos que lhe faziam fortes críticas, buscando colocar em descrédito as realizações de seu governo, em especial as leis trabalhistas vistas como instrumento de manipulação. Logo em 7 de abril de 1945, os opositores a Vargas reuniram-se em torno da União Democrática Nacional (UDN), partido que aliou uma unidade heterogênea entre si e lançou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Já a campanha de Eurico Gaspar Dutra – ministro da Guerra no governo Vargas que não apoiava a política de alinhamento com dos Estados Unidos, nutrindo predileções pelas potências do eixo – apareceu de forma tímida, em notas de pé de página nos jornais de grande circulação. Apoiado pelo Partido Social Democrático, Dutra desempenhou papel decisivo no afastamento de Vargas do poder, pela via do golpe militar, evidenciando que as ações golpistas e autoritárias mantinham-se decidindo os rumos do Brasil.<sup>472</sup>

Em vias de legalidade e imbuídos pela estratégia política da união nacional, o PCB aproveitava-se do prestígio que havia conquistado dentro do movimento contra a guerra para ampliar seu raio de ação, passando a atuar também nos comitês democráticos populares, defendendo a idéia de que o processo eleitoral constituinte deveria suceder ao

---

<sup>470</sup> Sena Júnior, *os impasses da estratégia*, op. cit., 193-204.

<sup>471</sup> Sena Júnior, *os impasses da estratégia*, op. cit., p. 26.

<sup>472</sup> Ferreira, Jorge. *O imaginário trabalhista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

presidencial, realizando a constituinte com Getúlio, conforme ditava o slogan da campanha. O trabalho de mobilização de trabalhadores e populares, em sua fase de legalidade, conferiu ao partido um crescimento rápido, contabilizando 40 mil membros em meados de 1945, o que se refletiu no pleito parlamentar, quando o PCB elegeu para deputado importantes líderes do partido, a exemplo do baiano Marighella e do pernambucano Diógenes Arruda.<sup>473</sup>

Se os comunistas jogavam com a carta da união nacional com Vargas – e este tinha a do trabalhismo –, os integralistas, que pareciam estar fora deste jogo, reapareceram. Ainda do exílio, Salgado, em entrevista para a *United Press* e, posteriormente, para a *Associated Press*, falou sobre o caráter democrático do integralismo já pensando no anúncio das eleições parlamentares, ocorrido em fins de março de 1945, o que precipitou a formação dos partidos.<sup>474</sup>

Em vista do ostracismo que a AIB passou, os integralistas ficaram impedidos de contestar as denúncias que recaíam sobre si, o que ajudou a consolidar a imagem de traidores, autoritários e fortaleceu a associação com o fascismo. Desta forma, se o primeiro passo foi aproveitar-se do fim da censura no Brasil, em janeiro de 1945, para publicar documentos em defesa do movimento integralista, para garantir seu ingresso no jogo político, o segundo passo foi trabalhar na rearticulação dos camisas-verdes, o que não foi tarefa fácil. Seja por considerar não haver mais espaço para o integralismo, seja por desconfiar da falta da essência do movimento neste retorno ou por receio da repressão, muitos ex-militantes recusaram o convite para participar das reuniões de organização do novo partido político. Se este não se apresentava tão sedutor como na década de 30 para alguns, de acordo com Callil, boa parte dos integralistas, respondeu ao chamado, integrando as reuniões, dispostos a participarem da nova agremiação.<sup>475</sup>

Ao ver de Salgado, apenas com a formação de um novo partido seria possível conquistar o apoio dos antigos aliados, a exemplo do exército e igreja, mesmo porque, as acusações contra a AIB se mantinham, com denúncias e novas informações acerca do levante ocorrido em 1938, quando jornais, em conta-gotas, noticiavam sobre a participação dos liberais, a exemplo de Otávio Mangabeira, e publicavam os depoimentos de alguns dos líderes da AIB. Não é certo se, desde seus primeiros manifestos pós 1945,

---

<sup>473</sup> Sena Júnior, *os impasses da estratégia*, op. cit., pp. 242- 243. Negro, Antonio Luigi. No caminho da areia: Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949). In *Revista Tempo*, número 33.

<sup>474</sup> Esse parágrafo e os seguintes Callil, Gilberto. *Integralismo e hegemonia burguesa*. Cascavel: Edinuoeste, 2010, p. 28.

<sup>475</sup> Estes parágrafo e seguinte retirados de Callil, *integralismo e hegemonia burguesa*, op. cit., pp. 28-31.

Plínio Salgado tinha em mente a formação de uma nova agremiação; apenas que, quando esta começou a ser estruturada, ele preferiu não vincular seu nome, para garantir que o registro partidário não fosse cassado, estratégia seguida por outros líderes integralistas, que tenderam a não ocupar cargos de direção quando do início do Partido de Representação Popular (PRP).

O PRP foi fundado em 26 de setembro de 1945, liderado por dirigentes de orientação cristã, a exemplo de Adauto de Alencar Fernandes, que ocupou a presidência do Diretório Nacional Provisório. Mas logo no ano seguinte, Salgado, ao voltar do exílio, assumiu a direção partidária e convocou os integralistas a ingressarem na nova agremiação que se tornava líder. Ainda em outubro de 1945, o PRP encaminhou seu pedido de registro provisório, conquistado após ser acolhido por unanimidade pelo Tribunal Superior Eleitoral. No mês seguinte, conseguiu 15.722 assinaturas, número além das 10.000 exigidas para a obtenção do registro permanente do partido; só a Bahia contribuiu com 1.792, sendo o terceiro estado que mais assinaturas colheu em prol da dita agremiação. Mas o esforço parece ter gerado poucos dividendos políticos ao PRP, pois sofreu fragorosa derrota eleitoral, obtendo os piores resultados de sua trajetória.<sup>476</sup>

Os integralistas se debatiam para desfazer as acusações de traidores da pátria, feitas contra eles a partir do crescimento da participação do Brasil na Segunda Guerra. Debatiam-se também para constituir uma alternativa política neste novo contexto, reunindo-se, em especial, em torno do PRP, como também em outros partidos de cunho nacional – a exemplo do Partido Social Democrático (PSD), PTB e do Partido Social Progressista (PSP) – para livrarem-se das perseguições, pois seus opositores mantinham suas críticas e o PRP seguiu sendo alvo de delações, o que gerou, em 1948, processo de cassação de seu registro. Este foi baseado, em certa medida, nas vinculações entre PRP e AIB, já que foi denunciada a participação de ex-membros desta, considerada antidemocrática – a partir da exposição de textos de Plínio Salgado da década de 1930 – inscritos naquele, que possuía o mesmo líder partidário.

Diante da conjuntura que se apresentava, Vargas foi deposto, e aquele que o substituiu, Eurico Gaspar Dutra ofereceu um par de algemas e ferrenha perseguição, ao invés do par de alianças, no dizer de Hélio Costa, ao PCB, tido como antidemocrático, e foi fundamental para a manutenção do PRP, defendido como democrático, na cena

---

<sup>476</sup> Este parágrafo e o seguinte retirados de Callil, *integralismo e hegemonia burguesa*, op. cit., pp. 46-55.

política brasileira ao impedir a efetiva cassação do registro da dita agremiação.<sup>477</sup> Desde 1945, Dutra exerceu pressão para que fosse diminuída a exigência em relação ao número de filiações partidárias e decretou, no ano seguinte, a exclusão do referido partido da necessidade de contar com 50.000 filiados conforme previa a nova legislação.<sup>478</sup>

A estratégia do PRP em oferecer apoio a candidatos, em especial àqueles ligados ao PSD e UDN, nas eleições estaduais de 1947 (que elegeria governadores, deputados e senadores) foi importante na conquista de postos de poder em diferentes estados. Na Bahia, Otávio Mangabeira aceitou o apoio do PRP – reafirmando as alianças tecidas em 1938, quando do levante, e que nunca foram rompidas, como atesta sua correspondência, durante o exílio, com Salgado – sendo eleito governador da Bahia pela UDN.

As diferentes táticas de sobrevivência do PRP garantiram que os integralistas continuassem interferindo de forma significativa na política brasileira ainda que permanecessem sendo alvo de acusações, pela brecha da associação com a AIB, marcada como totalitária. Afora as denúncias, prática que não era nova – haja vista o número de processos abertos tendo as delações como mote, estas também transitavam nas cartas para Vargas com o intuito de enredar e destituir políticos que atuavam em seu governo – e se manteve no período democrático, implicando pessoas e agremiações. Já o trabalhismo, que era um fenômeno novo, saiu das cartas de Vargas, tecidas também na confluência da correspondência que recebia dos operários, e entrou para a História. Mas isso é outra história sobre a qual essa tese não pode ter a intenção de contar.

---

<sup>477</sup> Costa, Hélio da. *Em busca da memória. Organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo*. São Paulo: Scritta, 1995, p. 40.

<sup>478</sup> Callil, *integralismo e hegemonia burguesa*, op. cit., p. 54.

## Arquivos e Instituições

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)

- Astrojildo Pereira

Arquivo Nacional (AN)

- Fundo Gabinete Civil da Presidência da Republica
- Tribunal de Segurança Nacional

Arquivo Público do Estado da Bahia (APB)

- Seção Judiciário
- Seção Republicana (Assembléia Legislativa, Secretaria de Governo, Secretaria de Justiça, Secretaria de Segurança Pública)

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

- Delegacia Especial de Segurança Pública e Social
- Polícia Política do Rio de Janeiro

Arquivo Público João Emereciano (APJE)

- Fundo Secretaria de Segurança Pública (SSP)

Biblioteca Isaías Alves – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH)

Biblioteca Nacional (BN)

- Setor de Microfilmes (*A Ofensiva*)

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

- Setor de Jornais Raros (*Diário da Bahia, Diário de Notícias, Diário da Tarde de Ilhéus, Estado da Bahia, O Imparcial, O Momento*)

Centro de Documentação e Informação (CEDI) – Câmara dos Deputados

- Seção Legislativa

Centro de Memória da Bahia (CMB) – Fundação Pedro Calmon (FPC)

- Verbetes

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC)

- Fundo Clemente Mariani
- Fundo Filinto Müller
- Fundo Juraci Magalhães
- Fundo Getúlio Vargas

## Referências Bibliográficas

Abreu, Alzira. *Juraci Magalhães: Minhas Memórias Provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Amado, Jorge. *A Hora da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Bertonha, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o integralismo e o problema de descendente de italianos no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. N. 20.

Brito, Giselda. A lógica da suspeição contra a força do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco. *Tese de doutorado*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

Caldeira, João Ricardo. A Ação Feminina integralista no estado do Maranhão. In Dotta, Renato Alencar; Cavalari, Rosa Maria Feitero; Possas, Lídia Maria Vianna. (Org.). *Integralismo: Novos Estudos e Reinterpretações*. Rio Claro: Cruzeiro editora e artes gráficas, 2004.

Caldeira, João Ricardo. *Integralismo e política regional*. São Paulo: Annablume, 1999.

Callil, Gilberto. *Integralismo e hegemonia burguesa*. Cascavel: Edinuoeste, 2010.

Camargo, Aspásia. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio fundo editora, 1989.

Campos, Reynaldo. *Repressão judicial no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

Cancelli, Elisabeth. *O mundo da violência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

Carneiro, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. 3ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra*. Campinas: Editora Unicamp, 2000.

Duarte, Adriano. *Cidadania e exclusão*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

Chalhoub, Sidney. *Trabalho lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Chasin, José. *O integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

Costa, Hélio da. *Em busca da memória: organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo*. São Paulo: Scritta, 1995.

Cytrynowicz, Roney. O fascismo brasileiro entre as oligarquias e a modernidade. In Sombra, Henrique; Guerra, Luiz. *Imagens do Sigma*. Rio de Janeiro. Arquivo Público do Rio de Janeiro. 1998.

Falcão, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. Salvador: contexto e Arte Editorial, 2000.

Ferreira, Jorge. *O imaginário trabalhista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Florindo, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. São Paulo. Editora UNESP, 2006.

Fontes, Raimundo. A Bahia de todos os trabalhadores: Classe operária, sindicato e política (1930-1947). *Tese de Doutorado*. São Paulo, USP, 1997.

Franzinelli, Mimmo. *Delatori: spie e confidenti anonimi: L'a arma secreta del regime fascista*. Oscar Mondadori, 2002.

Gellately, Robert. *La Gestapo e La Sociedad Alemã*. Paidós: Barcelona, 2004.

\_\_\_\_\_. Robert. *No sólo Hitler: la Alemania nazi entre la coacción y el consenso*. Barcelona: Memória Crítica, 2002.

Gomes, Ângela. “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização”. In Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume 3. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1991.

Hilton, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

Hungria, Nelson. *Direito Penal – Parte Especial*. Rio de Janeiro: Livraria Jacyntho, 1936.

Karepovs, Dainis. *Luta Subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Editora Hucitec e Editora UNESP, 2003.

Leal, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu avô*. Salvador: s/ed, 1996.

Levine, Robert. *O regime de Vargas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Lins, Marcelo. Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936). *Dissertação de mestrado*. Salvador. Universidade Federal da Bahia, 2007.

Mariani, Clemente. *O governo da Bahia e a defesa da República: contra as agitações extremistas*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989.

Negro, Antonio Luigi. No caminho da areia: Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949). In *Revista Tempo*, número 33.

Nogueira, Rubem. *O Homem e o muro: memórias políticas e outro*. São Paulo: GDR Edições, 1997.

Mangabeira, Otávio. *Otávio Mangabeira: discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

Pandolfi, Dulce. A trajetória do Norte. In Gomes, Ângela (et al) *Regionalismo e Centralização política: Partidos e constituinte no anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Parente, Josênio. *Anauê. Os camisas-verdes no poder*. Fortaleza: Editora da UFC, 1986.

Peixoto, Alzira Vargas. *Getúlio Vargas, Meu pai*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960

Pimentel, Irene. *A história da PIDE*. Portugal: Círculo de Leitores, 2007.

Pinheiro, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Pirangibe, Vicente. *Consolidação das Leis penais de 1932*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio Rodrigues e C., 1933.

Ramos, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Volume I. São Paulo, Record, 1979.

Reis, Laís. *Integralismo na Bahia*. Salvador: Edufba, 2009.

Rocha, Ana. O que fazer com os rudes? Isaías Alves e as divergências sobre o papel da inteligência na organização escolar (1930-1942). *Dissertação*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2011.

Rose, R.S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social (1930-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Sá Mota, Rodrigo. *Em guarda contra o perigo vermelho (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

Sampaio, Consuelo. *Poder e Representação. Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República (1930-1937)*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

\_\_\_\_\_, Consuelo Novais. Movimentos sociais na Bahia de 1930: condições de vida do operariado. In *Universitas*. Salvador, N. 29, jan/abril, 1982.

Sena Júnior, Carlos Zacarias. *Os impasses da estratégia: comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)*. São Paulo: Annablume, 2009.

Silva, Hélio. *1938: terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

Silva, Paulo Santos. *Âncoras da tradição*. Salvador: Edufba, 2000.

Tavares, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: Edufba, 2001.

Tavares, Marcelo Leonardo. *Estado de emergência: o controle do poder em situações de crise*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2008.

Trindade, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Editora da URGS. Vasconcelos, Gilberto. *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Vargas, Getúlio. *Diário*. Volume 1. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

Vargas, Getúlio. *Diário*. Volume 2. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

Vianna, Marly. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

Victor, Rogério. *O integralismo nas águas do Lete: história, memória e esquecimento*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2005.

# Arquivos e Instituições

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)

- Astrojildo Pereira

Arquivo Nacional (AN)

- Fundo Gabinete Civil da Presidência da República
- Tribunal de Segurança Nacional

Arquivo Público do Estado da Bahia (APB)

- Seção Judiciário
- Seção Republicana (Assembléia Legislativa, Secretaria de Governo, Secretaria de Justiça, Secretaria de Segurança Pública)

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

- Delegacia Especial de Segurança Pública e Social
- Polícia Política do Rio de Janeiro

Arquivo Público João Emereciano (APJE)

- Fundo Secretaria de Segurança Pública (SSP)

Biblioteca Isaías Alves – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH)

Biblioteca Nacional (BN)

- Setor de Microfilmes (*A Ofensiva*)

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

- Setor de Jornais Raros (*Diário da Bahia, Diário de Notícias, Diário da Tarde de Ilhéus, Estado da Bahia, O Imparcial, O Momento*)

Centro de Documentação e Informação (CEDI) – Câmara dos Deputados

- Seção Legislativa

Centro de Memória da Bahia (CMB) – Fundação Pedro Calmon (FPC)

- Verbetes

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC)

- Fundo Clemente Mariani
- Fundo Filinto Muller
- Fundo Juracy Magalhães
- Fundo Getúlio Vargas

